



Sérgio Veloso dos Santos Júnior

**Da mundialização da maldição: um estudo sobre a
realização espacial de megaeventos esportivos à luz dos
debates sobre globalização**

TESE DE DOUTORADO

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Paulo Luiz Moreaux Lavigne Esteves

Rio de Janeiro
Outubro de 2016



Sérgio Veloso dos Santos Júnior

Da mundialização da maldição: um estudo sobre a realização espacial de megaeventos esportivos à luz dos debates sobre globalização

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Paulo Luiz Moreaux Lavigne Esteves

Orientador e Presidente
Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Profa. Marta Regina Fernandez Y Garcia Moreno

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. Luis Manuel Rebelo Fernandes

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. Pedro Cláudio Cunha Brando Bocayuva Cunha

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof. Orlando Alves dos Santos Junior

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Profa. Monica Herz

Vice-Decana de Pós-graduação
Do Centro de Ciências Sociais

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 2016

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, do autor e do orientador

Sérgio Veloso dos Santos Júnior

Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Brasil. Mestre em Estudos Culturais pela Universidade Jagiellonian, Cracóvia, Polônia. Mestre e doutor em Relações Internacionais pela Puc-Rio, Rio de Janeiro, Brasil. Pesquisador e coordenador de pesquisas do BRICS Policy Center e professor da graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio.

Ficha Catalográfica

Santos Júnior, Sérgio Veloso dos

Da mundialização da maldição : um estudo sobre a realização espacial de megaeventos esportivos à luz dos debates sobre globalização / Sérgio Veloso dos Santos Júnior ; orientador: Paulo Luiz Moreaux Lavigne Esteves. – 2016.

224 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2016.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Globalização. 3. Megaeventos esportivos. 4. Mundialização. 5. Espacialização. 6. Realização espacial. I. Esteves, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

Agradecimentos

"Essa tese é fruto de um longo processo de aprendizado que se iniciou na graduação, ainda na UFJF, quando, estudando com as professoras Sonia Lino e Beatriz Domingues os textos de Oswald de Andrade, interessei-me pelo tema da globalização. Algumas décadas antes de globalização se popularizar como um tema hiper estudado, Oswald de Andrade já formulava suas ideias sobre antropofagia como um projeto de posicionamento e resistência global que partia da experiência colonial brasileira. Por isso, abro agradecendo aos meus professores do curso de graduação em História na UFJF, que foram capazes de despertar em mim interesses e curiosidades que se mantiveram vivo durante toda minha formação.

Depois da graduação, embarquei para Cracóvia para um mestrado em Estudos Culturais na Universidade Jagiellonia. Sob orientação do professor Gary Robinson, me dediquei a estudar com mais calma os textos filosóficos e os manifestos de Oswald de Andrade em comparação com os textos, manifestos e expressões artísticas de Salvador Dalí. Mal sabia que, naquele momento, continuava a falar de globalização. A dimensão global das ideias de ambos, Oswald e Dalí, torna-se manifesta na maneira como os dois formulam sua percepção e posicionamento artístico transcendendo limites políticos e sociais estabelecidos, como o Estado nação ou até mesmo a noção de indivíduo. A obra de ambos não é internacional ou individual, é global e universal. Por esse momento específico da minha formação, agradeço aos professores do Transatlantic Studies e, em especial, ao professor Gary Robinson.

Retornando de Cracóvia, mudei-me para o Rio para cursar mestrado em Relações Internacionais. Mal sabia o quão definitivo e importante seria esse encontro com o IRI. O rigor acadêmico e a cobrança com a qual me deparei no curso de mestrado, somado ao medo da perda da bolsa, fizeram com que eu me embrenhasse em infinitas horas de leituras e assumisse o estudo da teoria como o principal objetivo do mestrado. Logo no início, fui apresentado ao professor, e hoje querido amigo, Pedro Cunca Bocayuva. No meio da confusão que era sua salinha no segundo andar da casa do IRI, Cunca me apresentou a Lefebvre, David Harvey, Cornelius Castoriadis, Milton Santos e tantos outros autores que, ainda que não figuravam na bibliografia dos cursos obrigatórios do mestrado, tornaram-se leituras obrigatórias para mim. Ao longo dos encontros com Cunca, ainda que eu não percebia, estava sendo preparado para pensar e estudar o espaço, conceito fundamental para as ideias que desenvolvi na tese. O encontro com o Cunca foi fundamental para minha formação como acadêmico capaz de pensar RI para além do núcleo duro da teoria de RI. Por isso, e também pela amizade que temos hoje, agradeço ao Cunca!

Ainda no mestrado, e ainda sob orientação do Cunca, comecei a trabalhar como assistente de pesquisa no BRICS Policy Center. Fazíamos pesquisas sobre questões urbanas nos BRICS. Lá, tive a oportunidade de traduzir na prática da pesquisa e das relações institucionais os elementos teóricos que aprendi com todos os autores e leituras que fiz ao longo do mestrado e também do doutorado. O meu agradecimento ao Cunca é duplo.

Também no BRICS Policy Center, tive a oportunidade de trabalhar junto com Paulo Esteves, que me orienta nas minhas atividades de pesquisa no BPC e também orientou esta tese. O encontro com Paulo foi um dos mais fundamentais que tive desde que vim morar aqui no Rio. Nas viagens, reuniões e seminários que participei com ele, pude aprender elementos da prática da pesquisa e da vida cotidiana de um centro de pesquisas como o BPC. Agradeço ao Paulo a todas as oportunidades e portas abertas. Sob sua orientação, seja na tese ou na coordenação de algum projeto no BPC, Paulo sempre me garantiu autonomia para tomar decisões. Por isso, agradeço a ele também pela confiança, pois não se garante autonomia sem haver confiança. Agradeço também a todas as pessoas com quem tive o prazer de trabalhar no BPC, em especial a Lia Lopes, que toca o centro com tanto carinho e eficiência.

A minha passagem como mestrando e doutorando no IRI foi muito rica. Foram vários os encontros que formaram a pessoa e o profissional que sou hoje, por isso agradeço a todos os professores que me deram aula, tanto no mestrado quanto no doutorado: Monica Herz, Luis Fernandes, Carolina Moulin, João Ponte Nogueira, Marta Moreno, Philipe Bonditi, Naeem Innayatuhla, Rob Walker e Nichollas Onuf. Agradeço também ao IRI e a PUC-Rio, instituições que dão a melhor estrutura possível para que possamos nos empenhar e fazer um bom trabalho, e a CAPES e ao CNPq pelas bolsas concedidas no mestrado e doutorado.

Agradeço especialmente a banca por ter aceito ler e criticar meu trabalho: Marta Moreno, Luis Fernandes, Orlando Jr., Pedro Cunca Bocayuva e Marcelo Burgos, suplente.

Por fim, faço os agradecimentos mais importantes. Minha mãe e meu pai sempre me apoiaram em todas minhas escolhas, profissionais ou não, e sempre se apresentaram como portos seguros para tudo que eu fazia. Sempre pude contar com o apoio deles, sem o qual essa tese não existiria. Na verdade, a eles agradeço não só pela tese, mas por todas as experiências que tive ao longo da minha vida. Agora que sou pai, resta a mim conseguir passar pro meu filho a mesma segurança e confiança que eles foram capazes de passar para mim.

Escrever uma tese é um processo doloroso, cheio de inseguranças e altos e baixos. Conviver com uma pessoa passando por esse processo é também passar por um pouco do sofrimento, das inseguranças e dos altos e baixos. Por isso, agradeço especialmente minha mulher, Let, que sempre esteve comigo em todos esse processo. Let é minha companheira e o amor da minha vida. Obrigado, meu amor!

No meio do processo da tese, engravidamos. Joãozinho resolveu vir pra nossa vida e nós o recebemos de braços abertos. Sua chegada iminente me trouxe uma energia a mais pra enfrentar os demônios da tese e conseguir terminá-la. Agradeço ao meu filho por essa energia que ele nem sabe ainda que trouxe para o pai. Mas, além disso, agradeço ao meu filho simplesmente por existir na minha vida. Ele é minha continuação, é o homem(zinho) da minha vida."

Resumo

Santos Júnior, Sérgio Veloso dos; Esteves, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. **Da mundialização da maldição:** um estudo sobre a realização espacial de megaeventos esportivos à luz dos debates sobre globalização. Rio de Janeiro, 2016. 224p. Tese de Doutorado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

No mundo em que vivemos, megaeventos esportivos são cada vez mais frequentes, diversos e impactantes, tornando-se objetos de estudos das mais diversas áreas, disciplinas e correntes teóricas. Uma das relações mais comumente estabelecidas é entre esse tipo bastante específico e característico de evento e aquilo que se denomina globalização, uma vez que, de modo geral, megaeventos esportivos são apontados como eventos globais com impactos locais. A relação entre megaeventos e globalização levanta, então, dois problemas. Em primeiro lugar, faz-se necessário definir o que é globalização. Em segundo lugar, faz-se necessário entender, de fato, a relação entre megaeventos e globalização. Essa tese se dispõe a se engajar com ambos problemas: a partir de uma discussão teórica-conceitual acerca da problemática da globalização, busca-se compreender as dinâmicas sócioespaciais presentes nos processos de realização de megaeventos esportivos.

Palavras chave

globalização; megaeventos esportivos; mundialização; espacialização; realização espacial.

Abstract

Santos Júnior, Sérgio Veloso dos; Esteves, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. **The mondialisation of the curse:** a study of the spatial realization of mega sporting events in the light of globalization debates. Rio de Janeiro, 2016. 224p. Doctoral Thesis – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

In the world we live in, mega sporting events are increasingly frequent, diverse and impactful, making it studies objects from various fields, disciplines, and theoretical perspectives. One of the most commonly established relationships is between this very particular and distinctive event and what globalization, since, in general, mega sporting events are seen as global events with local impacts. The relationship between mega-events and globalization raises two problems. First, it is necessary to define globalization. Second, there is a need to understand, in fact, the relationship between mega-events and globalization. This thesis is willing to engage with both problems: from a theoretical and conceptual discussions about globalization it tries to understand the sociospatial dynamics present in the realization of mega sporting events.

Keywords

globalization; mega Sporting events; mondialisation; spacialization; spatial realization.

Sumário

Introdução	13
Parte I – Globalização	24
1. Da maldição ao antídoto	25
1.1.The albatross about my neck was hung	25
1.2. Da maldição	32
1.3. Do antídoto	40
1.4. Por uma outra globalização	52
2. Mundialização, jogo do mundo e globalização: quando o Mundo encontra o mundo	56
2.1. Mundialização e mundo	56
2.2. O jogo do mundo	64
2.3. Globalização e a imbricação do Mundo nos mundos.....	69
3. Instrumentalizando mundialização e globalização: Espacialização Social	79
3.1. Espacialização social	79
3.1.1. Entre o virtual e o atual.....	79
3.1.2. Virtualização e atualização entre o infinito e o finito	88
3.1.3. Da dialética Lefebvriana e os tipos de espaço	94
3.2. Esquema lógico de compreensão: fases e etapas.....	98
3.2.1. Possível, provável e existência concreta.....	98
3.2.2. Virtualização: elaboração e associação	100
3.2.3. Atualização: ajustes espaciais e imbricação	109
3.3. Aplicando o esquema: megaeventos esportivos.....	117
3.3.1. Por que megaevento?	117
3.3.2. Do que é feito um megaevento?	119

Parte II – Megaeventos	125
4. Da virtualização	126
4.1. Das variações entre possibilidades.....	126
4.2. Elaboração, ou do modelo de negócios.....	128
4.2.1. Comodificação da modalidade	128
4.2.2. Estrutura de poder e autoridade: analisando a FIFA.....	133
4.2.3. Megaevento como marca	139
4.3. Associação.....	145
4.3.1. Complexo esportivo-midiático-comercial	145
4.3.2. Megaevento como plataforma móvel e virtual	153
5. Da atualização	156
5.1. Do possível a existência concreta.....	156
5.2. Imbricação	157
5.2.1. Candidatura e seleção.....	157
5.2.2. Megaeventos e a tradição desenvolvimentista brasileira	171
5.3. Ajuste Espacial	185
6. Considerações Finais	204
7. Referências bibliográficas	210

Lista de Figuras

Figura 1 - <i>Mappa Mundi</i> ou <i>Projeção de Mercator</i>	61
Figura 2 - <i>Number 31</i> , Jackson Pollock, 1950	61
Figura 3 - Cabos de Fibra Óptica para Conexão de Internet.....	114
Figura 4, Figura 5, Figura 6	144
Figura 7 - Estrutura espacial do complexo esportivo-midiático-comercial (elaborado a partir de Lefever, 2012).....	152
Figura 8 - Processo de Candidatura e Seleção para Competições Olímpicas pós-2020.....	166

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Uso do termo Globalization e Globalização (Elaboração própria a partir de dados James e Steger (2014), Banco de Teses e Dissertações CAPES e da Scielo)	17
Tabela 2 - Esquema lógico de compreensão	117
Tabela 3 - Timeline e passos da seleção da cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016.	161
Tabela 4 - Principais marcos do processo de candidatura e seleção da Copa do Mundo da FIFA.	169
Tabela 5 - Programa Brasil em Ação (1996-98), Áreas e origens de investimento.	177
Tabela 6 - Carteira de Projetos PAC e Copa, Valor de Financiamento e OGU.	180
Tabela 7 - Rupturas Político-Institucionais oriundos de megaeventos no Brasil;	192

Introdução

Na última década, o Brasil e, mais em específico, a cidade do Rio de Janeiro foram inundados pela realização continuada de todas as formas de megaeventos, esportivos ou não. No Rio, cidade com grande vocação turística, dada suas belezas naturais e arquitetônicas e sua riqueza cultural, desde 2007, com a realização dos Jogos Pan-Americanos, foram realizados dezenas de megaeventos de toda sorte e grandeza. Desde o retorno do Rock'n Rio, uma espécie de megaevento patrimônio da cidade, que se transformou em uma marca para se reproduzir em outras partes do mundo, passando pela Jornada Mundial da Juventude, um tipo de megaevento religioso que reúne jovens católicos de toda parte do planeta, e pelos megaeventos esportivos, como a Copa das Confederações, Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos – sem esquecer dos Jogos Mundiais Militares, realizado em 2011 – o Rio não tem folga.

Devido a essa realização continuada desses eventos gigantescos, que impacta a transforma o cotidiano dos lugares onde são realizados, em todo o mundo, há uma vasta literatura acadêmica que se debruça no entendimento pormenorizado das práticas, dinâmicas, discursos e processos que os caracterizam. Todavia, como nota Martin Muller (2015), não há consenso sobre o que caracteriza exatamente esse tipo de evento, mas há um conjunto expressivo de autores e autores, brasileiro(a)s e estrangeiro(a)s, que associam diretamente esse tipo de evento com a globalização (ROCHE, 2000; MASCARENHAS, 2008; HORNE, 2011; CURI, 2013). De modo geral, esses, entre tantos outros, identificam a ligação direta entre megaeventos e o crescimento de cidades como centralidades fundamentais para as dinâmicas globais do mundo contemporâneo. Dessa perspectiva, megaeventos são, das maneiras mais variadas possíveis, identificados como um tipo de evento de alcance de escala global, mas que tem impactos e efeitos fundamentalmente locais.

Essa tese parte desse consenso que percebe megaevento em sua relação com a globalização, mas busca abordar tal relação a partir de uma problematização aprofundada da noção da globalização. Não faltam definições, discussões, debates e conclusões acerca da globalização. Na verdade, parece razoável o entendimento

que globalização é um conceito tão amplo que se torna vago, dizendo respeito a tudo a nada ao mesmo tempo. Essa tese parte, então, dessa amplitude característica do conceito da globalização – que se projeta, obviamente, no entendimento do que vem a ser o processo da globalização – para depois se debruçar sobre a problemática dos megaeventos. E, por isso, se divide em duas partes. Sendo a primeira dedicada para análise da globalização, enquanto a segunda é dedicada para analisar megaeventos a partir do vocabulário e instrumental teórico desenvolvido e discutido na primeira.

Assim, a primeira questão que essa tese deve abordar é o *o que é globalização?* Em 2006, o *New York Times*¹ publicou obituário de Theodore Levitt, alemão radicado nos Estados Unidos e professor da *Harvard School of Business*. O texto foi apresentado com a seguinte manchete: *Theodore Levitt, 81, Who Coined the Term 'Globalization', Is Dead*. Segundo o jornal, o professor havia cunhado o termo globalização em um artigo publicado no periódico *Harvard Business Review* em 1983. Com o título *The Globalization of Markets* (LEVITT, 1983), o texto argumentava que, devido a transformações tecnológicas e comportamentais, empresas com capacidade e recursos suficientes, como, por exemplo, Coca-Cola e Mcdonalds, poderiam expandir suas estratégias de negócios locais e regionais para a escala global.

Isso se daria, segue o argumento, devido ao fato de que, cada vez mais, gostos e demandas de consumo, outrora limitados e caracterizados por imperativos locais, estavam passando por processo de homogeneização e padronização em escala global. “*Gone are accustomed differences in national or regional preference*” (LEVITT, 1983, p. 2), bradou o professor para, na frase seguinte, oferecer o diagnóstico que fez com que o *New York Times* o declarasse criador do termo globalização: “*The globalization of markets is at hand*” (LEVITT, 1983, p. 2).

Alguns dias depois, todavia, o jornal publicou uma errata², na qual afirmava que, mesmo que Theodore Levitt tenha sido importante para a popularização do termo, não se pode creditar a ele tê-lo cunhado, uma vez que globalização já aparece, na língua inglesa, em textos que datam da década de 1940.

¹ http://www.nytimes.com/2006/07/06/business/06levitt.html?_r=0 (último acesso 31/07/2015)

² http://www.nytimes.com/2006/07/06/business/06levitt.html?_r=0 (último acesso 31/07/2015)

O obituário do *New York Times* foi um equívoco, mas, exatamente por isso, é emblemático de uma das características mais marcantes da literatura sobre globalização: por diversos aspectos e maneiras, estudos sobre globalização caracterizam-se por discordâncias crônicas e diversas. O erro do *New York Times* sublinha a que talvez seja a mais trivial entre elas, a discordância sobre quando o termo globalização foi utilizado pela primeira vez. Se na errata o jornal informa que o termo já é mencionado em textos da década de 1940, James e Steger (2014), em artigo publicado na edição comemorativa de vinte anos do periódico *Globalizations*, argumentam que globalização, em inglês, já aparece em textos da década de 1930. Além disso, os autores informam que globalização só surge como verbete de dicionário em 1961, quando é adicionado ao *Webster Merriam* (JAMES e STEGER, 2014). No entanto, seguem as discordâncias, consta, em nota de rodapé, que o próprio dicionário sustenta que o termo já aparecia como verbete de uma edição publicada na década de 1950. James e Steger (2014) discordam.

Os autores, todavia, demonstram quantitativamente que, mesmo não havendo concordância acerca de quando o termo foi utilizado pela primeira vez, globalização tornou-se popular de fato somente ao longo dos anos 1980, consolidando-se finalmente como um *buzzword* na última década do século passado (JAMES e STEGER, 2014). Jan Aart Scholte, um dos mais proeminentes estudiosos do tema, chama atenção para o fato de que, nas últimas décadas, as mais diversas línguas desenvolveram vocabulário próprio para globalização:

The vocabulary of globalization has also spread in other languages over the past several decades. The many examples include *lil`alam* in Arabic, *quanqiuhua* in Chinese, *mondialisation* in French, *globalizatsia* in Russian and *globalización* in Spanish. Among major world languages, only Swahili has not (yet) acquired a globalization concept, and that exception is perhaps largely explained by the widespread use of English in elite circles of the African countries concerned. In minor languages, too, we now find *globalisaatio* in Finnish, *bishwavyapikaran* in Nepalese, *luan bo`ot* in Timorese, and so on. (SCHOLTE, 2002, p. 4)

Na língua portuguesa, em particular no Brasil, não há estudos sobre exatamente quando o termo *globalização* foi utilizado pela primeira vez ou quando passou a constar como verbete de dicionário. No *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, edição de 2010, globalização não consta como verbete.

Mas, derivado do latim *globus*, o termo *globo* data de 1572, sendo sua primeira menção como verbo – *conglobar* – datada do século XVII e como adjetivo – *global* – datada do século XX. Em breve pesquisa nos acervos online dos principais jornais do sudeste brasileiro – Folha de São Paulo, O Globo, Estadão e Estado de Minas –, o termo *globalização* parece ter sido utilizado pela primeira vez pela Folha de São Paulo de 1994 em matéria sobre a possibilidade de se firmar acordo de livre comércio entre Brasil e Canadá³. No que diz respeito a produções acadêmicas, a menção mais antiga, segundo consta na base de dados *Scielo*⁴, parece ser artigo de 1987 intitulado *Ações de Enfermagem direcionadas à globalização da assistência ao deficiente mental: ensaio da aplicabilidade dessas ações*, de autoria de Janete Vieira de Moura Freitas (1987).

Elaborada a partir de dados fornecidos por James e Steger (2014) e extraídos do Banco de Teses e Dissertações da Capes⁵ e do Portal Scielo, base de dados bastante representativa da produção acadêmica brasileira, a Tabela 1 busca dar uma ideia da vastidão de estudos que, entre artigos, teses e dissertações acadêmicas, matérias jornalísticas e outros tipos de publicações, fazem menção, direta ou indiretamente, a globalização nas línguas inglesa e portuguesa a partir das décadas de 1980 e 1990⁶. Somados os dados das bases pesquisadas por James e Steger (2014) e as fontes brasileiras, temos um total de mais de 400 mil publicações que mencionam, de uma forma ou de outra, o termo globalização, em inglês e português. Esse número, entretanto, pode não ser totalmente preciso, pois é provável que uma mesma publicação conste em mais de uma base de dados. Ainda assim, o número revela o quão popular, estudado e discutido o tema se tornou nas últimas décadas.

Para além das discussões a respeito de quando surge o termo ou de quando o mesmo se populariza, o cenário crônico de discordâncias fica ainda mais evidente, relevante e diverso quando se discute a que o termo se refere. A esse respeito as discordâncias se embrenham em meio à variadas definições, explicações e

³ <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/1/19/painel/2.html> (última visita 10/08/2015)

⁴ http://search.scielo.org/?fb=year_cluster%3A30&lang=pt&q=+%28ti%3A%28globaliza%C3%A7%C3%A3o%29%29&where=&filter%5Bla%5D%5B%5D=pt#year_cluster (última visita 10/08/2015)

⁵ <http://bancodeteses.capes.gov.br/> (última visita 10/08/2015)

⁶ Tanto na base da CAPES quanto na da Scielo, a pesquisa foi refinada para mostrar resultados referentes somente à menção, no título, assunto ou palavras-chave, do termo *globalização*, em português, respeitando, assim, os mesmos parâmetros de James e Steger (2014).

proposições. Em outras palavras, saímos das discussões sobre o *termo* para discordar sobre o *conceito*. O que é globalização? É processo, condição ou fenômeno? Diz respeito à fluxos ou a fixos? Refere-se ao processo de anulação ou obsolescência de condições e características locais operado por forças atuantes na escala global? É processo recente ou remonta ao início dos tempos? E – o que talvez seja a questão mais fundamental – a quem e para que serve tal conceito? Essas, entre tantas outras, são algumas das questões feitas pelos muitos autores, das mais variadas disciplinas e ciências, tendências teórico-conceituais e posicionamentos políticos, dentro ou fora da academia.

Base de Dados	Total	Tipo	Mencionado no	Ano da primeira menção
Factiva	355,838	s/d*	s/d	s/d
Expanded Academic ASAP	7737	5976 periódicos	Título	1986
		1404 revistas		1984
		355 notícias		1968
ISI Web Expanded	8970	s/d	Título	1968
EBSCO Database	17188	s/d	s/d	1975
Proquest Newspaper Database	25856	Artigos em Jornais	s/d	1971
Banco de Teses e Dissertações da CAPES	41	15 Teses	Título	Entre 2011 e 2012**
		26 Dissertações		
	120	32 Teses	Palavras-chave	
		88 Dissertações		
Scielo	202	Artigos	Título	1987
	281	Acadêmicos	Assunto	1993

Tabela 1 - Uso do termo Globalization e Globalização (Elaboração própria a partir de dados James e Steger (2014), Banco de Teses e Dissertações CAPES e da Scielo)

* s/d = sem distinção

** O Banco de Teses e Dissertações da CAPES, até o momento em que essa tabela foi feita, fornece dados referente somente a teses e dissertações defendidas no Brasil entre os anos de 2011 e 2012.

Se as questões são diversas, as respostas são ainda mais. Fato é que não há uma única definição que seja aceita pela maioria. Dito de outra forma, não há consenso geral sobre o que significa globalização. Pelo contrário, o que há, como notado e sublinhado em boa parte da literatura sobre o tema, é um mar de definições contraditórias e até mesmo antagônicas. Em artigo publicado no âmbito do programa *Geopolitical Implications of Globalization and Transnational Security*, do *Geneva Centre for Security Policy*, Nayef Al-Rodhan e Gérard Stoudmann (2006) compilaram 114 definições sobre globalização formuladas entre 1974 e 2006 por toda sorte de estudiosos sobre o tema, desde acadêmicos e jornalistas a bancos e organizações internacionais – como Banco Mundial, OECD e FMI – e até mesmo países e instituições estatais⁷.

Na compilação de Al-Rodhan e Stoudmann (2006), em meio a uma centena de definições, globalização é por vezes definido como processo pelo qual o mundo se converte em um grande *shopping center* (MOSS KANTER, 1995); como intensificação do nível de interdependência e integração entre economias nacionais (DICKEN, 1992; GILPIN, 2001; KEOHANE, 2002); como uma nova roupagem para colonização (NEERAJ, 2001); ou, segundo definição do governo canadense, como o aumento nos níveis e velocidades de fluxos de bens, serviços, mão de obra, tecnologia e capital por todo mundo (AL-RODHAN e STOUDMANN, 2006, p. 17). Com efeito, toda essa diversidade de definições faz com que globalização seja uma espécie de termo genérico, podendo vir a significar qualquer coisa, ou coisa alguma. Nesse sentido, por exemplo, Susan Strange (1996, p. xiii) descreve globalização como “*a term which can refer to anything from the Internet to a hamburger*”.

Ainda assim, em meio a tantas discordâncias e variedades de definições, há algum consenso, ou, pelo menos, alguma convergência. É frequente que se estabeleça relação direta, e pouco problematizada, entre capitalismo e globalização, de modo que o conceito de globalização passa a exprimir, de uma forma ou de outra, processos e condições transformadoras do próprio capitalismo. Esse elo entre globalização e capitalismo aparece claro e quantificado na

⁷ Em meio a tantas definições, Al-Rodhan e Stoudmann formulam a sua própria definição nos seguintes termos: “Globalization is a process that encompasses the causes, course, and consequences of transnational and transcultural integration of human and non-human activities” (AL-RODHAN e STOUDMANN, 2006, p.5)

compilação de Al-Rodhan e Stoudmann (2006): das 114 definições compiladas, 67 fazem menção, de uma forma ou de outra, a transformações inerentes especificamente ao capitalismo. Com efeito, globalização deixar de existir, pelo menos enquanto conceito, como algo em si, o que faz com que se perca de vista a possibilidade de encontrar sua própria complexidade e potencialidade.

Dada força desse consenso que reduz globalização a capitalismo, essa tese o assume como ponto de partida para a discussão mais aprofundada do que é globalização. Por isso, o capítulo 1 se debruça especificamente sobre a problemática de se igualar globalização ao capitalismo global. O gancho para travar tal discussão é texto publicado pela acadêmica socialista britânica, Ellen Meiksins Woods (1996; 1997), no qual a autora nos apresenta essa equalização entre globalização e capitalismo global como uma maldição que recai sobre o conceito. Na percepção da autora, globalização, reduzido a uma expressão de um capitalismo globalizado, seria uma espécie de conceito que reifica a vitória distópica da lógica capitalista por todo o globo. Definido dessa forma, globalização, na perspectiva do pensamento de esquerda – que, ainda que de forma fragmentada e diversa, se esforça historicamente pela superação do capitalismo como lógica socioprodutiva hegemônica – implicaria a derrota total e completa da própria esquerda, uma vez que, globalizado, o capital teria tomado todos os espaços e ocupado todas as mentes. De certa forma, portanto, a maldição da globalização ressona a parca tese de Fukuyama (1992) de que a história teria encontrado seu fim.

No entanto, ainda no capítulo 1, não será discutido somente o caráter amaldiçoado da globalização. Uma vez que há uma maldição, o objetivo é encontrar uma saída, um antídoto que a reverta. Esse antídoto é encontrado na literatura de esquerda sobre globalização, principalmente a partir dos estudos sobre o capital de Karl Marx (1990; 2011), e das abordagens socioespaciais de Henri Lefebvre (LEFEBVRE, (1974) 1991), David Harvey (2001; 2005) e Milton Santos (2001), sendo este último aquele que nos entrega diretamente a antídoto para a globalização amaldiçoada.

Em *Por Uma Outra Globalização*, Milton Santos (2001) abre nossas percepções para a perspectiva de que globalização não é processo que se resume ao capital, pelo contrário, diz respeito à construção do globo enquanto um espaço

puramente humano. Santos, por esse caminho, entrega globalização enquanto um conceito que reifica não a força do capital, mas a capacidade de agência da espécie humana como um todo. Na outra globalização pensada e desejada por Santos, as palavras chave são *espaço, planeta e humanidade*. Por essa perspectiva, todavia o capitalismo não sai de cena, ele só é reposicionado para ocupar a posição que de fato ocupa: uma entre tantas outras lógicas socioprodutivas que se projetam sobre o espaço do planeta.

O capítulo 2 dá sequência a percepção não amaldiçoada apresentada nas seções finais do capítulo 1. No entanto, para seguir nessa linha e não cair o risco de voltar à definição amaldiçoada de globalização, faço uma inflexão e me debruço sobre o conceito da mundialização para pensar o processo da globalização. Mundialização pode ser entendida como uma versão francófona do termo *globalization*. No entanto, uma análise um pouco mais aprofundada do termo e das proposições analíticas que dele derivam, deixa claro que a diferença não é simplesmente em termos de linguagem: os debates e discussões sobre mundialização abrem novos caminhos para a compreensão do processo da globalização. Como diz Kostas Axelos (2005), filósofo grego radicado na França que, na década de 1960, editou o importante periódico *Alternatives*, no qual se deram os principais debates sobre mundialização, “*globalization is a kind of mondialisation without the world*”.

Os debates sobre *globalization* retiram o mundo da sua equação, ou seja, retiram a centralidade ontológica desempenhada pelo espaço sobre tudo aquilo que diz respeito à vida, seja em sua dimensão natural ou social. Ao trazer o mundo para o centro da discussão, o conceito da mundialização permite o desenvolvimento de novas abordagens analíticas, munidas de um vocabulário teórico conceitual distinto e mais rico do que aquele que deriva do conceito de globalização derivado de sua versão reduzida ao capitalismo global. Nesse segundo capítulo, serão abordadas e instrumentalizadas as discussões teórico-filosóficas de Kostas Axelos (1968; (1984) 2006; 2005) e Henri Lefebvre (2003a; 2009a; 2009b), assim como as proposições do jovem Marx em sua tese de doutorado, tão fundamentais para a compreensão dos pensamentos de Axelos (1968; (1984) 2006; 2005) e Lefebvre (2003a; 2009a; 2009b).

Ainda no capítulo 2, uma vez apresentado e discutido o conceito de mundialização, retornarei ao conceito de globalização, de modo a repensá-lo a partir do que foi discutido acerca da mundialização. Proponho que a grande diferença entre ambos conceitos se dá no que diz respeito a escala. Na globalização, espaço e escala aparecem como elementos etimológicos: o *globo*, raiz etimológica da palavra globalização, denota, ao mesmo tempo, o *espaço* e a *escala* do planeta. Essa complementariedade não aparece necessariamente nos conceitos de mundo e mundialização. Como Lefebvre frisa, algo pode ser mundial sem ser global. Ou, como infiro a partir de Axelos, a unidade planetária do Mundo se fragmenta em múltiplas unidades mundiais que não são globais em escala. Para frisar essa complexidade escalar, termino o segundo capítulo com uma discussão acerca da imbricação entre a territorialidade e a supraterritorialidade. O argumento que busco construir é de que essa imbricação é a marca mais característica das dinâmicas e processos globais que marcam o mundo em que vivemos. Esse argumento é fundamental para segunda parte da tese, uma vez que, como buscarei demonstrar, megaeventos são, ao mesmo tempo, fruto de dinâmicas supraterritoriais e territoriais, ou, mais precisamente, são fruto da atualização do supraterritorial no territorial.

O terceiro capítulo, por sua vez, tem como objetivo instrumentalizar em um vocabulário teórico-conceitual, para ser usado na segunda parte da tese, a discussão filosófica travada no capítulo 2 a partir do caminho aberto no capítulo 1. É possível dizer que o capítulo 3 é o capítulo epistemológico/metodológico da tese. Por meio do conceito de *espacialização social*, conforme formulado por Rob Shields (1991; 2013), a discussão travada nos capítulos anteriores é convertida em um conjunto de conceitos que compõe um vocabulário capaz de abrir para análise e compreensão processos de realização espacial concreta. Na lógica do conceito de *espacialização social*, que Shields (1991; 2013) desenvolve em diálogo constante com a obra de Henri Lefebvre, o processo da espacialização pode ser analisado como a passagem daquilo que antes existiu como virtual para uma existência atual. Essa passagem do virtual – intangível, possível e não realizado – para o atual – tangível, existência concreta e realizada – é fundamental para pensar o processo de realização concreta de megaeventos.

Nos capítulos 4 e 5, que constituem a segunda parte da tese, esse vocabulário é diretamente utilizado para analisar o processo de organização e realização de megaeventos. Para tal, na lógica da passagem do virtual para o atual formulada por Shields por meio do conceito de *espacialização social*, os capítulos se dividem da seguinte maneira. No capítulo 4, será abordado a fase da *virtualização*, na qual se elaboram os elementos virtuais, as *virtualidades*, a partir das quais toda e qualquer edição de megaeventos esportivos são produzidas concretamente. Divido essa fase em duas etapas – *elaboração* e *associação*. A primeira etapa recebe essa alcunha pois é nela que se elabora o elemento mais básico e constante de todo megaevento: seu modelo de negócios, que, por sua vez, é composto pela comodificação do esporte a ser praticado no evento e pela conversão do próprio evento em uma marca. Além disso, dentro das seções que se dispõem a discutir a etapa da elaboração da fase da virtualização, discutirei a importância fundamental da existência de organizações supraterritoriais, como a FIFA e o COI, para a realização concreta de megaeventos esportivos.

Ainda no capítulo 4, após discussão sobre a etapa da elaboração, discutirei a segunda etapa da fase da virtualização. Denomino esta etapa de associação, pois, uma vez elaborado o modelo de negócios que possibilita a existência de megaeventos, estabelece-se um complexo entre múltiplos atores com capacidades e interesses distintos, que se unem para a realização concreta do evento. Defino esse complexo como *complexo esportivo-midiático-comercial*, pois este reúne não só representantes diretos do mundo dos esportes, mas também corporações midiáticas e comerciais que se associam a organizações esportivas para, conjuntamente, tocarem a empreitada de fazer acontecer esses eventos. Esse complexo, por sua vez, faz com que megaeventos se apresentem como *plataformas móveis*, capazes de fluir por todo o espaço do globo e estacionar temporariamente sobre territórios distintos, instalando seu modelo de negócio e realizando concretamente o evento. Isso nos leva, todavia, ao próximo e último capítulo.

O capítulo 5 se debruça diretamente sobre o que denomino como a fase da atualização de megaeventos esportivos. Nessa fase, a plataforma móvel e supraterritorial do megaevento se atualiza concretamente sobre os lugares que o sedia. É nessa fase que entra em cena o parceiro territorial, sem o qual não há

qualquer possibilidade real de megaeventos esportivos existirem para além de sua manifestação virtual. Se no capítulo 4 era possível travar uma discussão um tanto genérica sobre megaeventos, buscando analisar o modelo que se repete em toda e qualquer edição, no capítulo 5 a discussão tem de ser mais pontual. Isso se dá devido ao fato de que, ao atualizar-se, a plataforma megaevento se territorializa, ou seja, instala-se dentro de limites territoriais de Estados e cidades. É nessa fase que a imbricação entre o supraterritorial e o territorial fica mais evidente, pois é nessa fase que o Estado – forma socioespacial de autoridade territorial – se associa à plataforma. Por essa razão, ainda que essa tese não seja especificamente sobre os megaeventos realizados no Brasil, nesse último capítulo serão discutidos a motivação do Estado brasileiro de receber esse tipo de evento, além dos impactos que eles invariavelmente causam nos lugares em que são realizados, com especial atenção dedicada ao caso do Rio de Janeiro, cidade que vem recebendo toda sorte de megaeventos a quase uma década.

Essa tese não termina oferecendo uma conclusão, pelo contrário, digo que essa tese não se conclui. Como será explicado nas considerações finais, última seção da tese, este é um trabalho intermediário, que busca construir uma base e vocabulário teórico-conceitual para a compreensão de megaeventos esportivos como um todo. Como ficará claro para o leitor ao longo da tese, há uma lacuna fundamental que não é preenchida pela tese. Essa lacuna se apresenta como possibilidade de continuação do trabalho que se inicia nessa tese. Dito isso, espero que a leitura seja agradável.

Parte I – Globalização

1. Da maldição ao antídoto

1.1. The albatross about my neck was hung

Em 1996, Ellen Meiksins Woods publicou no periódico britânico *Monthly Review* artigo intitulado *Modernity, Postmodernity, or Capitalism?* (WOODS, 1996). Publicado em um momento marcado pelo advento de novas tecnologias da informação, que, como a internet e computadores pessoais, encontravam-se em franca expansão pelo globo, o artigo de Woods (1996) estabelece um diálogo crítico com leituras de David Harvey (1992) e Fredric Jameson (1996) que sugerem, cada um a sua maneira, que essas entre tantas outras inovações tecnológicas seriam indicativas de que a época moderna cedera espaço para outra, surgida de dentro de suas entranhas: a pós-modernidade.

Ambos os autores definem pós-modernidade nos termos de inovações e transformações inerentes ao sistema capitalista. Segundo Fredric Jameson (1996), pós-modernidade seria uma lógica cultural característica, efeito do processo de desenvolvimento e amadurecimento do capital. Tal lógica marcaria uma fase específica do capitalismo, a qual Jameson (1996) deu o nome de *capitalismo tardio*. David Harvey (1992), por sua vez, sustenta que inovações tecnológicas proporcionaram a superação da acumulação de tipo *fordista*, que se caracterizava pela produção de massa de bens de consumo padronizados⁸ e por uma divisão internacional do trabalho.

O argumento de Harvey (1992) parte da percepção que tipos de acumulação marcam períodos históricos. O *fordismo*, um dos fatores mais preponderantes para a força industrial dos EUA no início do século passado, constituiu o auge da força da modernidade. Já a pós-modernidade seria marcada por uma acumulação de tipo *flexível*⁹, caracterizada pela flexibilização das regulamentações e relações

⁸ A padronização, marca d'água do fordismo, torna-se evidente na fala do próprio Ford. Em sua autobiografia *Life and Work*, Henry Ford, ao falar sobre a popularização do modelo Ford T, um dos primeiros de sua fábrica, ressaltou o seguinte: “Any customer can have a car painted any colour that he wants so long as it is black” (FORD e SAMUEL, 1922, p.72)

⁹ Segundo define David Harvey (1992), a acumulação flexível “é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processo de trabalho, dos mercados de

trabalhistas, assim como a centralidade do capital financeiro e especulativo e a hegemonia da noção de produção *just-in-time*.

No artigo de 1996, Woods questiona o que essas proposições de Harvey (1992) e Jameson (1996) acerca da pós-modernidade dizem sobre a maneira como ambos autores entendem o próprio capitalismo. O ponto central do questionamento está em compreender se os elementos e lógicas que ambos apontam como sendo os mais fundamentais e elementares ao capitalismo são, de fato, centrais e estruturantes a ponto de, quando impactadas de forma transformadora, fazer com que o capitalismo entre em uma nova fase de seu processo evolutivo. Segundo a percepção de Woods (1996), Harvey (1992) e Jameson (1996) conferem centralidade demasiada à questões tecnológicas, que, para ela, não são tão fundamentais assim:

To see these developments as a major epochal rupture, you have to focus on the more or less autonomous logic of technology, whether it is the technology of the labor process or the technology of marketing. My emphasis here is on the logic of capitalism, not some particular technology or labor-process but the logic of specific social property relations. There certainly have been constant technological changes, and changes in marketing strategies. *But these changes do not constitute a major epochal shift in capitalism's laws of motion.* (WOODS, 1996, p. 35 - 36) (meus itálicos)

No ano seguinte, o romancista socialista cingalês Ambalavaner Sivanandan (1997) publicou, também na *Monthly Review*, artigo crítico aos argumentos sustentados por Ellen Woods (1996) um ano antes. Segundo ele, configurações tecnológicas e formações culturais estão no cerne do que sustenta e define o capitalismo. Na sua perspectiva, a mudança de um implica a mudança de outro e vice-versa:

trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (...). Elas também envolve um novo movimento que chamarei de 'compressão espaço-tempo' o mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado" (HARVEY, 1992, p.140)

(...) the point I want to make (...) is that the qualitative changes brought about at the level of the forces of production have brought about changes in the modes of production which, in turn, have led to changes in social relations. *If 'the hand mill gives you society with the feudal lord and the steam-mill gives you society with the industrial capitalist', the microchip gives you society with the global capitalist.* To insist, as Ms. Woods does, that the emphasis should be on 'the logic of capitalism, not some particular technology or labor process but the logic of specific social property relations', is to overlook the way that such technology or labor process have altered social property relations. (SIVANANDAN e WOODS, 1997, p. 20) (itálicos meus)

Em resposta à crítica de Sivanandan (1997), Woods (1997) publica, também na *Monthly Review*¹⁰, réplica na qual sustenta que, se o conceito de pós-modernidade, como pensado por Jameson (1996) e Harvey (1992), não é de todo capaz de evidenciar transformações intrínsecas às leis de movimento (*laws of motion*) do capitalismo, talvez o conceito de globalização seja.

In my discussion of postmodernity, I left open the possibility that some kind of epochal shift has indeed taken place, but I questioned the account of that shift associated with the idea of 'postmodernity'. Sivanandan gives us an admirably lucid summary of the kind of thing I was objecting to: 'the microchip', he tells us, 'gives you society with the global capitalist'. The new technologies have inevitably given rise to a new kind of capitalist system, with 'global assembly lines', an 'international bourgeoisie' and freely mobile capital which can 'walk to any part of the world where labour is cheap and captive and plentiful', bypassing the nation-state and leaving in its wake an essentially powerless working class (if, indeed, such a working class can still be said to exist at all). (...) *So the epochal shift Sivanandan has in mind can be summed up under to rubric of 'globalization'.* (SIVANANDAN e WOODS, 1997, p. 22, 23) (meus itálicos)

Nesse novo artigo, Woods (1997) ressalta o que já era o cerne do argumento apresentado no artigo de 1996: uma leitura sobre globalização enquanto processo de *universalização do capitalismo* (SIVANANDAN e WOODS, 1997, p. 23). Segundo ela, essa sim seria a característica marcante de uma possível nova época. Na maneira como formula a autora, o termo *universal* tem duas conotações distintas, porém complementares. De um lado, a universalização do capitalismo ressalta o fato de que o capitalismo havia se disseminado de forma hegemônica pelo globo, impondo e universalizando suas características, demandas, interesses e

¹⁰ Ambos artigos, a crítica de Sivanandan e a réplica de Woods, foram publicados conjuntamente, por isso a referência bibliográfica de um é, também, a do outro.

imperativos por todo o planeta, tornando-se, portanto, global em escala. Por outro lado, o capitalismo universalizado remete também ao fato de que o capital se expande penetrando dimensões da vida que até aquele momento não havia penetrado. A noção da universalização do capital implica certa percepção de que o capitalismo avançou como que em um sistema hidráulico, penetrando, preenchendo e se apropriando da totalidade das relações e das instituições que caracterizam e possibilitam a vida cotidiana. Por essa segunda conotação, o capital, além de ter-se tornado global, tornou-se, também, total.

Por essa percepção, universalizado, o sistema capitalista não teve as suas leis elementares transformadas, não houve inflexão no que Woods (1996; 1997) denomina como as *laws of motion* do capital, o eterno movimento circular de acumulação e produção que transforma *ad infinitum* o excedente em lucro. Globalização, não pós-modernidade, seria, segundo Woods (1997), conceito apropriado para expressar novidades e transformações características de uma nova época na existência evolucionária do capitalismo. Época esta que não se caracteriza por uma transformação à lógica intrínseca ao capitalismo, mas sim por uma expansão sem precedentes da mesma lógica circular que sempre informou o capitalismo. Na perspectiva de Woods (1996; 1997), globalização não remete a inflexão, mas a intensificação.

Para além das discussões travadas na *Monthly Review* – periódico de reconhecida importância para o pensamento de esquerda, ou seja, para um tipo de pensamento que, por meio da *crítica imanente*¹¹, busca, de alguma forma, a superação do sistema capitalista e de suas contradições e imposições – a percepção de que globalização seria conceito apropriado para ressaltar que o capitalismo encontra-se em nova fase parece indicar que há algum consenso em meio a tantas definições contrastantes e divergentes. De fato, como sugere Susan Strange (1996), globalização é um tipo de termo genérico, capaz de se referir a

¹¹ Da perspectiva marxista-hegeliana, a *crítica imanente* é aquela construída não através de conceitos, noções ou valores externos ao objeto criticado, mas que se dá exatamente por dentro do objeto. Como ensina Andrew Buchwalter: “*immanent critique evaluates reality not with alien principles of rationality but with those intrinsic to reality itself. An immanent approach to social criticism exposes the way reality conflicts not with some "transcendent" concept of rationality but with its own avowed norms. In Hegelian speculation Marx found the rudiments of an objective or "scientific" approach to critical theory, one in which reality is challenged not with arbitrary constructions but with norms whose acknowledged validity is part and parcel of reality itself.*” (BUCHWALTER, 1991, p.254)

qualquer coisa, da internet ao hambúrguer. Mas entre a internet e o hambúrguer, está, como uma espécie de fio condutor, o conceito de globalização como uma metonímia para *capitalismo global*.

O elo entre globalização e capitalismo aparece claro e quantificado na compilação de definições feita por de Al-Rodhan e Stoudmann (2006), das quais 67, entre 106, fazem menção, de uma forma ou de outra, a transformações inerentes especificamente ao capitalismo. A ideia de um capitalismo global está presente já na primeira definição compilada. Em 1974, Immanuel Wallerstein (1974) apresenta globalização como “*the triumph of a capitalist world economy tied together by a global division of labour*”. O elo entre capitalismo e globalização é igualmente central na leitura de Robert Cox (1994), que, em um simpósio sobre inovações no multilateralismo, em Lausanne, França, definiu globalização como tendência de internacionalização da cadeia de produção, de constituição de nova divisão internacional do trabalho, do surgimento de novos movimentos migratórios e a de um novo ambiente competitivo, integrando economias nacionais a uma coerência capitalista que abarca a todo o globo.

Esse tipo de leitura específica sobre globalização não é, todavia, exclusividade de acadêmicos críticos ao sistema capitalista. Pelo contrário, os próprios operadores da expansão do sistema capitalista também constroem e pautam-se nesse tipo de leitura. Tomemos como exemplo o Banco Mundial, que, em relatório de 2001, define globalização como “*the growing integration of economies and societies around the globe under capitalism*” (World Bank, 2001 *apud* AL-RODHAN e STOU DMANN, 2006). Na mesma toada, o Fundo Monetário Internacional (FMI) apresenta, em relatório de 1997, globalização como “*(...) the growing economic interdependence of countries worldwide*” (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 1997). Alguns anos depois, o FMI atualiza sua percepção apresentando globalização como uma *força irreversível*, a qual Estados deviam adequar-se, assumindo, de certa maneira, um posicionamento que alimenta discursos infundados de que *não há alternativa*.

Segundo argumenta o relatório, Estados deviam implementar reformas necessárias para abrir e integrar suas economias a um mercado global¹²:

Many countries are still in the earliest stages of integrating with the global economy. Even so, they must still shoulder the main responsibility for making globalization work to their advantage. A country opening up to the global economy should have the institutional capacity to implement necessary structural reforms (such as trade and capital account liberalization) and should adhere, as a general rule, to a flexible exchange rate regime. (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2002)

Essa convergência de percepção e leitura entre atores de posicionamentos tão adversos parece ser um dos aspectos mais significativos acerca da tese do capitalismo global e de sua importância para estudos sobre globalização. Woods (1997), sugere que essa convergência talvez seja o principal problema sobre globalização, pois a tese do capitalismo global traz consigo um diagnóstico que, na perspectiva daqueles que buscam ultrapassar o capitalismo, é aterrorizante: o capitalismo é hoje hegemônico em escala global e nas mais diversas dimensões da vida, seu poder já não se encontra circunscrito em uma ou outra porção espacial, mas tomou o Planeta inteiro de assalto.

Nesses termos, globalização parece ser uma espécie de Golias, que avança e cresce mais rápido do que Davi é capaz de recolher pedras. De certa maneira, portanto, a tese do capitalismo global – ou, nos termos de Woods, do capitalismo universal – ressoa a tese do *fim da história* de Fukuyama (1992), que decretava, no mesmo momento em que globalização se popularizava como um *buzzword* por todo o mundo, a vitória suprema do capital sobre a história como um todo. Para Woods (1997) essa estranha convergência de leituras e diagnósticos que se constituiu em torno da ideia do capitalismo global é, do ponto de vista da esquerda, uma maldição:

¹² Uma vez que muito Estados não têm recursos para tal, o FMI se coloca na posição de fomentar tais reformas, desde que os governos respeitem determinadas condicionalidades: “*It is encouraging true national ownership of reforms by streamlining the conditions attached to IMF-supported programs. While conditionality remains essential, countries must themselves take responsibility for implementing the necessary reforms.*” (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2002)

I think the concept of ‘globalization’ as it is commonly understood is *the heaviest ideological albatross around the neck of the left today*. In the conventional wisdom about globalization, the left now occupies the same ground as the neoliberal right, in a historically unprecedented kind of ideological alliance. This conventional wisdom serves as an excuse for the most complete defeatism and for the abandonment of any kind of anti-capitalism Project. In the current conception of globalization, left joins right in accepting that ‘There Is No Alternative’ – not just no alternative to capitalism but to a more or less (the right goes for more, the left somewhat less) ruthlessly flexible capitalism. (SIVANANDAN e WOODS, 1997, p. 23) (meus itálicos).

A expressão ressaltada em itálico na citação acima – *the albatross around the neck* – usada por Woods (1997) para indicar o tanto que globalização é um peso e problema para a esquerda, é bastante popular entre britânicos e deriva de famoso poema de Samuel Taylor Coleridge, intitulado *The Rime of the Ancient Mariner*. Escrito nos últimos anos do século XVIII, o poema, originalmente publicado na primeira edição do *Lyrical Ballads*, em 1798, conta a estória de um velho marinheiro, capitão, que carrega consigo uma poderosa e pesada maldição.

Em uma viagem em alto mar, a embarcação guiada pelo velho capitão foi atingida por uma forte tempestade, sendo desviada de seu caminho original e indo parar nas geladas, revoltas e embaçadas águas da Antártica. Em meio a gelo, neblina e frio, muito frio, surge um albatroz. De forma espontânea, o pássaro passa a guiar o barco para fora da Antártica, libertando a embarcação e seus tripulantes do império do gelo. Tripulação e capitão acreditaram que o albatroz, símbolo de boa sorte, trouxera consigo os ventos que os tiraram daquela terra inóspita. Agradecidos, alimentam o pássaro, que passa a acompanhá-los assegurando que ventos fortes e certos guiarão a embarcação ao seu destino final.

Sem muitas explicações, todavia, o capitão atira com sua besta no albatroz e o mata com uma flechada certa. Assim que o pássaro caiu morto, os ventos abundantes que os retiraram da penúria gelada foram ralentando até pararem por completo. A embarcação e tripulação, antes salvos pela sorte do albatroz, encontraram-se aprisionadas em um mar inerte e rodeado por nada além de água salgada. O albatroz, morto por assassinato, tirou-lhes os ventos. Com cada vez menos comida e água potável, e sem sinais de que os ventos retornariam, a tripulação atribuiu responsabilidade por tamanho infortúnio ao ato inexplicável e

impetuoso do capitão. Pelo resto de sua vida, o impulsivo capitão carregaria consigo a marca daquele que atirou no albatroz e amaldiçoou toda viagem. “*The albatross about my neck was hung*”, eis a frase dita pelo capitão sobre seu próprio infortúnio da qual deriva a expressão popular utilizada por Woods (1997).

Um albatroz morto pela flecha de um capitão equivocado e impetuoso, metáfora bastante apropriada para expressar o peso da globalização para o pensamento de esquerda: um conceito distópico incapaz de ressaltar nada além do que desgraça e derrota. Mas, é importante ressaltar, o albatroz só vira uma maldição depois de assassinado. Antes, era símbolo de boa sorte, de bons ventos. Se a globalização é o albatroz pendurado no pescoço da esquerda, como ressaltava Woods (1997), quem atirou a flecha? É possível pensar em uma globalização não maldita? Entendo que sim, no entanto, para tal, é preciso entrar na disputa e construir uma nova definição de globalização que sirva para outros fins que não celebrar ou lamentar uma suposta vitória universal da lógica capitalista sobre o globo. A história está longe de acabar, se é que um dia acabará. Portanto é real a possibilidade de nos livrarmos do peso do albatroz e encontrarmos, como diz Milton Santos (2001), uma outra globalização.

1.2. Da maldição

Para melhor compreendermos o caráter maldito da globalização, tomemos com exemplo a maneira como Theodore Levitt (1983) – a quem o *New York Times* tão equivocadamente creditou o termo globalização e a quem a publicação britânica *The Economist*¹³ coloca, ao lado de Thomas Friedman (2005), como um dos *gurus da globalização* – a define .

Levitt (1983) define o processo da globalização nos termos da homogeneização das preferências e demandas de consumidores em escala global. Novas tecnologias de comunicação e informação seriam o motor desse processo. Da sua perspectiva, o globo estaria em marcha direta para uma convergência universal de padrões, gostos, demandas, imperativos e vontades. Antigas barreiras

¹³ <http://www.economist.com/node/13167376> (última visita 20/08/2014)

e especificidades sociais, culturais e econômicas estariam se desfazendo em velocidade semelhante a da disseminação de novas tecnologias de propagação global de informação.

Com efeito, ainda de acordo com os argumentos de Levitt (1983), a despeito de todas evidências de que a Terra é um globo com superfície de topografia acidentada – um *geóide* –, o planeta estaria se tornando plano e homogêneo¹⁴: “*The Earth is round, but for most purposes it’s sensible to treat it as flat*”, ensina o professor (LEVITT, 1983)¹⁵. Nesse espaço plano, características, padrões e preferências econômicas estariam livres para se integrarem em um único espaço de fluxos de capital. Por essa perspectiva, portanto, a história da expansão global do capitalismo é contada nos termos de homogeneizações e integrações que tensionam e ameaçam demarcações e diferenciações socioculturais tradicionais (LEVITT, 1983; FRIEDMAN, 2005).

Nesse ponto, é importante frisar que Theodore Levitt foi professor da *Harvard Business School* por décadas, sendo editor-chefe do *Harvard Business Review* por quatro anos. Durante esse período, Levitt transformou uma já prestigiada publicação acadêmica em um importante *journal* de gestão e marketing, dedicado a um público interessado não em teorizações ou debates intelectuais e acadêmicos, mas em encontrar formas e estratégias de aperfeiçoar a

¹⁴ Ainda que não falem evidências empíricas concretas, como fotos de satélites e cálculos matemáticos que provam a esfericidade do planeta em que habitamos, existem até hoje aqueles que creem realmente que a Terra é plana. Em 1956, foi fundado na Inglaterra por Samuel Shenton, a *Flat Earth Society*, organização que tem como objetivo demonstrar que a Terra é plana. Em 1984, Charles K Johnson, que dirige a organização até os dias de hoje, disse o seguinte: “*Historical accounts and spoken history tell us the Land part may have been square, all in one mass at one time, then as now, the magnetic north being the Center. Vast cataclysmic events and shaking no doubt broke the land apart, divided the Land to be our present continents or islands as they exist today. One thing we know for sure about this world...the known inhabited world is Flat, Level, a Plain World.*” <http://www.talkorigins.org/faqs/flaearth.html> (último acesso 21/06/2015)

¹⁵ Em 2005, Thomas Friedman (2005) publica *The World is Flat*, no qual argumenta que o século XXI presencia uma terceira fase da globalização, ou, nos termos do autor, globalização 3.0. Segundo argumenta Friedman, na primeira fase, ou globalização 1.0, anterior ao século XIX, Estados eram o único ator que conseguiam se mover em um mundo em processo de integração. Já na globalização 2.0, do século XIX até os anos 2000, corporações multinacionais emergiram como atores capazes de se mover e de ditar, de alguma maneira, os ritmos das trocas globais. Na terceira fase, ou globalização 3.0, indivíduos são, cada vez mais, capazes de se relacionar com outros indivíduos em pontos distantes do globo, consolidando um processo de integração das capacidades interacionais e de troca (FRIEDMAN, 2005).

condução e expansão de seus negócios e empresas. Os fins eram iminentemente pragmáticos, objetivos e instrumentais.

Como informam *New York Times* e *The Economist*, uma vez publicado, *The Globalization of Markets* (LEVITT, 1983) foi reimpresso centenas de milhares de vezes, tendo sido lido e discutido por *CEOs*, executivos e investidores das mais variadas áreas e negócios. Foi para esse público, para seus propósitos, que o artigo foi escrito. Sob o comando de Theodore Levitt, o *Harvard Business Review* se converteu em um importante instrumento de resolução de problemas, concretizando-se como importante farol para caminhos de sucesso e lucro, sendo *The Globalization of Markets* (LEVITT, 1983), por seu diagnóstico e definição de globalização, uma importante lâmpada nesse farol.

Antes de seguir analisando os argumentos de Theodor Levitt (1983), peço licença ao leitor para uma curta digressão sobre a função da teoria e de elementos teóricos conceituais. Essa digressão tem como objetivo enfatizar o poder instrumental e, portanto, prático de conceitos e definições, ressaltando ainda mais a importância de disputar o sentido de conceitos poderosos, mas reduzidos a uma parte de sua complexidade, como o da globalização.

Em 1981, Robert Cox publica no periódico *Millennium* artigo intitulado “*Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*” (COX, 1981)¹⁶. Nele, Cox (1981) apresenta o seguinte argumento:

Theory is Always *for* someone and *for* some purpose. All theories have a perspective. Perspectives derive from a position in time and space, specifically

¹⁶ Ao lado de Andrew Linklater, Richard Ashley, Mark Hoffman e Mark Neufeld, Cox foi um dos responsáveis pela chamada *virada crítica* nas teorias de Relações Internacionais, que, da maneira como a entendo, buscou, entre outras inovações, problematizar a compreensão da função e importância do pensamento teórico dentro e fora dos limites disciplinares das Relações Internacionais. Segundo Price e Reus-Smit: “Critical international theory takes modern and postmodern forms. These forms are united by four common intellectual orientations. Epistemologically, critical theorists question positivist approaches to knowledge, criticizing attempts to formulate objective, empirically verifiable truth statements about the natural and social world. Methodologically, they reject the hegemony of a single scientific method, advocating a plurality of approaches to the generation of knowledge while highlighting the importance of interpretive strategies. Ontologically, they challenge rationalist conceptions of human nature and action, stressing instead the social construction of actors’ identities, and the importance of identity in the constitution of interests and action. And normatively they condemn value neutral theorizing, denying its very possibility, and calling for the development of theories explicitly committed to the exposure and dissolution of structures of domination” (PRICE e REUS-SMIT, 1998, p.261)

social and political time and space. (...) Of course, sophisticated theory is never just the expression of a perspective. The more sophisticated a theory is, the more it reflects upon and transcends its own perspective; but the initial perspective is Always contained within a theory and is relevant to its explication. There is, accordingly, no such thing as theory in itself, divorced from a standpoint in time and space. When any theory so represents itself, it is the more important to examine it as ideology, and to lay bare its concealed perspective. (COX, 1981, p. 128) (itálicos do autor)

Todo esforço de teorização demanda um conjunto de *definições, conceitos e categorias* que, quando agrupadas e convergentes, constituem um *instrumental teórico-conceitual* que tornam a teoria aplicável. Um instrumental teórico-conceitual é uma espécie de caixa de ferramentas analíticas. Definições, conceitos e categorias são as ferramentas mais fundamentais dessa caixa. É por meio desse instrumental e de suas ferramentas que uma teoria torna-se capaz de apreender dimensões e processos do real concreto e abri-las para compreensão e ação. Sem essa aplicabilidade, teorias se descolam da realidade e passam a funcionar em uma espécie de loop estéril, sendo capazes de, somente, compreenderem a si mesmo. Ao tornarem-se aplicáveis para fora de si, porém, teorias passam a assumir *funções* e passam a *servir* para a concretização dos propósitos que, segundo Cox (1981), informam-nas previamente.

Por essa perspectiva, percebe-se que instrumentais teórico-conceituais têm uma dupla função: *compreensão* e *ação*. Uma se dá em função da outra. Pois, ao possibilitarem compreensão, abordagens teóricas são capazes de expor e destrinchar elementos e aspectos fundamentais a partir dos quais pode-se desenhar estratégias e táticas de ação mais eficazes para quaisquer finalidades. Ao mesmo tempo, ao possibilitarem o desenhar estratégico da ação, abordagens teóricas tornam-se mais profundas e imanentes quando derivada diretamente da *práxis*¹⁷.

¹⁷ Da maneira como entendo, Cox (1981) fala a partir da centralidade da práxis que Marx tanto frisou. É a décima primeira tese de Feuerbach¹⁷, já ressaltada pelos frankfurtianos, que se fortalece na virada crítica de Cox (1981) para além das teorias *mainstream* das Relações Internacionais. Dela emana a necessidade de se posicionar através e pela ação e de fazer da busca pela compreensão da realidade ação transformadora. É a chama da utopia que alimenta um pensamento que busca a ação a partir da compreensão e faz da teoria útil e aplicável para fins que são simultaneamente internos e externos a ela. Internos pois informam e condicionam sua própria existência. Externos pois a teoria parte também do real concreto, o mesmo que ela busca abrir para compreensão.

Um dos pontos centrais que a virada crítica promovida por Cox (1981), entre outros, deixa claro, é a impossibilidade da *neutralidade axiológica*. Não há instrumentais teórico-conceituais neutros, não há teoria neutra. Há sempre perspectivas e propósitos anteriores à teoria em si. Dessa forma, perguntas como *o que é?* ou *a que se refere?*, fundamentais para qualquer esforço de teorização e análise, estão ancoradas *a priori*, de forma mais ou menos explícita, em perguntas como *para que serve?* ou, ainda, *a quem serve?*.

Voltemos, então, aos argumentos de Theodore Levitt (1983). Ao formular de maneira tão clara e simples esse contexto de novas possibilidades de consumo, Levitt (1983) fez do conceito globalização uma ferramenta poderosíssima, cuja capacidade e, acima de tudo, *função*, foi justamente iluminar um processo ainda incipiente, mas em pleno curso de consolidação. Formulado nesses termos, globalização virou uma chave para a inauguração de um novo mundo, mais homogêneo e mais aberto para a expansão global das mais diversas atividades e negócios. Como uma espécie de profecia autorrealizável, ao ressaltar um mundo plano e homogêneo e iluminar o caminho para o sucesso – as demandas de consumo homogeneizadas –, o conceito de globalização, conforme formulado por Levitt (1983), serviu como poderoso instrumento para a construção de um mundo plano de homogêneo.

Nos termos formulados por Levitt (1983), globalização foi, portanto, fundamental para resolver uma das questões mais condicionantes da lógica capitalista: como manter-se em constante movimento expansivo? Para resolver essa questão o conceito da globalização – reduzido a um elemento central ao capitalismo: o consumo – ilumina o planeta inteiro como um espaço plano e aberto para a expansão de um possível mercado integrado de proporções e escalas sem precedentes.

Desde aquele momento, início da década de 1980, a ideia de um mundo no qual o capital apresentava-se globalizado já parecia firmar-se como a máxima não só do século que se aproximava do fim, mas também daquele que estava por se apresentar. E isso não só do ponto de vista dos que operavam o capital, mas

também daqueles que se esforçavam para encontrar formas de superá-lo. Entre esquerda e direita, o século XXI seria o século da globalização do capital. O século do capitalismo global, no qual o mundo cada vez mais seria um grande mercado integrado pelas *laws of motion* (WOODS, 1996) do capital.

Uma vez iluminada a rota, operadores do capital, como, por exemplo, instituições financeiras internacionais e CEOs de grandes corporações com recursos suficientes para operar em escala planetária, não tardaram em zarpar com seus negócios para todos os cantos do planeta. Do ponto de vista dos operadores do capital, o planeta, no século XXI, emergia como uma escala para a livre expansão de suas ambições. Além de homogeneização, globalização, na chave do capitalismo global, indica também integração, principalmente das atividades econômicas e comerciais. A OCDE, por exemplo, como aparece na compilação de Al-Rodhan e Stoudmann (2006), definiu globalização como processo de intensificação e conformação das relações econômicas para além das fronteiras nacionais em três oportunidades, 1993, 1996 e 2005. Nota-se o mesmo no caso do FMI, que utilizou esse tipo de definição de globalização, pelo menos, em relatórios de 1997 e 2002 (AL-RODHAN e STOUDMANN, 2006).

Na América Latina, por exemplo, esse conceito de globalização instrumentalizado para servir ao fortalecimento de um capitalismo novo e em expansão global por meio de integrações e homogeneizações, informou a atualização de noções e estratégias tradicionais de desenvolvimento. As noções de *regionalismo fechado e substituição de importações*, por exemplo, que desempenharam função central nos planos de crescimento e desenvolvimento econômico no Brasil e em outros países latino-americanos ao longo do século XX, foram jogadas por terra e substituídas pela lógica do *regionalismo aberto*¹⁸.

¹⁸ Conforme formulada em relatório da CEPAL (1994), a noção de *regionalismo aberto* partia da necessidade de intensificar a integração entre infraestruturas nacionais de modo a otimizar e aumentar fluxos de capital, mercadorias, pessoas e negócios entre economias nacionais e entre corporações multinacionais ou capazes de operar também em mercados que não os seus de origem. Como demonstra Corazza (2006), a noção do *regionalismo aberto* significou uma atualização do pensamento tradicional da CEPAL – uma das formuladoras das noções de *regionalismo fechado e substituição de importações* – frente às transformações provocadas pela expansão espacial do capitalismo. No cerne da noção de *regionalismo aberto* está a ideia de que antigas barreiras e obstáculos estavam caindo e abrindo espaço para um mundo mais integrado, simultâneo e otimizado por fluxos.

Em suma, entendo que o consenso que se firmou em torno do conceito de globalização instrumentalizou-o para servir como ferramenta fundamental para a construção de uma nova fase do capitalismo, possibilitando, assim, a construção de estratégias e noções cujo propósito era expandir e fortalecer por todo o globo um ambiente de negócios estruturado unicamente sobre a lógica capitalista. Instrumentalizada para esse fim, globalização parece ter sido aprisionada e reduzida ao seu algóz. Não consegue ser nada além de capitalismo, e, como tal, não é capaz de despertar nada além do próprio capital. Instrumentalizada *pelo e para* o capital, tornou-se ela mesmo um problema.

Diante de tamanho sucesso da globalização como instrumento capitalista, formulações distintas àquelas que visavam operar a expansão do capital não conseguiram desenvolver outra função para globalização se não utilizá-la como prisma para amplificar elementos específicos e característicos dessa expansão hegemônica do capital por todo o globo. Por esse caminho, até mesmo aqueles que buscam criticar e encontrar formas de superação do capital – que Ellen Meiksins Woods (1996) caracteriza, ainda que de maneira superficial, como aqueles que praticam o “pensamento de esquerda”¹⁹ – reificam o primado do capitalismo sobre a globalização.

¹⁹ Movida pelo objetivo histórico e fundamental de encontrar alternativas de superação ao capitalismo, a esquerda – principalmente a marxista – compreendeu o poder e a necessidade de desenvolver uma crítica imanente ao capitalismo. Assim, foi capaz de ressaltar, compreender e destrinchar suas contradições internas e indicar momentos e pontos específicos de suas fraquezas e debilidades. O capitalismo, eterno problema a ser superado, é, exatamente por essa razão, seu objeto de estudo mais fundamental. *O Capital* (MARX, 1990) e o *Grundrisse* (MARX, 2011) talvez sejam as mais significativas expressões dessa busca por uma crítica imanente ao capital. Pois nenhum outro foi tão capaz de evidenciar os mecanismos mais elementares e poderosos do capitalismo do que Karl Marx (1990; 2011), e, assim, abrir esses mecanismos para a formulação de estratégias de superação dos mesmos. Marx (1990; 2011) foi um dos grandes, se não o maior entre os anatomistas do capital e o marxismo nada mais é do que a mais poderosa das críticas imanentes ao capitalismo.

O problema, sigo arriscando-me, é que, movido pela necessidade de se embrenhar no corpo exposto e vivo do capitalismo, a esquerda marxista não parece ter sido capaz de enxergar, na globalização, nada além do que o próprio capitalismo. Diante de uma força hegemônica global, a esquerda – como podemos ver nas definições de Wallerstein (1974), Cox (1994), Woods (1997) e até mesmo David Harvey (1992; 2001), entre tantos outros – tomou o todo pela parte e circunscreveu a parte no todo. Confundiu capital com globo, coerência com espaço, sistema com planeta e, assim reduziu um conceito plural e aberto a uma expressão maldita e distópica da mais nova faceta do capitalismo. O resultado prático disso é o infeliz bordão repetido por movimentos críticos ao capitalismo por todo mundo. *There is no alternative*, gritam aqueles que, ao se engajarem contra o capitalismo, cometem o profundo equívoco de se dizerem anti-globalização. O jornalista e ativista norte-americano, que participou ativamente nos protestos que ocorreram na ocasião de uma reunião da OMC em Seattle, Mark Engler publicou, em 2007, artigo no qual

Com efeito, parece que, o conceito da globalização, reduzido a uma expressão global do capitalismo, não sirva para mais nada além de reificar a ideia do *fim da história*, tão vendida por Fukuyama (1992). Uma vez que, como argumentado acima através das ideias de Robert Cox (1981), todo elemento teórico/conceitual é dotado de função prática, globalização assume então esse função de não somente reificar o fim da história, mas também de processá-lo, já que o conceito se torna uma ferramenta para a consolidação definitiva para a expansão global da lógica capitalista. Esse é, ao meu ver, o aspecto mais nefasto da maldição que recai sobre a globalização, pois ao transformá-lo em uma expressão do fim da história o conceito é despolitizado e reduzido a um tipo de ferramenta que homogeneíza e conforma o mundo de acordo com o que impõe e deseja o capital.

Uma vez que conceitos tem caráter prático, é fundamental encontrar outras formulações que politizem o conceito da globalização e o retirem dessa redução distópica e maldita. Para tal, proponho seguir a lógica de que o antídoto para qualquer maldição tem de conter em si traços da mesma maldição que busca curar.

define os termos e agenda do que se convencionou chamar de movimento anti-globalização, deixando claro que o movimento se opõe ao avanço do neoliberalismo e não, necessariamente, ao que chama (sem apresentar uma definição apropriada) de globalização. De fato, o ativista ressalta que a alcunha anti-globalização foi colocada pela imprensa, sendo frequentemente questionada pelos integrantes do movimento. Nas suas palavras: “*While opposing neoliberalism, the anti globalization movement advocates participatory democracy, seeking to increase popular control of political and economic life in the face of increasingly powerful corporations, unaccountable global financial institutions, and U.S. hegemony. (...)The term anti-globalization movement has more often been imposed by movement critics and by the media than used for self-identification. Many activists reject the label, arguing that the term falsely implies a stance of isolationism*” (ENGLER, 2007, p.150, 151)

1.3. Do antídoto

Se Theodore Levitt e Thomas Friedman são, na opinião da *The Economist*, gurus da globalização como capitalismo global, então David Harvey pode-se dizer que David Harvey é uma espécie *contra-guru*. Movimentos de resistência ao avanço do capital, mesmo aqueles que vociferam a falta de alternativas, mas, principalmente, aqueles pautado na lógica do *direito à cidade* (LEFEBVRE, 1996; HARVEY, 2008) e na tática da *ocupação*, ancoram-se nos diagnósticos propostos pelo geógrafo britânico para formular suas estratégias. Harvey não só circula livremente pelos mais diversos movimentos de ocupação, mas também fala a grande parte deles. Do *Occupy Wall Street*²⁰ em Nova Iorque, ao *Ocupe Estelita*²¹ em Recife, à *Resistência Aldeia Maracanã*²² no Rio de Janeiro, passando por Istambul²³ e outras cidades mundo afora, o professor está em todas²⁴.

²⁰ Segundo informa o site <http://occupywallst.org/> (última visita 11/09/15): “Occupy Wall Street is a leaderless resistance movement with people of many colors, genders and political persuasions. The one thing we all have in common is that We Are The 99% that will no longer tolerate the greed and corruption of the 1%. We are using the revolutionary Arab Spring tactic to achieve our ends and encourage the use of nonviolence to maximize the safety of all participants”

²¹ Conforme informa a página oficial do *Ocupe Estelita* no Facebook, “O Movimento #ocupeestelita luta há três anos contra um modelo de desenvolvimento urbano guiado apenas por interesses econômicos, que destrói a identidade de nossa cidade e promove uma ideia ultrapassada de progresso e modernização. Vários grupos, coletivos e movimentos sociais estão juntos na luta pelo nosso Recife. Unid@s nos erguemos contra o urbanismo segregador e suas consequências hostis para a cidade”.

²² A Aldeia Maracanã é uma aldeia indígena urbana situada no prédio do antigo Museu do Índio, situado nas proximidades do Estádio do Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro. Com a organização da Copa do Mundo de 2014, o espaço passou a ser disputado por diversos grupos interessados em explorar suas potencialidades econômicas. O movimento de resistência surgiu dos indígenas e moradores da aldeia, que, com o apoio de parte da população carioca, busca manter o espaço como aldeia.

²³ Em 2013, a Turquia foi atravessada por uma onda de protestos e tumultos que, assim como os movimentos em Nova Iorque, Rio de Janeiro e diversas outras cidades ao redor do globo, utilizaram da estratégia da ocupação. A primeira e mais emblemática das ocupações na Turquia foi a do Parte Gezi, na capital Istambul. Segundo informa a página do Wikipedia sobre os protestos, “*The Gezi Park protests began in April, having started with a petition in December 2012. The protests were renewed on 27 May, culminating in the creation of an encampment occupying the park. A raid on this encampment on 29 May prompted outrage and wider protests. Although Turkey has a history of police brutality, the attack on a peaceful sit-in by environmentalists was different enough to spur wider outrage than such previous incidents, developing into the largest protests in Turkey in decades*” https://en.wikipedia.org/wiki/Gezi_Park_protests#Gezi_Park (última visita 11/09/15)

²⁴ David Harvey goza, hoje, de certo status de *celebridade de esquerda*. Em muito, isso se deve ao fato do professor, já com seus oitenta anos, ser responsável por atualizar a teoria marxista para

Autor de uma extensa bibliografia sobre globalização, David Harvey (1992; 2001; 2005; 2005a; 2008; entre outros) é um dos autores mais fundamentais para se pensar maneiras de livrar globalização do peso do capitalismo, ainda que, como veremos, ele mesmo defina globalização em termos análogos a capitalismo global. Em certo sentido, o próprio Harvey parece, todavia, carregar o peso do albatroz e talvez exatamente por isso ele seja uma das figuras mais centrais para encontrar o antídoto²⁵.

Harvey (1992; 2001; 2005a) explica o processo da globalização nos termos de uma atualização espacial global do capitalismo. Na sua percepção, globalização seria o longo prazo de um processo de expansão espacial derivado do fato de que o capital é *viciado* em espaço (HARVEY, 2001; 2004; 2005). Para lidar com suas contradições internas, o capital promove o que Harvey (2001; 2005) chama de *spatial fix*, traduzido para português como *ajuste espacial*²⁶.

as gerações mais novas, principalmente entre os que têm, hoje, vinte e poucos anos. Harvey é capaz de, ao explicar Marx, cativar a juventude. Talvez por isso o professor tenha servido como cabo eleitoral do pontapé não oficial da campanha de Marcelo Freixo à Prefeitura do Rio de Janeiro. Freixo se apresenta como o candidato para outro modelo de Rio de Janeiro, mais próximo do *direito à cidade* do que da *cidade mercadoria* de Eduardo Paes. Em uma aula pública à céu aberto na escadaria da Câmara Municipal, na Cinelândia, Harvey ensinou a uma plateia de milhares de pessoas, na sua gritante maioria composta por jovens de vinte e poucos anos, sobre a teoria da mais valia em Marx e a importância da solidariedade como princípio para transformações urbanas. Ao fim de sua aula, conduziu Marcelo Freixo ao microfone, que, ovacionado, fez das palavras do professor suas e seguiu discursando sobre a importância de disputar a cidade. Talvez a força e importância acadêmica e intelectual de David Harvey tenha dado o impulso necessário para uma campanha vitoriosa cujo objetivo é revolucionar o presente e o futuro da cidade do Rio de Janeiro. Esse que vos escreve torce para que, de fato, essa campanha seja vitoriosa, mas essa é uma questão que foge ao escopo dessa tese.

²⁵ É importante frisar que a extensa obra de David Harvey se transformou ao longo dos anos. Por isso, entendo que há, na verdade, vários David Harvey. Dada a complexidade de sua obra, não vou me arriscar aqui a discutir todo os possíveis. No entanto, entre o David Harvey (1992) da *Condição Pós-Moderna*, para aquele do *Direito à Cidade* (2008) e da *Cidade Rebelde* (2012), há uma virada. Na *Condição Pós-Moderna* (HARVEY, 1992) a tônica da argumentação é que o tempo da acumulação flexível comprime o espaço, possibilitando ao capitalismo algo próximo a eliminação do espaço enquanto obstáculo para altos índices de produtividade. No Harvey (2008) mais recente, todavia, aquele que atualiza Henri Lefebvre (1996) e faz do conceito do *Direito à Cidade* expressão fácil no vocabulário das gerações mais recentes, o espaço não aparece eliminado. Pelo contrário, aparece disputado. Harvey tornou-se o acadêmico que mais fornece insumos teóricos para estratégias e táticas de ocupação e resistência, formas atuais de disputa contra o avanço da lógica espaciotemporal capitalista. David Harvey pode ter carregado o peso do albatroz quando nos ensinou como o capital é capaz de tomar o espaço de assalto e ajustá-lo aos seus próprios imperativos, mas, ao retornar ao espaço, parece ter abandonado essa maldição.

²⁶ A tradução de *fix* para *ajuste* capta o sentido central do conceito, de que o *espaço é ajustado* – ocupado, assimilado, adequado e atualizado – pela coerência capitalista. No entanto, há outras possibilidades léxicas de *fix* que *ajuste* não expressa. A palavra *fix* é utilizada também para

Através de tal conceito, Harvey (2001) ressalta a função vital que espaço desempenha na expansão do capital:

(...) I first deployed the term ‘spatial fix’ to describe capitalism’s insatiable drive to resolve its inner crisis tendencies by geographical expansion and geographical restructuring. (...) Capitalism, we might say, is addicted to geographical expansion much as it is addicted to technological change and endless expansion through economic growth. *Globalization is the contemporary version of capitalism’s long-standing and never-ending search for spatial fix to its crisis tendencies.* (HARVEY, 2001, p. 24, 25) (meus itálicos)

David Harvey (1992; 2005a; 2010) apresenta *capital como uma lógica socioeconômica* peculiar, dotada de uma determinação produtiva que busca anexar e ajustar todas as escalas, espaços e configurações geográficas e espaciais a parâmetros de produção semelhantes e sincronizados, capazes de garantir maior eficiência e sustentar e maximizar a auto-expansão do capital. Na lógica capitalista, o mundo ideal seria totalmente plano, em linha reta e no mesmo fuso horário. Dessa perspectiva, entende-se que o capitalismo é uma poderosa máquina de transformação e conformação socioespacial baseada em uma lógica espaciotemporal linear e homogeneizadora.

À luz de Henri Lefebvre ((1974) 1991), Harvey (2006) define *espaço* como *meio sóciomaterial*. Sua materialidade é definida e constituída a partir de dinâmicas e interações simultaneamente sociais e materiais. Como Harvey (2006) e Lefebvre ((1974) 1991; 2009c) frisam bem claramente, relações sociais não se constituem *no* espaço, elas constituem *o* espaço. Nesses termos, espaço é sempre efeito do conjunto de práticas e lógicas sociais que se convertem em modelos para *ajustes espaciais*. Pensar *ajustes espaciais* de cunho capitalista implica, portanto, pensar também *ajustes sociais* nos quais lógicas socioespaciais não compatíveis, ou não orientadas pelos imperativos espaciotemporais capitalistas são assimiladas e conformadas pelo capital.

expressar a dose necessária para tirar o drogadito do desespero da abstinência. “*I need a fix cause I’m going down*”, cantou John Lennon em um de seus clássicos mais desesperados. Viciado em heroína durante boa parte de sua carreira, Lennon talvez tenha escrito essa música em um momento de abstinência real e vertiginosa. De certa, portanto, Harvey, mais do que expressar a relação intrínseca entre espaço e capitalismo, frisa que o capital é *viciado* em espaço assim como um drogadito é viciado em alguma droga.

Por isso, da perspectiva do que Harvey (2006) denomina como “*the relational view of space*”, é impossível compreender espaços sem levar em conta práticas sociais que os constituem. Nas palavras de Harvey,

The relational view of space holds there is no such thing as space outside of the processes that define it. Processes do not occur in space but define their own spatial frame. The concept of space is embedded in or internal to process. This very formulation implies that, as in the case of relative space, it is impossible to disentangle space from time. (HARVEY, 2006, p. 121)

Espaço é processo e, como tal, *é tempo*, diz Harvey (1992; 2006), novamente à luz de Lefebvre ((1974) 1991). *Temporalidade* refere-se ao conjunto e totalidade dos valores, princípios, interesses e agendas, dinâmicas e lógicas que marcam um conjunto de atores em sociedade e constituem, como processo, espacialidades. Tempo é, simultaneamente, aquilo que informa o cotidiano e o cotidiano em si. Nesses termos, temporalidade expressa-se na diversidade e multiplicidade de ideias, desejos, vontades e imperativos que informam práticas, dinâmicas e relações sociais que *coexistem em* e *constituem uma* determinada espacialidade a partir das repetições banais e rotineiras dos cotidianos. Por isso, tempo é plural. Não existe uma única temporalidade, mas sim um emaranhado complexo delas. O coletivo dos tempos, o tempo da coletividade é a multiplicidade de temporalidades embrenhadas e imbricadas em dinâmicas socioespaciais igualmente múltiplas. Ressaltar a temporalidade dos espaços é, então, ressaltar a centralidade das relações e práticas de disputas e conflitos cotidianos que constituem espaços. É ressaltar o caráter essencialmente social, processual e, portanto, histórico dos espaços.

Conforme descrito por Harvey, o capitalismo, do cerne de sua lógica socioespacial que mira ininterruptamente na otimização e expansão de atividades de produção e acumulação, impõe uma temporalidade específica a partir do qual estabelecem-se espacialidades igualmente específicas, sempre em conformidade com aquilo que Woods (1996) denomina como suas *laws of motion*. O capital, por meio de seus operadores, impõe limites, regulamentações, códigos de disciplina e comportamentos e dinâmicas socioespaciais específicas, que condicionam relações e interações sociais em função da manutenção e otimização das

capacidades produtivas necessárias para a manutenção das atividades capitalistas (GILL, 2000).

Um dos pontos mais elementares, e, talvez por isso, mais fundamentais de Karl Marx (1990; 2011) para compreender a formulação de Harvey sobre globalização tenha sido a percepção de que capital não se define somente em referência a dinheiro ou mercadorias. Segundo Marx (2011, p. 195), “o capital provém inicialmente da circulação”. *Capital é movimento em transformação, portanto, é tempo e espaço.* Mas a manutenção da circularidade constante do capital supõe a existência de um tipo de relação bastante específica:

No assim chamado *comércio a varejo*, no intercâmbio cotidiano da vida burguesa, como se dá diretamente entre produtores e consumidores, no pequeno comércio, no qual a finalidade é, de um lado, a troca de mercadoria por dinheiro e, de outro, a troca de dinheiro por mercadoria para a satisfação de necessidades individuais – *é somente nesse movimento, que transcorre na superfície do mundo burguês, que o movimento dos valores de troca, sua circulação, se realiza de maneira pura.* (...) (MARX, 2011, p. 193) (itálicos do autor)

É na compra e venda cotidiana, nas trocas das pequenas coisas por dinheiro, que o dinheiro e mercadorias se transformam em capital. Excedente adquirindo valor de troca e, assim, convertendo-se em capital, que, por sua vez, quando investido e aplicado, é capaz de produzir mais excedente e mais valor de troca. Excedente que se transforma em lucro, que se transforma em lucro, que se transforma em lucro *ad infinitum*. Eis aí o movimento circular da coerência capitalista. Eis aí suas *laws of motion* (WOODS, 1996), tautológicas por essência e necessidade.

Para haver circulação, faz-se necessária certa conformação social, certa redução e contenção das diferenças e diversidades sociais em torno desse tipo específico de relação social. Compradores e vendedores são tipos vitais para o capitalismo pela função que desempenham, não por quem são. As peculiaridades de cada um, sua a personalidade, sua identidade e seus gostos só importam na medida em que otimizam ou atrapalham a relação de compra e venda que, naturalmente, se estabelece entre compradores e vendedores. É nessa atuação cotidiana conformada e homogênea de ambos, compradores e vendedores, que o capitalismo mantém em movimento e expansão. O todo e o tudo que resta não são

tão necessários assim e, nesse contexto, a diferença e a diversidade se anulam frente ao poder conformador do capital. Como diz Marx:

(...) Um trabalhador que compra um pão e um milionário que faz o mesmo aparecem nesse ato só como simples compradores, do mesmo modo que o comerciante aparece frente a eles apenas como vendedor. Todas as outras determinações estão aqui canceladas. (...) (MARX, 2011, p. 193)

Esse movimento, essa temporalidade tautológica, reducionista e que tende ao infinito garante existência ao capital e propulsiona sua expansão socioespacial. É essa a temporalidade que alimenta e informa os *ajustes espaciais globais* (HARVEY, 2001; 2005) por meio dos quais o capital se impõe como força viciada e ajustadora do Planeta²⁷. Na lógica da mais-valia e das acumulações capitalistas todos precisam vender a si mesmo enquanto capacidade produtiva, pois todos precisam comprar a capacidade produtiva de todos os outros. No capitalismo há um cenário de interdependência de mais-valia, que se sustenta pela manutenção continuada das trocas cotidianas. Entre vendedores e compradores, todos encontram-se conformados, diminuídos e aprisionados aos imperativos e necessidades da máquina capitalista. Esses tipos conformados expandem-se como uma doença contagiosa:

(...) se o aparecimento de povos comerciantes que buscam a troca se repete (os lombardos, os normandos etc. desempenham esse papel com quase todos os povos europeus) e desenvolve-se um comércio regular no qual o povo produtor pratica tão somente o assim chamado comércio *passivo*, porquanto o impulso à atividade que põe o valor de troca provém do exterior e não da configuração interna da produção, nesse caso o excedente da produção tem de ser não apenas fortuito, ocasionalmente disponível, mas um excedente renovado continuamente, e dessa

²⁷ Karl Polanyi (1980), por sua vez, descreve esse movimento na figura de um moinho satânico, que se desloca pelos campos comendo e triturando tudo e todos ao seu redor. Depois de triturados, todos são conformados e adequados para desempenhar alguma função específica em um mundo de funções específicas. Do triturado, faz-se um dente. De uma forma ou de outra, todos transformam-se em compradores e/ou vendedores.

maneira a própria produção interna adquire uma tendência direcionada à circulação, ao pôr valores de troca. De início, o efeito é mais material. O círculo das necessidades é ampliado; o objetivo é a satisfação das novas necessidades e, em consequência, maior regularidade e aumento da produção. A organização da própria produção interna já está modificada pela circulação e pelo valor de troca; mas ainda não foi por ela capturada nem em toda sua extensão nem em toda sua profundidade. É isso que se denomina *efeito civilizador*. (MARX, 2011, p. 198) (itálicos do autor)

No espaço capitalista, tudo é hierarquizado, segregado e adequado aos seus próprios preceitos e imperativos. A temporalidade e a espacialidade sócio-material do capitalismo baseiam-se numa organização social categoricamente hierarquizada em uma divisão funcional do trabalho que conforma e elimina diferenças. O tempo do capital é somente aquele da produção e consumo, da compra e venda. Foi o tempo da fábrica, é agora o tempo da cidade, como notam, cada um à sua maneira, Lefebvre (2003) e Harvey (1992). O capitalismo global funciona nos espaços urbanos ao ajustá-los como espaços puramente capitalistas. O capital esforça-se, cada vez mais, para se apropriar de cidades e fazer delas uma expressão de si mesmo.

Entre todos os espaços, argumenta o Harvey (1992) da *Condição Pós-Moderna*, a cidade está para o capitalismo global, de acumulação flexível, como a fábrica esteve para o capitalismo internacional, de acumulação fordista. Em um mundo crescentemente urbano, no qual cada vez mais pessoas, em todos os cantos do planeta vivem em cidades de tamanhos variados, esse *ajuste espacial*, da fábrica para a cidade, indica que há cada vez menos saída: a distopia capitalista pode mesmo estar apontando que a história tenha chegado ao seu fim. Dessa perspectiva, estamos e estaremos todos comprimidos, cada vez mais, pelo o peso do capitalismo, abarrotados com o peso do albatroz. Resta-nos escolher, ou nos resignar, a um dos poucos papéis que temos a disposição: vendedor, comprador²⁸.

Pois o capital se expandiu pelo espaço do globo pela via urbana (LEFEBVRE, 1996; 2009a; HARVEY, 2005a; SASSEN, 2001; AGNEW, 2009).

²⁸ Em um mundo de trocas infinitas e hegemônicas, cada vez mais adequado e conformado, há um terceiro tipo que se soma a vendedores e compradores: o gerente. Como diz Oswald de Andrade, é o gerente, expressão máxima da conformação disciplinadora do patriarcado, que “oferece o melhor esquema para uma sociedade controlada” (ANDRADE, 2001, p. 145).

Os *ajustes espaciais* nas cidades, ensina Harvey (2005a), foram ancorados em profundos *ajustes tecnológicos*, transformando cidades inteiras em *hubs* de infraestruturas que proporcionam a integração, otimização, manutenção e gerenciamento dos mais diversos fluxos de capital.

A temporalidade do capital é, hoje, impossível de ser dissociado da temporalidade das cidades. Cada vez mais e cada vez mais rápido, cidades por todos os lugares estão sendo reconstruídas para tornarem-se espaços ajustados para o capital fluir de forma maximizada e otimizada. Na lógica do capital, espaços urbanos são crescentemente organizados socialmente para trazer à tona sua *vocação produtiva*, de modo a torná-la explorável e vendável. É a *cidade mercadoria*, da qual escreve Carlos Vainer (2013), preparada para tornar-se vendável e atraente para os mais diversos tipos de investimentos. Essa cidade tem de estar conformada e controlada o máximo possível para que as *laws of motion* (WOODS, 1996) do capital se mantenha em pleno funcionamento, convertendo capital em capital *ad infinitum*.

Uma vez que as cidades encontram-se cada vez mais conectadas, integradas e conformadas, ao fluir pelas cidades, a lógica do capital flui por todo o globo. De cidade a cidade e por todas ao mesmo tempo, a distopia do capital abarca o planeta inteiro. O conjunto das cidades integradas à lógica capitalista se espalha pela totalidade do globo através de uma rede de cidades de alcance global (SASSEN, 2001; 2008; 2010). O capitalismo global é, portanto, transurbano. Adensado e organizado em espaços urbanos bem ajustados e conectados, o capital encontra um espaço com maior nível de previsibilidade, podendo fixar suas estruturas de controle e gerenciamento e manter seu funcionamento de forma otimizada e razoavelmente estável (SASSEN, 2001; LEFEBVRE, 2009a; HARVEY, 2001). O capital flui porque se fixa no espaço, porque ocupa e coisifica o espaço, transformando-o em lugar, em espaço concebido e produzido a partir de sua própria lógica (LEFEBVRE, (1974) 1991; 2003; MERRIFIELD, 1993; SHIELDS, 2013)

No auge de seu afã civilizatório, o capital disciplina as cidades para se globalizar. A rigidez moral é necessária, pois se a sociedade não se conformar a alguns dos tipos vitais do capital – vendedor, comprador e gerente – não há capitalismo. A moral e ética sócioprodutiva do capital funciona impondo-se sobre

os limites do pensamento e do comportamento (HARVEY, 1992; GILL, 2000). Totalitário, o capital é incapaz de coexistir em meio a diversidade e diferenças. Seu projeto civilizatório não acaba enquanto a totalidade dos espaços e da relações que os constituem não estiverem ajustados aos seus imperativos espaciotemporais. Qualquer forma de relação social, qualquer coerência socioeconômica que saia do escopo de sua lógica disciplinadora e conformadora e de seu movimento circular e constante deve e será combatida pelas forças e instituições que operam e defendem o capital. Tudo pode ter valor de troca e esse valor deve e será explorado, de um jeito ou de outro. Espaços e pessoas devem estar disciplinados para serem trocados, para serem lucrativos, para serem triturados, para serem produtivos.

O capitalismo global, essa expressão reducionista do conceito da globalização, de alguma forma, sustenta certa percepção de que esse projeto civilizatório do capital se concretizou, colocando ponto final na história e criando um peso gigantesco sobre os ombros daqueles que buscam sua superação por meio do pensamento crítico. Nesse contexto distópico, *não há alternativa* parece realmente ser a única constatação sensata e verdadeira. Globalização, definida nesses termos reducionistas, seria, então, a expressão da resignação máxima que, em última instância, aceita a vitória final do capital como lógica não só hegemônica, mas suprema.

O mais interessante é que, de certa forma, as formulações de David Harvey (2001; 2005) sobre globalização enquanto um tipo de *ajuste espacial* capitalista de alcance global parecem reificar ainda mais essa versão distópica e fatalista. Nesse sentido, Harvey (2001; 2005) parece carregar, ele mesmo, o peso do albatroz. Há, então, uma tensão central que precisa ser explicitada na formulação de David Harvey (2001; 2005) acerca do conceito de globalização, pois, caso contrário, a tensão se transformaria em contradição. Para resolvê-la e tirar o peso do albatroz dos argumentos de Harvey (2001; 2005) é preciso entender um dos principais aspectos da definição da globalização enquanto *ajuste espacial global*.

Ainda que Harvey (2001; 2005) pareça reificar a maldição com sua definição de globalização como *ajuste espacial global*, o próprio conceito de *ajuste espacial* abre um caminho propício para a politização do conceito da globalização: a centralidade dos *espaços*. Na formulação do autor, o espaço

aparece como elemento fundamental para a expansão da lógica capitalista. Na consolidação dessa expansão, os espaços são cada vez mais assimilados e conformados pelo capital, mas essa assimilação e conformação, ainda que possa parecer ser um processo finalizado, aparece em Harvey como processo em curso, principalmente no David Harvey de *Rebel Cities: From the rights to the city to the city revolution*, como fica exposto na passagem citada abaixo:

If urbanization is so crucial in the history of capital accumulation, and if the forces of capital and its innumerable allies must relentlessly mobilize to periodically revolutionize urban life, then class struggles of some sort, no matter whether they are explicitly recognized as such, are inevitably involved. *This is so if only because the forces of capital have to struggle mightily to impose their will on an urban process and whole populations that can never, even under the most favorable of circumstances, be under their total control.* (HARVEY, 2012, p. 115) (meus itálicos)

O capital se projeta como força assimiladora dos espaços, ajustando-os ao seus imperativos, mas na maneira como Harvey formula seus argumentos a partir do pensamento marxista e à luz de conceitos elaborados por Henri Lefebvre, é preciso entender que, na coerência teórica do conceito de *ajuste espacial* (HARVEY, 2001; 2005), o capital aparece como uma *lógica temporal* capaz de se impor sobre espaços, nada mais do que isso. Espaço, como frisa Lefebvre ((1974) 1991), é *meio* constituído por múltiplas relações e processos informados e sustentados por temporalidades igualmente múltiplas. A questão é que, dado o aspecto totalitário inerente ao capital, o tempo capitalista se projeta como hegemônico, conformando e adequando todas outras lógicas que não estão *a priori* em convergência com seus imperativos.

Harvey (2001), ao formular sua compreensão de *globalização* nos termos de um *ajuste espacial global*, ressalta, antes de qualquer coisa, a *primazia do espaço* – meio sociomaterial – *sobre o capital* – lógica temporal sócioprodutiva capaz de ocupar e ajustar espaços. Não há capital sem espaço, uma vez que a força do tempo capitalista reside na maneira como ele se projeta, ocupa e produz o espaço a partir de si mesmo. Sem espaço, o capitalismo morre de abstinência, pois sem espaço as *laws of motion* do capitalismo são descontinuadas, o que feriria de morte o capitalismo como um todo.

Inerente ao conceito de *ajuste espacial* de David Harvey (2001; 2005) está a percepção, de Henri Lefebvre (2009), de que espaço é, sempre, fruto de disputas, uma vez que espaço é inerentemente um meio político. Não há neutralidade possível no que diz respeito à maneira como espaços são produzidos e reproduzidos. As relações de força e disputa entre as múltiplas lógicas e temporalidades, que, como veremos no capítulo seguinte, se convertem em modelos sócioespaciais tangíveis, incidem sobre a produção concreta de espaços preparados e otimizados para determinadas atividades. *Ajustes espaciais* de cunho capitalista, ou seja, processos através dos quais o capital se projeta como modelo para produção de espaços, resulta, nos termos de Harvey, na consolidação de uma *geográfica histórica do capital*, na qual as especificidades e adversidades inerentes à diversidade dos espaços no planeta encontram-se eliminadas ou atravessadas por agendas que buscam, da forma mais maximizada possível, planificar e homogeneizar quaisquer diferenças que possam se colocar como obstáculos à tautologia capitalista.

Uma vez diagnosticada essa vertente geográfica bastante específica de cunho capitalista, Harvey argumenta pela necessidade de uma *teoria das relações espaciais* que seja capaz de ressaltar as propriedades e complexidades do próprio espaço, distintas e anteriores às propriedades e complexidades da temporalidade capitalista:

(...) pela superfície do planeta, encontramos uma grande variedade de ambientes físicos e bióticos, muitos dos quais modificados significativamente pela ação humana ao longo dos séculos. A diversidade dessa ação produziu uma paisagem geográfica variada, em que diferenças culturais e socioestruturais se enraízam profundamente. Essa diferença geográfica específica pode ser abrangida, mas não subjugada inteiramente pelo peso homogeneizador da circulação do capital. Do ponto de vista abstrato, o espaço também possui propriedades mais complexas e específicas do que o tempo. É possível reverter o campo do espaço, e mover-se em diversas direções através dele, enquanto que o tempo simplesmente passa e é irreversível (HARVEY, 2005a, p. 144)

Essa *teoria das relações espaciais*, na maneira como entendo, pode ser compreendida como uma abordagem imanente do espaço, que busca analisar o espaço pela complexidade inerente ao próprio espaço. No que diz respeito aos *ajustes espaciais* capitalistas que tomam o espaço do planeta de assalto, essa

teoria tem de ressaltar principalmente a maneira como os espaços encontram-se em disputa e são constituídos por múltiplos dissensos e antagonismos, ao mesmo tempo em que joga luz na maneira como estruturas socioespaciais incidem sobre tais disputas. Ou seja, na relação entre *lógica* e *espaço*, o espaço – nas suas mais variadas dimensões relacionais – deve ser o ponto de partida e de chegada de toda a análise.

Jogando luz nas disputas que se dão *pele* e *no* espaço, que contrapõem a hegemonia capitalista a outras lógicas e modelos de produção espacial não necessariamente capitalistas, podemos perceber que, mesmo mais fortalecido como nunca, o capital ainda não ganhou definitivamente a totalidade do espaço global. Tivesse ganhado, não haveriam disputas e a história realmente teria chegado ao seu fim. Felizmente não é esse o caso.

Como espaço absolutamente caro ao capital, é, paradoxalmente, a cidade que deixa isso claro. Por mais que as grandes cidades ao redor do mundo estejam cada vez mais domesticadas pela disciplina socioespacial capitalista, há, também cada vez mais, grupos que resistem, como, entre tantos outros, os citados no início dessa seção. Esses grupos parecem ter entendido com bastante clareza que, viciado, o capital se expande *construindo*, *ocupando* e *atualizando* espaços, ou, nos termos de Harvey (2001; 2005), *ajustando espaços*.

Sendo capazes de entender como o capital precisa de espaços, esses grupos – quase todos em diálogo direto com o próprio Harvey – desenham estratégias e táticas semelhante às daquelas do capital: eles *ocupam* espaços. Fazem-se presentes, fincados nos mais variados espaços, disputando-os com os grupos que operam a expansão espacial do capital. Por todo o mundo, há ocupações de praças, prédios, órgãos públicos, instituições falidas ou em pleno funcionamento. Para retirá-los, só utilizando da força. E o capital, no entanto, tem essa força. As instituições de repressão do Estado, quase sempre a serviço do capital e sua necessidade de ordem, são fundamentais para a garantia do poder disciplinador do capital.

Se as cidades são mercadorias, elas também são rebeldes. Se elas são disciplinadas, elas também desobedecem. Em meio à *cidade mercadoria* (VAINER, 2013) existe a *cidade rebelde* (HARVEY, 2012). E assim o mundo permanece aberto, permanece politizado, permanece em disputa. Essas fricções e tensões são a certeza que o capitalismo ainda não foi vitorioso, ainda não ganhou

a guerra pelo planeta porque ainda não ganhou a guerra pelos espaços, principalmente pelos espaços urbanos. A história está longe de ter acabado e o capitalismo de ter consolidado sua fissura pelos espaços.

A primazia é do espaço – que, como meio sociomaterial, pode vir a assumir incontáveis facetas – não do capital, por mais forte e expandido que este se encontre. E é escondendo exatamente isso que a maldição que recai sobre a globalização funciona: ela esconde o espaço do globo sob o manto da tautologia capitalista e faz parecer que o espaço é primado do capital, que existe somente enquanto espaço *para* e *de* capital. Essa definição maldita toma o todo – espaço – pela parte – capital. Mas *espaço é meio*, precede e condiciona o capital. Espaço é o que confere condição de possibilidade e existência ao capital. Em relação ao capital, espaço tem status ontológico. Assim que, para nos livrarmos de vez da maldição, é para o espaço que temos que nos virar.

1.4. Por uma outra globalização

Milton Santos (2001) entende que capitalismo global – que ele define como um tipo específico de globalização, ou, mais precisamente, de *globalização perversa* – estaria ancorado em quatro elementos chaves: na *unicidade da técnica*; na *convergência dos momentos* – que, de forma análoga a Harvey (1992), indica a centralidade de aparatos tecnológicos e a compressão do espaço pelo tempo; na *mais-valia globalizada*; e, por fim, mas não menos importante, na *cognoscibilidade do planeta* (SANTOS, 2001, p. 24).

Para fins capitalistas, conhecer o globo abre a possibilidade de dominá-lo, de dele se apropriar e atualizá-lo. Mas Milton Santos (2001) também chama atenção para outro detalhe: o processo da cognoscibilidade do planeta implica descobrirmos a nós mesmos ao mesmo tempo em que descobrimos o planeta como um *domínio* nosso. A espécie humana, a humanidade, ou seja, todos nós, do passado e do presente, não o capital, conheceu, dominou e atualizou o planeta inteiro. O capital e suas *laws of motion* (WOODS, 1996), assim como toda e qualquer lógica sócioprodutiva, são criações humanas, efeito de um longo

processo de conhecimento e domínio do espaço do globo, que atualiza o Planeta em um *domínio humano*.

O capital é uma das lógicas que informam como os humanos intervêm nos espaços do planeta. Mas é somente uma entre tantas outras. O capital está na parte, não no todo. Pois o processo por meio do qual o planeta se transformou em um *domínio* nosso é tão antigo quanto a existência humana na terra. Globalização é, nesses termos, um processo atávico. Seu início encontra-se perdido no infinito da nossa própria história. No entanto, por mais antigo que seja, não faz muito tempo que temos consciência de que o planeta inteiro foi atravessado e reconstituído por meio de nossas intervenções. Faz pouco tempo que os múltiplos mundos humanos se conheceram. Faz pouco tempo que nos deparamos com a certeza da nossa presença planetária, de que, de fato, nos constituímos enquanto uma unidade planetária, ainda que fragmentada e atravessada por múltiplas, quase infinitas, desigualdades.

É dessa existência global que se afirma como certeza que vemos com clareza a imensa capacidade humana de se apropriar do espaço da Terra como um todo. Milton Santos (2001) nota que essa certeza da presença e capacidade humana, que se traduz em um emaranhado de técnicas globalizadas, se amplifica e traz consigo novas possibilidades de compreensão e ação:

A grande sorte dos que desejam pensar a nossa época é a existência de uma técnica globalizada, direta ou indiretamente presente em todos os lugares, e de uma política planetariamente presente em todos os lugares, e de uma política planetariamente exercida, que une e norteia os objetos técnicos. Juntas, elas autorizam uma leitura, ao mesmo tempo geral e específica, filosófica e prática, de cada ponto da Terra.

Nesse emaranhado de técnicas dentro do qual estamos vivendo, o homem pouco a pouco descobre suas novas forças. Já que o meio ambiente é cada vez menos natural, o uso do entorno imediato pode ser menos aleatório. As coisas valem pela sua constituição, isto é, pelo que podem oferecer. Os gestos valem pela adequação às coisas a que se dirigem. Ampliam-se e diversificam-se as escolhas, desde que se possam combinar adequadamente técnica e política. Aumentam a previsibilidade e a eficácia das ações.

Um dado importante de nossa época é a coincidência entre a produção dessa história universal e a relativa liberação do homem em relação à natureza. A denominação de era da inteligência poderia ter fundamento neste fato concreto: os materiais hoje responsáveis pelas realizações preponderantes são cada vez mais objetos materiais manufaturados e não mais matérias-primas naturais. Pensamos ousadamente as soluções mais fantasiosas e em seguida buscamos os instrumentos

adequados à sua realização. Na era da ecologia triunfante, é o homem quem fabrica a natureza, ou lhe atribui valor e sentido, por meio de suas ações já realizadas, em curso ou meramente imaginadas. Por isso, tudo o que existe constitui uma perspectiva de valor. Todos os lugares fazem parte da história. As pretensões e a cobiça povoam e valorizam territórios desertos. (SANTOS, 2001, p. 170, 171)

Como percebido, imaginado e desejado por Milton Santos (2001), o processo da globalização diz respeito ao *conhecimento, domínio e atualização* do espaço do planeta. Ao longo desse processo, o que era um amplo espaço natural foi convertido em múltiplos mundos, de variadas escalas e preparados e otimizados *por e para* nossas próprias atividades. Nesses termos, o processo da globalização, em última instância, diz respeito à incrível capacidade humana de intervir como agente transformador e realizador de espaços, capacidade esta que ao longo de séculos acarretou na espacialização de todo o Planeta, transformando-o em um grande espaço social em sua própria escala. Dito de outra forma, globalização, nesses termos, ressalta os seres humanos como *agentes espacializantes de todo o planeta*.

Para analisar e compreender ao menos a parte contemporânea desse processo são necessárias ferramentas político-conceituais desenhadas para evidenciar essa capacidade de agência. Ao recusar subsumir o conceito de globalização à integração e homogeneização decorrentes da lógica sócioespacial do capitalismo essas ferramentas permitiriam escandir o conceito enfatizando o dissenso, ou a dinâmica sócio-política conflituosa que o processo de globalização carrega consigo.

Assim, o conceito de globalização que serve tanto à crítica que busca a superação da hegemonia capitalista quanto aos operadores do capital, transforma-se em um instrumento de repolitização da dinâmica capitalista na modernidade tardia, ou como se verá a seguir, um instrumento para reclamar o espaço. O conceito passa a servir àqueles que pretendem compreender a forma como os espaços produzidos pelos ajustes capitalistas são ocupados e ajustados por lógicas distintas ou até mesmos antagônicas à própria lógica capitalista. Pois dessa perspectiva, o capitalismo é reposicionado como uma entre tantas, infinitas outras, lógicas socioprodutivas desenvolvidas ao longo do processo da globalização. O

ponto central dessa definição de globalização enquanto conceito deve ser pura e simplesmente a relação entre humanos e o espaço em que vivem.

À falta de toda e qualquer matriz conceitual óbvia de superação global do capitalismo hegemônico, faz-se necessário, ao menos, retornar aonde tudo começou e onde tudo acontece – o espaço do globo – e olhar para quem tudo faz acontecer – os humanos – para encontrar outro conceito de globalização. O grande problema do conceito amaldiçoado de globalização é que somente as agências que corroboram a agenda do capital são iluminadas. O peso do albatroz é aquele do capital. Livre de tal peso – ou seja definido não a partir da hegemonia do capital, mas a partir do amplo e antigo processo de domesticação do globo enquanto um *domínio humano* – o conceito da globalização encontra-se livre para jogar luz na multiplicidade das agências e agendas que existem, fluem e se impõem nesse e sobre esse domínio. Com efeito, o conceito torna-se politizado, ou, mais precisamente, em um instrumento de política.

Para, de fato, atribuímos outro sentido ao conceito da globalização e fazê-lo capaz de abrir a capacidade humana de agência em sua forma mais livre, potente e não reduzida a uma ou outra lógica sócioprodutiva, proponho seguirmos o caminho do espaço transformado em um *domínio humano*. Invariavelmente, esse caminho nos leva a abandonar o conceito de globalização para reencontrá-lo através dos conceitos de *mundo* e *mundialização*, como tratado no próximo capítulo.

2. Mundialização, jogo do mundo e globalização: quando o Mundo encontra o mundo

2.1. Mundialização e mundo

Os franceses, talvez por sua eterna dificuldade em lidar com o fato que seu projeto imperialista perdeu para aquele dos ingleses e norte-americanos, não utilizam o termo globalização, cuja popularização como um *buzzword* na década de 1990 se deu a partir de sua versão na língua inglesa – *globalization*. Preferem mundialização, ou, mais precisamente, *mondialisation*, que, mais do que simplesmente um termo diferente, traz consigo outras possibilidades de abordar e compreender o processo da globalização. Enquanto boa parte dos estudos amaldiçoados sobre *globalization* ressalta o globo como *escala* aberta para a expansão de determinadas práticas e lógicas econômicas, sobrepondo, como vimos, o tempo ao espaço, o conceito de *mondialisation* possibilita uma inversão que ressalta a primazia do *espaço*, sem, contudo, abandonar o sentido escalar.

De alguma forma, o conceito da mundialização abre um caminho para encontrar uma globalização ainda não amaldiçoada, livre das amarras reducionistas da hegemonia capitalista. Pois seguir o caminho da mundialização nos permite perceber aquilo que é anterior e imperativo para a existência do próprio capitalismo globalizado. Nas palavras de Neil Brenner e Stuart Elden (2009), *mondialisation* remete ao que é condição de possibilidade para a *globalization*:

(...) [the] notion of *mondialisation* cannot be understood simply as a process of globalization. Rather *mondialisation* is the precondition of globalization, *its condition of possibility*: it is the prior grasping of the world as a whole, both in thought and in practice, which makes possible the spatial extension of economic, political, and cultural phenomena across the surface of the globe. (BRENNER e ELDEN, 2009, p. 25) (itálicos dos autores e meus)

Como pensado e formulado principalmente por Kosta Axelos²⁹³⁰ (1969; 1968; 1979; (1984) 2006) e Henri Lefebvre (2003a; 2009a; 2009b), mundialização pressupõe mundo, produto da mundialização. Nas palavras de Lefebvre (2009b), mundo é um tipo de espaço construído a partir da capacidade de intervenção humana. Nas palavras do autor, mundo diz respeito ao “*the whole of the devices assembled by humans*” (LEFEBVRE, 2009b, p. 256). Em outro momento, mas a partir da formulação acima, Lefebvre (2009a, p. 200) frisa que *mundo denota época*. Uma vez que mundo é resultado da capacidade de intervenção humana, faz-se necessário compreender o momento histórico dessa construção, dado que as possibilidades e capacidades de intervenção estão intimamente ligadas aos aparatos tecnológicos e institucionais, que, por sua vez, são transformados continuamente ao longo dos tempos pelas mesmas intervenções que neles se ancoram. Em termos lefebvrianos, mundo é conceito que remete, simultaneamente, ao tempo e espaço³¹. Mundialização, processo de produção do mundo, é, então, processo temporal ao mesmo tempo que espacial.

²⁹ Como nota Stuart Elden (2008), Henri Lefebvre (2003; 2009a; 2009b) e Kostas Axelos (1968; (1984) 2006; 2005) são os principais e mais fundamentais autores para compreender os conceitos de mundialização em mundo. segundo Elden (2008), ambos se debruçam sobre a questão da mundialização a partir do pensamento marxista, ou, mais precisamente, a partir das proposições que Marx ((1841) 2000), ainda na sua juventude, apresentou em sua tese de doutorado.

³⁰ Kostas Axelos (1968; (1984) 2006; 2005), é, talvez, o mais importante dos autores a tratar dos conceitos de mundialização e mundo. Nascido na Grécia, em 1924, radicou-se na França e foi uma importante figura da filosofia e da contra cultura francesa das décadas de 1950 e 60, tendo editado o periódico *Argument* entre os anos de 1958 e 1962, ano de seu fechamento. No *Argument*, sob o comando de Axelos, o conceito de mundialização foi formulado e debatido por vários autores. No entanto, depois do encerramento de suas atividades, estudos sobre mundialização caíram em desuso e, nos anos 1990, foram praticamente substituídos por estudos sobre *globalization*, já indicando uma predominância anglófona sobre o tema. Sobre a influência de Marx no pensamento de Axelos, fundamental para sua elaboração dos conceitos de mundialização e mundo, Stuart Elden (2008, p.83 diz o seguinte: “*Axelos is concerned with overturning the vulgar materialist reading of Marx, suggesting that it was precisely this realist, objectivist, material understanding that idealism was developed to avoid. For Axelos, just as Lefebvre, the key to an unorthodox, truly Hegelian Marxism is to recognize the dialectical relation between the ideal and the material*”.

³¹ O aspecto spatiotemporal inerente ao mundo traz à tona, como nota Axelos (2006), a questão da técnica: “*The epoch of each of the w/World's eras indicates both an effectuation and a suspension. It is in precisely that that each era is epochal. The w/World plays itself out through each of its ages, through itself. Although the World does not exist and barely is, there is [il y a] World. The problematic force of the there is [il y a] and the there is not [il n'y a pas] is irrepressible. The World brings speech and movement to man who makes it speak and move. There is no 'anteriority'. In the beginning there was 'nothing'. The origin conceals itself without cease. Thus from the beginning techne is linked to the technical interpretation of thought and action in terms of theory and practice, (...). This, however, brings technics into question. In the exploded and dislocated world which is 'our own', all instantiations and dimensions of the World, as worlds, are more or less anthropomorphically and anthropocentrically impregnated with technics. What we encounter and find in the world – natural things, tools, institutions, works of plastic, and poetic art – carries foremost a technical imprint in its apprehension and realisation. Universal*

Resenhando Kosta Axelos, Lefebvre (2009b) expande sua percepção sobre mundo contrapondo-o à Terra. Ambos conceitos, *mundo* e *Terra*, remetem a tipos distintos, mas complementares, de espacialidades. Lefebvre (2009b), todavia, apresenta a espacialidade Terra como a base, a fundação natural, a plataforma ontológica sobre a qual a totalidade da vida – natural e social – se origina e se desenvolve de forma estável e continuada. Nesses termos, entende-se que *o Planeta é uma construção natural que precede e condiciona a existência de tudo que é social*. É, ao mesmo tempo, condição de possibilidade e existência para tudo que diz respeito à vida – pelo menos na forma em que a conhecemos. Nas suas palavras,

(...) “earth” is the fundamental point of stability: soil without horizon, a sphere. The spherical form is also the immutable figure of perfection. When a practical action and understanding are removed, this earth appears as a unity of cycles, self-regulating, stable systems: waters, winds, air, light, soils, and sediments. (LEFEBVRE, 2009b, p. 255)

Ainda segundo Lefebvre, temos que, se, por um lado, a noção de Terra denota um ponto de estabilidade, uma plataforma natural que antecede e condiciona a produção e reprodução otimizada e continuada da vida em suas mais diversas formas, a noção de *mundo* denota, por outro, *espaço natural transformado em espaço social*, natureza transformada em artifício:

If we consider the modern world, the whole of the devices (*I' ensemble des dispositifs*) assembled by humans begins to cover the earth. These devices and their arrangement (*Ces dispositifs et leur ensemble*), all constituted on systems of (physical, chemical, economic, etc.) self-regulation, unwittingly imitate these fundamental stabilities by making use of them. This is how a "human world" constructs itself.

Technologies become worldwide (*mondiale*) only in attaining this perfection. Individuals admire technological change and its speed. But on a planetary scale, technologies tend toward a self-sustaining equilibrium. Thus the "earth: the "round machine" becomes for us and through us what it used to be: a giant and minuscule machine bearing giant and minuscule machines that will manage to reclothe it in a suitable cloak. Mastered, captured in concrete and steel, a source of harnessed and trapped energies-does not this machine gradually close in on itself again? Will not space and time take on a new form, delimited in the following way: the infinite around a technologically consolidated "human world"? (LEFEBVRE, 2009b, p. 255, 256)

technical montage is the present and future configuration of the world.” (AXELOS, (1984) 2006, p. 644) (itálicos do autor)

Em última instância, à luz de Lefebvre (2003a; 2009a; 2009b), pode-se inferir que mundo é o espaço da natureza transformado em um *domínio humano*, um espaço social otimizado e preparado *por e para* nossas próprias intervenções e atividades. Na perspectiva lefebvriana, pensar mundo é pensar, então, um espaço que já existe produzido enquanto *espaço natural* – a Terra, eterna plataforma física, máquina redonda que preexiste e condiciona a tudo que nos diz respeito –, mas que é (re)produzido enquanto *espaço social* diretamente pela capacidade de seres humanos de se projetarem, coletivamente, como *agentes espacializantes*, ou seja, agentes capazes de produzir e (re)produzir espaços adaptados a suas próprias necessidades e imperativos. O mundo é construído sobre a plataforma Terra em uma operação que imbrica o social no natural, o artifício na natureza e faz com que a própria Terra seja mundializada, ou seja, atualizada em uma nova forma social – um *domínio humano* “*captured in concrete and steel*” (LEFEBVRE, 2009b, p. 255, 256) – a partir da complexa e ampla capacidade humana de intervir e transformar espaços a partir e para si próprio.

Uma vez que a totalidade da vida social se dá na superfície e na atmosfera do planeta Terra, todo espaço social, seja um mundo ou não, se sobrepõe ao espaço natural³². Por isso é importante ressaltar que *mundo não é simplesmente qualquer espaço criado pela capacidade de intervenção e transformação humana*. O mundo não é um tipo genérico de espaço social. Como ensina Kosta Axelos (1968; (1984) 2006), mundo é o espaço que engloba, que se projeta como estrutura incidente e totalizante sobre todos que nele vivem, forçando-os a se submeterem a seus próprios elementos definidores. O mundo é o espaço social no qual outros espaços sociais são produzidos.

³² O leitor pode pensar, nesse ponto, que uma estação espacial, que paira por sobre a atmosfera terrestre não se sobrepõe ao natural da Terra. De fato, talvez essa seja a exceção. Mas, de uma forma ou de outra, tudo que existe em uma estação espacial foi retirado da natureza terrestre. Desde o alumínio aos alimentos, tudo sai da Terra. Além disso, no espaço sideral, o homem e o espaço da estação permanecem sujeitos às mesmas leis da física que estariam sujeitos se estivessem contidos pela gravidade terrestre. O que faz com que seja possível argumentar que talvez não seja somente o espaço da Terra a plataforma natural estável sobre a qual a vida se desenvolve. Talvez essa plataforma seja o próprio espaço sideral, mas aí, de fato, não seria uma plataforma, pois o espaço não é dotado de superfície. Mas o simples fato de que existem outras superfícies coexistindo com a Terra em um mesmo espaço infinito, faz pensar que a vida e tipos de sociedade não sejam exclusividade do nosso planeta e que em outro lugar outros espaços sociais estejam sendo produzidos e reproduzidos sobre outro espaço natural. De qualquer maneira, parece razoável a compreensão de que, independente se na Terra ou não, toda sociedade demanda algum tipo de coexistência entre social e artificial.

Assim como o planeta, o mundo é um *espaço de estabilidade*. Mas enquanto o Planeta se apresenta como uma plataforma natural de estabilidade, uma superfície minimamente estável e, de certa forma, previsível – ainda que bastante instável, aleatório e acidental –, o mundo se apresenta mais como um *emaranhado* do que como uma superfície. Emaranhado este que se constitui pela soma de todos os interesses, desejos, vontades, imperativos, lógicas, temporalidades, agendas e agentes que se movem e incidem sobre a Terra, (re)produzindo-a *por e para nós* mesmos.

Comumente, o mundo é representado do ponto de vista cartográfico pelo *mappa mundi*³³ (figura 1). De modo geral, essa representação é capaz de evidenciar os limites e fronteiras estáticas que organizam os fluxos e processos que atravessam e constituem o mundo como um todo. No entanto, se fossemos pensar uma representação cartográfica capaz de representar com alta fidelidade a complexidade total desse emaranhado, seria necessário um mapa que retrate todos os tipos de fluxos, de tudo que é capaz de se mover através das fronteiras estáticas representados pelo *mappa mundi*, desde mercadorias a pessoas, passando por ideias e informações. Esse mapa, contudo, não seria muito diferente de um grande borrão, no qual não se pode distinguir com clareza as particularidades ou tipos diferentes de fluxos. No emaranhado mundo, o particular, o individual e o específico se perdem em meio a inúmeros particulares, individuais e específicos que, em conjunto, se apresentam como um amalgama sem início, meio ou fim. Talvez, mais do que um mapa em si, as pinturas de Jackson Pollock³⁴, como abaixo representada pela figura 2, seriam mais apropriadas para representar graficamente o conceito de mundo.

³³ O *mappa mundi* mais utilizado é a projeção de *Mercator*, que achata a curvatura natural do globo terrestre na forma de cilindros que fazem com que os meridianos sejam apresentados de forma retilínea, paralelos entre si e perpendiculares aos paralelos terrestres. Por mais que essa representação seja a mais comum e, portanto, a mais aceita e utilizada, ela é caracterizada por uma deformidade que aumenta tudo que esteja acima do paralelo 84 norte e abaixo do paralelo 84 sul. Com efeito, lugares como a Europa, o norte do Canadá e a Atlântica aparecem, nessa representação, muito maiores do que realmente são.

³⁴ Paul Jackson Pollock, nascido no estado norte americano do Wyoming, em 1912, é uma importante figura do movimento expressionista abstrato. Sua principal contribuição para o movimento foi a técnica intitulada *drip painting*, na qual a tela em branco é aberta no chão e o pinto caminha por ela com o pincel na horizontal, de modo que a tinta pinga e escorre de modo quase aleatório pela extensão da tela.

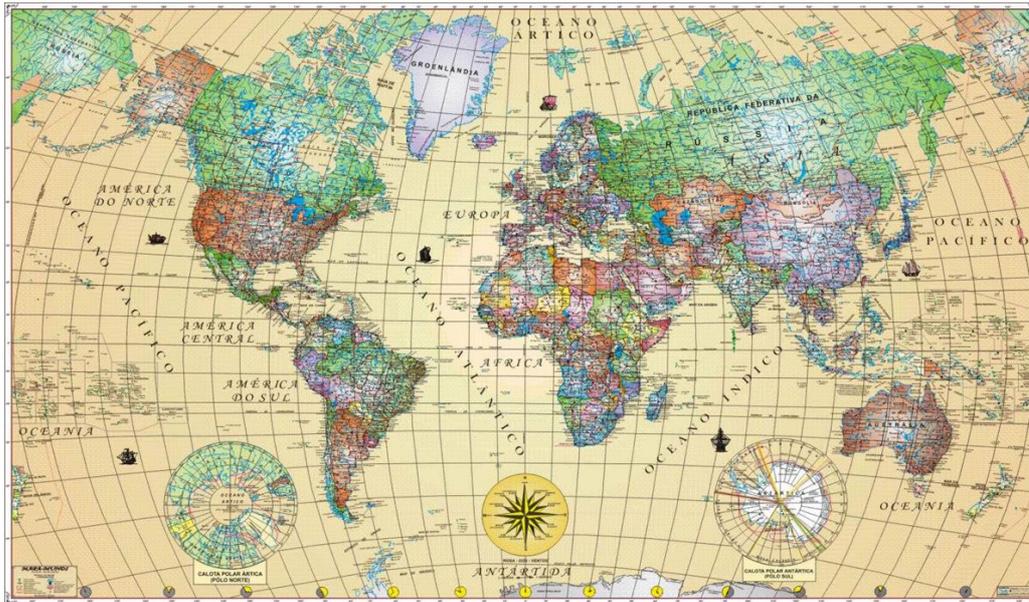


Figura 1 - *Mapa Mundi ou Projeção de Mercator*

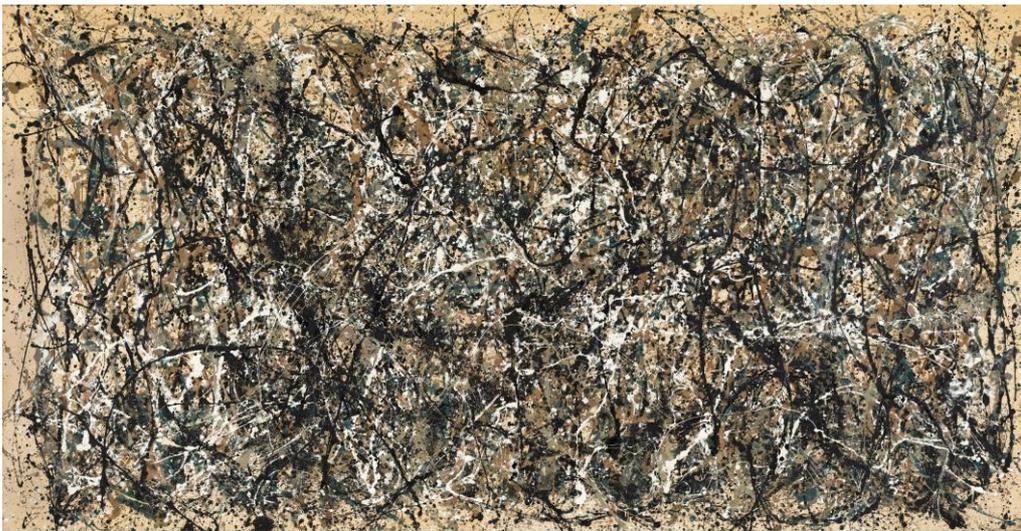


Figura 2 - *Number 31, Jackson Pollock, 1950*

Mundo, sugiro, deve ser entendido como um *emaranhado social*. Mas, como veremos, uma vez produzido por meio da força de intervenção, da capacidade de agência humana, o mundo passa a se impor como estrutura criadora, dotada de força e capacidade de incidência sobre todas as agências que virão a (re)produzi-lo. Como ensina Axelos (1979), a espacialidade mundo é hegemônica e se projeta como totalidade, ainda que fragmentada e em constante processo de formação. Do mundo, nada escapa. É o firmamento em meio ao infinito. Por isso entendo que o mundo se apresenta como um emaranhado e não uma plataforma, pois nos encontramos embrenhados nele, imersos no que há de

mais profundo e ao mesmo tempo mais superficial. O espaço do mundo é aquele que engloba e se apropria de tudo que nele existe, fazendo com que todos os processos sejam dissolvidos e absorvidos por ele³⁵.

Espaço social que engloba, o emaranhado mundo, assim como a plataforma Terra, também se apresenta como espaço de certa estabilidade e previsibilidade. A partir de Axelos ((1984) 2006, p. 644), pode-se compreender que o mundo incide como força reguladora das múltiplas atividades que se desenvolvem em seu emaranhado, o que permite aos agentes humanos – que, invariavelmente produzem o mundo agindo *no* mundo – certa previsibilidade e estabilidade social. As forças incidentes do emaranhado mundo podem ser lidas, analisadas e compreendidas, de modo que é possível entender as lógicas e modelos partir dos quais o mundo, de fato, incide sobre o que nele existe. Como diz Milton Santos (SANTOS, 2001, p. 170), “já que o meio ambiente é cada vez menos natural, o uso do entorno imediato pode ser menos aleatório”.

Lefebvre ((1974) 1991, p. 243), por sua vez, em consonância com as percepções de Kostas Axelos, define o mundo como *espaço de poder*. Nesse ponto, é importante frisar que deve-se entender poder não como noção sinônima a autoridade ou capacidade de se impor por meio de violência ou influência militar ou econômica. Na perspectiva da mundialização aqui apresentada, poder está mais próximo do sentido de *empoderamento e fomento*. O poder do mundo é aquele que cria e constitui, que possibilita, fomenta, sustenta e autoriza. O mundo exerce seu poder dentro de seu emaranhado, do qual não há qualquer escapatória.

Mundo, pensado a partir da perspectiva de ambos, Axelos (1968; (1984) 2006; 2005) e Lefebvre (2003a; 2009a; 2009b), aparece como espaço no qual poder flui e se projeta como elemento definidor e constitutivo dos ritmos e processos sociais e materiais, assim como elemento que informa e forma práticas

³⁵ De certo modo, apresentar o mundo como totalidade esbarra no argumento de *fim da história*, no sentido que não há história possível fora do mundo, ou seja, fora do emaranhado social criado por e para nós. Por mais que esse perigo se apresente na espreita, é inegável que não há história humana fora do mundo, pois não há a possibilidade de vida social fora do espaço e dos limites do mundo. Todavia, ainda que a história se encerre nos limites do mundo, esse limite, como pode-se inferir a partir dos argumentos de Axelos e Lefebvre, está sempre em aberto. O mundo *é* – não *está* – em construção. É espaço produzido e (re)produzido constantemente, assumindo formas e manifestações distintas em cada uma de suas fases e períodos temporais. Assim, enquanto existir algum mundo, ou seja, enquanto existir alguma manifestação sócioespacial da capacidade humana de intervir sobre a base natural na qual existe, haverá história. De certa forma, por essa perspectiva, o apocalipse poderia vir a significar o fim da história, pois colocaria um ponto final na existência espaciotemporal do mundo como um todo.

cotidianas e rotineiras, que atravessam e submetem a todos e a todas que nele vivem. À luz da mundialização, poder não é exatamente o mesmo que autoridade, mas autoridade pressupõe poder: é necessário poder para exercer autoridade. Assim, poder é conceito que remete simultaneamente ao exercício da autoridade e ao processo de empoderamento, que constitui, fomenta, possibilita e regulamenta práticas e dinâmicas sociais diversas. Autoridade, por sua vez, é conceito que remete, necessariamente, à instâncias hierárquicas que, ao canalizarem e concentrarem em si determinados poderes – institucionais e/ou tecnológicos – projetam-se sobre o conjunto dos atores como força de repressão, controle, contenção e coerção. Em suma, o que proponho aqui é compreender poder como conceito que remete à fomento, à empoderamento, enquanto autoridade é conceito que remete à formas hierárquicas de coerção.

O que garante essa especificidade extraordinária do emaranhado mundo – ou seja, o que garante que mundos apresentem-se como *espaços de poder* – é o fato de que mundos são espacialidades que funcionam como *estruturas de poder e autoridade* (LEFEBVRE, 2003a; LEFEBVRE, 2009b) capazes de se projetarem e se sobreporem de forma hegemônica sobre outras estruturas espaciais de poder que existam dentro do mundo. São as estruturas de poder e autoridade do emaranhado mundo em suas variadas formas – tecnológicas, institucionais, culturais ou quaisquer outras – que fomentam e possibilitam práticas e dinâmicas sociais ao mesmo tempo em que possibilitam o exercício da autoridade, pois é a partir dessas estruturas que o emaranhado mundo se impõe como força incidente sobre a totalidade dos processos que nele acontecem.

Relações sociais, diz Lefebvre ((1974) 1991), são o objeto constitutivo dos espaços sociais. Na mesma toada, como vimos no capítulo anterior, Harvey (2006) argumenta que relações sociais não se estabelecem *no* espaço, mas estabelecem *o* espaço. Mundo é um tipo de espaço social que se difere de outros espaços sociais genéricos pela forma como incide como instância de poder e autoridade sobre outros espaços. Sendo também um tipo de espaço social, relações sociais são, seguindo a lógica de pensamento lefebvriana, também o objeto que constituem o mundo. Por isso, entendo, pode-se dizer, entendo, que o próprio *emaranhado* – ou seja, a mistura complexa dos múltiplos processos sociais e relacionais que constituem o mundo – *é a estrutura do mundo*.

É das múltiplas e aparentemente infinitas relações sociais que produz-se o emaranhado mundo e é também a partir delas que o mundo passa a incidir sobre os agentes que agem e intervêm em seu emaranhado. Pois as estruturas de poder do emaranhado mundo são, em si, resultado de relações sociais continuadas e capazes de se projetar sobre outros modos de relação como autoridade, de modo a controlá-las, contê-las e regulamentá-las. Uma vez consolidadas enquanto estruturas de poder, essas relações passam a se projetar por meio de mecanismos estruturais – institucionais, tecnológicos, culturais, religiosos, etc. – dotados de capacidade de operar por si só.

A capacidade do mundo de incidir como espaço de poder sobre tudo que nele existe, levanta uma nova problemática fundamental para aprofundar o entendimento sobre os conceitos de mundo e mundialização: a problemática entre a agência e estrutura. Para abordá-la, proponho seguirmos o caminho aberto por Kostas Axelos (1968; (1984) 2006; 2005) por meio da noção de *jogo do mundo*.

2.2. O jogo do mundo

Para Kostas Axelos (1968; (1984) 2006; 2005), o mundo apresenta-se como um objeto dotado de existência própria. A única forma de compreendê-lo é por meio de análise imanente de seu emaranhado complexo. Da perspectiva de Axelos (1968; (1984) 2006; 2005), compreende-se o mundo como ponto de partida e chegada, espaço absoluto para todos os outros espaços. Em todas as dimensões e movimentos que caracterizam a mundialização, a primazia é, sempre, do espaço mundo. Por esse caminho, ao ressaltar a eterna primazia do mundo, Axelos ((1984) 2006) argumenta que os humanos não *estão no* mundo, eles *são do* mundo ao mesmo tempo em que *são o* mundo.

Axelos (AXELOS, 2005, p. 27) sublinha, todavia, que o mundo não é somente um conjunto de práticas e teorias. Esse conjunto é somente o ponto de entrada para a compreensão do mundo em sua própria complexidade. Pois o mundo, *espaço de poder e autoridade* (LEFEBVRE, (1974) 1991; AXELOS, (1984) 2006), é a espacialidade a partir da qual todas as práticas e teorias se constituem antes mesmo de se realizarem na sua materialidade. O mundo é o

antes, o agora e o depois e, como tal, é um eterno emaranhado que engloba a si mesmo e a todas suas criaturas. A complexidade do emaranhado mundo é a complexidade de todos os contínuos processos que nele se originam, se realizam e se dissolvem no espaço e no tempo *ad infinitum*. O mundo não é, ele *está* em constante mundialização. É um produto em constante (re)produção.

Diante de uma complexidade do tamanho do mundo, a questão que se coloca, então, é: como abordar esse emaranhado complexo a partir de si mesmo e por seus próprios termos? Ou, dito de outra forma, qual o caminho para uma compreensão imanente do mundo? A resposta para tal questão encontra-se em um texto de Axelos publicado ainda na década de 1960, no qual o autor apresenta o mundo como um *jogo*, dotado de lógicas e dinâmicas práticas internas que se sobrepõem a todas as outras:

The play of the world attempts to think the game inside of which all games and all rules, all transgressions and all calculations, all significations and all interpretations (global and particular) appear, disappear, are reborn (...). Which moves the pawns and figure, figurative or not, on the chessboard of the world, according to contingency or necessity. The pawns and figures are only parts of the game, just as truth is only the triumphant figure of errancy, corresponding to it. Thus a polyvalent combination of theoretical and practical games opens up, which from including the play of the world, remains contained and crushed by it. (AXELOS, 1968) (meus itálicos)

Faz-se necessário ressaltar, novamente, que o mundo, esse emaranhado social produzido sobre uma plataforma natural – a Terra –, é uma criação da coletividade humana, ou seja, é fruto da capacidade de agência espacializante que só a espécie humana detém. Não é possível, então, apartar o jogo do mundo da agência dos humanos. Na verdade, a força de um é a força do outro. O mundo joga quando homens e mulheres agem a partir e por meio de suas estruturas.

Mundo, com suas estruturas de poder englobantes, é espaço social minimamente estável e previsível – ainda que em constante transformação e atravessado por diversos tipos de instabilidade e imprevisibilidade – sobre a qual todas as formas de agência se constituem. O jogar do mundo, o *jogo de todos os jogos* (AXELOS, 1968; 1979; (1984) 2006), é, em última instância, o emaranhado dos múltiplos jogos, das múltiplas agências que mundializam – produzem – o mundo. O jogar do mundo é a mundialização executada sobre o próprio mundo.

Mas o mundo, em si, não é dotado de agência. O mundo não executa. Mas, espaço de poder e autoridade, o mundo autoriza, possibilita, controla e contém. Por meio de sua estrutura, o mundo é capaz de jogar incidindo sobre os limites e as maneiras como a agência e capacidade espacializante humana pode, de fato, ocorrer. Não há agência possível fora da estrutura emaranhada do mundo, assim como não há agência possível fora das condições naturais mínimas oferecidas pela plataforma Terra³⁶. *Agência* – humana – e *estrutura* – mundo – são dimensões complementares do processo da mundialização.

Mundializada, a agência humana se dissolve no espaço do mundo, se perde em meio às estruturas de poder e autoridade através das quais o mundo joga seu jogo. Em seu próprio jogo, o mundo se realiza e se transforma nos múltiplos jogos dos humanos. É na relação entre as agências humanas e as estruturas mundanas que homens, mulheres e o próprio mundo são constantemente transformados e (re)produzidos. Sobre espaços sobrepostos – natural e artificial – nossa capacidade de agência é sempre regulada por ambos. Se a Terra incide sobre nós e nos regula pela gravidade e pela necessidade vital de oxigênio, o mundo incide e nos regula por meio de suas estruturas de poder e autoridade, que se projetam sobre nós das mais diversas maneiras e se consolidam como formas distintas de autoridade – controle, contenção e coerção – e também de empoderamento – fomento, constituição, criação e produção.

A gravidade é uma das principais forças físicas que nos contém, mas, do ponto de vista social, pouco importa, é fato dado e homogêneo. Mais importante que a gravidade são as múltiplas forças artificiais, de ordem mais social – e, portanto, socialmente construídas como tal – do que natural. São múltiplas e infinitas as forças, os interesses e as agendas que, em conjunto, se realizam e se dissolvem no mundo, constituindo a totalidade do jogo e do jogar do mundo.

³⁶ Na relação entre Terra e mundo, há certo destacamento do segundo em relação ao primeiro que faz com que, se o fim do mundo implica o fim da história, o fim da terra não necessariamente implicaria o fim da história. O planeta Terra é a base natural sobre a qual todos os processos mundializantes ocorrem. Todavia, é, por mais fundamental que essencial para a totalidade da vida como a conhecemos, é somente a base natural. Se, por uma questão de acaso ou fruto de empreitadas humanas, for descoberto algum outro planeta em algum outro ponto do infinito sideral que ofereça as mesmas condições naturais de sustentação da vida como na Terra, não há, à princípio, impeditivo que faça que impossibilite seres humanos de, dotados da tecnologia necessária para a viagem, se deslocarem até essa nova plataforma e começarem nela outro processo de mundialização, dando início a uma nova história humana, mas, dessa vez, fora da Terra.

Se mundialização implica algum tipo de totalidade não é aquela da globalização amaldiçoada, ancorada no poder de expansão e na força civilizadora das *laws of motion* (WOODS, 1996) do capital. Se há algum tipo de totalidade, esta se ancora no conjunto das múltiplas relações entre múltiplos agentes que (re)produzem o mundo. Não há mundo fora delas. Daí que, para compreender a incrível capacidade de agência dos humanos é fundamental abordar a maneira como essas agências são mundializadas, ou seja, como elas se dão dentro dos limites, regras e imperativos impostos pela estrutura do emaranhado mundo em seu próprio jogo, de modo a produzir e reproduzir o próprio mundo e, conseqüentemente, seu próprio jogo.

O jogo do mundo é também o nosso jogo, mas por vezes o jogamos de forma automática, sem a plena consciência de que o estamos jogando. Assim é preciso ter atenção para compreender de que forma o jogo do mundo é jogado pelos humanos, ou seja, de que maneira os humanos exercem sua capacidade de agência nos limites estruturais do emaranhado mundo.

Imersos como invariavelmente estamos no emaranhado complexo do mundo, por vezes jogamos o mundo, por outras somos jogados ou jogamos e somos jogados ao mesmo tempo, sem necessariamente nos darmos conta de nada disso. Por isso, no que diz respeito à maneira como os humanos agem no jogo do mundo e não são unicamente atravessados e constituídos por suas dinâmicas estruturais, essa tese subscreve a proposição do filósofo Peter Sloterdijk (2013), para quem *agência implica consciência* de si mesmo, de seus interesses e, de certa maneira, daquilo que é necessário para realizá-los.

Dessa perspectiva, o homem ou mulher que se projeta enquanto agente é aquele ou aquela que é minimamente consciente de sua própria subjetividade, suas vontades e imperativos, de modo a encontrar formas de se livrar da inibição do desconhecimento e se aproximar da prática. Nesses termos, Sloterdijk (2013) apresenta o agente em analogia ao empreendedor, em uma formulação que equaciona agência e subjetividade:

Being ‘subject’ means taking up a position from which an actor can make the transition from theory to practice. This transition usually takes place once an actor has found the motive that liberates them from hesitation and disinhibits them for action. (...)

Correctly understood subjectivity, then, always implies the capacity to act, but not in the sense of an irrational rapture or a submission to unresolved drives (...). (...) is a subject (...) one who takes part in the experiments of modernity in the psychological formatting of entrepreneurial energies. (...) *An entrepreneur is constantly in transition to acting ‘from within themselves’, and the bridge to action erected by them or someone else is constructed from interests.*

(...) One factor in the fundamental dubiousness of the construct we call the ‘subject’ is the difficulty of establishing whether the suspect carries out their potential and present deeds ‘from within themselves’, or is rather a possessed person or an automaton, subordinated to anonymous forces – be they mechanical or demonic. The subject is a non-trivial complex of ambition and reflection, or of energy and insidiousness. (SLOTERDIJK, 2013, p. 57 - 59) (meus itálicos)

Dessa perspectiva, agência não é simplesmente o ato ou a capacidade de agir. Há agência quando há ato consciente, daí a analogia que Sloterdijk (2013) faz entre o agente e o sujeito empreendedor: empreender não é o simples ato de abrir ou fechar um negócio, não se empreende no escuro. Conhecimento, consciência dos riscos e imperativos e capacidade de planejamento e implementação são aspectos fundamentais para que um empreendimento possa vir a ser bem sucedido – seja esse empreendimento desenhado com objetivos lucrativos ou para avançar alguma agenda de transformação ou resistência social. Nesses termos, agência implica planejamento, logística e conhecimento das perigos e dos riscos. Implica, portanto, alguma (cons)ciência do jogo e do jogar do mundo. Em suma, *há agência quando há agenda.*

Mas a estrutura do mundo incide de forma anônima, não é individualizada e não parece que seja possível afirmar que o mundo tenha consciência de si mesmo. O jogo do mundo implica algum tipo de automação garantida pela sua estrutura de poder. O mundo joga o seu jogo mundializando a agência humana, ou seja, mantendo a agência humana dentro dos limites estruturais que constituem a si mesmo e, mais do que isso, fazendo com que agência humana seja sempre um produto contingencial ao mundo. Na lógica dos conceitos de mundialização e mundo, não há agência possível fora do mundo. Neste sentido, o jogo do mundo é hegemônico, é a regra das regras. *“The play of the world attempts to think the game inside of which all games and all rules, (...) appear, disappear, are reborn”*, diz Axelos (1968).

Anônima, a estrutura do emaranhado mundo produz efeitos que são assimilados de forma inconsciente e que reificam, a cada momento, a sua própria e exclusiva primazia. A agência humana, por sua vez, ação consciente, produz efeitos que são igualmente conscientes e que possibilitam certa ilusão de que a primazia do mundo foi violada ou questionada em uma inversão que projeta o homem sobre o espaço. Consciente de si mesmo, de suas vontades, capacidades, interesses e imperativos, homens e mulheres podem vir a perder de vista que, independente se conscientes ou não, estão sempre invariavelmente imersos no emaranhado do mundo. Dito de outra forma, estão sempre imersos no jogo do mundo. A questão é que, quando há consciência, torna-se minimamente possível elevar o ponto de vista e enxergar a complexidade do emaranhado por si só, o que possibilita agir sobre e a partir do emaranhado, mas nunca apartado dele, nunca fora dele. Fora do emaranhado mundo não há agência possível, mas consciente das dinâmicas e processos que constituem esse emaranhado, torna-se possível encontrar formas, ainda que limitadas, de incidir sobre ele.

O pensamento teórico é um poderoso caminho para criar essa consciência necessária para agência, mas para isso é preciso que seja pautado em ferramentas conceituais desenhadas para esse propósito preciso. É nesse sentido que proponho retornar ao conceito de globalização, de modo a ressignificá-lo como ferramenta teórica-conceitual capaz de abrir para compreensão – e também para ação, ainda que esse não seja, necessariamente, o objetivo dessa tese – a complexidade da relação entre agência e estrutura que se dá em um mundo cuja escala é global.

2.3. Globalização e a imbricação do Mundo nos mundos

Independente do sentido reduzido atribuído nos idos anos 90, o conceito globalização contém na sua raiz etimológica o substantivo *globo*, que denota, simultaneamente, *espaço* e *escala*. *Globo* significa ao mesmo tempo o *espaço do globo* – o Planeta – e a *escala do globo* – o planeta como um todo, o planetário.

Pode-se dizer que a versão maldita do conceito elimina o espaço e confere centralidade hegemônica à escala. Com efeito, nessa definição maldita do conceito da globalização, globo aparece apenas como uma nova escala para

expansão de negócios por meio de estratégias pautadas em diagnósticos de que há um processo inevitável de homogeneização global de particularidades e diferenças (LEVITT, 1983; OHMAE, 1995). Ainda da perspectiva maldita, frente à escala global, as especificidades do espaço global são artificialmente anuladas, o que possibilita teses de que globalização enseja algum tipo de processo de planificação de um planeta cuja forma original é a de uma esfera cheia de acidentes e assimetrias, um geoide (FRIEDMAN, 2005).

Como busquei argumentar no capítulo anterior, entendo que o antídoto para a maldição da distopia capitalista que recaiu sobre estudos da globalização nos anos 90 seria um conceito de que reclamasse o espaço. Justamente por isso, entendo que as discussões sobre mundialização e mundo se apresentam como um caminho propício para a ressignificação do conceito da globalização, pois mundialização pressupõe – como pensado por Lefebvre (2003a; 2009a; 2009b) e Axelos (1969; 1968; 1979; (1984) 2006) – espaço social produzido diretamente por múltiplas intervenções de homens e mulheres.

No entanto, por mais que mundialização abra um caminho propício para ressignificar o conceito da globalização, o conceito da mundialização, por si só, não é suficiente para livrar globalização da maldição. Como visto, o substantivo *globo* – raiz etimológica de globalização – *denota espaço e escala ao mesmo tempo*. Assim sendo, ainda que seja de fundamental importância reclamar o espaço como elemento central ao conceito da globalização, seria um equívoco semântico abandonar o sentido escalar. É preciso, então, conjugar espaço e escala na elaboração de um conceito de remeta ao processo de produção de um espaço cuja escala é global. O conceito de mundialização parece apropriado para esse fim, mas não suficiente, já que não há no termo conotação escalar que remeta ao todo do planeta, ou seja mundialização não denota necessariamente *escala global*. No entanto, o caminho para encontrar esse novo conceito da globalização segue sendo aquele aberto pelas discussões e formulações de Kosta Axelos (1969; 1968; 1979; (1984) 2006) e Henri Lefebvre (2003a; 2009a; 2009b).

Em um texto intitulado *The Worldwide and the Planetary*, Lefebvre (2009a) discute a distinção entre espaço e escala a partir do conceito de *mundial* (*worldwide*). Na maneira como formula, aquilo que é mundial pode ser tanto *total* – ou, mais precisamente, *totalizante* – quanto *global*, mas não necessariamente é

os dois ao mesmo tempo. Lefebvre (2009a) constrói o sentido de *total* a partir de Axelos (1968; 1969), de modo a ressaltar que mundo se projeta como *espaço que engloba* e incide como totalidade – ainda que fragmentada – sobre tudo que diz respeito à vida social. *Total*, nesses termos, denota *pertencimento e incidência*. Nesse sentido, o espaço do mundo, independente da escala desse mundo, é sempre um espaço de pertencimento, pois este se projeta sempre como espaço totalizante, que envolve e engloba a todos e todas que nele existem.

Por outro lado, *global denota escala* (LEFEBVRE, 2009a). Um mundo global é aquele que se projeta na escala do globo, confundindo-se com o planeta. Pensar um mundo global é, de certa forma, pensar o planeta inteiro transformado em um *espaço social global*. Há, então, que se fazer certa distinção: *um mundo é sempre total(izante), mas nem sempre é global*. Lefebvre (2009a) frisa essa distinção ao marcar a diferença entre o que é *mundial e planetário*. *O planetário é o mundo de escala global*, que se confunde com o planeta. O mundial, todavia, também pode ser planetário, também pode ter escala global, mas não necessariamente. O mundo se impõe como força totalizante sem, necessariamente, projetar-se na escala do todo planetário. Em outras palavras, podemos dizer que o mundo é força totalizante sem, necessariamente, ser força globalizante.

Por sua vez, Kosta Axelos ((1984) 2006) faz distinção entre *mundo e Mundo*: “*To name the world of worlds and above all the world such as it is in itself, we have at our disposal no other than World*” (AXELOS, (1984) 2006, p. 643). Da percepção do autor, o *Mundo* é o mundo dos mundos (*the world of worlds*). O emaranhado do *Mundo* engloba a todos os outros emaranhados de todos os outros mundos. A partir dessa percepção, entendo que seja possível compreender o *Mundo* como a espacialidade no qual o *mundial* se encontra com o *planetário*. Ou seja, *Mundo é, ao mesmo tempo mundial e planetário, espaço total ao mesmo tempo que global*. Seria um tipo de espaço global que incide sobre todos os outros espaços não-globais.

Da mesma maneira que pode-se fazer distinção entre *mundo e Mundo*, pode-se, então, distinguir entre *mundialização e Mundialização*. *Mundo*, seja com *m* ou *M*, é, como dito, noção que remete a espaço de poder construído por meio da intervenção humana. *Mundo*, infere Rob Shields (1999) a partir de interpretação da obra de Lefebvre, pressupõe *espacialização*: processo de produção espacial.

Mundo é sempre um espaço produzido. Todo mundo, global ou não, é, portanto, artificial – ainda que exista sobre uma base eternamente natural – porque é social, porque é processual e relacional. Assim, é importante pensar mundialização em termos análogos ao do processo de espacialização³⁷.

Uma vez que, no sentido sugerido aqui, o elemento que distingue entre m/Mundos é a escala, pode-se dizer que o que difere o processo de produção desses m/Mundos, as m/Mundializações, não é, necessariamente, a lógica e dinâmicas do processo em si, mas a escala em que se dá esse processo. No sentido do verbo globalizar, pode-se pensar *Mundo* como a expansão de um emaranhado social complexo pelo espaço e escala do globo, fazendo com que ocupe a totalidade do espaço terrestre, tornando-se, portanto, um *espaço social planetário*. Por isso, entendo que seja possível definir globalização como sinônimo de Mundialização, com M maiúsculo. Nesses termos, o conceito da globalização diz respeito a processos histórico-sociais por meio do qual é/foi/será (re)produzido um espaço de poder de escala global: um *Mundo*. *Globalização diz respeito, então, ao processo de produção de um espaço de poder que é, ao mesmo tempo, mundial e planetário.*

O Mundo – espaço total e global, mundial e planetário ao mesmo tempo – todavia, não existe em separação dos mundos não-globais. Na distinção entre global e local (não-global), um não elimina ou anula o outro, pelo contrário um complementa e se suplementa no outro. *O Mundo é composto por mundos*, o que faz com que não seja possível pensar globalização – processo de produção do Mundo – sem levar em conta os vários mundos e mundializações. Assim, o conceito da globalização, entendido enquanto Mundialização, ainda que remeta ao processo de construção de um espaço que é mundial e planetário ao mesmo tempo, não pode ser compreendido ou utilizado sem levar em conta o fato de que esse Mundo global é composto por vários outros mundos não globais. Na maneira como procuro formular aqui, *globalização é conceito que remete ao processo de imbricação do Mundo nos mundos.*

³⁷ É importante frisar que espacialização, conforme argumenta Rob Shields (2013) a partir da obra de Henri Lefebvre, remete ao processo genérico de produção de espaços, que podem vir a ser espaços mundiais ou simplesmente espaços sociais que não necessariamente podem ser caracterizados como mundo. O capítulo seguinte se debruçará com mais calma e detalhe sobre o processo da espacialização a partir do conceito de *espacialização social*, conforme formulado por Rob Shields (2013)

Dinâmicas socioespaciais mundiais e planetárias incidem sobre dinâmicas socioespaciais unicamente mundiais – de escala não-global –, acarretando na complexificação de relações de força e poder já existentes. Quando o *Mundo* se imbrica no *mundo*, tensões e fricções já existentes são intensificadas ou até mesmo atravessadas por rupturas que criam novas tensões e fricções. Nos capítulos quatro e cinco avancei essa discussão analisando de que maneira dinâmicas globais inerentes a organização e realização espacial de megaeventos esportivos incidem sobre dinâmicas dos locais que recebem tais eventos, intensificando assimetrias, desigualdades, tensões e fricções locais já existentes.

De modo geral, pode-se argumentar que, pensado na chave da *Mundialização* aqui apresentada, *globalização é processo transescalar*, ou seja, não se resume à escala global ou elimina a não-global. Pelo contrário, na *Mundialização*, global e não-global encontram-se imbricados e tensionados. A partir de Brenner e Elden (2009), *globalização*, em termos análogos ao conceito de *mundialização*,

(...) must be understood not as a linear homogenization of social life across the planet, or a simple enlargement of the scope for socioeconomic activity, but rather with reference to the tangled, constantly changing articulation among different scales, from the local, regional, and the national to the worldwide and the planetary, and their associated social, political, and economic relations. (BRENNER e ELDEN, 2009, p. 23)

Como argumenta Rob Shields (2013, p. 138), “*scale is about both thing and relation, eidos and ethos and thus about space*”. Na mesma toada, Brenner (2001, p. 605) argumenta que “*scales evolve relationally within tangled hierarchies and dispersed interscalar networks*”. De certa forma, portanto, escala implica *relações* e *hierarquia* ou, mais precisamente, *relações hierarquizadas*, a partir das quais uma determinada escala se sobrepõe como modelo ou instância de gerenciamento sobre as relações que se estabelecem em outras escalas.

Shields (2013, p. 136) entende que essa sobreposição hierárquica cria problemas de ordem epistemológica e metodológica, fazendo com que se trate escalas como se fossem tipos de esferas autônomas ou vasos comunicáveis e posicionados distinta e verticalmente em relação a outros vasos. No fim das

contas, essa abordagem faz com que determinadas escalas sejam, epistemológica e metodologicamente, privilegiadas sobre outras escalas. A consequência disso é certa dificuldade em compreender que processos mais perceptíveis em determinada escala não se resumem a ela, mas, pelo contrário, atravessam escalas distintas e se sustentam em processos mais perceptíveis em outras escalas. Pensar escalas faz com que, necessariamente, tenhamos de abandonar abordagens binárias – que separam o dentro do fora, o particular do universal, o global do local e o *Mundial* do *mundial* – em prol de abordagens que reconheça a existência do universal dentro do particular e vice e versa.

No que diz respeito a estudos sobre globalização, principalmente naqueles que carregam o peso do albatroz, a escala global – e as relações e hierarquias que a estabelecem – tende a ser privilegiada como se houvesse, de fato, uma hierarquia que sobrepusesse tudo aquilo que é global sobre o que não é, de modo a eliminar ou ofuscar as especificidades do não-global. Essa percepção hierárquica aparece com bastante clareza em estudos como os analisados no capítulo anterior sobre os operadores do capital. Por exemplo, Theodore Levitt (1983), Kenich Ohmae (1995) e Thomas Friedman (2005) reificam, cada um à sua maneira, a escala global ao mesmo tempo em que desacreditam processos e especificidades não-globais ao reforçar que os padrões de consumo encontram-se homogeneizados e equalizados por todo o globo. Na perspectiva desses autores, globalização remete a processos de padronização de particularidades, que, padronizadas, desaparecem, são anuladas ou transformadas em qualquer outra coisa.

Há, todavia, outras perspectivas epistemológicas e metodológicas que possibilitam abordagens *transescalares*, ou seja, que não reificam ou separam uma escala da outra, mas que buscam apontar certa congruência entre escalas distintas. Saskia Sassen (2001; 2008; 2010), por exemplo, interliga as escalas global e não-global ao argumentar que processo globais são produzidos, efetivamente, no local. A riqueza dessa percepção está em abrir espaço para a compreensão de como relações e processos de escala global dependem de e atravessam, de uma forma ou de outra, relações e processos que acontecem em escalas não-globais – nacional, subnacional ou regional.

Se pensarmos o conceito da globalização conforme apresentado aqui nos termos de uma abordagem transescalar, podemos dizer que um Mundo global não é, em si, separado dos vários outros mundos não-globais. Tanto no global, quanto no não-global, o que há é a imbricação de processos que se dão em múltiplas escalas – nacional, local, regional e etc. – que constituem os múltiplos mundos no todo planetário. Não há Mundo fora dos mundos, da mesma maneira que, nos dias de hoje, não existe mundos fora da totalidade planetária do Mundo. Essa imbricação entre escalas é um dos elementos fundamentais para se compreender tanto o jogo do m/Mundo, quanto as agências humanas que se estabelecem no emaranhado dos mundos e do Mundo.

Globalização, imbricação entre Mundo e mundos, é processo que envolve tipos distintos de *jogos do mundo*. Como busquei argumentar na seção anterior a partir das formulações de Kostas Axelos (1969; 1968; 1979; (1984) 2006), o mundo joga seu jogo incidindo como estrutura de poder que autoriza e fomenta determinadas dinâmicas e processos ao mesmo tempo em que desautoriza e impossibilita outras. Pensado nos termos da distinção entre *Mundo* e *mundo*, pode-se dizer que há jogos que se limitam a mundos não-globais ao mesmo tempo em que há jogos que se projetam em toda a escala do globo, os *jogos do Mundo*. Seria um equívoco definir globalização somente nos termos de um jogo do Mundo. Na maneira como busco formular aqui, globalização diz respeito aos dois jogos simultaneamente, do Mundo e do mundo. Mais precisamente, globalização diz respeito exatamente ao momento de encontro entre ambos os jogos, quando as estruturas de poder globais se encontram com estruturas de poder não-globais.

É nessa colisão imbricada de estruturas de poder *Mundiais* e *mundiais* que o processo da globalização se consolida. Por isso, globalização é um processo que enseja relações de força e disputa por poder entre atores que operam tanto no nível global quanto no não-global. O encontro entre esses atores, com níveis de poder e força distintos e, por vezes, assimétricos, é o elemento mais distintivo do processo da globalização. É dessas assimetrias de força e poder que derivam as dinâmicas de disputas e resistência que marcam o avanço da globalização – da produção de um *Mundo* planetário –, pois, ainda que globalização não se resuma a capitalismo global, a expansão das *laws of motion* (WOODS, 1996) do capital se dá exatamente por meio desse processo que imbrica o global no não-global.

A força contemporânea do capital está no esforço em tomar esse processo todo para si e esconder o espaço na escala. Pois o espaço é a dimensão onde se dão as disputas e as resistências cotidianas ao seu avanço, enquanto que a escala global, dada força de investimentos e acumulação dos operadores do capitalismo contemporâneo, apresenta-se como a escala mais apropriada ao capital. Para operar devidamente na escala global, seja um negócio ou qualquer tipo de agenda, faz-se necessário um poder de investimento que somente atores que operam de fato o capitalismo global têm. A escala global, ainda que possa ser acessada por indivíduos a partir de plataformas como qualquer computador ligado à internet, só pode ser definitiva e efetivamente manejada por grandes conglomerados ou corporações dotadas de recurso – institucionais e tecnológicos – para tal.

Por outro lado, espaços de escala não-global, como cidades ou bairros, são espaços de vivência que são acessados cotidianamente por um contingente de pessoas e atores que não necessariamente têm recursos para atuar na escala global como um todo. Essas pessoas e atores, todavia, dividem os espaços não-globais com atores dotados de recursos para atuar na escala global, pois, ainda que esses atores sejam capazes de atuar globalmente, suas atividades dependem, invariavelmente, como demonstra Saskia Sassen (2008), de dinâmicas e processo que se dão em espaços não-globais. O que pretendo dizer aqui é que a globalização, esse encontro imbricado e tensionado entre o global e o não-global, se dá, fundamentalmente nos espaços não-globais. Ou seja, é no local que o que é global em escala é produzido concretamente. É no local que o global se materializa, pois enquanto existe somente na escala global, fluxos e modelos globais não passam, como buscarei demonstrar nos capítulos sobre megaeventos esportivos, de virtualidades, elementos abstratos que fluem livremente sobre o espaço do globo, mas não realizados concretamente. Justamente por isso, é no local, no não-global, que as disputas entre atores globais e não-globais se desenrolam. Por isso, para compreender a globalização não basta olhar somente para processos globais, pois, em algum momento, esses processos globais precisam aportar em espaços não-globais concretos. Se buscarmos compreender processos globais observando somente como esses processos se desenvolvem na escala global, seremos capazes de observar unicamente a dimensão virtual e

abstrata desses processos. O concreto encontra-se no rés do chão, sem o qual o global não se realiza por completo.

Essa relação entre global e não-global aparecerá com mais clareza quando, na segunda parte da tese, buscarei analisar, a partir do vocabulário teórico-conceitual desenvolvido ao longo dos três primeiros capítulos, a realização espacial de megaeventos esportivos. Como será dito no capítulo seguinte, a escolha por megaeventos esportivos como objeto de estudo se dá justamente pelo fato de que a imbricação entre o global e o não-global aparece mais visivelmente quando buscamos analisar o processo de realização espacial desse tipo de evento, uma vez que, ainda que esses eventos sejam globais em sua escala original de planejamento, seus impactos são inexoravelmente locais, pois é na escala não-global que esses eventos são concretamente organizados e realizados.

Sem o chão para a bola correr, não há copa do mundo e esse chão, dado que o Mundo é organizado em múltiplos mundos, invariavelmente já se encontra ocupado e funcionalizado por lógicas socioespaciais distintas. Assim, para que a bola do evento global da Fifa corra de fato sobre o chão de algum estádio em alguma cidade de algum mundo do Mundo, essa cidade tem de passar por intensos processos de transformação sócioespacial, que impactam diretamente sobre uma parcela da população. O caráter inerentemente local dos impactos desses eventos globais faz com que as disputas, tensões e fricções que invariavelmente derivam desse tipo de evento de grande magnitude sejam travadas nos próprios locais onde os jogos acontecem de fato. Por isso, como ensinam Carlos Vainer e Nelma Gusmão (2014), para compreender a complexidade sócioespacial de megaeventos esportivos, faz-se necessário uma análise transescalar, de modo a revelar como os aspectos globais desses eventos dependem da concretude que só espaços não-globais oferecem.

Em suma, a organização de um megaevento como a Copa ou as Olimpíadas imbrica atores capazes de operar em escala global, como a FIFA e o COI, mas também grande empresas como Coca-Cola, Mcdonalds, Visa e etc., em atores circunscritos a espaços não-globais, como moradores das cidades que recebem esses eventos. Pela grandeza e quantidade de capital e esforço institucional e tecnológico necessários para a realização desse tipo de evento, talvez não haja nenhum outro objeto de estudo tão capaz de evidenciar esse aspecto transescalar

característico da globalização. No entanto, antes de nos movermos para o estudo desses eventos, faz-se necessário instrumentalizar o conceito da globalização conforme aqui definido, o que será feito no capítulo seguinte a partir de uma discussão sobre o conceito de *especialização social* (SHIELDS, 2013).

3. Instrumentalizando mundialização e globalização: Espacialização Social

3.1. Espacialização social

3.1.1. Entre o virtual e o atual

Como vimos no capítulo anterior a partir das leituras, proposições e definições de Lefebvre ((1974) 1991) e Harvey (2006), compreende-se que práticas sociais não se estabelecem *no* espaço, mas estabelecem *o* espaço. Ambos autores sublinham que espaço é fundamentalmente um meio social. Por essa perspectiva, espaço é tratado mais como um processo do que um fato, mais como uma operação continuada do que como um fato dado e acabado. Como diz Harvey (2006, p. 121), “*there is no such thing as space outside of the processes that define it*”.

Refletindo a partir dessa perspectiva, Rob Shields (1991) apresenta, em *Places on the Margins*, o conceito de *especialização social*. Por meio de tal conceito, o autor busca sustentar que o processo da espacialização envolve certa reciprocidade entre imaginário social e práticas de intervenções concretas sobre o espaço. Nas suas palavras,

I use the term *social spatialisation* to designate the ongoing social construction of the spatial at the level of the *social imaginary* (collective mythologies, presuppositions) as well as *interventions in the landscape* (for example, the built environment). This term allows us to name an object of study which encompasses both the cultural logic of the spatial and its expression and elaboration in language and more concrete actions, constructions and institutional arrangement. (SHIELDS, 1991, p. 31) (meus itálicos)

Espacialização social, é importante frisar, como o próprio Shields (2013) toma o cuidado de ressaltar, é um conceito que nos permite abordar analiticamente o processo de produção de espaço - espacialização. Temos, então,

que o processo da espacialização é o objeto do conceito de espacialização social. Shields (2013), que constrói seus argumentos através de uma profunda e cuidadosa leitura da obra de Henri Lefebvre³⁸, argumenta que *espacialização social* seria uma tradução apropriada para o conceito de *espaço social*, uma vez que expressa com mais clareza o teor processual inerente ao conceito:

Lefebvre refers to his project variously as a ‘spatiology’ or ‘architectonics’. Essentially, his thesis is that space is a collectively produced or elaborated social space, which is better translated as social spatialisation. (SHIELDS, 2013, p. 20)

Além de uma leitura lefebvriana, Shields (2013) também se baseia em outro sociólogo que estudou a problemática do espaço para afinar ainda mais seu conceito de espacialização social. Por um lado, enquanto uma tradução do conceito de espaço social de Lefebvre ((1974) 1991), espacialização social remete ao processo da produção de espaços. Por outro lado, a partir de uma análise da terminologia e das traduções de Georg Simmel (2009), Shields (2013) ressalta um outro aspecto do processo da espacialização que, por sua vez, implica numa compreensão mais detalhada do conceito de espacialização social:

Simmel repeats his point in terms of ‘embodying’, ‘making concrete’ or giving ‘tangible form’ to something intangible. Frisby and Featherstone translate this using the contemporary notion of ‘spatialisation’, rather than ‘realisation’ (although elsewhere ‘räumliche Verwirklichun’ has been translated as ‘*spatial realisation*’). This shift in translation recodes the Simmel of 1903 in the language of eight decades later, making it hard to discern the origins of this discourse on space without reference to the original German. (SHIELDS, 2013, p. 81)

³⁸ Uma das traduções mais utilizadas e comercialmente bem sucedidas de *La Production de l'Espace* de Henri Lefebvre é a de Donald Nicholson-Smith, de 1991. Essa é a versão utilizada e citada nessa tese. Antes, todavia, do sucesso da tradução de Nicholson-Smith, a tradução para o inglês mais utilizada era a de Rob Shields, de 1988. Primeira versão para língua inglesa do clássico de Lefebvre, uma das diferenças mais fundamentais está, como será abordado mais adiante nessa tese, na tradução do conceito de *les spaces de représentation*. Na versão de Nicholson-Smith, o conceito é traduzido como *representational spaces*, que, em português, seria *espaço representacional*. Na versão de Shields, por outro lado, o conceito aparece traduzido como *spaces of representation*, que, em português passa a *espaços de representação*.

Na terminologia original de Simmel (2009)³⁹, conforme entendimento de Rob Shields (2013), *espacialização* é sinônimo de *realização espacial* e denota *processo no qual o que é abstrato se converte em concreto*. Nessa chave, entre Lefebvre ((1974) 1991) e Simmel (2009), o conceito de espacialização social remete a processo social por meio do qual o que é da dimensão do intangível – que Shields (1991, p. 31) projeta como a dimensão do *imaginário social*, conforme formulado por Castoriadis (1982) – se transforma em algo tangível, concreto – *built environment* (SHIELDS, 1991, p. 31). Nesse processo, o imaginário social se projeta como elemento inicial para a (re)construção da materialidade social e física do espaço, cujo resultado final é um espaço social concreto. De certa forma, portanto, Shields (1991) frisa que todo espaço construído concretamente existiu, antes, como espaço projetado e imaginado.

Em suma, se, através de Lefebvre ((1974) 1991), Shields (1991) ressalta o caráter processual do espaço, através de Simmel (2009), por sua vez, Shields (2013) ressalta a *lógica geral* do todo do processo de produção do espaço: *a realização concreta daquilo que antes era abstrato*. Mas, como veremos, a lógica é cíclica e tautológica: o que é abstrato se realiza no concreto e o que é concreto se dissolve no abstrato. Para melhor nos aproximarmos do caráter cíclico e tautológico inerente ao conceito de espacialização social, proponho seguirmos a própria trajetória de elaboração e desenvolvimento conceitual seguida pelo próprio Rob Shields (1991; 2003; 2013).

Mais de uma década depois de ter publicado *Places on the Margin* (SHIELDS, 1991), no qual apresenta o conceito de *espacialização social*, Shields (2003) publica *The Virtual*. Nessa nova publicação, aquilo que é *abstrato*, que existe na dimensão do imaginário social, é tratado como algo *virtual*. O virtual, diz Shields (2003, p. 21), não diz respeito ao que é irreal. O virtual só não é concreto, não é atualmente real, não é atual, mas ainda assim, é real. É um estado específico da realidade, uma dimensão específica do real, assim como o concreto.

³⁹ Como demonstram Ryan Moore (2013) e Lukasz Stanek e Christian Schmid (2014), a sociologia espacial pensada e desenvolvida por Georg Simmel na virada do século XIX para o XX tem importância fundamental para a compreensão da perspectiva analítica formulada por Lefebvre ao longo do século XX, principalmente no que diz respeito às análises de Lefebvre em *The Critique of Everyday Life* e a formulação do conceito de *conceived spaces*. (LEFEBVRE, (1974) 1991).

Virtual e atual – aquilo que é concreto e material – são dimensões distintas, mas que se relacionam em constante reciprocidade.

Pensando em termos espaciais, Shields (2003) apresenta o virtual como a dimensão imaginária e abstrata do espaço. Mas, para além disso, virtual também denota potência, o que fica claro a partir de sua raiz etimológica *virtus*:

The noun ‘virtual’ comes to us from the Latin *virtus*, meaning strength or power. By the medieval period *virtus* had become *virtualis* and was understood in the manner we might understand the word ‘virtue’ today. In this older usage, a ‘virtual person’ is what we might understand in more contemporary usage as a person of some outstanding quality.

(...) The related term, ‘virtue’, is a personal quality, ‘The power or operative influence inherent in a supernatural or divine being’. Virtue is ‘an embodiment of such power’. (...) *virtue was the power to produce results, to have an effect.*

(...) Today, ‘the virtual’ is still redolent of its barely masked links to the concept of virtue (with which it shares a root in the medieval Latin *virtus* – from *vir*, ‘man’). (SHIELDS, 2003, p. 2, 3) (itálicos do autor e meus)

Da perspectiva do autor, *virtual* denota, então, o que é *intangível e abstrato*; o que é *real*, mas *não atual e concreto*. No entanto, dada sua convergência etimológica com o termo *virtude*, denota também *poder e potência*. Todavia, o poder e a potência do que é virtual é aquilo que ainda está por vir: é um poder possível, mas não concretizado, não realizado concretamente, não atualizado materialmente. A virtuosidade daquilo que é apenas virtual encontra-se como potência em estado latente, e justamente por isso, poderosa. Pois seu processo de realização ainda encontra-se em aberto e nesse estado a potência é pura, podendo assumir qualquer fim, gerar qualquer resultado, mesmo que esse seja diferente do previamente planejado, quando há, de fato, planejamento prévio. Isso faz com que o virtual, quando planejado, deva ser projetado com o maior cuidado possível para que seu poder possa gerar os efeitos pretendidos e não se perder no dissipar solto de sua própria virtuosidade. A concretização da potência latente do que é virtual demanda controle e mediação direta. Nos capítulos sobre megaeventos, buscarei abordar essa necessidade de controle e mediação analisando os padrões e imperativos que sustentam o modelo de negócios de megaeventos – que será apresentado como uma virtualidade – e a maneira como Estados – aparatos

institucionais dotados de capacidade de controle e mediação – são fundamentais para assegurar tais padrões e imperativos.

O resultado que o virtual pode vir a produzir só se realiza de fato quando esse se concretiza, fazendo com que sua intangibilidade característica se converta em elemento tangível, constituindo, assim, um resultado concreto. Esse é um aspecto importante de ser frisado, pois, na chave do conceito de *especialização social*, o processo por meio do qual o que é mera potência latente e intangível se efetiva no concreto – tornando-se, assim, potência realizada – e o que é realidade virtual se transforma em realidade atual, é processo de espacialização em sua plenitude.

A realização espacial concreta do que é latente exige elementos materiais que não existem na dimensão imaginária e virtual dos espaços, daí a importância das intervenções espaciais concretas. O processo da espacialização diz respeito, então, a projeção dos elementos que constituem a dimensão imaginária – as *virtualidades* – em porções espaciais concretas e atuais, fazendo com que o que era virtual se concretize e o que era potência pura e latente, defina-se em alguma forma tangível, sendo essa forma tangível o próprio espaço realizado a partir da virtualidade. Em *The Virtual* (SHIELDS, 2003), o que, antes, era tratado como a conversão do abstrato em concreto, do intangível em tangível, passa a ser tratado como a conversão do virtual ao atual, sendo essa a lógica central do processo de espacialização.

Em suma, o conceito de *especialização social* enseja que todo espaço realizado concretamente existe antes, de alguma maneira, enquanto virtualidade, enquanto elemento imaginário, intangível e ainda não realizado concretamente. Além disso, enseja também que a concretização de um espaço demanda uma base tangível, uma porção concreta e material de espaço já produzido, seja ele natural ou social. Por isso, espacialização, enquanto processo, é sinônimo de realização espacial: é virtualidade realizada enquanto atualidade; intangível enquanto tangível; abstrato enquanto concreto (SHIELDS, 1991; 1999; 2013).

Rob Shields (2003, p. 211; 2013, p. 20-25), em momentos distintos a partir de *The Virtual*, utiliza o termo *atualização* para expressar essa passagem do virtual ao atual. Esta passagem é central para a realização espacial, pois é nesse movimento que o que existia somente como virtualidade passa a informar

efetivamente a existência concreta do espaço. Ou seja, de certa forma, na argumentação do autor, o processo da realização espacial implica algum tipo de atualização. Todavia, isso não quer dizer que, atualizado, o virtual perca sua potência virtual original. O ponto é que, atualizado, o que era potência pura se canaliza e se materializa em potência realizada, resultando em um *espaço produzido enquanto lugar*.

Em *The Production of Space*, Lefebvre ((1974) 1991) diferencia os conceitos de *espaço* e *lugar*. Espaço, explica Lefebvre ((1974) 1991, p. 85), define-se como o *domínio dos fluxos*, enquanto lugar como o *domínio dos fixos*, ou, mais precisamente o domínio no qual os fluxos são fixados em ordenamentos específicos e funcionalizados a partir de alguma lógica ou modelo abstrato. Quando Lefebvre ((1974) 1991, p. 85) utiliza o termo *fluxo*, a partir do qual define o conceito de espaço, o sentido atribuído é de *elementos móveis*, ou *mobilidades*, que podem ser tangíveis como, por exemplo, *matéria prima*, ou intangíveis, mas com efeitos tangíveis, como fluxos de *energia* - vital e orgânica, ou elétrica e mecânica – ou até mesmo *elementos puramente abstratos*, como ideias, vontades, desejos, lógicas, códigos e símbolos (LEFEBVRE, 1991, p. 85, 149).

Enquanto existem somente no imaginário, esses elementos móveis abstratos, ainda que fluidos, já encontram-se subliminarmente ordenados de maneira subjetiva e contidas como virtualidades imaginárias a partir das quais espaços podem vir a ser produzidos. Quando projetadas como elementos concretos, como atualidades, todavia, se ordenam na concretude dos espaços que produzem, atualizando-se concretamente e se convertendo em fluxos fixados, em espaços que passam a existir enquanto lugares.

Pensando o processo de espacialização a partir de tal distinção entre os conceitos de espaço e lugar, pode-se dizer que *realização espacial* diz respeito a *produção de espaços realizados concretamente enquanto lugares*, implicando ordenamento espacial de mobilidades a partir do que as próprias mobilidades informam, sendo os lugares uma forma concreta do que antes existiu de forma abstrata, imaginária e virtual. Nessa chave explicativa, entendo que o conceito de *lugar* diz respeito, então, a *espaço produzido* ou, como veremos, *espaço concebido* (LEFEBVRE, (1974) 1991).

No que diz respeito a distinção entre espaço e lugar, o urbanista marxista britânico Andy Merrifield (1993) entende que, na perspectiva lefebvriana, o conceito de *lugar* pode ser compreendido nos termos de uma *coisificação de fluxos*. Coisificados, esses fluxos não mais se apresentariam como fluxos livres, mas sim como fluxos fixados, ordenados e localizados. Segundo Merrifield (1993) há certa distinção entre os conceitos de *espaço* e *lugar* que fazem com que ambos não se comuniquem e sirvam para fins distintos. Espaço, domínio da fluidez e das abstrações não realizadas, das virtualidades, não são coisas. Lugar, o espaço coisificado, não seria, necessariamente, um espaço: seria o não-espaço. Pois a fluidez característica dos espaços já não mais existiriam enquanto fluidez, mas coisificadas, fixadas. De alguma forma, a fluidez se dissolve na fixidez do lugar. Ou seja, da perspectiva de Merrifield (1993) quando se trata de lugar, não necessariamente se trata de espaço e vice e versa.

Rob Shields (2013), por outro lado, entende que Lefebvre ((1974) 1991) frisa a distinção entre espaço e lugar, sem, contudo, colocá-los como noções que não se comunicam. Pelo contrário, espaços pressupõem lugares; lugares supõem espaços. O domínio dos fluxos – o espaço – e aquele dos fixos – o lugar – coexistem de forma sobreposta e altamente interligada. Da leitura que Shields (2013) faz de Lefebvre ((1974) 1991), infere-se que não se pode compreender lugar sem levar em consideração sua existência enquanto um espaço ordenado, ou, mais precisamente, enquanto espaço ocupado e produzido por virtualidades atualizadas, ou seja, virtualidades transformadas em elementos concretos – em atualidades – que, projetadas sobre um espaço, conferem a esse espaço funções e atribuições fixas e específicas.

A leitura de Shields (2013) se mostra mais interessante que a de Merrifield (1993), pois a partir dela podemos perceber *lugar como espaço social*, ou seja, como *espaço produzido por meio de espacialização*, por meio de intervenções que projetam o imaginário no concreto, o virtual no atual. Da perspectiva de Shields (2013), no que diz respeito ao processo de realização espacial, não há, necessariamente, um processo de coisificação, mas uma transformação da natureza do espaço por meios sociais, sem necessariamente fazer com que sua natureza fluida se perca, ainda que há implícito processo de fixação de elementos

fluidos. Dessa perspectiva, todo lugar é um espaço, ou, mais precisamente, um *espaço social já realizado* enquanto tal.

A noção de lugar enquanto espaço realizado por meios sociais é fundamental para a compreensão da existência bífida de lugares enquanto processo virtual e atual ao mesmo tempo, ou, dito de modo mais preciso, enquanto síntese entre virtual e atual. Como ensina Shields (1991; 2003; 2013), *todo lugar é multidimensional*. Enquanto existe somente na dimensão virtual, no domínio das mobilidades imaginárias, das virtualidades, o lugar existe enquanto espaço subjetivamente e abstratamente ordenado, mas desordenado concretamente, ainda que potencialmente ordenável na dimensão concreta.

Quando a virtualidade se atualiza no concreto e o que era unicamente fluxo livre se ordena dando forma a um lugar, os elementos virtuais não se perdem, não somem ou deixam de existir, mas passam a existir enquanto elementos atuais e concretos, enquanto atualidades. Atualizada, ordenada e fixada, a virtualidade se projeta na concretude dos espaços, deixando de ser somente virtual e o que era potência latente se torna potência realizada na forma de um lugar. Nesse processo, virtualidades imaginárias convertem-se em elementos que informam intervenções concretas, que, por sua vez, incidem como forças produtoras e (re)produtoras de lugares. Por isso é importante reconhecer que lugares são ao mesmo tempo virtuais e atuais. *Lugares, o domínio dos fluxos ordenados e fixados, resultam da síntese entre o virtual e o atual.*

Antes de avançar para a próxima seção, na qual buscarei abordar as dimensões virtual e atual por meio de seus aspectos processuais, ou seja, a virtualização e atualização, gostaria de fazer uma curta digressão a respeito da existência sintética dos lugares entre o virtual e o atual e a noção de m/Mundo. Gostaria de argumentar que a premissa de que lugares são a síntese entre o virtual e o atual se aplica tanto para a produção de espaços sociais genéricos, como para m/Mundos, espaços de poder, lugares onde o poder flui por meio de estruturas socioespaciais necessariamente fixas.

Por isso, não parece ser conceitualmente errado dizer que *mundos são lugares de poder*, no qual o processo de sua produção envolve, diretamente, o ordenamento de fluxos que passam a existir enquanto formas de poder projetadas sobre o espaço como autoridade total. Assim, pensar m/Mundialização é pensar,

entre tantos outros processos, a produção espacial desses aparatos fixos por meio do qual o poder flui como autoridade, aparatos esses que são virtual e atual simultaneamente. Sendo que, no(s) m/Mundo(s) em que nos encontramos hoje, essa simultaneidade entre o virtual e o atual pode ser percebida nas imbricações entre o territorial e o supraterritorial.

Kostas Axelos (2006), como vimos, chama atenção para a tecnologia como elemento fundamental para a compreensão dos m/Mundos. Gostaria de sugerir que, no Mundo em que nos encontramos, além da preponderância das tecnologias, que fornecem as ferramentas e as técnicas através das quais intervimos nos espaços de modo a transformá-los em m/Mundos, arranjos institucionais – mundiais ou Mundiais – também são fundamentais, principalmente no que diz respeito a maneira como poder e autoridade são exercidos, assim como associações entre atores capazes de se impor como força transformadora.

Instituições são arranjos sociais que materializam e paralisam determinados elementos imaginários, determinadas virtualidades – valores, princípios, códigos morais, éticos e legais e visões de mundo – como elementos de conformação e estabilização socioespacial. Sua função, entendo, é dedicar-se a assegurar que um determinado mundo ou Mundo funcione de maneira estável e, de alguma forma, previsível. Instituições, assim como tecnologias, são vetores capazes de ordenar elementos móveis desordenados e dotados de potência latente, sendo, então, capazes de atualizar virtualidades concretamente. Isso se dá justamente pelo fato de que aparatos institucionais – de escala não-global como Estados, ou global como, por exemplo, a FIFA e o COI – são manifestações concretizadas daquilo que antes existiu enquanto uma virtualidade, uma ideia, noção, lógica, princípio ou valor.

Tomemos, como um curto exemplo, a noção de *cidadania*, fundamental para o desenho e manutenção da universalidade dos direitos e que consta, por exemplo, como um dos *princípios fundamentais* na constituição brasileira de 1988. A constituição é uma das instituições mais importantes do complexo aparato institucional brasileiro e é pela sua força concreta e legal que a virtualidade cidadania atravessa a tênue linha entre o virtual e o atual e se projeta como um princípio que orienta e limita concretamente a atuação de um Estado que, antes e acima de qualquer interesse, tem a prerrogativa de defender a

universalidade dos direitos a todos os seus cidadãos. A instituição constituição é a ponte que conecta a ideia – cidadania – ao sujeito da ideia – os cidadãos – e faz do Estado o operador legítimo e único dessa ponte, atualizando o que, à princípio, não passaria de uma boa e poderosa ideia. As instituições são, assim como a tecnologia, fundamentais para que o Estado possa exercer suas atribuições e poderes soberanos.

Mas, dado que, quando atualizados, os elementos virtuais não perdem sua essência virtual, as virtualidades que instituições projetam concretamente no espaço, antes de serem projetados como atualidades, também foram produzidas, mas como virtualidades. Dito de outra forma, instituições e tecnologias, ainda que se apresentem como aparatos concretos – seja do ponto de vista social, como instituições, ou material como tecnologias – também existem no limiar entre o virtual e o atual. Instituições, sem as ideias, noções, princípios, valores ou lógicas que as informam previamente a sua existência concreta, não existiriam concretamente. Sua própria capacidade de ação direta depende da força e potência dessas virtualidades. O mesmo, como veremos adiante, pode-se dizer sobre megaeventos esportivos: sem a força e potência das virtualidades que informam e autorizam a existência concreta desse tipo de evento, megaeventos como a Copa da FIFA ou os Jogos Olímpicos do COI não passariam de uma boa e poderosa ideia.

3.1.2. Virtualização e atualização entre o infinito e o finito

Rob Shields (1991; 2013) apresenta atualização como uma etapa fundamental do processo da realização espacial. É nesta etapa que o que existia exclusivamente como uma virtualidade se atualiza concretamente na materialidade dos espaços produzidos a partir da própria virtualidade. Atualização seria, como já dito nas seção anterior, uma etapa fundamental da realização espacial, pois é nela que o espaço passa a existir concretamente como um lugar. No entanto, dada a coexistência entre o virtual e o atual que sustenta a multidimensionalidade dos espaços, o todo do processo da realização espacial não se limita ao momento da atualização. Uma vez que esse momento é precedido e

informado por virtualidades, o todo da espacialização é também resultado de processos de virtualização, ou seja, quando são produzidas as virtualidades, os elementos imaginários e fluidos que informarão a etapa da atualização.

Virtualização e atualização são etapas complementares de um mesmo processo, o da espacialização, mas são também processos em si mesmo e, mais que isso, são processos co-constitutivos, ou seja, existem em reciprocidade. Assim como o virtual precisa projetar seus elementos móveis no atual para existir para além da dimensão abstrata e imaginária originária, o atual alimenta-se da abstração do virtual. Como já dito, o que é atual é também virtual e o que é virtual pode vir a ser atual.

Tudo que é virtual, ainda que não exista como atualidade, ainda que não tenha se concretizado como realidade tangível, também se alimenta do atual, uma vez que tudo aquilo que é imaginado, por mais abstrato que seja, é sempre imaginado a partir da realidade concreta. Ou seja, virtual e atual coexistem enquanto dimensões espaciais distintas, porém complementares. Não se pode compreender um sem levar em conta o outro, assim como não se pode compreender espacialização sem levar em conta a reciprocidade constitutiva entre ambas dimensões – virtual e atual – e entre ambos processos – virtualização e atualização – uma vez que ambos são fundamentais para a o todo do processo da realização espacial.

Essa reciprocidade vem à tona com mais clareza quando investigamos o conceito de *imaginário social*, fundamental para o conceito de *espacialização social*, conforme formulado por Shields (1991). Dimensão imaginária dos espaços, imaginário social, como ensina Castoriadis (1982), remete a sistemas simbólicos constituídos a partir da realidade social concreta⁴⁰. Ou seja, o imaginário nunca é descolado da realidade atual, ele é, no fim das contas, uma

⁴⁰ Como ensina Castoriadis(1982), um sistema simbólico, seja ele uma linguagem ou impulsos inconscientes que informam atos conscientes, é sempre dotado de certa lógica, por mais escondida e inalcançável ela pareça ser. Um sistema simbólico é também fruto de atividades coletivas, que, por sua vez, é efeito da criação de laços sociais, sejam eles quais forem. O coletivo, o social é a dimensão na qual se consolida um ou outro sistema simbólico, sendo o próprio emaranhado social o elemento material da dimensão imaginária de espaços. Não há materialidade no imaginário para além do emaranhado social que, ao longo de toda a história da humanidade, foi se constituindo em um processo atávico de longuíssima duração. Engajar-se com sistemas simbólicos demanda um esforço analítico no qual é imperativo lidar com elementos filogenéticos, caminho esse que essa tese não se dispõe a percorrer. Para os propósitos analíticos que animam essa tese, basta ressaltar que não há materialidade na dimensão imaginária dos espaços para além das lógicas que informam e animam sistemas simbólicos que, por sua vez, constituem imaginários sociais.

manifestação abstrata e virtualizada da realidade atual. Assim como o atual se constitui a partir do virtual, o virtual constitui-se a partir do atual e é justamente esse movimento que constitui o cerne do processo da virtualização.

Ao recuperar o conceito de imaginário social e pensar o processo de espacialização nos termos da complementariedade entre virtualização e atualização, Shields (1991) coloca no centro de sua esquemática a *multiplicidade* como noção fundamental para a compreensão e instrumentalização do conceito de espacialização social. Imaginário social, como explica Castoriadis (1982), é conceito que remete a uma faculdade inerentemente humana, aquela de *imaginar*. Imaginamos, pois assim somos capazes⁴¹. Além disso, como nota Shields (2013), somos capazes também de projetar o mundo externo a partir de nossa própria imaginação, sendo essa capacidade fundamental para a concretização da espacialização.

Essas capacidades de imaginar e espacializar, compartilhadas por todos nós, indivíduos da espécie humana, é, ao mesmo tempo, individual e coletiva. É *individual* porque cada um de nós é, individualmente e em graus distintos, munido de aparato cerebral que confere capacidade de imaginar e de projetar o imaginado no espaço. Fazemos isso repetidamente todos os dias de nossas vidas das formas mais banais e repetitivas. É *coletiva*, pois o teor do que imaginamos, ainda que seja produzido nas sinapses e nos neurônios de nosso cérebro individualmente, é produzido coletivamente ao longo de toda a história da humanidade, em um processo que se alimenta daquilo que já foi imaginado e realizado por nossos ancestrais ao longo dos tempos⁴². Sendo individual e coletivo ao mesmo tempo, o imaginário social é, em sua essência, *plural* e *múltiplo*. Em uma mesma sociedade, em uma mesma coletividade, ainda que o mesmo conjunto dos símbolos e códigos seja compartilhado pelos indivíduos que a compõe, não existe somente um imaginário social, homogêneo e singular. Há um emaranhado de imaginários que se aglutinam na formação complexa da sociedade.

⁴¹ De certa maneira o conceito de imaginário social, conforme formulado por Castoriadis (1982), baseia-se em uma inversão da máxima de Descartes. *Penso, logo existo* se inverte em algo como *existo, logo imagino*.

⁴² Na maneira como formula o conceito de imaginário social, Castoriadis (1982), de certa maneira, subscreve a percepção psicanalítica freudiana de que há uma herança filogenética que atravessa e define a todos nós enquanto espécie, individualmente e coletivamente, informando de maneira ainda não totalmente conhecida as estruturas imaginárias mais atávicas e fundamentais de nossa existência social.

Se há um emaranhado de imaginários, há, logo, um emaranhado de espacializações. Sendo o imaginário a dimensão do virtual e do abstrato, das virtualidades que se projetam como elementos espacializantes, compreende-se, então, como frisa Shields (2013, p. 34), que todo espaço social, todo lugar, é sempre atravessado e definido por uma multiplicidade de virtualidades, que derivam de imaginários distintos, mas que se aglutinam, projetam-se e alimentam-se uns nos outros. Todo espaço é, logo, múltiplo e infinito em sua dimensão imaginária. A multiplicidade dos espaços e das espacializações deriva do fato de não haver limites para o imaginário. Assim como não há limites para o imaginário, não há limites inerentes ao processo da virtualização. Virtualmente, tudo pode ser dissolvido e reconstruído abstratamente na imaginação de cada um de nós, tanto individual quanto coletivamente.

Contudo, se na dimensão imaginária dos espaços, o limite é o infinito, na sua dimensão concreta e atual, espaços são meios finitos e, impõe a física como lei, dois corpos não podem ocupar um mesmo espaço ao mesmo tempo. Assim, quando um espaço é produzido como lugar, no qual virtualidades imaginárias, elementos móveis, são fixadas e ordenadas enquanto elementos atuais, enquanto atualidades, esse espaço pode vir a se fechar para outras virtualidades. *Pois a fixação e ordenamento de determinadas mobilidades implica sua funcionalização.* Todo lugar se constitui como tal quando é atravessado e definido por alguma função específica ao mesmo tempo em que é nomeado a partir de tal função.

Universidades, por exemplo, são lugares cuja principal função é a produção e difusão livre e complexa dos mais diversos conhecimentos, científicos ou não. Por outro lado, um Banco Central de algum país, instituição territorial central para o controle e regulamentação de atividades econômicas e financeiras, é um lugar funcionalizado a partir da necessidade de Estados de se imporem como reguladores das atividades econômicas e financeiras. Universidades e Bancos Centrais são lugares distintos, por, entre outras tantas razões, terem funções distintas. Não se pode compreender lugares sem levar em conta a função que se atribui a ele, seja ela visível e bem recortada, como universidades ou bancos, ou subjetivas, como bairros e regiões, funcionalizados pelo conjunto das atividades repetitivas e cotidianas e dos sentimentos de pertencimento e história de seus moradores.

Independente da função atribuída, uma vez que há uma função, as possibilidades para aquele lugar são limitadas e fixadas por essa função. Espera-se que universidades produzam conhecimento sobre economia e Estado, mas não que, elas mesmas, regulem a atividade comercial e econômica de um Estado. Assim, *o aspecto funcional inerente aos lugares faz com que, na sua dimensão atual, do espaço já produzido enquanto lugar, espaços sejam sempre meios em disputa e conflito*. Pois, dada a multiplicidade das virtualidades, há sempre planejamentos e desejos diferentes, que buscam a produção de espaços distintos e até mesmo antagônicos. Por isso, em larga medida, pensar espacialização é também pensar processos de disputas e conflitos, o que nos leva a necessidade de entender que determinados processos de espacialização respondem a virtualidades mais ou menos capazes de se projetar como hegemônicas sobre outras. Quando essa projeção hegemônica se apresenta, estamos diante de processo de m/Mundialização, cujo efeito é a produção de espaços atravessados e definidos por estruturas de poder e autoridade funcionalizadas que balizam o todo da sociedade que neles existem.

Mundialização, seja com *m* ou *M*, remete sempre a processos de espacialização atravessados por disputas e conflitos, mas que encontraram, de alguma forma, vitórias e derrotas bem definidas e que se projetam como hegemônicas. Se hoje, no Brasil, falamos português é porque houve um processo histórico de disputa socioespacial que resultou na vitória do português como idioma geral a partir do qual estabelecemos nossas atividades com certa estabilidade e previsibilidade linguística. A vitória de um idioma é a vitória de um mundo, de um tipo de espaço de poder específico, o que quer dizer, também, a derrota de outro. Não se pode conceber o processo de produção do espaço estatal brasileiro, por exemplo, no qual o português é língua oficial, sem levar em conta o conjunto de disputas e conflitos entre os vários povos e nações, com línguas e idiomas distintos, que acarretou na derrota e extinção de diversos idiomas indígenas e na vitória hegemônica da língua Camões e Cabral.

Pensar m/Mundialização nos termos da *espacialização social* é pensar, então, processo de realização espacial no qual determinadas virtualidades se projetam como hegemônicas sobre todas as outras, fazendo com que outras virtualidades que possam coexistir no espaço tenham de se adequar ou se

disciplinar àquelas hegemônicas. *As virtualidades que se projetam na atualidade de m/Mundos são, então, virtualidades hegemônicas, capazes de se atualizarem como autoridades.* Em última instância, portanto, quando analisamos espacialização como m/Mundialização, independente da escala do processo, temos sempre de lidar e saber identificar as diversas maneiras como essas virtualidades hegemônicas se projetam enquanto poderes e formas de autoridade.

Isso traz à tona a necessidade de pensar a expressão *produção de espaços*. Da perspectiva contemporânea, quando o planeta já foi convertido em Mundo composto por diversos outros mundos, ou seja, já foi transformado de plataforma estável natural em um emaranhado social global, já não há espaços que não tenham sido ocupados, que já não existam enquanto lugares, que não tenham sido ordenados, funcionalizados e nomeados. Dessa perspectiva contemporânea, portanto, pensar a produção de espaços, do(s) m/Mundo(s) em que vivemos hoje, é, na verdade, pensar a *(re)produção de espaços já produzidos enquanto lugares*, o que implica construção e destruição ao mesmo tempo. Pois quando novas virtualidades, hegemônicas ou não, projetam-se como atualidades, há um choque de temporalidades, que implica choque de dinâmicas, planejamentos e projetos para aquele lugar. Na (re)produção espacial, o novo, o que quer se atualizar, se choca com o velho, o já atualizado, e se a relação entre ambos for antagônica ou até mesmo divergente, a construção ou manutenção de um pode significar a destruição ou a não realização do outro. Por isso, repito, poder e autoridade são sempre elementos fundamentais para serem identificados e compreendidos quando se trata de analisar m/Mundialização na chave do conceito de *espacialização social*.

3.1.3. Da dialética Lefebvrina e os tipos de espaço

Virtualização e atualização são etapas que constituem o todo do processo de espacialização, mas, entre si, são fases distintas e que produzem espaços dimensionalmente distintos. Enquanto a atualização produz espaços concretos e atuais, com possibilidades e funcionalidades finitas e predefinidas que podem vir a acarretar em disputas e conflitos socioespaciais tangíveis e concretos, a virtualização produz espaços com possibilidades infinitas, funcionalidades ainda não necessariamente realizadas e munido de potência latente. Efetivamente, os espaços produtos de virtualização, aqueles que ainda não passaram pela atualização, ainda existem mais próximos da dimensão virtual do imaginário do que da dimensão atual do concreto realizado.

Essa distinção entre tipos de espaço que resultam de virtualização ou atualização pode ser melhor explicada se recorrermos a três conceitos chaves do pensamento de Henri Lefebvre ((1974) 1991): *espaço representacional*, *espaço concebido* e *práticas espaciais*.

Como dito, a virtualização produz espaços que existem somente na dimensão virtual do imaginário, mais próximo da surrealidade e constituído por virtualidades. Em *The Production of Space*, Lefebvre ((1974) 1991) nos fornece o conceito de *espaço representacional* que remete ao espaço dos discursos, do planejamento, dos projetos, dos conhecimentos especializados e profissionalizados e das ideias e teorias que informam e formam a concretude dos espaços. O *espaço representacional* é o espaço dos elementos abstratos, das virtualidades e, por isso, entendo que seja possível argumentar que esse é o tipo de espaço produzido pela virtualização. É nele que existem as *lógicas* e *modelos*, virtualidades a partir das quais espaços são concretamente realizados:

Representations de l'espace are the logic, models and forms of knowledge, and the ideological content of codes, theories, and the conceptual depictions of space linked to production relations. These are the abstracted theories and 'philosophies', such as the 'science of planning' cited by Lefebvre, geography and cartography, including geographical information systems (GIS). (SHIELDS, 1999, p. 163) (itálicos do autor)

A dimensão imaginária, representacional do espaço é parte integrante da dialética tripartida – ou da *trialeética* (SHIELDS, 1999; ELDEN, 2004; BRENNER e ELDEN, 2009) – que caracteriza e estrutura o pensamento que Lefebvre ((1974) 1991) desenvolve em *The Production of Space*, servindo de base também para boa parte de sua obra posterior. Somado ao *espaço representacional*, há a dimensão do *espaço concebido* (LEFEBVRE, 1991, p. 33). Essa dimensão espacial, o *espaço concebido*, remete ao espaço realizado tangivelmente, resultado da processo da atualização, que concretizou em uma nova dimensão espacial as lógicas e modelos que emergem dos *espaços representacionais*. Pode-se dizer, como ensina Shields (1999), que a noção de *espaço concebido* remete ao espaço (re)produzido enquanto lugar.

O terceiro elemento da *trialeética* lefebvriana são as *práticas espaciais*. Esse conceito diz respeito diretamente às dinâmicas de produção e reprodução de espaços representacionais e concebidos. *Práticas espaciais* são intervenções espaciais diretas informadas pelas lógicas e modelos que existem no espaço representacional, sendo o elemento através do qual essas lógicas e modelos se projetam atualizadas nos *espaços concebidos*. No entanto, dada a reciprocidade entre o virtual e atual, lógicas e modelos também são constituídos por meio de práticas espaciais que traduzem na dimensão do imaginário elementos que existem enquanto atualidades.

Práticas espaciais são, simultaneamente, virtualizantes e atualizantes e, como tal, não é conceito que se limita à fase da virtualização ou atualização, pelo contrário, remete-se a ambas. Como nota Shields (2013, p. 23), “(...) *spatial practices involve producing and enacting spatial order in every action [virtual or actual]*”. Tanto a dimensão imaginária e virtual, quanto a concreta e atual implicam práticas espaciais, que são os elementos que conectam e produzem ambas dimensões espaciais, representacional e concebido.

Como dito, o conceito de *espacialização social* remete a processo de síntese entre a dimensão imaginária, virtual – aquela dos *espaços representacionais* e das virtualidades – e a dimensão concreta, atual – aquela dos *espaços concebidos* e das atualidades. Todo espaço realizado concretamente, todo lugar é, ao mesmo tempo, *espaço representacional* e *espaço concebido* e é atravessado e definido por múltiplas *práticas espaciais* que constituem o lugar

tanto na sua dimensão representacional – discursiva e imaginária – quanto na concebida – concreta e atualizada. É nessa *trialeética* que a espacialização de fato se processa:

Each aspect of this three-part dialectic is in a relationship with the other two. Altogether they make up ‘place’. All these aspects can be latent, ideological or expressed in practice in a historical spatialisation, and may either reinforce or contradict each other in any given site or moment. Lefebvre does not provide clear definitions ‘up front’ and in fact refines these three aspects by comparing and contrasting them in subsequent sections of his book. This introduces a great deal of confusion, for one is never quite sure which of his forays into defining this three-part dialectic is the definitive one. (SHIELDS, 1999, p. 161)

Por meio do conceito de *espacialização social*, Shields (1991) reconfigura a dialética tripartida de Lefebvre em um instrumental epistemológico capaz de captar esquematicamente e expor para análise e compreensão o aspecto processual da realização de espaços o mais próximo possível de sua complexidade total. Nesse instrumental, os elementos virtuais (*espaço representacional*), as práticas e arranjos socioespaciais (*práticas espaciais*) necessárias tanto para projetar os elementos virtuais na concretude dos espaços, quanto para a produção dos elementos imaginários, e, por fim, o espaço produzido concretamente (*espaço concebido*) aparecem como etapas lógicas – ainda que não necessariamente cronológicas⁴³ – de um processo cujo resultado final é a existência de um espaço

⁴³ Digo *etapa lógica* e não cronológica, porque não necessariamente o que é virtual vem antes do que é atual. Uma vez que o movimento é de reciprocidade constitutiva, não há início ou fim nesse processo, mas um duplo movimento constante e simultâneo de virtualização e atualização que ao mesmo tempo em que produzem espaços representacionais, produzem espaços concebidos. De alguma forma, tudo que é atual também já foi virtual e vice-versa (SHIELDS, 2003; 2013). Pode-se dizer que o virtual é e já foi atual; o atual é e já foi virtual. Portanto, há uma ciclicidade que elimina cronologias bem estabelecidas.

Isso não quer dizer, todavia, que, com a finalidade analítica, ou seja, com a finalidade de abrir determinados processos para análise e compreensão, não se possa organizar o processo da espacialização social em uma linha lógica que pressuponha algum início ou fim. Mas essa linha lógica tem sempre de ser criada pela virtuosidade do próprio analista, o que faz com que haja sempre dois riscos. O primeiro é o analista não ser virtuoso o suficiente e, confiando demais nas suas percepções e *insights*, se perder em uma linha lógica com início e fim que não se sustentam. O segundo é um risco de ordem menos pessoal e mais analítico em si. Estabelecer uma linha lógica, buscar um início e um fim, ainda que artificial, ainda que para fins analíticos somente, é, de alguma forma, estabelecer uma periodização. Ao fazê-lo, corre-se o risco de perder o que vem antes do período determinado, fazendo com que elementos que talvez sejam absolutamente necessários para a compreensão do período proposto se percam. O resultado de ambos os riscos é uma linha lógica que não se sustenta. Enfim, corre-se muitos riscos ao escrever uma tese.

produzido enquanto lugar e que é, ao mesmo tempo, abstrato e concreto, virtual e atual.

Ao longo desse processo, *espaços naturais*, aqueles cuja existência precedem e possibilitam intervenções humanas, como o planeta Terra, são transformados em *espaços sociais*, e a materialidade natural dos espaços passa a existir em outra forma, pensada, planejada e desejada por agentes que, em conjunto e por meio de práticas específicas, impõem esse planejamento como vetor de produção de espaços. Espacialização, ainda que diga respeito a processo de reciprocidade constitutiva entre o virtual e o atual, pode ser organizado para fins analíticos como um processo no qual o abstrato se concretiza, ou seja, pode ser organizado de modo que o virtual e a virtualização sejam abordados primeiro, para, depois, abordar a maneira como o virtual se atualizou na materialidade dos espaços. Por essa abordagem, o ponto de partida é a produção do virtual – a virtualização. Sendo a produção do atual – a atualização – o ponto de chegada.

Em suma, na lógica da dialética lefebvriana (SHIELDS, 1999; ELDEN, 2004; BRENNER e ELDEN, 2009), antes de existir enquanto lugar concretizado e devidamente produzido, o espaço existe enquanto projeto e planejamento, enquanto virtualidade. A realização de espaços concebidos é a síntese de algo que antes existiu como virtual, passando a existir também como atual. Ao caminhar na direção da existência atual, espaços existem, antes, como espaços representacionais dotados de virtualidades. Nessa dimensão virtual de sua existência, o espaço – que ainda não existe concretamente – é um projeto em andamento, em execução ainda. Entre o representacional e o concebido há uma espécie de *degrade processual*, ao longo do qual o espaço vai se transformando de virtual para atual. Diante dessa complexidade, faz-se necessário desenhar, então, um esquema lógico que seja capaz de expor esse *degrade processual*, de modo a abri-lo para compreensão e análise.

3.2.

Esquema lógico de compreensão: fases e etapas

3.2.1.

Possível, provável e existência concreta

Da maneira como Shields (2003) define a noção de virtual, temos, como já discutido acima, a união de algo que é, ao mesmo tempo, abstrato e virtuoso, ou seja, é dotado de potência latente. *O virtual é a dimensão do possível*, mas ainda não realizado. *Já o atual é a dimensão daquilo que existe de fato*, ou seja, que rompeu com as barreiras da possibilidade e se projetou na dimensão da existência realizada. Pensado à luz do conceito de *espacialização social*, há uma importante distinção entre *possibilidade* e *existência concreta* essencial para a compreensão e análise do processo da espacialização. Essa distinção é também fundamental para a compreensão daquilo que chamo de *degrade processual*, que, no fim das contas, diz respeito a essa passagem, já frisada por Shields (1991; 2013), do virtual para o atual, central a espacialização.

Há, então, uma importante distinção entre *possibilidade* e *existência concreta*. O que é possível é aquilo que pode vir a existir, mas que ainda não existe de fato. O possível ressoa ao caráter virtuoso, inerente ao virtual. Possibilidade é potência não realizada. Já o que existe concretamente é aquilo que transcende e supera a dimensão da mera possibilidade. É potência realizada. Mas entre o possível e o existente há um grau intermediário: o *provável*. Quando o que é possível começa a se aproximar da existência concreta e assume feições de que irá, de fato, se realizar, ele deixa de ser mera possibilidade e passa a ser probabilidade, ou, nos termos de Shields (2003), passa a ser uma *possibilidade atual*:

The possible is that which does not really exist, but could to various extents. At one extreme is the absolutely abstract, and an ideal which, properly speaking, has no existence, but rather only possibility. Closer to home is the probable, such as the likelihood of rain in the weather forecast. *The probable is an 'actual possibility'*. (SHIELDS, 2003, p. 25) (meus itálicos)

Entre o possível e o existente há o provável. Entre a mera possibilidade a existência concreta, há a *possibilidade atual* (SHIELDS, 2003). É nessa progressão que concentro o que denomino como o *degrade processual*: entre o virtual e o atual passa-se do possível, ao provável, ao existente, como demonstra a figura 3. Na passagem de cada uma dessas momentos do processo da realização espacial, são formadas várias espacialidades intermediárias, mas que são, no conjunto, fundamentais para a concretização final de um espaço concebido. A ideia de um *degrade processual* é importante para que possamos abrir o processo da espacialização para análise e compreensão, pois cada um desses momentos – possível, provável e existente – pode ser, para fins analíticos, entendido como uma etapa do processo da espacialização.

Dado a complexidade de um processo que diz respeito a produção concreta e tangível de algo que, antes de existir concretamente existia somente como abstração virtual, entendo que se faz necessário esquematizar espacialização em fases e etapas distintas que nos possibilite analisar pormenorizadamente o processo como um todo. Assim, nesta seção, organizarei o processo em duas fases – *virtualização* e *atualização*. Cada uma dessas fases é constituída por etapas distintas, mas complementares. Para as finalidades analíticas da segunda parte dessa tese, dividirei cada uma dessas fases em duas etapas. A virtualização é composta pelas etapas da *elaboração* e da *associação*. Já a atualização é composta pelas etapas dos *ajustes espaciais* e da *imbricação*. Ao longo de cada uma dessas fases e etapas elementos e potências virtuais vão galgando posição no *degrade processual*, de modo a transcenderem os limites da mera possibilidade e se projetarem como existência concreta.

Entendo que o esquema apresentado abaixo, elaborado a partir da discussão acerca do conceito de *espacialização social*, seja apropriado para instrumentalizar o conceito da globalização, que, por sua vez, foi apresentado como análogo ao conceito de Mundialização e tratado como um processo de realização espacial. A partir desse conceito, na parte seguinte da tese, proponho analisar megaeventos esportivos como eventos emblemáticos do processo da globalização como um todo. A escolha por megaeventos esportivos como objeto de análise da globalização se dá, como será discutido ainda nesse capítulo, pelo fato de que esse tipo de evento se pauta em um modelo de negócios que faz com que possa ser

replicado virtualmente em qualquer lugar do globo. Contudo, esse modelo de negócios, global em escala e alcance, precisa de uma base concreta de espaço, de um lugar para se realizar concretamente e, assim, transcender os limites da virtualidade e da mera possibilidade e se projetar como existência concreta. Em suma, pode-se dizer que megaeventos esportivos são eventos *Mundiais*, mas cuja realização é *mundial*.

3.2.2. Virtualização: elaboração e associação

Na fase da *virtualização*, formam-se as *lógicas e modelos*, as virtualidades que irão informar a realização concreta de um espaço concebido, mas que, por si só, constituem os espaços representacionais. Na percepção lefebvriana, lógicas são elementos fundamentais do processo de produção espacial (LEFEBVRE, (1974) 1991). Em contraposição à abordagens cartesianas, que pensam espaço por meios meramente matemáticos e geométricos, nas quais a lógica serve como instrumento metodológico capaz de medir diferenças quantitativas entre espaços distintos ou até mesmo similares, Lefebvre ((1974) 1991), em sua abordagem *trialética*, apresenta lógicas como elemento imaginário-relacional que informa e sustenta práticas espaciais de cunho interacional. Por essa perspectiva, lógicas são elementos aglutinadores, que informam e possibilitam a formação de coletividades – associações, articulações e arranjos – a partir das quais atores e partes interessadas individuais passam a atuar em conjunto, sincronizando suas capacidades, recursos e interesses em torno da lógica que possibilitou seu encontro.

Lefebvre ((1974) 1991) sublinha que, dado o caráter inerentemente social dos espaços, *espaço é forma*, ou, mais precisamente, a forma do espaço é aquela dos arranjos e relações sociais que constituem espaços: “*The form of space is encounter, assembly, simultaneity*” (LEFEBVRE, (1974) 1991, p. 101). Arranjos e relações sociais, por sua vez, não se estabelecem sem um elemento comum, que possibilite o encontro e a interação entre atores e partes que, à princípio, não se relacionariam automaticamente ou sem uma razão para tal. Essa é a função das lógicas na espacialização: ser o elemento comum a partir do qual coletividades se

formam enquanto espaço social. Desse ponto de vista, então, *lógica é um elemento formal*: “(...) *the form of social space has an affinity with logical forms*” (LEFEBVRE, (1974) 1991, p. 101).

Contudo, como nota Stuart Elden (2004, p. 30), “*logic is a formal expression, but without the content it is neutral*”. Lógica, ainda que interna e definidora de processos de espacialização, é elemento puramente abstrato e intangível, é uma virtualidade imaginária organizada nos termos de padrões que seguem uma coerência própria. A lógica do capital, por exemplo, são suas *laws of motion* (WOODS, 1996), ou, em termos braudelianos, é sua *coerência produtiva*⁴⁴ (BRAUDEL, 2009). Lógica, de alguma forma, indica determinados movimentos que fazem sentido entre si e que são, justamente porque fazem sentidos entre si, capazes de aglutinar atores em torno desses movimentos. Mas enquanto existem somente como lógicas puras, não ligados a algum conteúdo concreto, esses movimentos não passam de abstração pura. Isso não quer dizer que lógica sem conteúdo não exista enquanto realidade. Quer dizer, todavia, que não existe enquanto realidade concreta: lógica sem conteúdo é pura abstração. Algum conteúdo material é necessário porque traz para a equação o elemento concreto, a materialidade – física ou social – sobre a qual lógicas se consolidam, de fato, como elementos espacializantes.

Como ensina Stuart Elden (2004), o elemento que faz a ponte entre lógica e conteúdo é o *modelo*. Pois modelos são lógicas atualizadas como planejamentos e projetos composto por padrões e imperativos bem definidos e capazes de se impor. Ponte entre lógica e conteúdo, modelos desempenham a função de projetar o abstrato na direção do concreto e fazer com que o virtual possa vir a se tornar atual. Quando lógica se converte em modelo já há uma mudança de estágio, e o que era puramente virtual, abstração pura, passa a existir como planejamentos, procedimentos e imperativos que informam as bases pelas quais a lógica, no fim

⁴⁴ O historiador francês Fernand Braudel (2009) argumenta que o capitalismo surgiu em um espaço delimitado e específico, tanto geográfica quanto temporalmente: o Mediterrâneo do século XVI. É a partir desse espaço e tempo específico que o capitalismo se constitui como uma *economia-mundo* e de lá se expande, em um longo e lento movimento, para todo o globo. Como *economia-mundo*, Braudel (2009) entende a soma de espaços individualizados incorporados a uma mesma *zona de coerência* no interior da qual economias espaciais particulares desenvolvem suas operações de produção e troca a partir de procedimentos semelhantes. Uma *zona de coerência* é marcada pela existência de um *nexo comum de relações sociais* que estabelece valores, regras, restrições e objetivos compartilhados.

do processo, se transformará em espaço produzido. Quando a lógica passa a existir como modelo, está já se movimentou no *degrade processual*, mesmo que modelos ainda estejam mais próximos da mera possibilidade.

Modelos de espacialização, seja um planejamento arquitetônico ou urbanístico, ou a formulação de um modelo de negócios pautado em uma lógica econômica ou social específica, são, de alguma forma, atualizações da lógica que os informa. Ao passar a existir enquanto um modelo, a lógica, elemento puramente abstrato e intangível, é atualizada, assumindo, ela mesma, uma nova forma: o próprio modelo. Ou seja, o momento em que a lógica se converte em modelo já constitui, de certa maneira, atualização. Pra ser mais preciso, constitui uma espécie de atualização na virtualização. Pois nesse momento a lógica começa a se atualizar enquanto elemento dotado de certa materialidade concreta, transcendendo os limites abstratos dos *espaços representacionais* e se aproximando da dimensão do *espaço concebido*. Essa materialidade é o próprio modelo, que pega a lógica e faz dela um conjunto de padrões, procedimentos e objetivos.

O termo *materialidade* demanda, todavia, ser explicado com mais calma. Materialidade é conceito material ao mesmo tempo que social. Enquanto dimensão espacial, o imaginário, dimensão das lógicas puras ainda não atualizadas enquanto modelos, por exemplo, é dotado de alguma materialidade, mas essa não pode ser compreendida sem levarmos em consideração o aspecto social do conceito. Pois a materialidade do imaginário reside no fato de que imaginário social não é, como vimos acima a partir de Castoriadis (1982), ancorado puramente na capacidade individual de imaginar, mas sim no fato de que todos nós, seres humanos, compartilhamos dessa mesma capacidade e, de uma forma ou de outra, imaginamos em conjunto, em coletividade, ainda que essa coletividade não seja homogênea ou completamente unificada.

O que se imagina está, sempre, atrelado e informado pelo simbólico e o que é simbólico não se produz pela força de um só indivíduo, mas pelo trabalho contínuo e complexo da espécie humana organizada em coletividades e em espacialidades. Assim, a materialidade do imaginário não está, necessariamente, no imaginário em si, mas naquilo que informou e informa o imaginário: o meio social. Por isso pensar materialidade imaginária é pensar o atual se convertendo

em virtual, quando o meio social, com suas instituições e aparatos técnicos que regulam os cotidianos, são virtualizados na forma de elementos imaginários e abstratos que, ainda que informados por códigos e símbolos sociais atuais, não se resumem a eles.

No imaginário, a materialidade social está mais perto da realidade das percepções e experiências que os sujeitos têm a partir do mundo atual do que da realidade concreta que o informa, pois o atual encontra-se totalmente dissolvido no imaginário. A materialidade dos espaços não pode, então, ser compreendida de forma binária, como algo que existe ou não existe enquanto matéria, mas sim como algo que se constitui em dimensões distintas e que, como tal, existe em multiplicidade. Como nota Christian Schmid (2008, p. 41), “*a social space includes not only a concrete materiality but a thought concept and a feeling – an ‘experience’*”.

No entanto, há materialidade no imaginário, aquela que se constrói com base nas percepções e experiências subjetivas ainda que coletivas, assim como há, por exemplo, materialidade no espaço físico das cidades, aquela das ruas, prédios, equipamentos e infraestruturas variadas. O ponto central é a percepção de que o material não se divorcia do social ou vice e versa. Ambos constituem um ao outro. Materialidade é tanto material quanto social, ou, mais precisamente, é material e social ao mesmo tempo. O social é tanto uma dimensão da materialidade, assim como o material.

Contudo, social e material são *modos de materialidade* distintos. A materialidade subjetiva do imaginário, calcada na complexidade das percepções e experiências que derivam de relações e interações sociais coletivas, não transcende o nível abstrato e por vezes incompreensível de sistemas lógico-simbólicos (CASTORIADIS, 1982). Já a materialidade física como, por exemplo, das cidades, ainda que seja, sempre, um produto do emaranhado de relações e práticas que constituem o meio social, se apresenta como algo palpável. Tem cheiro, cor, densidade. É mensurável.

Diferente da materialidade do imaginário – uma projeção virtual do conjunto de códigos e símbolos atuais que se processa no espaço do cérebro – a materialidade a das cidades e de outros espaços produzidos não existe somente enquanto abstração ou lógica pura que pode vir a se tornar modelo, mas existe

como *modelo concretizado*, seja por vias intencionais, como políticas socioespaciais públicas ou privadas, ou por vias não intencionais, resultado contingencial e orgânico da totalidade das diferenças e dos encontros entre seus habitantes, como ensina Lefebvre em *The Urban Revolution* (2003).

É possível falar, portanto, de *materialidade abstrata* – o modo de materialidade presente na dimensão imaginária do espaço e que se pauta na construção atávica e continuada de esquemas lógico-simbólicos que informam e sustentam *virtualidades* –, assim como pode-se falar de *materialidade concreta* – o modo de materialidade presente na dimensão física e tangível das cidades, ou institucional dos Estados, por exemplo. O que define e diferencia cada um desses modos de materialidade são as práticas espaciais e as formas espaciais que resultam de cada uma delas, *representacional* ou *concebida* (LEFEBVRE, (1974) 1991). Quando práticas, elementos informados por sistemas lógico-simbólicos, constituem-se enquanto tal, tornando-se elementos de poder e autoridade que controlam e regulamentam dinâmicas cotidianas e rotineiras, o que era somente materialidade abstrata, ou seja, que existia somente na dimensão imaginária, passa a existir enquanto materialidade concreta e a dimensão física dos espaços passa a existir como atualização concreta daquilo que era abstração pura. Na transição entre materialidades, o *degrade processual* se completa.

Algo dotado de materialidade concreta, sempre será dotado de materialidade abstrata, mas algo que existe somente na dimensão imaginária, é dotado de materialidade abstrata, mas não de concreta, mesmo que essa materialidade seja uma manifestação virtual do que antes foi concreto. Pois quando virtualizado como forma imaginária, o concreto perde aquilo que o define enquanto concreto: sua concretude encontra-se dissolvida no imaginário. O que torna possível que o que existia somente como materialidade abstrata se atualize em materialidade concreta é a conversão da lógica pura em um *modelo*, que ordena o elemento lógico na forma de um planejamento organizado cujo efeito final é a atualização da lógica em um espaço dotado de formas e funções específicas.

A conversão da lógica em modelo, como dito, é uma das práticas espaciais mais fundamentais da realização espacial, pois é a partir dela que começa-se a produzir a síntese entre virtual e atual. O momento no qual o que existe somente como uma lógica se converte em um modelo é aquele que constitui o que

denomino de etapa da *elaboração*. Utilizo o termo *elaboração* pois todo modelo pressupõe algum tipo de planejamento e padronização do que antes existia somente na dimensão puramente abstrata das lógicas. Ou seja, para que a lógica possa se tornar um modelo, elabora-se um conjunto de planos e padrões que serão projetados como as virtualidades a partir das quais um espaço é concebido como lugar. É nos modelos elaborados a partir de lógicas abstratas que residem as funcionalidades que serão, na fase da atualização, como veremos, projetadas sobre espaços.

Elemento anfíbio – exatamente entre o virtual e o atual, entre a lógica o conteúdo (ELDEN, 2004) – modelos são condição de possibilidade para o processo de atualização de lógicas, uma vez que são os modelos que permitem a formação de coletividades a partir da lógica que os informa. Todavia, lógicas são condição de possibilidade para modelos, uma vez que não se pode compreender modelos sem levar em consideração as lógicas que os informam. Lógicas precedem e possibilitam modelos, que, por sua vez, precedem e possibilitam a associação entre atores distintos que constituem coletividades, que, em seu turno, tornam provável a realização concreta da lógica e do modelo enquanto espaço concebido. Uma vez elaborado o modelo, passa-se à etapa da *associação*, que remete ao processo por meio do qual agentes com interesses e capacidades distintas se associam em torno dos padrões e planejamentos contidos no modelo e, em conjunto, se engajam na sua realização concreta.

Como argumentarei com mais calma na segunda parte desta tese, quando buscarei aplicar o esquema e os conceitos que busco formular nessa primeira parte em um estudo de caso sobre a realização espacial de megaeventos, esse tipo de espetáculo de grande apelo cultural e comercial não se concretiza sem com que múltiplos atores – da iniciativa privada e da esfera pública – se associem. Pois realização de megaeventos, sejam eles esportivos ou não, é sempre processo de espacialização que demanda uma complexa logística e grande quantidade de recursos dos mais diversos tipos, tanto financeiro, quanto institucional e tecnológico. É somente com a soma de capacidades, recursos e interesses de vários atores e partes interessadas na realização do espetáculo que megaeventos podem vir a se tornar uma realidade concreta.

Como veremos, essa *associação* entre atores distintos não se dá necessariamente em torno da lógica capitalista que informa megaeventos, mas sim em torno de um *modelo de negócios* que converte o capital e sua lógica de produção constante de lucro – suas *laws of motion* (WOODS, 1996) – em padrões de associação e de atividade comercial e financeira que asseguram aos associados o retorno de seus investimentos. Convertida em modelo de negócios, a lógica capitalista passa a orientar a maneira como atores individuais se associam, convertendo-se em atores coletivos que atuam conjuntamente na organização e realização concreta de megaeventos.

No que diz respeito a megaeventos esportivos, a lógica capitalista, assim como o modelo de negócios, precedido e informado pelo capital, são as *virtualidades* a partir das quais megaeventos são produzidos enquanto realidade espacial. Seu modelo de negócios atualiza a lógica capitalista em dois movimentos interligados: a transformação do esporte em uma commodity, dotada de valor de troca; e a conversão do evento em si em uma marca, também dotada de valor de troca. *Comodificação* e a *conversão do megaevento em marca* são os dois processos que constituem a etapa da elaboração da fase da virtualização do processo de realização espacial de megaeventos, quando a lógica se converte em modelo e o espetáculo se apresenta como possibilidade.

Contudo, quando associações começam a se formar em torno do modelo de negócios, megaeventos deixam de ser mera possibilidade e se convertem em probabilidade. Pois o modelo de negócios funciona como um ímã para atores e partes interessadas se associarem em torno da organização e realização de megaeventos. É no modelo que estão listados e categorizados – sempre com base na lógica capitalista de acumulação e lucro – todas as responsabilidades, os direitos e os procedimentos e padrões que devem ser completamente respeitados para assegurar o retorno dos investimentos de todas as partes envolvidas (VAINER e GUSMÃO DE OLIVEIRA, 2014).

Como discutido acima, espaços produzidos enquanto lugares, enquanto espaços sociais, sejam eles m/Mundos ou não, são sempre o produto da intervenção humana. A esse respeito, Lefebvre (1991) sublinha a importância das *mediações* e *mediadores* como vetores produtores de espaços:

A social space cannot be adequately accounted for either by nature (climate, site) or by its previous history. (...) Mediations and mediators have to be taken into consideration: the actions of groups, factors within knowledge, within ideology, or within the domain of representations. (LEFEBVRE, (1974) 1991, p. 77)

Mediação remete a agência, mediadores a agentes. Ou seja, é através da agência de grupos que espaços, domínio dos fluxos, são produzidos enquanto lugares, domínio dos fluxos fixados. Uma maneira de ressaltar a centralidade das agências e dos agentes é jogando luz e analisando os múltiplos tipos de arranjos, associações e articulações a partir dos quais estabelecem-se espacialidades fluidas e intangíveis, mas capazes de se projetar como instância de força e poder na realização concreta de espaços concebidos funcionalizados a partir dos interesses e capacidades reunidos em tais arranjos, associações e articulações.

Quando coletividades são formadas em torno de um modelo e agentes individuais passam a atuar como grupos, agentes coletivos, o que antes era somente uma possibilidade, torna-se probabilidade, uma vez que agora o que era pura virtualidade – o modelo – passa a ser dotada de um conjunto de agentes interessados que canalizam suas capacidades e recursos na produção de um espaço que atende aos seus interesses e objetivos. Quando existe na forma de um espaço social intangível de associações, o produto final da espacialização, espaço concebido, passa a existir enquanto objetivo a ser realizado. A potência de sua dimensão virtual já encontra-se canalizada e projetada para galgar existência concreta. Por isso, quando espaços existem enquanto associações entre agentes e agências, a barreira da mera possibilidade já foi cruzada e espaços tornam-se prováveis, tornam-se *possibilidade atual* (SHIELDS, 2003).

Da maneira como entendo, *associações entre agentes é condição de probabilidade para a realização espacial concreta*, pois, uma vez que o espaço passa a existir como um objetivo a ser cumprido por planejamentos e padrões específicos, as chances para sua realização tornam-se palpáveis e, de alguma forma, mensuráveis e previsíveis. Quando existem enquanto probabilidade, a materialidade abstrata dos laços sociais começa a se projetar como materialidade concreta. *Se modelos são fundamentais para que lógicas possam existir para além do abstrato, associações são fundamentais para que modelos possam vir a ser atualizados como realidade concreta.* Ou seja, se modelos são a ponte entre a

lógica e o conteúdo, associações são a ponte entre a lógica e a realização completa do espaço, pois é por meio da agência e da mediação de grupos, de atores coletivos, que os padrões, procedimentos e imperativos informados pelo modelo, a partir da lógica, são, de fato, executados.

O protagonismo de agentes na concretização da realização espacial nos leva a necessidade de discutir o caráter funcional que se atribui a espaços. Como dito acima, partir de Lefebvre ((1974) 1991) e Shields (1991; 2013), todo lugar existe enquanto espaço funcionalizado. Pois a fixação dos fluxos a partir de alguma lógica implica a funcionalização específica desses fluxos. Funcionalizados, fluxos são canalizados e ordenados para servirem para algum propósito fixo. Por exemplo, fluxos de pessoas podem ser funcionalizados de modo a se converterem em fluxos de turistas, o que faz com que determinados espaços passem a funcionar como lugares para turistas, preparados e aprovisionados com equipamentos próprios para aqueles que passam e por lá ficam temporariamente, de modo a possibilitar um tipo específico de atividade econômica lucrativa. Objetivos espaciais implicam funcionalidade espacial. Quando existem como objetivos, ou seja, como modelos que servem aos interesses dos agentes que se articulam na sua realização, espaços já existem funcionalizados, já são planejados de modo a servirem para determinados fins.

Lefebvre ((1974) 1991, p. 147) chama atenção para a relação entre *forma* e *função*: a forma espacial pressupõe sua função. A forma social que o espaço toma quando realizado ou mesmo quando existe somente como espaço de associações, a ser realizado, está sempre associada e a serviço da função que os agentes atribuem a ele. De novo o exemplo do turismo é conveniente. Pensar espaços preparados para fluxos turísticos é pensar espaços preparados para atrair o máximo possível de capital por meio de pessoas que se deslocam para desempenhar a função primordial e vital ao capitalismo, a de consumidores. Com esse objetivo em mente, espaços passam, por exemplo, por processos de *gentrificação*⁴⁵, ou seja, são ajustados a partir de padrões estéticos e éticos de

⁴⁵ O conceito de *gentrificação* pode ser entendido nos termos de um modelo de cidade informado pela lógica da atração de capital. Na cidade gentrificada tudo tem de aspirar algum tipo de confiança e previsibilidade capitalista. Vendedor, comprador e gerente são as principais, se não as únicas pessoas possíveis. Se (re)produzida por esse modelo, uma determinada porção espacial de uma cidade, convertida em zona turística, passa por transformações tangíveis que a ajustam de modo a acomodar o fluxo turístico esperado. Ao invés de moradias, hotéis; no lugar de serviços

modo a passar, para os turistas que fluem por esse espaço, a impressão de que aquele lugar é asséptico, seguro e completamente preparado para ser consumido.

Funcionalizada, a forma concreta dos espaços, ou seja, sua materialidade concreta, responde e se adequa aos interesses projetados como função para esses espaços. Mas para compreender os impactos concretos da funcionalização de espaços, faz-se necessário discutir a fase da atualização e suas etapas.

3.2.3. Atualização: ajustes espaciais e imbricação

A fase da *atualização* diz respeito ao momento no qual o que é provável se transforma em existência concreta e o *degrade processual* se completa. Essa fase consiste em práticas espaciais que podem ser caracterizadas como intervenções concretas a partir das quais espaços são concretamente concebidos tanto em seu aspecto formal, quanto funcional. Por meio de intervenções concretas, o modelo se projeta como elemento atualizante. *A fase da atualização implica, então, realização de um espaço tangível e finalmente realizado.* Ao longo dela, o que era somente virtual se atualiza por completo, e o que era somente um espaço representacional se converte em espaço concebido. O momento das intervenções é, então, aquele em que a lógica e modelo, depois de ter passado por todas as etapas da fase da virtualização – elaboração e associação – chega ao chão do lugar.

Se as associações dizem respeito a formação de coletividades enquanto *agentes*, enquanto *mediadores* e *operadores* do processo de espacialização, as *intervenções concretas* dizem respeito às *agências*, às *mediações* e *operações* que concretizam a síntese espacial, projetando o virtual sobre o atual e atualizando a

que atendam às necessidades cotidianas dos moradores, bares, casas noturnas e museus desenhados para os turistas; no lugar de linhas e modais de transporte público que sirvam aos propósitos cotidianos de seus moradores, interligando áreas e zonas centrais da cidade, de modo a permitir o deslocamento de trabalhadores, estudantes e dos moradores em geral, linhas que ligam os principais pontos de entrada da cidade (aeroportos, portos, rodoviárias, estações de trem, etc.) às centralidades de consumo e lazer.

materialidade – material e social – dos lugares a partir do que antes existiu com lógica, modelo e coletividade.

Intervenções concretas implicam dois conceitos chaves, que serão tratados no esquema que aqui apresento como etapas complementares da atualização: *ajuste espacial* e *imbricação*. Por *ajuste espacial*, conforme definição de David Harvey (2001; 2005), entende-se os processos de adequação e conformação da materialidade – social e material – dos espaços a partir de alguma lógica específica. *Ajuste espacial*, é importante frisar, não diz respeito somente ao processo de apropriação dos espaços pelo capital. Qualquer lógica que se projete como elemento atualizante sobre espaços pode informar processo de ajuste espacial. Um espaço pode ser ajustado a partir de lógicas comunitárias, que privilegiem o cotidiano, as histórias e o sentimentos e relações de pertencimento e comunhão de coletividades que já existem naquele espaço.

A construção de uma tribo no meio de uma floresta implica ajuste espacial da mesma forma que uma hidrelétrica construída no meio da mesma floresta, obrigando a retirada da tribo. Ambos são *ajustes espaciais*, mas, obviamente, não são o mesmo tipo de ajuste, pois envolvem relações de força e poder absolutamente distintas. No entanto, ambos são *ajustes espaciais* porque implicam, de uma forma ou de outra, a transformação do que antes era um tipo de espaço em outro. O conceito de *ajuste espacial*, quando não aplicado somente para a compreensão da necessidade vital do capital pelo espaço, pode servir para qualquer processo de atualização, por meio do qual determinadas bases, naturais ou sociais, de determinados espaços sofreram alterações e foram ajustadas a certos imperativos, interesses, objetivos e agendas.

Nesse sentido, todo processo de espacialização que se realiza concretamente – ou seja, que atravessa todo o degraude processual e se finaliza como existência concreta – inclusive m/Mundialização, envolve algum tipo de *ajuste espacial* em alguma escala, global ou não. Quando um espaço é ajustado a partir de alguma lógica ou modelo quer dizer que ele passou a funcionar de determinada maneira, de modo a impor, de maneira mais ou menos sutil, sua funcionalidade como elemento que controla os ritmos e cadências do cotidiano. *Ajuste espacial*, então, remete a *conformação dos cotidianos*, quando a vida de todos os que habitam o espaço ajustado tem de ser ajustar, de um jeito ou de outro, à lógica que se projeta

como realidade atual. É por meio de *ajustes espaciais* que lógicas e modelos, assim como coletividades, convertem-se em odores, encontros, tato, paladar, ruas e prédios, ou seja, convertem-se em elementos tangíveis banais, ao mesmo tempo em que são fundamentais e definidores da maneira como aquele espaço é experimentado e praticado na repetição das rotinas. *Ajuste espacial* é processo que incide diretamente sobre a materialidade concreta dos espaços.

Por sua vez, *imbricação* remete ao fato de que, uma vez que não há, no atual momento em que vivemos, espaços que já não tenham sido produzidos, que já não tenham sido atualizados a partir de alguma ou outra lógica ou modelo – capitalista ou não –, não há, como já busquei argumentar acima neste capítulo, produção de espaço de fato, mas (re)produção de espaços. O termo *imbricação*, no sentido que apresento aqui, remete a sobreposição, mas a um tipo específico de sobreposição, aquela marcada por fricções e tensões. *Imbricação* não diz respeito a um encaixe entre peças que se adequam perfeitamente, com pontos de atrito desenhados para se tocarem e se ligarem da forma mais harmônica e azeitada possível. Pelo contrário, *imbricação* remete a encaixes que não são perfeitos por definição, remete a sobreposição por vezes forçadas, autoritárias ou até mesmo totalitárias.

Em *Sociologia da Globalização*, Saskia Sassen (2010) utiliza o termo para expressar a relação entre o social e o digital, relação esta fundamental para compreender o processo da globalização dos mercados financeiros, um de seus principais objetos de análise. Segundo ela, “o termo imbricação é um modo de especificar uma interação que não se caracteriza pelo determinismo tecnológico ou pela hibridez da indeterminação” (SASSEN, 2010, p. 192). Por meio deste termo, Sassen (2010) é capaz de apontar maneiras através das quais o digital e o social moldam e condicionam um ao outro.

No sentido atribuído pela autora, *imbricação* aparece mais como um tipo específico de interação, no qual, imbricados, elementos passam a existir em certa reciprocidade constitutiva, condicionante e, em certo sentido, harmônica. O sentido que busco atribui a *imbricação* aqui é, contudo, outro, muito mais próximo das relações de força entre espacializações distintas e conflitantes, do que da interrelação entre elementos que se moldam e condicionam uns aos outros⁴⁶.

⁴⁶ Saskia Sassen talvez seja uma das autoras mais emblemáticas e importantes no campo dos estudos sobre globalização, e isso se dá por várias razões. Diferente do consenso relativo que

Toda (re)produção de espaços já concebidos enquanto realidade atual implica algum tipo de fricção e tensão socioespacial, que se expressa na forma de disputas e conflitos pelo uso e pela funcionalidade do espaço, justamente porque o espaço já existe produzido, ou seja, já existe enquanto lugar. A fixação de determinados fluxos em formas e funções espaciais específicas são elementos fundamentais para a consolidação dos ritmos e cadências do cotidiano. Quando um espaço é reproduzido, sendo ajustado de modo a adequar-se a outra lógica, a outro conjunto de fluxos que buscam fixarem-se, há uma ruptura com efeitos e impactos decisivos sobre as repetições rotineiras que se estabelecem naquele espaço.

Um espaço produzido enquanto lugar, seja esse lugar um m/Mundo ou não, é sempre um espaço de cotidiano, e cotidiano implica estabilidade e algum tipo de previsibilidade. Sabemos a que horas devemos pegar o ônibus para chegar no horário certo no trabalho. Sabemos aonde devemos ir para comprar ou conseguir comida. Sabemos o quanto, em média, ambos processos custarão e assim organizamos nossos custos diários, semanais e mensais. Quando um espaço tem sua funcionalidade ajustada e transformada para outros propósitos e objetivos socioespaciais, de modo a transformar ou até mesmo destruir essa estabilidade cotidiana, há, naturalmente, a erupção de processos de resistência, que implicam disputas e conflitos socioespaciais. Estudar e experimentar espaços ensina bem claramente que cotidiano, por mais banal e repetitivo que seja, é o elemento mais fundamental da vida em sociedade, pois é nele que encontramos a estabilidade e a previsibilidade necessária para desenvolvermos as mais diversas atividades que

reduz globalização a capitalismo global, a autora aborda globalização como um processo de transformação socioespacial com impactos econômicos e políticos, principalmente naquilo que diz respeito às atribuições e poderes tradicionais do Estado nação e na possibilidade de novas articulações entre movimentos sociais e forças econômicas. Na percepção da autora, um dos elementos mais característicos da globalização é a formação de uma *nova geografia* que projeta novas hierarquias escalares no mundo territorial tradicional. Para analisar e compreender esse novo cenário geográfico, Sassen (2001; 2008; 2010) lança mão de conceitos como *imbricação*, *cidade-global*, *desnacionalização*, entre outros. Ainda que sua abordagem seja mais complexa e traga consigo novas possibilidades analíticas, se comparada com as que reduzem globalização a uma versão expandida do capital, entendo que há certas limitações, principalmente no que diz respeito ao lugar que Sassen atribui ao *poder*, que não figura como um de seus conceitos-chaves. Na complexidade socioespacial da globalização, a questão central da desigualdade e das disputas frontais e antagônicas pelo espaço passam despercebidos. Sassen chama mais atenção para as novas possibilidades de *negociação*, que se dá entre grupos convergentes ou divergentes.

sanam nossas necessidades, desejos e vontades, sejam elas materiais ou subjetivas.

Utilizo o conceito de *imbricação* para expressar esse aspecto da (re)produção de espaços, ou seja, para expressar que espacialização é, sempre, de uma forma ou de outra, processo que envolve relações de força e poder. Imbricação, pela perspectiva que busco apresentar aqui, remete, em outras palavras, a disputa pelo espaço e pela sua funcionalização. Como já dito anteriormente, quando lógica e modelos distintos disputam espaços, em algum momento haverá um resultado de vitória ou derrota que privilegia e fortalece uma lógica ou modelo em detrimento de outra. Por um lado, essas disputas pelo espaço, essas imbricações, podem ocorrer em pé de igualdade, quando os agentes que disputam gozam de uma mesma quantidade de poder e recursos para fazer valer suas agendas. Por outro, todavia, relações de poder e força podem ser completamente assimétricas, colocando em situação de fricção e tensão grupos em desigualdade, no qual um detém mais recursos e capacidades institucionais e/ou técnicas, estando, assim, em situação de maior conforto e capacidade de vencer a disputa pelo espaço.

Como argumentado no capítulo anterior, defino globalização como o processo de imbricação do *Mundo* nos *mundos*. Por esse caminho, globalização é tratado como conceito análogo ao de Mundialização e diz respeito a produção de um *Mundo* cuja escala é global, mas que não se aparta de *mundos* não-globais. A imbricação entre *m/Mundos* inerente a ideia que aqui apresento sobre globalização se dá devido ao fato de que esse *Mundo* global não existe concretamente sem materializar-se como realidade sócioespacial em *mundos* não-globais. A força global do capitalismo, por exemplo, como ensinam Saskia Sassen e David Harvey, não se sustenta sem a realização espacial concreta e atualizada da lógica capital como modelo para ajustes espaciais de lugares não-globais.

Como ambos autores nos ensinam, não há capitalismo global sem um conjunto de equipamentos infraestruturais fincados nos espaços de cidades e campos espalhados pelos mais diversos e distantes pontos do planeta Terra. Nenhum processo social que se projeta pela escala global é única e exclusivamente global, seja esse processo de tipo capitalista ou não. Pois a escala global como um todo único está além das capacidades humanas. Para acessá-la e

torna-la manejável, seres humanos lançam mão de um conjunto de equipamentos que são invariavelmente fincados em algum ponto da plataforma Terra. Esses equipamentos integram e conectam esses pontos distintos, fazendo com que o globo inteiro possa ser acessado de uma única vez ou permitindo que processos possam vir a ser replicados em locais distintos do planeta. Talvez a internet, a rede global de sites virtuais e computadores, seja o melhor exemplo para ilustrar o quanto o global precisa do não-global para acontecer. Como mostra o mapa abaixo (figura 3), não há qualquer possibilidade de existir uma rede global que conecta computadores em pontos distintos da Terra sem a existência de cabos e servidores, todos fincados e espalhados pelo espaço do globo, pois são esses cabos e servidores que, de fato, conectam pontos distintos da Terra.

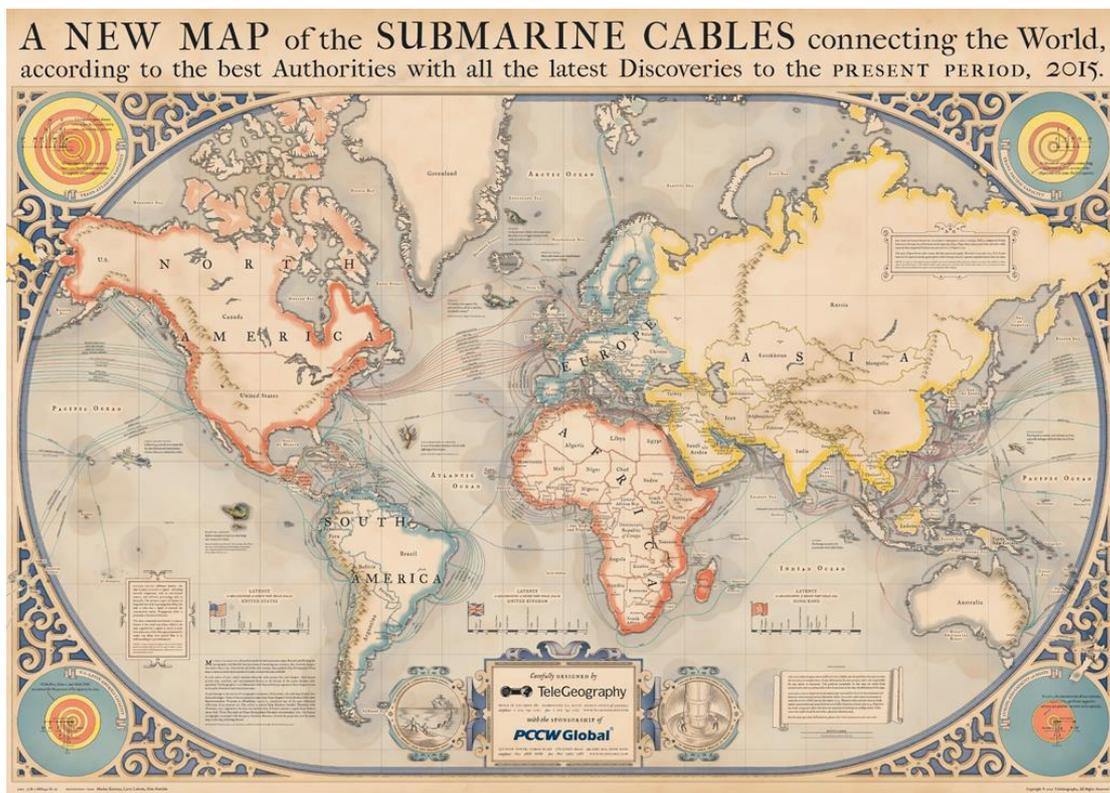


Figura 3 - Cabos de Fibra Óptica para Conexão de Internet.

Fonte: <http://submarine-cable-map-2015.telegeography.com/> (última visita 01/06/2016)

É devido ao fato de que, para existir de fato, o global precisa invariavelmente do não-global, ou, mais precisamente, precisa de equipamentos infraestruturais fincados em lugares distintos, que a globalização implica a

imbricação do global no não-global e implica, ao mesmo tempo, *ajustes espaciais* diversos. Sem os cabos submarinos e os servidores espalhados pelo Mundo, não há internet, mas também não há internet sem cabos – de fibra óptica ou de telefonia – esticados e espalhados pelos espaços urbanos. Para que a internet possa vir a existir de fato, cidades e lugares diversos ao redor de todo o planeta tiveram de ser devidamente ajustadas e preparadas para a instalação desses cabos e equipamentos, sem os quais não existiria qualquer possibilidade de existência concreta da internet.

O mesmo pode ser dito, por exemplo, para outros processos globais, como megaeventos esportivos. Como será dito com mais calma e detalhe nos capítulos seguintes, megaeventos esportivos apresentam-se como modelos de negócios capazes de serem replicados praticamente em qualquer lugar do Mundo. Para tal, no entanto, esse modelo de negócios tem de ser replicado concretamente em espaços não-globais, ajustando-os a seus preceitos e imperativos e a partir de seus planejamentos e padrões. A realização espacial de um megaeventos esportivo imbrica o global – o próprio megaeventos – no não-global – o lugar que o recebe e sedia – fazendo com que relações socioespaciais de força e poder sejam atravessadas por novas assimetrias, já que a imbricação do global no não-global nesse caso diz respeito a imbricação de agentes e agendas distintas e dotadas de recursos e capacidades institucionais e tecnológicas distintas.

A imbricação entre o global e o não-global que caracteriza a realização de megaeventos esportivos e a assimetria que deriva desse processo pode ser perfeitamente compreendida se olharmos, ainda que superficial e rapidamente, por exemplo, para o caso da Vila Autódromo e a maneira como esta foi quase extinta para que seja construído o parque olímpico para os Jogos Olímpicos de 2016, que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro pouco tempo antes da conclusão final dessa tese. As intervenções concretas que se processam ali foram operadas diretamente pela Prefeitura do Rio, ou seja, por um agente não-global, mas nada do que aconteceu ali aconteceria de fato se esse agente não-global não estivesse associado a um conjunto de agentes globais, todos associados e gerenciados pelo Comitê Olímpico Internacional. O caso da Vila Autódromo é emblemático de como um processo global, como um megaevento esportivo, demanda necessariamente de ajustes espaciais locais para existir concretamente.

Para a construção do Parque Olímpico da Barra, espaço fundamental para a realização concreta dos Jogos Olímpicos de 2016, uma vez que as competições, na sua grande maioria aconteceram lá, fez-se necessário liberar parte do espaço daquela parte da cidade. Somado às necessidades e imperativos do megaevento olímpico, estavam também os interesses de agentes locais, como a própria Prefeitura e as empreiteiras associadas a ela, de intensificar a especulação imobiliária como estratégia para crescimento econômico. Foi na *associação* entre agentes e agendas globais – daqueles associados diretamente ao megaevento olímpico – e agentes e agendas não-globais – como a Prefeitura do Rio e as empreiteiras a ela associada, como, por exemplo, a Carvalho Hosken – que o global – na forma de um megaevento esportivo – se imbrica no não-global – no caso a cidade do Rio de Janeiro – ajustando determinados espaços.

A maneira como os cotidianos foram afetados pela escolha de sediar, naquela área da cidade, um megaevento esportivo, tipo de evento global cuja força encontra-se no fato de que pode ser replicado em praticamente qualquer lugar do Mundo, é emblemática da maneira como a globalização é, acima de qualquer coisa, processo de disputas marcada por assimetrias. A realização espacial do global é, das mais diversas maneiras, a realização de estruturas de poder e autoridade que se projetam como força incidente e transformadora do não-global, ajustando o global a seus preceitos e imperativos. Quando essas estruturas de poder e autoridade global se projetam em espaços já produzidos e funcionalizados, ou seja, em lugares, fricções e tensões já existentes no local são aumentadas ou até mesmo inflexionadas, uma vez que agentes e agendas globais passam a disputar esses espaços com agentes e agendas não-globais. O resultado disso é, invariavelmente, o aumento das desigualdades em suas mais diversas dimensões e, por consequência óbvia, a consolidação de agentes e agendas de resistência.

Em suma, nessa seção, busquei esquematizar o processo da realização espacial de modo a converter a complexidade do processo em fases e etapas que podem ser aplicadas como conceitos e categorias para entender processos de produção espacial. A tabela abaixo representa o esquema:

Fase	Etapas
Virtualização	Elaboração: elabora-se modelo socioespacial a partir de alguma lógica, que a transforma em padrões e planejamentos.
	Associação: agentes diversos se associam ao modelo canalizando seus recursos e capacidades para sua concretização.
Atualização	Imbricação: os agentes associados, fazendo uso de seus recursos e capacidades combinadas, projetam o modelo socioespacial sobre lugares, transformando esses lugares a partir de seus próprios interesses e imperativos.
	Ajustes Espaciais: processos de ajuste dos lugares para que possam ser, de fato, transformados e adequados aos interesses e imperativos dos agentes associados.

Tabela 2 - Esquema lógico de compreensão

3.3. Aplicando o esquema: megaeventos esportivos

3.3.1. Por que megaevento?

Até esse momento, essa tese se concentrou no desenvolvimento de uma discussão teórica que, partindo da problemática da globalização, chegou em uma esquemática pensada para a compreensão e análise de processos de realização espacial. Entendo que, no que diz respeito ao objetivo expresso no início da tese, de inverter a maldição que recaiu sobre o conceito da globalização na década de 1990, conforme notou Ellen Meiksins Woods (1997), esse movimento – partir da globalização e chegar na espacialização, passando pela mundialização – foi importante, pois possibilitou pensar globalização como processo cujo ponto focal é o espaço, ou, mais precisamente, sua realização, e não o capitalismo. O capital é poderoso e busca se projetar como totalitário. Mas, ao não aceitar que todo esse poder colonize também nossas capacidades de imaginação e exercício teórico, pareceu-me importante fazer essa inversão.

Na prática, entendo que o vocabulário teórico e o esquema lógico proposto para a aplicação prática desse vocabulário nos possibilita olhar para o que parece ser um dos eventos mais centrais do atual momento do processo da globalização e observar nele outras dinâmicas que não são, necessariamente ou somente, capitalistas. Como dizem, megaeventos, sejam eles esportivos ou não, são eventos globais com impactos locais (ROCHE, 2000; HORNE e MANZENREITER, 2006; HORNE, 2011). Parece-me óbvio que a pujança global do capitalismo é fundamental para a projeção global desse tipo de espetáculo de grandes proporções. Mas no todo do processo de organização e realização de megaeventos, por mais essencial que seja, o capital se projeta somente como a lógica que orienta e informa uma parte do processo. A complexidade da espacialização de megaeventos, ainda que sejam informadas diretamente pela lógica capitalista, é maior e mais variada do que a tautologia capitalista.

São múltiplos os interesses e funções que se somam na organização e realização desse tipo de evento. Ao longo do seu processo de produção concreta, de sua realização espacial, o próprio megaevento, por mais que seja informado pela lógica capitalista e que promova incontáveis e desiguais impactos nos lugares que os recebem, se dissolve em meio a um complexo de interesses que transcendem a simplicidade poderosa, mas reducionista das *laws of motion* do capital. Ao se imbricarem-se nos lugares, megaeventos tornam-se, automaticamente, parte integrante das tensões, fricções e relações sociais já existentes. É sobre elas que eles se realizam e se dissolvem enquanto espacialidade mundana.

No entanto, por mais que haja uma tentativa original dessa tese de encontrar formas de compreender o atual cenário da globalização para além da força hegemônica do capital, não é possível ignorar o fato de que o capital é, de fato, hegemônico. A maldição não é somente uma força epistemológica que recai sobre um conceito, a distopia maldita do capital é uma força real que exerce poder sobre todo o Mundo. A escolha por megaevento como objeto para a aplicação dos elementos teóricos discutidos até esse ponto passa pelo fato de que esse tipo de evento é uma das manifestações mais poderosas da maldição capitalista. Talvez não haja nenhuma outra empreitada capitalista tão capaz de gerar recursos e de transformar de maneira definitiva os lugares por onde passa do que megaeventos

esportivos como a Copa do Mundo da FIFA e os Jogos Olímpicos do COI. Dito de outra forma, megaeventos são a realização perfeita da metáfora da maldição e, também por isso, foram escolhido como objeto dessa tese.

Além disso, megaeventos, ainda que sejam eventos de alcance global, realizam-se concretamente no local, o que também justifica a escolha desse tipo de evento como objeto dessa tese. O processo de organização de megaeventos esportivos é análogo a processo de *mundialização*. O *m* é minúsculo, pois megaeventos, por mais que tenham alcance global – ou seja, detém a capacidade de se replicar em qualquer parte do globo além de se projetar como imagem, som e notícias para todos os cantos do Mundo – realizam-se concretamente nos mundos urbanos e estatais que os sediam.

Do ponto de vista escalar, megaeventos são sempre eventos locais. Daí que, a partir do capítulo seguinte, com o intuito de analisar e compreender a complexidade socioespacial desse tipo de espetáculo, proponho fazer uma virada e fazer, por meio do vocabulário e instrumental conceitual apresentado e discutido nos capítulos e seções anteriores, uma análise do processo de realização espacial de megaeventos esportivos, prestando especial atenção às edições da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Mas, é importante frisar, essa tese não se propõe a ser um estudo de caso sobre as edições brasileiras desses que são os principais e mais impactantes megaeventos esportivos da atualidade. A ideia de estudar megaeventos deriva da necessidade de testar a aplicabilidade da discussão teórica feita até então. A partir do que foi discutido acima, o que é possível dizer sobre esses eventos globais de impactos locais? Antes de responder a essa questão, todavia, é preciso dizer exatamente o que será tratado como megaevento, uma vez que o conceito é amplo e pode ser aplicado para os mais diversos fins.

3.3.2.

Do que é feito um megaevento?

Não há, necessariamente, consenso sobre o que é megaevento. Ainda que os mais emblemáticos e estudados sejam os esportivos, dado o apelo, poder e alcance midiático de campeonatos como a Copa do Mundo da FIFA™ e os Jogos Olímpicos do COI™, não há concordância absoluta se megaeventos é uma

categoria que se aplica exclusivamente ao esporte. Alguns autores argumentam que grandes exposições, conferências políticas ou mesmo festivais musicais podem ser considerados megaeventos (RITCHIE e YANGZHOU, 1987; HILLER, 1995; ROSE e SPIEGEL, 2011). Outros, por sua vez, resumem seu entendimento a somente competições esportivas (HORNE e MANZENREITER, 2006; ZIMBALIST e MAENNIG, 2012). Entre estes, alguns apontam os Jogos Olímpicos de Inverno como megaevento (ANDRANOVICH, BURBANK e HEYING, 2001), enquanto outros o caracterizam como um evento de segunda ordem (COATES, 2012; HORNE, 2007)⁴⁷.

Ainda, todavia, que não haja consenso sobre a definição exata de megaeventos, há um conjunto expressivo de autores a partir dos quais pode-se inferir que todo e qualquer megaevento é antes planejado como um *modelo de negócios* projetado para transformar determinado conteúdo, seja esportivo ou não, em uma commodity para ser explorada comercialmente em um evento de largas proporções e para ser vendida a um número restrito de parceiros e patrocinadores, que passam a usufruir do direito de exploração dessa commodity de forma exclusiva (BELLAMY JR., 2006; MOOR, 2007; MAGUIRE, 2011; HORNE, 2011; KIDD, 2013; VAINER e GUSMÃO DE OLIVEIRA, 2014).

Ao comodificar determinado conteúdo, seja esportivo, cultural, político, religioso ou qualquer outro e vendê-lo de forma exclusiva, esse modelo de negócios converte os apelos e poderes naturais e próprios dessa modalidade em possibilidades e potencialidades comerciais, transformando-a em uma espécie de imã com grande capacidade de atrair parceiros, patrocinadores e investidores interessados em transformar essas possibilidades e potencialidades em benefícios financeiros próprios. Para assegurar esse fim, como frisam Carlos Vainer e Nelma Gusmão, a *exclusividade* é a alma do negócio:

⁴⁷ Essa tese parte da percepção que megaeventos é uma categoria que não se resume aos esportivos. No entanto, limitarei o aspecto empírico da análise às Olimpíadas e à Copa, pois a maior parte do argumento que buscarei construir aqui se aplica diretamente a esses dois eventos. De alguma forma, ele também se aplica a outros tipos de megaeventos que não somente os esportivos, mas devido a especificidades desses eventos, a esquemática proposta teria de ser adequada.

(...) o valor dos contratos conquistados vai estar diretamente relacionado com a habilidade em garantir que essa exclusividade não será violada. (...)

O que as empresas que operam no setor esperam, ao pagar tão caro pelos eventos, é conseguir prender a maior e mais duradoura audiência possível e, conseqüentemente, capturar um faturamento máximo junto aos seus anunciantes ou repassar os direitos a outras redes por valores mais elevados. Entende-se que, nestas circunstâncias, determinadas exigências sejam estabelecidas, proporcionalmente ao poder de barganha dos diferentes contratantes. (VAINER e GUSMÃO DE OLIVEIRA, 2014, p. 90, 91)

Somado a transformação da modalidade em uma commodity a ser vendida por meio de exclusividades, outro aspecto central do modelo de negócios de megaeventos é a conversão do próprio megaevento em uma marca registrada de propriedade de uma só organização. A Copa do Mundo, por exemplo, maior competição de futebol do Planeta, é, antes de tudo, a *Copa do Mundo da FIFAtm*, marca registrada de propriedade exclusiva da FIFA, da mesma forma que *Jogos Olímpicostm* é uma marca registrada pelo COI. Como veremos mais detalhadamente ainda nesse capítulo, a transformação do evento em uma marca é fundamental para a capacidade de atração do modelo de negócios, pois estabelece limites entre os vários atores associados na organização do evento e deixa claro quem possui o que. Assim, outros atores podem se associar à marca megaevento agregando a ela suas próprias marcas sem, contudo, permitir com que essas marcas se confundam para além do que reza os contratos.

Esse modelo de negócios, dotado de grande capacidade de aglutinar múltiplas partes interessadas em torno de contratos exclusivos que visam a organização de um espetáculo que projeta, intensifica e amplifica os poderes e apelos comerciais e econômicos da commodity, é o que possibilita a existência concreta desses eventos. Pois são essas partes interessadas que, em conjunto e associadas em torno do modelo, oferecem os elementos necessários – recursos, capacidade de organização, garantias e procedimentos – para a organização e realização desses espetáculos, e tais atores não se engajariam na organização e realização de eventos dessa estirpe e complexidade se seus investimentos não fossem apropriadamente garantidos por força contratual. *Esse modelo de negócios é, portanto, condição de possibilidade para megaeventos.*

Além disso, há, também, uma vasta literatura que nos ensina que megaeventos também são feitos de lugares (HILLER, 2000; BLACK e VAN DER

WESTHUIZEN, 2004; MASCARENHAS, 2014; ROCHE, 1994; SANTOS JUNIOR, 2015; VAINER e GUSMÃO DE OLIVEIRA, 2014; RIBEIRO e SANTOS JUNIOR, 2015). Mais precisamente, a partir dessa literatura entendo que seja possível inferir que megaeventos, para se realizarem por completo, precisam ser espacializados, ou seja, precisam ser realizados espacialmente.

Essa literatura, de modo geral, é também capaz de responder por que cidades e Estados têm interesse em sediar esses eventos⁴⁸. Há, todavia, certa lacuna no que diz respeito ao inverso: por que megaeventos precisam de cidades e Estados? Essa lacuna talvez exista por que a resposta a essa pergunta é, de certa maneira, óbvia: megaeventos precisam de lugares para existirem concretamente, pois nada existe fora do espaço. Mas, ainda assim, por que lugares são tão fundamentais para megaeventos? A resposta que ofereço a essa pergunta é a seguinte: *o modelo de negócios que possibilita megaeventos demanda a materialidade socioespacial de cidades e institucional dos Estados para existirem concretamente*. É no momento em que o modelo de negócios passa a orientar processos de transformação socioespacial que megaeventos passam a existir de fato.

Como visto acima nesse capítulo, na perspectiva lefebvriana, pode-se definir a noção de *materialidade* a partir da interação recíproca e co-constitutiva entre a dimensão física e social no processo de produção espacial. No que diz respeito aos espaços urbanos, tão fundamentais para megaeventos, da perspectiva lefebvriana – embebida na tradição do pensamento marxista, que, como visto no capítulo 1, entende a materialidade produtiva do capital como um conjunto de relações sociais funcionalizadas e adequadas à lógica da propriedade privada e da acumulação (MARX, 1990; 2011) – relações sociais são tão constitutivas da materialidade do espaço urbano como são seus elementos físicos. Materialidade é, portanto, conceito sociomaterial.

Espaços inerente e demasiadamente humanos, cidades são espaços de encontros e confluência entre múltiplas diferenças. São, portanto, espaços de diversidade e multiplicidade por definição (LEFEBVRE, 2003). Como tal, são espaços de grande concentração e amplificação das capacidades humanas de

⁴⁸ Como veremos adiante, analisando artigo de Black e Westhuizen (2004), pode-se dizer que as razões pelas quais cidades e Estados buscam sediar esses eventos podem ser agrupadas entre *desenvolvimentistas*, *identitárias* ou relacionadas à *busca por poder e influência internacional*.

realização social e física, demonstrando claramente a grande capacidade dessa espécie de se organizar em grupos que reúnem centenas, por vezes milhares, de seus indivíduos em atividades conjuntas, coordenadas e de alta complexidade. Por fim, dada a soma de todas essas características, cidades são espaços definidores da vida contemporânea em todas suas dimensões e lógicas (HACKWORTH, 2007). No que diz respeito à lógica capitalista, fundamental para a compreensão da contemporaneidade, cidades são espaços de acumulação, propícios para se adequarem a modos de produção distintos (HARVEY, 1992), sendo espaços fundamentais para a instalação do capitalismo como lógica sócioprodutiva hegemônica. Por essas razões, espaços urbanos são absolutamente fundamentais para a existência de megaeventos, pois é dessa capacidade sóciomaterial, dessa materialidade concentrada e amplificada nas cidades que esses eventos se alimentam.

Para que o modelo de negócios característico de megaeventos possa existir concretamente, para que todas as variáveis elementares possam se somar, e para que o público e o privado se associem, demanda-se a absorção de ambas dimensões, social e física, que constituem a materialidade dos espaços urbanos. Como veremos adiante, na seção seguinte, sem a materialidade das cidades o modelo de negócios que possibilita megaeventos não passa de uma boa ideia, de uma potência latente, uma virtualidade. Quando, todavia, essa ideia se projeta na materialidade do espaço urbano, ela passa a existir concretamente. Assim, *se o modelo de negócios é condição de possibilidade para megaeventos, o espaço urbano é condição para sua existência.*

Mas, faz-se absolutamente necessário frisar, além da materialidade dos espaços urbanos, megaeventos dependem também da materialidade institucional dos Estados. Ainda, todavia, que espaços urbanos sejam fundamentais para megaeventos, devido a sua pujança e capacidades de acumulação, sem o aparato institucional de Estados megaeventos também não encontram condições de existir concretamente. Se o espaço da cidade oferece a dimensão física e social que megaeventos demandam para existir, os Estados oferecem o aparato institucional necessário para conferir, por meio de leis e regulamentações territoriais, as garantias necessárias para que o aspecto da exclusividade, central para o modelo de negócios, seja respeitado e assegurado.

A força da lei é a força das instituições estatais. Assim, se para cidades a materialidade se expressa na pujança e dinamismo de suas dimensões física e social, no que diz respeito aos Estados, seu poder institucional, sua institucionalidade, é sua materialidade. O Estado não existe para além de sua territorialidade institucional, fora dele é pura virtualidade, não existe concretamente. Não há Estados sem território, assim como não há território sem Estado. E território, como ensina John Agnew (2005; 2009), é um modo de espacialidade que se define por dinâmicas específicas de exercício de poder e autoridade. A lógica da territorialidade, do poder territorial, é o que define e possibilita que Estados existam concretamente. E essa lógica se concretiza por meio de um aparato institucional capaz de se impor como soberano sobre uma porção delimitada contínua e linearmente de espaço, o território.

Sem materialidade urbana e estatal megaeventos não passam de uma mera possibilidade. Pois, da mesma forma que o modelo de negócios que possibilita megaeventos depende das dimensões física e social dos espaços urbanos, depende também de um ambiente institucional estável e forte o suficiente para garantir todas as exclusividades contratuais entre os parceiros privados. Assim, independente do quão forte e atraente seja seu modelo de negócios, megaeventos não existem sem soberania e território, da mesma forma que não existe sem cidades. Para concretizarem sua existência, megaeventos precisam de espaços – urbano e estatal. Por isso digo que *megaeventos só existem quando são produzidos espacialmente*, tanto na dimensão supraterritorial de seu modelo de negócios, quanto na dimensão territorial de sua projeção na materialidade dos espaços urbanos e estatais. Mas como se dá esse processo de espacialização?

Parte II – Megaeventos

4. Da virtualização

4.1. Das variações entre possibilidades

Seguindo a esquemática apresentada no capítulo anterior, a primeira fase do processo de realização espacial de um megaevento é a da virtualização. Essa é a fase do planejamento, na qual elabora-se o modelo de negócios que informa e possibilita megaeventos. O termo virtualização se aplica, pois, nessa fase, o modelo de negócios existe enquanto virtualidade de alcance supraterritorial. Enquanto virtualidade, o modelo de negócios é ainda pura abstração e não existe concretamente. Sua materialidade expressa-se somente nas associações e articulações entre partes interessadas em explorar econômica e comercialmente a pujança e apelo do megaevento. Assim, contratos e acordos entre múltiplas partes, em si virtualidades, constituem a materialidade dessa primeira fase.

Como vimos a partir das formulações de Rob Shields (2003), a noção de virtualidade remete à qualidade daquilo que é virtual, mas não atual, e que, portanto, existe enquanto possibilidade, mas não como realidade concreta, como atualidade. Como explica Shields (2003),

The possible is that which does not really exist, but could to various extents. At one extreme is the absolutely abstract, and an ideal which, properly speaking, has no existence, but rather only possibility. Closer to home is the probable, such as the likelihood of rain in the weather forecast. *The probable is an 'actual possibility'*. (SHIELDS, 2003, p. 25) (meus itálicos)

Como já argumentado, o modelo de negócios é condição de possibilidade para megaeventos, ou seja, é aquilo que o torna possível. A consolidação desse modelo de negócios constitui o cerne da fase da virtualização do processo de espacialização de megaeventos. Pois o modelo de negócios é a virtualidade que certifica que esse tipo de evento é possível, mas ainda não garante, de fato, sua existência material para além dos contratos e acordos estabelecidos entre diferentes partes em torno do modelo de negócios.

Todavia, como veremos adiante, ao longo da fase da virtualização, megaeventos passam de *mera possibilidade* para *possibilidade atual* (SHIELDS, 2003). Ou seja, tornam-se prováveis. Mas, mesmo enquanto probabilidade, mesmo existindo enquanto possibilidade atual, ao longo dessa fase, sua existência concreta ainda não está, de fato, completamente assegurada. Na fase da virtualização, consolidam-se os elementos que farão com que megaeventos possam vir a existir, mas sua existência concreta só é garantida na fase seguinte, da atualização, quando a virtualidade é atualizada na materialidade dos espaços estatais e urbanos, fazendo com que a materialidade dos contratos assinados na fase da virtualização passem a existir na forma de leis, garantidas pela institucionalidade do estado, e na forma de organização concreta e social do espaço das cidades.

Ao analisarmos a fase da virtualização do processo de espacialização de megaeventos, estamos diante de um processo dotado de complexidade própria, ao longo do qual megaeventos passam de mera possibilidade para algo provável, mais próximo de se realizarem concretamente. Essa passagem de uma mera possibilidade para uma possibilidade atual (SHIELDS, 2003), consolida-se no bojo dessa virtualidade, do modelo de negócios, pois é a partir dele que se estabelecem os termos que possibilitam que vários atores, privados e públicos, encontrem objetivos comuns para somar suas capacidades, recursos e interesses na realização concreta desses objetivos. A associação entre múltiplos atores é o momento preciso no qual megaeventos tornam-se possibilidade atual (SHIELDS, 2003).

Para melhor analisar a fase da virtualização, proponho dividi-la em duas etapas distintas, porém complementares e igualmente necessárias: *elaboração* e *associação*. É na sequência da primeira para a segunda etapa que megaeventos passam de mera possibilidade para probabilidade, ou, nos termos de Shields (2003), possibilidade atual. A primeira etapa, da elaboração, é assim denominada, pois nela são elaborados dois elementos fundamentais do modelo de negócios: a *modalidade commodificada* e o *megaevento enquanto marca*. Esta etapa antecede a da associação, pois é nelas que se encontram os termos iniciais que tornam possível a associação das múltiplas partes interessadas – públicas e privadas – em

explorar as potencialidades econômicas e comerciais que derivam do modelo de negócios.

Na segunda etapa, a da associação, quando esses termos já estão estabelecidos, múltiplas partes interessadas se associam, passando a atuar em conjunto para a realização do megaevento. Ou seja, a primeira etapa consiste em elaborar as bases que possibilitam atrair parceiros e sócios, que, atuando em conjunto, fazem do modelo de negócios uma potência latente, porém provável. Como dito, é na passagem da primeira para a segunda etapa que megaeventos passam de mera possibilidade para possibilidade atual (SHIELDS, 2003), galgando posição no *degrade processual* que caracteriza o processo da espacialização. Passemos, então, a análise de cada uma das etapas da fase da virtualização

4.2. Elaboração, ou do modelo de negócios

4.2.1. Comodificação da modalidade

Comodificação diz respeito ao processo de conversão de algo em mercadoria a ser vendida em ambiente de mercado (SEWART, 1987). Música, religião, esporte ou qualquer outra modalidade não são dotadas, necessariamente e naturalmente, de poderes e apelos de ordem comercial ou econômico. Nada é naturalmente vendável. Toda mercadoria tem de ser produzida enquanto tal. Comodificação é, portanto, processo artificial. E é justamente na sua artificialidade que reside a importância dessa da etapa da elaboração, pois, como dito acima nesse capítulo, a comodificação da modalidade esportiva é processo por meio do qual os apelos e poderes originais dessas modalidades são convertidos em potencialidades comerciais e econômicas, passíveis de serem exploradas como forma de gerar receitas, lucros e dividendos.

Esse é o passo inicial e mais elementar para a produção espacial de um megaevento. É onde tudo começa. O efeito prático e fundamental do processo da comodificação é fazer com que o *valor de uso* da modalidade esportiva seja

convertido em *valor de troca*. No nível mais abstrato, comodificação é processo por meio do qual coisas qualitativamente diferentes são feitas equivalentes (MOOR, 2007). Comodificação é, então, processo reducionista, no qual o diferente é convertido em valor de troca, fazendo da coisa comodificada algo vendável ou negociável. Tudo que antes era peculiar e próprio da coisa em si é reduzido e canalizado em poder e apelo comercial e econômico. Como diz John Scott, o processo da comodificação “tem a tendência de expor todos os aspectos da vida ao intercâmbio e à arbitragem comerciais” (SCOTT, 2010, p. 38).

Partindo desse ponto de vista, compreendo comodificação como processo de *canalização sinérgica*⁴⁹. Quando uma coisa é comodificada ela adquire valor de troca em termos matemáticos, podendo ser medida e precificada. Isso possibilita que planejamentos sejam feitos para trocá-la por outras coisas valorosas ou simplesmente por valores, por lucro. A coisa comodificada torna-se um objeto para investimentos com objetivo de transformar o excedente em lucro, torna-se um objeto produtor e reproduzidor das *laws of motion* do capital. Essa capacidade de canalização sinérgica é fundamental, pois ao tornar a coisa mensurável e precificável, seu apelo dramático, caso a coisa o tenha antes de ser comodificada, passa a ser passível de ser medida em termos de valor de troca.

Esse aspecto é fundamental para a existência de megaeventos, pois, dada sua relação intrínseca com a lógica capitalista, garante o caráter dramático (ROCHE, 2000) característico e necessário para a realização do espetáculo megaevento. É justamente esse caráter dramático que vai balizar o quanto vale a modalidade comodificada. Quanto menos a dramaticidade da coisa comodificada puder ser convertido em apelo comercial, menor será seu valor de troca e, conseqüentemente, menor será sua capacidade sinérgica de atração de sócios e partes interessadas em se somar a empreitada de organizar um evento de largas proporções.

Mensurável e precificável, a coisa comodificada torna-se ainda mais atraente de ser explorada, pois, seu valor pode ser espalhado, dispersado,

⁴⁹ No Houaiss, *sinergia* é definida da seguinte maneira: 1- ação associada de dois ou mais órgãos, sistemas ou elementos anatômicos ou biológicos, cujo resultado seja a execução de um movimento ou a realização de uma função orgânica. 2- ação ou esforço simultâneos; cooperação, coesão; trabalho ou operação associados.

multiplicado, transformado em benefícios outros, aumentando seu valor de troca e a tornando mais atraente, mais sinérgica, fazendo com que múltiplos atores, com múltiplos interesses, capacidades e recursos se associem ao proprietário da coisa de modo a amplificar e aumentar seu valor e somá-lo a seu próprio valor, à suas próprias coisas, ao seu próprio negócio. Essa capacidade de canalização sinérgica rapidamente se converte, portanto, em potência de associação, o que é, como veremos adiante ainda nesse capítulo, fundamental para a segunda etapa da virtualização, a da associação. Sem alguma dessa capacidade sinérgica de atração, commodities não são capazes de vender a si mesmo, não são capazes de multiplicar seu valor de troca, de produzir lucro. Não servem para o capital, pois não mantém suas laws of motion em andamento.

Megaeventos, todavia, têm bastante dessa capacidade. Pois esse tipo de evento, como nota Maurice Roche (2000) são, por definição, eventos de larga escala, com grande potencial dramático e com significância internacional. Em outras palavras, megaeventos são espetáculos fabulosos, capazes de mobilizar, atrair e comover centenas de milhares de pessoas de várias partes do mundo ao mesmo tempo. Por definição, esse tipo de evento é uma plataforma formidável para a amplificação e intensificação dos poderes comerciais de praticamente qualquer commodity que possa funcionar como espetáculo. Por isso, quando explorada em um megaevento, os poderes e apelos comerciais da modalidade – que são a forma comodificada de seus poderes e apelos originais, não necessariamente vendáveis – são amplificados e intensificados. A commodity torna-se ainda mais valiosa, mais atraente, mais sinérgica.

Mas comodificação da modalidade ainda não diz respeito ao megaevento em si. Pelo contrário, o foco dessa etapa é a modalidade a ser exposta no espetáculo. Ainda que essa etapa seja de fundamental importância para a realização concreta do megaevento, ela é anterior ao megaevento. Pois a importância da comodificação da modalidade está para além do megaevento em si, já que uma vez que os apelos e poderes originais da modalidade são convertidas em potencialidades comerciais e econômicas, essa modalidade pode ser explorada das mais diversas formas e estratégias, não se limitando somente a espetáculos na forma de megaeventos.

Especificamente para megaeventos esportivos, o processo da comodificação consiste em transformar práticas esportivas em mercadorias a serem vendidas em um ambiente de mercado com contratos de exclusividade. Como acontece com toda mercadoria, são necessários a garantia da propriedade privada e a configuração de regras de troca, ou seja, de um mercado. O esporte comodificado depende de ambos, garantia da propriedade privada e de mercado, para atrair compradores e parceiros que ajudem a vendê-la e lucrem com sua venda. Para torná-la vendável e atraente, então, o operador da commodity esportiva lança mão dos poderes e apelos originais e anteriores a comodificação. E talvez seja essa a razão pela qual megaeventos esportivos são os mais emblemáticos e também o mais lucrativos dos vários tipos possíveis de megaeventos. Pois seu poder comercial se alimenta do gigantesco apelo que esporte exerce em bilhões de pessoas em praticamente todo o Mundo. Ainda que essa tese compartilhe do ponto de vista de que megaeventos não se resumem somente aos esportivos, partir desse ponto, reduzirei o escopo da análise somente ao que diz respeito a megaeventos esportivos.

Como demonstram Huizinga (1955) e Weiss (1969), esporte é acontecimento social⁵⁰ com forte apelo intersubjetivo e dotado de grande capacidade de estabelecer formas de comunicação simbólica e de criar e consolidar vínculos sociais⁵¹. Por essas razões, o esporte é frequentemente identificado como fenômeno moral e ético, assim como dramático e estético, e apresentado como poderoso meio para a construção de sociedades pautadas em práticas coletivas, na qual indivíduos, ainda que em ambiente de competição, têm de se engajar em atividades de cooperação e aprender a atuar em equipe, sublimando impulsos e desejos egoísticos.

Não obstante toda sua significância na construção de coletividade e sociedades, comodificado, o esporte tem parte de suas características e apelos

⁵⁰ É importante frisar aqui que essa tese não tem como objetivo se debruçar sobre as dimensões sociais ou políticas da prática esportiva. O que interessa para os fins dessa tese é o processo da comodificação da prática esportiva como um movimento fundamental para concretização do modelo de negócios que possibilita e orienta a realização de megaeventos esportivos.

⁵¹ Psicólogos como Jean Piaget (1932), por exemplo, consideram jogos infantis como uma das ferramentas mais poderosas e cruciais para o desenvolvimento de aptidões sociais, assim como para a consolidação de personalidades mais integradas ao meio coletivo na qual vivem.

originários adequadas a certos padrões técnicos e mercadológicos. Como argumenta Sewart,

(...) the social hegemony of the commodity form is apparent as the practice of sport is shaped and dominated by the values and instrumentalities of a market ethic. (...) the idealized model of sport, along with its traditional ritualistic meanings, metaphysical aura, and skill democracy is destroyed as sport becomes just another item to be trafficked as a commodity. (...) the commodification of sport is evidenced in the following arenas: (1) changes in rules, format and scheduling; (2) the abandonment of the ethic of skill democracy (it's not who you know but what you do); and (3) the inclination to spectacle and theatrically. (SEWART, 1987, p. 172, 173)

Potencialidade moral, ética e de socialização não são mensuráveis ou precificáveis. A priori, essas potencialidades não têm valor de troca, mas valor de uso. Conceito subjetivo e pessoal, valor de uso não é facilmente medido ou precificado, pelo menos não para além das características e apelos abstratos e emocionais que só fazem sentido para quem, de fato, se engaja no uso. Por outro lado, algo que tem valor de troca, pode e deve ser completamente medido e precificado, pois é somente dessa maneira que se estabelece o quanto esse objeto vale no mercado. No que diz respeito ao esporte e sua comodificação, seu valor de troca é medido e precificado por meio de contratos de transmissão e marketing (BELLAMY JR., 2006).

A comodificação da modalidade ressalta ainda outro importante aspecto do modelo de negócios que possibilita megaeventos. Ainda que esse modelo seja desenhado especificamente para a realização desse tipo de espetáculo, ele não é dotado de lógica própria. A lógica que o informa é aquela do capital, a mesma que sustenta as *laws of motion* ou que faz caminhar o moinho satânico do qual falou Polanyi (1980). A força e capacidade de realização desse modelo reside na força do próprio capital. O que esse modelo de negócios faz, em termos lefebvrianos, é conferir à lógica capitalista a possibilidade de se projetar como elemento formal sobre um conteúdo espacial concreto.

Antes, todavia, de nos movermos para a próxima seção, na qual será analisada a segunda ramificação da etapa da elaboração, quando megaevento é transformado em marca, faz-se necessário ressaltar dois fatores que precedem e possibilitam a comodificação do esporte, assim como a conversão do megaevento

em marca, e que são fundamentais para a elaboração do modelo de negócios a partir da lógica do capital. Em primeiro lugar, é necessário uma *organização capaz de regular as trocas*, que controle todos os aspectos da atividade esportiva, dentro e fora de campo. Essa organização é quem opera e explora os negócios e associações que se dão em função da commodity esportiva. Em segundo lugar, faz-se igualmente necessário a *profissionalização da prática esportiva* e a criação de campeonatos regulares e sazonais, de escala nacional e regional. Começamos pelo segundo ponto.

Tanto a profissionalização quanto a existência de um calendário de campeonatos é importante para manter a atividade comercial esportiva contínua, capilarizar o poder comercial e econômico da commodity esportiva e tornar sua exploração mais otimizada, estável e, de alguma forma, previsível e planejável. Além disso, esses dois fatores aumentam a atração sinérgica da commodity. Campeonatos sazonais fazem do espetáculo do esporte parte da repetição do cotidiano. Isso aumenta o número de pessoas que acompanha e assiste constantemente esses campeonatos, fazendo com que se abra uma janela de oportunidades para a articulação entre mídia e esporte, uma vez que o esporte passa a ocupar espaço constante na grade de programação. Como veremos, a união entre esporte e mídia é central para a etapa da associação. Roger Noll (2003), da Universidade de Stanford, sumariza os benefícios derivados da organização continuada de campeonatos profissionais, como ligas da seguinte forma:

Leagues create the opportunity to market a game as both the contest itself and one of a series that leads to a championship. Because the quest for championship generates fan interest, league matches leading to a championship are covered more exclusively by the media, which thereby provide free promotion. Leagues also reduce transactions costs by enabling teams to coordinate scheduling, rather than relying on a series of bilateral contests. (NOLL, 2003, p. 532)

4.2.2.

Estrutura de poder e autoridade: analisando a FIFA

Organizações esportivas, como, por exemplo, a FIFA, que controla o futebol, e o COI, que controla os jogos olímpicos, detêm o poder de regulamentar

toda e qualquer atividade que envolva os esportes que elas representam e controlam. A existência dessas organizações faz com que todo e qualquer negócio que envolva práticas esportivas sejam concentradas nas mãos de um só ator, no caso a organização que detém controle e autoridade sobre o esporte. Nesse cenário, as negociações e fechamentos de contratos encontram caminhos mais otimizados e facilitados para ocorrerem, uma vez que aqueles interessados em explorar a commodity esportiva sabem exatamente com quem devem se relacionar e a quem devem se associar.

A existência desse tipo de organização, que monopoliza o poder e autoridade sobre tudo que diz respeito à commodity esportiva é de fundamental importância também devido ao fato de que essa organização é capaz de assegurar o alcance global do megaevento, fazendo com que esse tipo de evento possa se replicar em pontos diversos do Mundo. Organizações esportivas como COI e FIFA são estruturas de poder e autoridade cujo alcance é supraterritorial, ou seja, atravessa e se projeta sobre espaços territoriais, podendo, de uma forma ou de outra, operar dentro de vários territórios ao mesmo tempo.

Enquanto Estados exercem seu poderes despóticos e infraestruturais⁵² (MANN, 1994) sobre uma porção específica e circunscrita de espaço, o seu

⁵² Mann (1994) identifica dois tipos de poder característicos do Estado: o *poder despótico* e o *poder infraestrutural*. O primeiro, nas palavras do autor, diz respeito a “*the range of actions which the elite is empowered to undertake without routine, institutionalized negotiation with civil society groups*” (MANN, 1994, p. 5). Esse primeiro tipo de poder remete a um tipo de autoridade que se expressa e se projeta vertical e centripetamente. O segundo, o *poder infraestrutural*, é aquele por meio do qual o Estado penetra na vida social como instância fomentadora e empoderadora, mas também mediadora. Nas palavras do autor: “(...) there is a second sense in which people talk of “the power of the state”, especially in today’s capitalist democracies. We might term this *infrastructural power*, the capacity of the state to actually penetrate civil society, and to implement logistically political decisions throughout the realm. (...) The growth of the infrastructural power of the state is one in the logistics of political control. I will not here enumerate its main historical phases. Instead, I give examples of some logistical techniques which have aided effective state penetration of social life, each of which has had a long historical development.

- i. A division of labour between the state’s main activities which is coordinated centrally. (...)
- ii. Literacy, enabling stabilized messages to be transmitted through the state’s territories by its agents, and enabling legal responsibilities to be codified and stored. (...)
- iii. Coinage, and weights and measures, allowing commodities to be exchanged under an ultimate guarantee of value by the state.
- iv. Rapidity of communication of messages and of transport of people and resources through improved roads, ships, telegraphy, etc. (MANN, 1994, p. 5 - 9)

território, FIFA e COI não veem seus poderes e autoridade limitado a um território ou outro. Diferente de estruturas territoriais, soberanas sobre um pedaço de chão, estruturas supraterritoriais como FIFA e COI não tem chão próprio, elas não são dotadas de soberania territorial, ainda que, de certa forma, sejam soberanas sobre as modalidades esportivas que controlam. Modalidades esportivas, todavia, não são elementos tangíveis, pelo contrário, sua força reside no fato de serem intangíveis, o que os permitem fluir e serem praticadas em praticamente qualquer lugar do globo e faz com que seu apelo não comercial possa ser comodificado também em praticamente qualquer lugar do globo.

Dado que o apelo do esporte atravessa qualquer fronteira territorial, o poder e autoridade dessas organizações também pode vir a atravessar fronteiras territoriais. Pensemos, por exemplo, a FIFA e seu poder sobre o futebol. A *Fédération Internationale de Football Association*, ou FIFA, foi fundada em 1904 e é o órgão supraterritorial que governa a prática competitiva do futebol em todo o Mundo. Já no seu estatuto, a FIFA clama para si todo e qualquer poder e autoridade sobre absolutamente tudo que diz respeito à prática amadora e profissional do futebol. À FIFA cabe “controlar o futebol tomando as medidas que julgar necessárias ou aconselháveis para impedir infrações aos estatutos ou regulamentações” (FIFA, 2012, p. s/p); decidir sobre a escolha de seus membros – federações nacionais que também se organizam em federações regionais e continentais; implementar padrões técnicos a respeito da transmissão midiática dos jogos; estabelecer idiomas oficiais; organizar competições internacionais, entre elas a *Copa do Mundo da FIFA*; estabelecer padrões para suspensões e expulsões de jogadores e membros; controlar o status e o processo de compra e venda de jogadores, atuando, então, como reguladora de um mercado de jogadores profissionais; e, por último, mas não menos importante, criar as regras do jogo.

No período em que foi fundada, a FIFA contava com apenas sete membros, nos dias de hoje representa 209 associações nacionais de futebol, 17 membros a mais do que a Organização das Nações Unidas. As federações nacionais se organizam em seis confederações, uma para cada continente, são elas: Confederação Asiática de Futebol – AFC; Confederação Africana de Futebol – CAF; Confederação da América do Norte, Central e Caribe de Futebol – CONCACAF; Confederação Sul-americana de Futebol – CONMEBOL;

Confederação de Futebol da Oceania – OFC; e a União das Associações Europeias de Futebol – UEFA.

Ao mesmo tempo em que os interesses e padrões de governança do mundo do futebol são decididos no concerto dessas federações e confederações nacionais e, portanto, territoriais, esse concerto se dá no interior do alcance supraterritorial da FIFA, mais especificamente nos seus congressos anuais⁵³. Partes fundamentais da estrutura de poder e autoridade supraterritorial da FIFA, essas federações e confederações funcionam como organizações guarda-chuvas, representando e fazendo valer as decisões e parâmetros construídos na FIFA dentro dos territórios em que atua. Assim, ainda que seja sediada em Zurique, Suíça, e, por isso, deva se adequar aos imperativos legais daquele país (FIFA, 2012), a FIFA não deve ser compreendida como uma entidade suíça, mas sim como uma entidade global e supraterritorial, já que sua estrutura de autoridade é constituída por e difundida em mais de duas dezenas de países espalhados por todos os continentes, atravessando, portanto, fronteiras territoriais e sendo capaz de se projetar como poder e autoridade dentro delas.

Futebol é hoje um dos esportes mais lucrativos, rentáveis e praticados em todo o mundo. Por isso, certos autores, como Giulianotti e Robertson (2004), argumentam que já não é mais possível compreendê-lo como uma prática esportiva simplesmente, e sim como um negócio capaz de mobilizar bilhões de dólares, assim como diversos atores e interesses, privados e públicos. Sendo a principal autoridade a regulamentar sua atividade não só dentro de campo, mas também fora dele, a FIFA se mostra como um poderoso ator político e econômico, capaz de exercer influência e autoridade sobre investidores e Estados, tanto no que diz respeito à prática de futebol dentro de territórios nacionais, quanto aos limites e regulamentações das atividades e transações econômicas inerentes ao mundo bilionário do esporte⁵⁴.

⁵³ O congresso da FIFA é composto pelos seus 209 membros. Sua periodicidade é anual e objetivo é decidir sobre alterações de regras, aprovar o relatório e as contas anuais, assim como manter a legitimidade do estatuto que norteia e limita a própria atividade da FIFA. Além disso, a cada quatro anos, o presidente da FIFA é eleito, ou reeleito, nos congressos.

⁵⁴ Dois casos evidenciam o poder de influência e controle da FIFA tanto sobre atores privados quanto sobre Estados. Recentemente, o presidente da FIFA, Joseph Blatter, anunciou a proibição da participação investidores os direitos econômicos de jogadores de futebol. A medida, segundo o jornal Estado de São Paulo, deve ter um impacto na ordem de US\$360 milhões por ano no mercado de transferência de jogadores. Da mesma forma, em julho de 2014, a FIFA suspendeu a

Uma vez que Estados crescentemente percebem competições esportivas, como a Copa do Mundo da FIFA e as Olimpíadas, como oportunidades para aumentar a quantidade de capital e investimentos que fluem pelo seu território (BLACK e VAN DER WESTHUIZEN, 2004), é essencial, de seu ponto de vista, manter uma relação de proximidade e sincronia com a FIFA. Pois, enquanto principal organizadora da maior competição global de futebol, a FIFA desempenha a importante função de escolher quais países terão o direito, mas também a responsabilidade, de receber a Copa. Ou seja, cabe a ela decidir pra onde fluirá o capital que acompanha e se produz com a organização e realização da Copa. Da mesma forma, a FIFA decide também seus parceiros privados. Ou seja, além de autoridade sobre o jogo de futebol em si e sobre suas dinâmicas de contratação e investimento, a FIFA também exerce poder ao escolher quem pode se associar à marca e utilizar a força e a escala da Copa do Mundo para, através dela, projetar seus interesses e desempenhar suas atividades econômicas em todo o globo.

Logo, a FIFA se mostra, ao mesmo tempo, como um *agente* e como uma *arena* para encaixes entre interesses e estruturas de poder públicos e privados. Como arena a FIFA se apresenta como uma organização internacional vazada por interesses de múltiplas partes interessadas ao passo que, como agente, a FIFA opera como um ente supranacional e supraterritorial. Além disso, a FIFA é um agente pois tem poder decisório sobre todas as dimensões da organização e realização da Copa e do mundo do futebol como um todo. É também uma arena, pois, dentro de seus limites estatutários e da convergência de interesses e agendas de seus membros, a organização estrutura um cenário estável e atrativo tanto para a iniciativa privada quanto para autoridades públicas se associarem a partir dela⁵⁵.

Federação Nigeriana de Futebol com base no Artigo 13 de seu estatuto, que prevê que seus membros associados devem tratar de suas atividades sem a interferência de terceiros, o que inclui, também, os governos dos países nos quais esses membros estão baseados. Com base nesse Artigo, a FIFA entendeu que o governo nigeriano, ao impor sanções e limitar a autoridade do presidente e do comitê executivo da Federação Nigeriana de Futebol, estava ingerindo sobre assuntos que estão além do poder soberano de qualquer Estado.

⁵⁵ O estádio de futebol é uma imagem interessante desse papel de arena que a FIFA desempenha. Para cumprir com os parâmetros e padrões técnicos informados pela FIFA para a organização da Copa do Mundo, estádios, na sua grande maioria, têm de passar por sérias e profundas adaptações e reformas, ou até mesmo serem construídos do zero. A construção desses estádios – que cada vez com mais frequência são chamados de *arenas* – é possibilitada pela aproximação entre atores privados e públicos, nas chamadas parcerias público-privadas, nas quais grandes empreiteiras se associam a Estados para a execução conjunta de grandes obras. Uma vez prontos, as atividades

No entanto, mesmo munida de tanto poder e autoridade supraterritorial, a FIFA, sozinha ou até mesmo acompanhada de seus parceiros comerciais, não é capaz de organizar e realizar um evento tão gigantesco e impactante como a Copa do Mundo. Sem o poder e autoridade territorial dos Estados não há Copa. Pois futebol precisa de chão e gravidade para que a bola possa correr e o jogo acontecer, o que faz com que, necessariamente, a FIFA tenha de associar sua estrutura supraterritorial à estruturas territoriais. Por isso, também, escolhi megaeventos esportivos para aplicar o vocabulário e instrumental teórico desenvolvido e discutido na primeira parte desta tese. Pois talvez não haja nenhum outro evento ou processo socioespacial em todo o Mundo contemporâneo que deixe mais claro a imbricação entre o Mundo e os mundos.

A autoridade supraterritorial da FIFA, e de outras federações e organizações esportivas, como o COI, é tão grande que a União Europeia as considera como entidades quasi-públicas, e como consequência argumenta que elas deveriam se submeter a princípios como separação de poderes, transparência e democracia (PIETH, HELLER e HANDSCHIN, 2011). Se o Mundo internacional caracteriza-se pela anarquia estrutural, ou seja, pela ausência de um poder soberano que se sobreponha como autoridade sobre Estados soberanos, não se pode dizer o mesmo sobre o Mundo do futebol: a FIFA é a autoridade suprema sobre tudo que diz respeito ao Mundo do futebol.

Não há anarquia no Mundo do futebol, pelo contrário, há soberania. No entanto, não é o mesmo tipo de soberania territorial que caracteriza o Mundo internacional. Pode-se dizer que a FIFA exerce um tipo de *soberania efetiva*. Como argumenta John Agnew, o conceito da soberania não diz respeito, exclusivamente, pelo menos, a um tipo de poder que se projeta territorialmente. Nas suas palavras,

(...) the conceptual connection between sovereignty and state territoriality has enjoyed limited systematic analysis. Implicit in all claims about state sovereignty as the quintessential form taken by political authority are associated claims about distinguishing a strictly bounded territory from an external world and thus fixing the territorial scope of sovereignty. Territoriality, the use of territory for political,

econômicas desempenhadas no seu interior devem passar pelo crivo jurídico e institucional do Estado, que as legitima na ordem da lei, e também da FIFA, que, como proprietária da marca Copa do Mundo, detém a prerrogativa de escolher quais empresas podem operar.

social and economic ends, is widely seen as a largely successful strategy for establishing the exclusive jurisdiction implied by state sovereignty.

But *effective sovereignty* is not necessarily so neatly territorialized. In a landmark essay on sovereignty and territoriality, Murphy distinguishes between de jure (legal) and de facto sovereignty to make this point. This distinction, however, necessarily implies that there actually is a pure de jure sovereignty from which de facto sovereignty is a lapse or anomaly. My claim is that de facto sovereignty is all there is when power is seen as circulating and available rather than locked into a single centralized site such as ‘the state’. (AGNEW, 2009, p. 6, 7) (itálicos do autor)

Se na organização de uma Copa do Mundo o Estado é soberano sobre o seu espaço territorial, cabendo a ele legitimar e regular, por meio de seu poder legal, o processo de organização e realização desse campeonato, a FIFA é soberana sobre o futebol comodificado, cabendo a ela informar quem pode, de fato, se associar a ela e como explorar os poderes comerciais e valores de troca da commodity. Vem à tona, então, uma tensão fundamental no que diz respeito ao equilíbrio e sobreposição desses poderes soberanos: dado que o Estado é soberano sobre seu espaço territorial, cabe a ele indicar os limites e regular as atividades que se desenrolam no contexto da organização e realização da Copa do Mundo? Ou essa função cabe à FIFA, uma vez que ela exerce soberania efetiva sobre tudo que diz respeito ao Mundo do futebol? Esse é um ponto de tensão de extrema importância para a compreensão das dinâmicas de tensão e fricção que derivam dessa imbricação entre o Mundo do futebol, no qual a soberana é a FIFA, e o mundo territorial dos Estados, no qual soberano é o próprio Estado. Retomarei essa discussão no capítulo seguinte, pois o momento exato da imbricação entre a supraterritorialidade da FIFA e a territorialidade dos Estados é etapa da fase da atualização.

4.2.3. Megaevento como marca

Nesse momento da etapa da elaboração, o megaevento passa a existir como marca, ou seja, como propriedade intelectual privada a ser explorada e controlada só por aquele ou aqueles que a detém. Ainda que o objeto dessa ramificação seja diferente do primeiro, uma vez que a comodificação diz respeito à modalidade a

ser praticada no megaevento e não ao megaevento em si, enquanto o segundo ao evento em si, a transformação do megaevento em marca é, de certa forma, processo análogo a comodificação da modalidade esportiva. Pois se a comodificação transforma a modalidade em mercadoria, a transformação do evento em marca faz do próprio megaevento uma mercadoria. A lógica central que informa a ambos é a mesma: aquela da propriedade privada como forma de acumulação.

A conversão do megaevento em marca é etapa fundamental da fase da virtualização, pois marcas são, por definição, virtualidades (BERRY, 2009; GUTZMER, 2014). Marcas não existem enquanto elemento tangível, concreto ou material, mas sim como um conjunto de convenções legais que existem na forma de propriedade intelectual privada (COOMBE, 1998). A virtualidade de uma marca, argumenta Alexander Gutzmer (2014) na mesma chave analítica de Shields (2003), não deve ser entendida em contraste com o real ou material, mas com o atual e concreto. Enquanto virtualidades, marcas são reais, mas não atuais. Por isso, são dotadas de grande capacidade de atualização material, algo que se dá quando sua virtualidade é atualizada em materialidade financeira, gerando lucros e dividendos.

Dito de outra forma, elemento virtual e intangível, marcas são bens dotados de grande valor de troca, e isso deriva diretamente de sua virtualidade. Pois, uma vez que não são concretas e materiais, marcas não demandam, necessariamente, a existência de um conjunto infraestrutural para sustentar sua existência. Marcas, como argumenta Gutzmer (2014), vivem da recepção daqueles que a percebem. E percepção é algo que se dá no limiar entre real e atual, subjetivo e objetivo, sem necessariamente depender de elementos físicos. A força dessa percepção é a força da marca que, por sua vez, é o que define seu valor de troca. Ou seja, a percepção é o que define o quanto essa marca pode gerar de lucros e dividendos quando atualizada em meios materiais.

Essa potencialidade virtual, porém real de uma marca fica evidenciada, por exemplo, no comentário de um executivo sênior da Coca-Cola, que, em entrevista a Rosemary J. Coombe (1998, p. 318), chama atenção para o fato de que por mais que a companhia perca todas suas propriedades tangíveis, suas fábricas e conjunto de infraestrutura global, os associados da Coca-Cola poderiam entrar em um

banco e receber créditos suficientemente grandes para abrir ou reabrir qualquer negócio em qualquer lugar do mundo, desde que esse associado tenha direito de uso sobre a marca Coca-Cola, cujo valor estimado é de US\$60 bilhões. A existência real e material da Coca-Cola deixa de ser o principal e mais valioso ativo da empresa quando sua existência intangível, sua virtualidade, assume valores astronômicos capazes de fazer com que a companhia exista mesmo quando produto que fabrica já não existe mais. Parece razoável dizer que no que diz respeito à Coca-Cola, o virtual vale mais que o atual.

A transformação do megaevento em marca é fundamental para a fase da virtualização do processo de espacialização de megaevento, pois, como dito acima nesse capítulo, a consolidação do megaevento enquanto marca é de extrema importância para proporcionar um ambiente otimizado e seguro para que outros atores possam somar suas próprias marcas à marca do megaevento, de modo a agregar valor ao megaevento ao mesmo tempo em que o megaevento agrega valor à marca que a ele se associa. A transformação do evento em marca proporciona a existência de um espaço de associações no qual ambas as partes associadas podem usufruir da potencialidade da modalidade comodificada em um evento com espaço demarcado para cada uma das marcas envolvidas. É um jogo de benefícios recíprocos e assegurados.

Como frisa Chris Berry (2009), essa capacidade de associação e agregação de valores entre marcas é um dos elementos de maior força e sinergia da marca:

Simply put, this is the leasing by a brand owner (licensor) of the use of a brand to another company (licensee) in return for payment of royalty fees. This allows a brand licensor to access resources that are otherwise not readily available and a brand licensee to have access to the virtuality or potential of an already proven brand. Although the conditions imposed on licensees can be strict, it is increasingly common now to find licensees taking a great role in key decisions, including those concerning advertising, promotion or product design. (BERRY, 2009, p. 144)

Para melhor compreendermos essa importante relação entre marcas, voltemos a Coca-Cola e pensemos, por exemplo, a associação entre a Coca-Cola e o Comitê Olímpico Internacional (COI), organização que controla todos os aspectos relativos aos Jogos Olímpicos, inclusive sua existência enquanto marca. Os *Arcos Olímpicostm*, cujo apelo visual e simbólico, representando a força,

tradição e princípios coletivos do movimento olímpico⁵⁶, é a principal representação simbólica da marca olímpica. Como tal, pode ser facilmente convertida em altíssimos valores de exploração comercial e econômica acertados por contratos de marketing e transferência de royalties. No documento intitulado *IOC Marketing: Media Guide* (IOC, 2014), que versa sobre os procedimentos de exploração midiática dos Jogos Olímpicos de Inverno de Sochi, o comitê sublinha a importância e valor dos Arcos Olímpicos da seguinte maneira:

The Olympic rings are the visual representation of the Olympic brand and embody the vision, mission, values and working principles of the Olympic Movement. The enduring strength of the Olympic brand is fundamental Olympic commercial programmes, which attract commercial partners that support the values of Olympism. (IOC, 2014, p. 37)

A Coca-Cola, que, como dito, é também uma das marcas mais poderosas e emblemáticas de todo mundo, é uma das parceiras mais tradicionais de várias organizações esportivas, entre elas a FIFA e o COI. No dicionário de estudos do esporte organizado pela Universidade de Oxford, a Coca-Cola é citada da seguinte maneira: “*A transnational Corporation with a long association with sports sponsorship*” (TOMILSON, 2010, p. 95). Ciente do poder comercial e econômico do esporte, a empresa foi uma das pioneiras na consolidação de estratégias de marketing que envolviam a consolidação de laços de patrocínio e exposição de suas marcas em eventos esportivos. A já tradicional associação entre a marca Coca-Cola e práticas esportivas é uma das principais estratégias de marketing da empresa, por meio da qual a empresa cria uma forte ilusão de que as

⁵⁶ Os princípios, assim como a origem do movimento olímpico podem ser atribuídos ao francês Pierre de Coubertin. Como explica o Comitê Olímpico Internacional: “*The brainchild of Frenchman Pierre de Coubertin, the Olympic Movement and the International Olympic Committee (IOC) were officially established on 23 June 1894 at the Paris International Congress that was organised by Coubertin at the Sorbonne. Coubertin’s vision for the Olympic Games may be summarised as follows: “Why did I restore the Olympic Games? To ennoble and strengthen sports, to ensure their independence and duration, and thus to enable them better to fulfil the educational role incumbent upon them in the modern world.” Coubertin is also the author of the famous phrase which characterises the Olympic Games: “The important thing in life is not the triumph, but the fight; the essential thing is not to have won, but to have fought well.” Pierre de Coubertin, London, 1908, The host cities for both the first and second editions of the modern Olympic Games were quickly agreed upon during this Congress: Athens for 1896 and Paris for 1900.*” (IOC, 2015, s/p)

potencialidades e apelos sociais e coletivos do esporte são inerentes também a seus produtos, que, na verdade, não passam de bebidas com baixo ou nenhum valor nutricional, mas com grande apelo visual, estético e comercial.

No que diz respeito a sua parceria com o COI, a Coca Cola figura como patrocinadora dos Jogos Olímpicos desde a edição de Amsterdam, em 1928, quando, pela primeira vez, os Arcos Olímpicos apareceram associados comercialmente com outra marca que não detinha qualquer valor esportivo ou olímpico. No sítio olympic.org⁵⁷, sítio eletrônico oficial para todas as edições dos Jogos Olímpicos do COI, a Coca-Cola é mencionada da seguinte maneira:

The Coca-Cola Company maintains the longest continuous relationship with the Olympic Movement. The company sponsored the 1928 Olympic Games in Amsterdam, and has supported every Olympic Games since. Coca-Cola refreshes Olympic athletes, officials and spectators with its beverages during the Olympic Games.

Dada a também tradicional e conhecida capacidade publicitária da Coca-Cola, que se expressa claramente em belas campanhas pensadas para as mais variadas formas de mídia, sendo capaz de comover e mobilizar consumidores desde, por exemplo, a Times Square em Nova Iorque aos rincões da Amazônia andina, fortalecendo a marca globalmente, a associação entre a marca Coca-Cola e os Arcos Olímpicos produziu, ao longo de quase todo o século XX, diversos cartazes e peças publicitárias com grande apelo subjetivo, agregando à marca Coca-Cola um valor social virtual que é automaticamente convertido em valor de troca. As figuras 4, 5 e 3⁵⁸, peças publicitárias oriundos do patrocínio da Coca Cola à, respectivamente, edição dos Jogos Olímpicos de Amsterdam em 1928, Londres em 2012 e Rio em 2016, ilustram bem a já tradicional relação entre as marcas Coca-Cola e Arcos Olímpicos.

⁵⁷ <http://www.olympic.org/sponsors/coca-cola> (último acesso 27/11/2015)

⁵⁸ As figuras 4, 5 e 6 podem ser encontradas por uma simples busca no google: https://www.google.com.br/search?q=mapa+FIFA&espv=2&biw=1364&bih=667&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjs6eHd3bTPAhVLjJAKHVJQAWUQ_AUIBigB#tbn=isch&q=coca+cola+IOC+partnership (último acesso 01/05/2016)



Figura 4



Figura 5



Figura 6

Em suma, a etapa da elaboração, diz respeito à duas dimensões fundamentais para o amplo processo de mercantilização do esporte e da produção espacial de megaeventos. Nessa etapa, produzem-se os elementos virtuais, as virtualidades que informam e sustentam o modelo de negócio, cuja principal potencialidade é dissipar o poder e apelo da modalidade comodificada na forma de associações e contratos de marketing e distribuição de royalties. Nessa etapa a lógica do capital é associada a um conteúdo específico, o esporte, passando então a informar um modelo com grande capacidade de se atualizar como realidade espacial concreta e atual.

Uma vez consolidada a etapa da elaboração do modelo de negócios, na qual a modalidade já se apresenta enquanto commodity e o evento como uma marca, passa-se para a segunda etapa da fase da virtualização, a da associação. Como dito acima, essa etapa é de extrema importância, pois é nela que o megaevento se torna uma possibilidade atual (SHIELDS, 2003), aproximando-se de se concretizar materialmente, processo esse que só se completa, contudo, na segunda fase do processo de espacialização de megaeventos, a da atualização. Passemos, então, a análise da etapa da associação.

4.3. Associação

4.3.1. Complexo esportivo-midiático-comercial

A etapa da associação consiste na atração de parceiros que se associarão à entidade proprietária da commodity, da marca e, portanto, do modelo de negócios e dos contratos, de modo a somar recursos, capacidades e interesses na realização conjunta do megaevento. Essa etapa é de fundamental importância, pois é a partir dela que megaeventos deixam de ser *mera possibilidade* e se tornam *possibilidade atual* (SHIELDS, 2003). Essa mudança sutil de estado se dá devido ao fato de que, a partir desse momento, megaeventos passam a existir enquanto espaço social. Todavia, nessa etapa, ainda que já existam como um tipo de espaço, megaeventos não existem concretamente de fato, mas sim de forma fluida, intangível, virtual e supraterritorial. Ainda assim, na etapa da associação megaeventos galgam posição em direção a existência concreta, aproximando-se mais da fase da atualização.

Enquanto commodity a ser explorada por contratos de exclusividade, o esporte tem toda sua capacidade intersubjetiva que o credencia como elemento fundamental de socialização e construção de coletividades (HUIZINGA, 1955; WEISS, 1969) convertida em poderoso elemento de associação entre múltiplos atores, todos interessados em gerar algum tipo de lucro ou benefício próprio a partir da exploração comercial e econômica do esporte comodificado. Dada a capacidade de canalização sinérgica que se constitui a partir do processo de comodificação, a *potência de socialização* do esporte – aquela deriva de seu valor de uso que agrega grupos distintos para a prática comum do esporte – é, portanto, convertida em *potência de associação* para fins previamente estabelecidos e padronizados. Essa conversão é fundamental para que megaeventos, como veremos, comece a ganhar materialidade concreta e apresentar qualidades de espaço concebido.

No momento em que a etapa da elaboração está completa e o que era potência de socialização se converte em potência de associação, estabelece-se a

base para o movimento final da fase da virtualização, que se caracteriza pela consolidação de um espaço social de associações, no qual múltiplos atores, com operações e interesses distintos, se encontram para negociar o conjunto de contratos que regulamentarão a maneira como cada um irá explorar a commodity esportiva e a marca megaevento. É a formação desse espaço social de associações que faz com que megaeventos esportivos passem de mera possibilidade a possibilidade atual (SHIELDS, 2003). Pois é nele que as partes interessadas se aglutinam e somam seus interesses, recursos e capacidades próprias na realização de um espetáculo de grandes proporções capaz de amplificar o caráter dramático do esporte, assim como projetá-lo para diversas partes do mundo, garantindo, assim, significância internacional.

A passagem de mera possibilidade para possibilidade atual (SHIELDS, 2003) é marcada pelo fato de que, consolidadas as associações entre múltiplas partes interessadas, megaevento começa a ganhar alguma materialidade concreta. O elemento material que configura a novidade da etapa da associação são os contratos assinados entre as várias partes, sendo esses mesmos contratos os elementos aglutinadores que interligam as múltiplas partes interessadas na constituição do espaço social de associações. Ou seja, é a materialidade dos contratos que faz com que megaeventos tornem-se uma probabilidade, pois é essa mesma materialidade que começa a conferir a megaeventos qualidades espaciais.

No entanto, essa materialidade contratual é ainda intangível e virtual, permanecendo como potência latente, uma virtuosidade a ser realizada, pois para sua concretização de fato fazem-se necessários elementos legais e jurídicos, além do dinamismo físico e social das cidades. Todavia, esses elementos são conquistados somente na fase da atualização, quando, como veremos, o Estado e as cidades entram na equação, ou, em outras palavras, quando o megaevento tem suas virtualidades atualizadas na materialidade dos espaços estatal e urbano. É somente na fase da atualização que os contratos passam a se converter em lucros de fato.

De modo a abrir a etapa da associação e a existência de certa materialidade contratual constitutiva do espaço social de associações para análise, sugiro abordar os laços que se estabelecem entre as múltiplas partes interessadas. O primeiro passo dessa empreitada analítica, seria, então, identificar essas partes interessadas associadas na organização e realização do megaevento, para, depois,

compreender suas atribuições e funções conforme firmados em contrato. Para tornar a análise embasada empiricamente, nesse segundo passo, utilizarei determinados documentos oficiais publicados pelo Comitê Olímpico Internacional, cuja função é informar todos os padrões técnicos, contratuais e obrigações a serem seguidos por todas as partes, sejam elas privadas ou públicas, envolvidas na organização e realização de todos os jogos olímpicos.

Afim de identificar as partes interessadas, proponho seguir o caminho já trilhado por boa parte da literatura especializada em megaeventos esportivos. Há certo consenso nessa literatura que uma das associações mais fundamentais para megaeventos é a que se estabelece entre corporações midiáticas e organizações esportivas (BELLAMY JR., 2006; BRYANT e HOLT, 2006; DAYAN e KATZ, 1987; KIDD, 2013; MAGUIRE, 2011; MEZZARROBA e PIRES, 2010; REAL, 1998; 2006; ROBERTS, 2004). De modo geral, os autores acima referidos demonstram que essa associação começou a se processar de forma mais sistemática ao longo da segunda metade do século XX, quando setores da mídia e do esporte perceberam que ambos poderiam se beneficiar mutuamente se engajassem em empreitadas conjuntas, capazes de unir o apelo e poder espetacular do esporte à capacidade de transmissão desse poder como conteúdo de mídia – imagens, informações, vídeos, análises, etc.

O desenvolvimento de tecnologias de mídias de massa, principalmente o rádio e televisão, fez com que a venda de direitos exclusivos de transmissão de práticas esportivas ao vivo, gravada ou na forma de notícias, imagens ou análises, tenha-se tornado a mais importante, se não a principal fonte de receita para organizações e clubes esportivos (GRANT e GRAEME, 2008). Concomitantemente, jogos e competições esportivas tornaram-se programas decisivos e centrais na grade de programação de emissoras de televisão e rádio. O fato é que cada vez mais calendários estáveis e continuados de competições esportivas de todos os tipos ocupam lugar central em estratégias de redes de televisão e de mídia em geral para atração de audiência, patrocinadores e investidores. Alguns autores, como Robert Bellamy Jr. (2006), conferem tanta importância a essa relação simbiótica de benefício mútuo entre mídia e esporte que a caracterizam como uma das instituições mais características da modernidade.

Se para a mídia o esporte proporciona o aumento de sua capacidade de atração, potencializando sua própria atividade, para o esporte a maior exposição midiática, principalmente por meio de transmissões televisivas, resulta em maior exposição para circuitos de competições esportivas, o que aumenta o número de pessoas que os acompanham e, por consequência, o número de organizações, corporações e empresas interessados em patrocinar os times e equipes que disputam o campeonato e, obviamente, o campeonato em si (GRANT e GRAEME, 2008; BELLAMY JR., 2006). Essa relação simbiótica se concretiza tanto para a organização de megaeventos esportivos de alcance internacional, como os Jogos Olímpicos do COI e a Copa do Mundo da FIFA, quanto para a organização de eventos esportivos de alcance regional ou nacional, como, por exemplo, as ligas nacionais de futebol.

Com efeito, pode-se afirmar que sem câmeras, microfones, televisões e quaisquer outras plataformas de mídia, megaeventos esportivos seriam estéreis e perderiam uma de suas características mais elementares, como frisado no início desse capítulo a partir das proposições de Roche (1994; 2000): seu alcance e capacidade de projeção. Dito de outra forma, sem a associação entre organizações esportivas e mídia, megaeventos esportivos não seriam megaeventos. Dada sua importância, essa associação fundamental entre mídia e organizações esportivas é frequentemente designada pelo conceito *complexo esportivo-midiático*, que, segundo Rowe (2004),

(...) embraces all the media and sports organizations, processes, personnel, services, products and texts which combine in the creation of the broad and dynamic field of contemporary sports culture (ROWE, 2004)

Aos elementos constituídos na fase da elaboração, ou seja, ao esporte comodificado e ao megaevento enquanto marca, soma-se o poder e capacidade de projeção e transmissão de corporações midiáticas e a complexa equação necessária para a organização e realização de megaeventos começa a ganhar forma e estrutura espacial. Uma vez que essa associação que constitui o complexo esportivo-midiático é possibilitada pela canalização da autoridade e controle da atividade esportiva nas mãos de uma única organização, que, como COI e FIFA,

por exemplo, detém controle sobre quaisquer aspectos relacionados à determinadas práticas esportivas, os padrões e limites dessa associação são ditados por essas mesmas organizações.

No que diz respeito aos Jogos Olímpicos, por exemplo, as organizações de mídia têm de seguir padrões técnicos previamente estabelecidos pelo Comitê Olímpico Internacional. Esses padrões aparecem comumente organizados e sistematizados em documentos e manuais⁵⁹ como o *Technical Manual on Communications* (IOC, 2005), que versa sobre todo e qualquer aspecto técnico que deve ser seguido por todas as corporações midiáticas que adquirem direito de explorar comercialmente e transmitir jogos olímpicos e vale, portanto, para todos os jogos olímpicos⁶⁰. Além disso, esse documento versa também sobre obrigações contratuais, indicando exatamente o que cabe a cada parte, tornando a relação de associação clara e otimizada, uma vez que cada parte sabe de antemão todas suas

⁵⁹ Há toda uma gama de manuais técnicos desenvolvidos pelo COI que têm como função indicar com clareza absolutamente todos os padrões que devem ser completamente respeitados por todas as partes envolvidas na organização e realização de todo e qualquer competição olímpica, sejam os jogos de verão, inverno ou paralímpicos. Esses padrões informam os contratos que materializam as associações entre as várias partes interessadas. Abaixo segue a lista de todos os manuais técnicos desenvolvidos pelo COI, conforme listado pelo site *Games Monitor: IOC Technical Manual on Accommodation; IOC Technical Manual on Accreditation; IOC Technical Manual on Brand Protection; IOC Technical Manual on Ceremonies; IOC Technical Manual on Communications; IOC Technical Manual on Design Standards for Competition Venues; IOC Technical Manual on Hospitality; IOC Technical Manual on International Federation Requirements; IOC Technical Manual on Media (Athens IBC Plan); IOC Technical Manual on Media (Salt Lake IBC Plan); IOC Technical Manual on Media (Athens Venues TV Production Plans); IOC Technical Manual on Media (Salt Lake TV Production Plans); IOC Technical Manual on Media (Sydney and Athens Plans); IOC Technical Manual on Media (Torino Plan); IOC Technical Manual on Media (Written and Photographic); IOC Technical Manual on Medical Services; IOC Technical Manual on Olympic Village; IOC Technical Manual on Organisation of Election to IOC Athletes Commission; IOC Technical Manual on Organising Meetings; IOC Technical Manual on Other Olympic Games Matters; IOC Technical Manual on Paralympic Games; IOC Technical Manual on Planning Coordination and Management; IOC Technical Manual on Protocol; IOC Technical Manual on Sport; IOC Technical Manual on Ticketing; IOC Technical Manual on Transport; IOC Technical Manual on Workforce.*

⁶⁰ Comumente esse tipo de documento é confidencial, sendo essa característica ressaltada claramente por um *disclosure* que aparece já na primeira página. No entanto, dado que crescentemente a estrutura organizacional e associativa de megaeventos estão sendo questionadas e destrinchadas por organizações da sociedade civil de todos o mundo e das mais diversas formas, já que fica cada vez mais claro que a organização desse tipo de espetáculo de grandes proporções causa impactos consideráveis e, por vezes, definitivos no cotidiano dos lugares que os sediam, esse e outros documentos técnicos foram feitos públicos por meio da agência da rede *Games Monitor*, cuja atuação baseia-se principalmente na garantia da transparência de todos os aspectos relacionados à organização de megaeventos esportivos, principalmente no que diz respeito aos Jogos Olímpicos de Londres, 2012. Assim, por essa razão, utilizarei documentos relativos aos jogos de Londres, uma vez que manuais e documentos de outras edições ainda encontram-se inatingíveis para pesquisadores comuns, que não gozam de contratos ou de fontes internas à estrutura do Comitê Olímpico Internacional.

funções e obrigações, assim como fica claro quem é a autoridade que detém a palavra final.

No que diz respeito às obrigações de mídia, o documento, como citado abaixo, frisa bem claramente a autoridade completa do COI sobre todo e qualquer aspecto das transmissões, devendo as organizações que detém direito de gerar e transmitir as competições olímpicas se submeter por completo a essa autoridade:

As described in the Olympic Charter, all decisions concerning the coverage of the Olympic Games by the media rest within the competence of the IOC, with the objective that the media coverage of the Olympic Games should spread and promote the principles and values of Olympism.

Media relations is referenced in the Host City Contract, ensuring that all press releases issued by the City, the NOC or the OCOG, which quote the IOC President, members of the IOC or the IOC administration, or which make direct reference to the IOC President, members of the IOC or the IOC administration, shall be submitted to the IOC for its prior written approval. (IOC, 2005, p. 46)

Dada a importância de manter a exclusividade dos contratos, de modo a assegurar que somente parceiros previamente selecionados poderão explorar econômica e comercialmente as atividades relacionadas ao espetáculo, um dos padrões mais fundamentais para a manutenção do complexo esportivo-midiático são aqueles que ditam os limites e formas permitidas de marketing. No documento intitulado IOC Marketing: Media Guide London 2012 (IOC, 2012), a importância do marketing para os jogos olímpicos em si é ressaltada da seguinte forma:

The main objective of the Olympic Marketing Programme is to ensure the independent financial stability of the Olympic Movement. By creating long-term marketing programmes, the future of both the Olympic Movement and the Olympic Games are ensured, with the revenue generated distributed equitably throughout the entire Olympic Movement.

The Olympic Marketing Programme also ensures that the Olympic Games can be experienced by the maximum number of people throughout the world, principally via broadcast to television and digital media platforms, and that the equity that is inherent in the Olympic image and ideal is protected. (IOC, 2012, p. 6)

Além disso, para combater qualquer ameaça ao marketing oficial, que gera receita tanto para o COI em si, quanto para seus parceiros oficiais, faz-se necessário combater o que se denomina como marketing de emboscada. No

documento Technical Manual on Brand Protection (IOC, 2005), esse tipo de ameaça é mencionada da seguinte forma:

The purpose of Olympic-related trademark legislation is to regulate the use of indicia and images associated with the Games, thereby preserving the financial stability of the Games and assisting the OCOG in raising revenue. Olympic-related legislation provides the OCOG with legal recourse to combat ambush marketing. Without this protection, the value of an official license to use the indicia and images could be diminished by ambush marketing and counterfeit merchandising, with a loss of revenue to the licensed entity and to the OCOG.

Pautado em todos esses padrões e limitações, que garantem a exploração exclusiva das possibilidades econômicas e comerciais do megaevento por parceiros previamente selecionados, o complexo esportivo-midiático amplifica a capacidade de canalização sinérgica inerente à commodity esportiva – assim como à própria marca do megaevento. Amplificado pelo poder de transmissão da mídia, o esporte comodificado e a marca tornam-se mais atraentes para outros atores, não necessariamente midiáticos ou esportivos, que passam a ver no megaevento uma grande oportunidade de expandir e projetar seus próprios negócios e marcas.

Sem o poder de transmissão e projeção que a mídia oferece a megaeventos, empresas puramente comerciais, como Coca-Cola, que, conforme mencionado acima nesse capítulo, é uma das parceiras mais tradicionais do COI na organização e realização dos Jogos Olímpicos, não teriam tanto interesse em oferecer patrocínios e investir em megaeventos. Quando marcas e empresas que não têm, necessariamente, nenhuma relação com a atividade esportiva, investem suas capacidades e recursos na organização do espetáculo, elas procuram o mesmo tipo de projeção e transmissão midiática conferida ao conteúdo esportivo. Assim, a consolidação do complexo esportivo-midiático dotado de grande capacidade de geração, projeção e transmissão de conteúdos esportivos serve à interesses de expansão e fortalecimento de marcas não-esportivas. Pois quando empresas não-esportivas se associam às organizações esportivas, toda a exposição conferida ao megaevento é também conferida a suas marcas e produtos.

Dada essa amplificação da sinergia inerente a megaeventos esportivos, o que era um complexo esportivo-midiático se expande em um *complexo esportivo-*

*mediático-comercial*⁶¹. A figura 7 busca representar graficamente a estrutura espacial das associações estabelecidas nesse complexo. Assim como na figura acima, as setas demonstram o que cada parte oferece a outra, o que também pode ser compreendido como a função de cada parte na organização do evento.



Figura 7 - Estrutura espacial do complexo esportivo-midiático-comercial (elaborado a partir de Lefever, 2012)

Para além, todavia, das associações que se estabelecem entre as organizações esportivas e os outros parceiros, as organizações midiáticas e comerciais também se associam entre si. Aparentemente, essa associação não passaria pelo controle direto da autoridade esportiva. No entanto, uma vez que o objeto que possibilita essa associação midiática-comercial é o megaevento, que existe enquanto propriedade privada da organização esportiva, a relação entre as partes comerciais e midiáticas também são regidas por padrões técnicos e contratuais ditados pela autoridade esportiva. Deste modo, quando a Coca-Cola desenvolve uma campanha publicitária que irá ao ar no intervalo de, digamos,

⁶¹ Alguns autores como Jhally (1989), Rowe (2004), Bellamy Jr. (2006) e Lefever (2012) argumentam que o complexo esportivo-midiático expande-se para um complexo esportivo-midiático-cultural. Por meio desse conceito, esses autores buscam frisar a importância que a associação entre corporações esportivas e midiáticas têm na promoção de uma cultura esportiva diretamente associada a organização e realização de espetáculos de grandes proporções, sendo essa cultura uma das marcas d'água do mundo atual. Ainda que essa percepção seja extremamente pertinente e o conceito do complexo esportivo-midiático-cultural seja de fato importante para a compreensão do papel de megaeventos nas dinâmicas atuais, preferi propor o conceito de complexo esportivo-midiático-comercial, e não cultural, pois entendo que o termo comercial seja mais apropriado para designar o tipo de parceria que se firma entre corporações esportivas com partes que não sejam midiáticas. Empresas como a Coca-Cola, McDonalds, Adidas, entre outras, ainda que sejam proprietárias de marcas emblemáticas da cultura popular contemporânea não são, necessariamente, empresas produtoras de cultura. Além disso, sua função na organização de megaeventos é puramente econômica e comercial, uma vez que cabe a elas patrocinar e investir recursos e receitas na realização do espetáculo.

uma final de vôlei dos Jogos Olímpicos, e essa campanha apresenta os Arcos Olímpicos, marca registrada do Comitê Olímpico Internacional, em conjunto com o logo da Coca-Cola, a campanha deverá seguir as diretrizes e padrões expostos no Technical Manual of Brand Protection (IOC, 2005).

Essa associação entre partes midiáticas e comerciais é importante para fazer circular a receita necessária para a transmissão dos jogos, que é passada das organizações comerciais para as midiáticas por meio de contratos de propaganda, através dos quais as organizações comerciais exploram, também de forma exclusiva, os espaços de propaganda das transmissões dos jogos (LEFEVER, 2012). Nessa interdependência complexa triangular, todos saem fortalecidos, assim como fortalece-se a hegemonia da lógica comercial de exploração do esporte, transformando campeonatos esportivos em megaeventos altamente lucrativos.

4.3.2. Megaevento como plataforma móvel e virtual

A formação desse *complexo esportivo-midiático-comercial* é fundamental para o processo da produção espacial de megaeventos. Uma vez consolidadas as associações, megaeventos passam a existir como uma espécie de *plataforma móvel* que flui sobre o espaço do Mundo, realizando-se concretamente quando se estaciona temporariamente em algum dos mundos territoriais que constituem o Mundo moderno contemporâneo. Dada a estrutura de poder e autoridade supraterritorial das organizações que controlam a commodity esportiva e a marca megaevento, essa plataforma tem a capacidade de atravessar e se estacionar em diversos mundos territoriais. O modelo de negócios e o complexo de atores associados que se forma a partir dele tem a capacidade, então, de se projetar pelo espaço do globo, o que, na prática, faz com que a plataforma seja capaz de replicar e instalar seu modelo de negócios na íntegra e seguindo os mesmos padrões em qualquer lugar do Mundo.

No entanto, a plataforma megaeventos, por mais sinérgica e poderosa que seja, ainda não passa de uma virtualidade. Como busquei argumentar no capítulo

anterior, nenhum processo social global existe concretamente de fato sem com que se projete no não-global. No caso específico de megaeventos esportivos, isso se dá por uma questão bastante simples: todo esporte, seja futebol ou arco e flecha, é praticado no chão e, no Mundo em que nos encontramos, atravessado e constituído pela territorialidade, não há chão que não esteja diretamente sob o controle de alguma estrutura institucional territorial.

Novamente, argumento, não há megaeventos esportivos sem a participação direta e consciente de Estados, o que faz com que, para que a plataforma móvel megaeventos possa se realizar concretamente, ela tenha que se fixar em algum território. Nesse processo de fixação territorial – que é sempre temporário, uma vez que a plataforma só estaciona para, posteriormente, migrar para outras paragens e replicar seu modelo de negócios novamente, em uma constante repetição que evidencia o caráter essencial capitalista dessa empreitada – o *complexo esportivo-midiático-comercial* se expande de modo a assimilar parceiros públicos, ou seja, Estados e cidades, que se comportam como agentes diretos para a organização e realização desse tipo de evento.

A fluidez da plataforma megaeventos é um dos aspectos mais característicos da existência virtual de megaeventos. Ela assegura que esse tipo de evento tenha alcance global, mas ela também ressalta que megaeventos não são eventos de escala global. A plataforma pode se mover pelo espaço do globo, alcançando virtualmente todo e qualquer lugar que tenha algum interesse na responsabilidade e oportunidade de participar de uma empreitada tão sinérgica e poderosa. Mas a plataforma em si não é do tamanho do globo inteiro. Ela não se assemelha ou abarca ao Mundo, ela se move pelo Mundo abarcando, temporariamente, partes dos mundos que compõem o Mundo. Ao se estacionar, a plataforma se imbrica no emaranhado do mundo não-global que a recebe e, assim, dissolve-se nele, ou, mas precisamente, é dissolvida pelas múltiplas agências que já existe e constituem o mundo muito antes da plataforma se mover na sua direção e nele se estacionar.

A plataforma megaeventos é, na contemporaneidade, um importante expoente do jogo do Mundo, pois, ao mesmo tempo em que ela é um conjunto de agentes associados que atuam em conjunto para sua realização concreta, ela é também uma espacialidade, pois a própria plataforma constitui-se enquanto uma estrutura de poder e autoridade. Essa estrutura é o próprio *complexo esportivo-*

mediático-comercial que é, ao mesmo tempo, o conjunto de seus agentes associados. Na plataforma megaeventos, estrutura e agência se encontram. A agência da plataforma se dá por meio de seu poder estrutural, pois, ao se projetar sobre mundos não-globais, a plataforma incide diretamente sobre elementos estruturais já existentes e que regulam o jogo daquele mundo específico.

Quando a plataforma megaevento estaciona em algum lugar, sua estrutura se imbrica na estrutura do lugar que o recebe, sendo essa imbricação exatamente o que permite aos agentes que compõe o *complexo esportivo-midiático-comercial* imporem sua agenda, interesses e imperativos. Nesse momento, todavia, a plataforma megaeventos, constituída pelo *complexo esportivo-midiático-comercial*, expande-se e se aproxima definitivamente da concretização de sua realização espacial, pois ao estacionar-se em algum lugar, esse complexo composto por sócios privados passa a contar também com sócios públicos, mais precisamente com Estados e cidades. No momento em que Estados e cidades entram na plataforma, passamos da fase da virtualização para a da atualização.

5. Da atualização

5.1. Do possível a existência concreta

Uma vez concluída a fase da virtualização e consolidada a plataforma fluida e virtual que se move pelo Mundo, megaeventos encontram condições para espacializarem-se tangivelmente, de modo a existir enquanto realidade concreta e atual. Por isso, denomino essa fase do processo de espacialização de megaeventos de atualização, pois, nessa fase, aquilo que era virtual se atualiza materialmente e a plataforma se projeta como realidade concreta sobre o espaço territorial de algum mundo, constituindo-se como espaço concebido.

A novidade dessa fase é que duas novas partes interessadas ingressam na plataforma megaeventos, somando novas capacidades, recursos e interesses na organização e realização de um espetáculo transmitido para todo o Mundo. Com a entrada do Estado e das cidades nessa já complexa equação de associações, o que era potência latente, o que era virtualidade, munida de materialidade contratual passa a desfrutar de nova materialidade, ancorada e protegida pelo poder tangível das instituições estatais e do espaço físico e social das cidades, com toda sua pujança e dinamismo característicos.

Se a fase da virtualização do processo de espacialização de megaeventos é aquela do planejamento, na qual consolida-se o modelo de negócios e as associações entre múltiplas partes privadas, constituindo megaevento como plataforma móvel, virtual e fluida, a fase da atualização é aquela a partir da qual os lugares são ocupados e ajustados pelos imperativos e padrões da própria plataforma. Nessa nova fase, aquilo que antes existia somente enquanto virtualidade, se atualiza na materialidade do espaço, transformando e adequando as dimensões social e física desses espaços seus próprios imperativos, interesses e padrões. Se na primeira fase, a da virtualização, megaeventos consolidam-se como possibilidade atual (SHIELDS, 2003), nessa segunda fase eles se realizam enquanto realidade atual, já não mais virtual. A consolidação dessa fase é, então,

condição de existência para megaeventos e é nela que se conclui o *degrade processual*.

De modo a abrir essa fase para compreensão, conforme apresentado no capítulo 3, proponho dividi-la em duas etapas: *imbricação* e *ajustes espaciais*. Analisarei a etapa da imbricação em duas seções. A primeira é a da *candidatura e seleção*, na qual Estados e cidades competem em um pleito pelo direito de sediar o espetáculo. A segunda, uma vez que nesse momento o Estado entra no jogo, farei uma (não tão) curta digressão sobre a razão pela qual o Brasil decide sediar megaeventos esportivos em seu território. Nessa segunda etapa, dos *ajustes espaciais*, há um duplo processo de atualização, pois, da mesma forma que o que era virtual e tangível se atualiza na materialidade dos espaços, assumindo forma tangível e existência material, a materialidade dos espaços é igualmente transformada e ajustada aos padrões e imperativos contratuais estabelecidos na fase da virtualização.

5.2. Imbricação

5.2.1. Candidatura e seleção

Talvez o aspecto mais importante e intrigante dessa fase seja o fato de que são os próprios Estados e cidades que se submetem a um processo de seleção totalmente controlado pela organização que detém autoridade sobre a modalidade esportiva a ser praticada no espetáculo. Assim, a primeira, e talvez mais fundamental questão que emerge é por que Estados e cidades se submetem ao processo de candidatura para sediar megaeventos esportivos? Ou, dito de forma mais simples e direta, qual a motivação de Estados e cidades em sediar esses eventos?

A retórica do legado parece ser aquela que Estados e cidades mais lançam mão para legitimar e, de alguma forma, explicar a razão pela qual se esforçam para receber tais eventos. Como argumenta Chappellet (2012), a noção de legado pode assumir sentidos múltiplos. Nessa chave de compreensão, David Black e

Janis van der Westhuizen (2004) demonstram que a pluralidade da noção de legado pode ser entendida a partir de três perspectivas distintas, porém complementares: identidade, desigualdade e poder. Ao buscar entender a noção de legado a partir da perspectiva da identidade, pode-se perceber que a motivação de sediar tais eventos passa pela possibilidade de usar a oportunidade do espetáculo como vetor para a construção de uma identidade nacional ou mesmo transnacional:

Sport has been employed as a means to enhance nation building, not only among the newly independent states of Africa and Asia, but also as an important marker of distinction among the satellite states of the former Soviet Empire in the development of a kind of socialist nationalism. Transnationally, it has served as a valued basis for continued cultural links between the 'white', predominantly Anglo Saxon members of the Commonwealth (Britain, Canada, Australia, New Zealand) and the former colonies of the global 'South', through the Commonwealth Games. The Francophonie has sought to emulate this example, while various regional games have been conceived in part as a means of promoting intra-regional identities and amity. (BLACK e VAN DER WESTHUIZEN, 2004, p. 1198)

Já da perspectiva da desigualdade, Black e Westhuizen (2004) notam que a motivação para sediar megaeventos esportivos diz respeito diretamente à ideia de legado como retórica desenvolvimentista. Os autores notam também que, dessa perspectiva, infere-se que uma das principais motivações é a possibilidade de Estados periféricos alcançarem maior relevância econômica no cenário internacional. Esse tipo de motivação é frequentemente aquela pela qual países em desenvolvimento, como África do Sul – no caso da Copa do Mundo de 2010, o que se difere da motivação para sediar a Copa do Mundo de Rugby de 1994, quando o megaevento foi manifestadamente utilizada pelo regime recém empossado de Nelson Mandela como um vetor para a superação do legado negativo do Apartheid (BLACK e VAN DER WESTHUIZEN, 2004) – e Brasil, escolhem se engajar na organização desses eventos.

Uma vez que esse tipo de espetáculo é capaz de aglutinar tantos atores e recursos, recebê-los em seu território parece ser uma estratégia acertada para o fortalecimento e intensificação de fluxos de capital e investimentos, estrangeiro e nacional, público e privado, no desenvolvimento e modernização das atividades e capacidades econômicas e comerciais desses países. No caso desses dois países

em específico, Brasil e África do Sul, estratégias desenvolvimentistas são comumente apontadas como formas apropriadas para combater e diminuir a característica desigualdade que, historicamente, os assola (BLACK e VAN DER WESTHUIZEN, 2004).

Ainda conforme argumentos de Black e Westhuizen (2004), a escolha por megaeventos como estratégia desenvolvimentista faz com que os próprios países engajem-se na transformação de si mesmo enquanto uma marca. Nesse processo, a história, as características sociais e culturais e as peculiaridades de seu povo são Commodificadas na forma de uma marca que chancela esses elementos a partir de seu valor de troca a ser medido e precificado em um mercado global de competição entre Estados cuja lógica é a atração de capital. Megaeventos esportivos seriam, por essa perspectiva, uma grande parceria público-privada de alcance global, capaz de mobilizar múltiplos atores de várias partes do mundo ao mesmo tempo e reforçar a lógica do capitalismo global em espaços estatais e urbanos.

Já da perspectiva do poder, os autores partem da concepção multidimensional de capital de Bourdieu para frisar que não se pode compreender poder sem levar em consideração as outras duas categorias – identidade e desigualdade (BLACK e VAN DER WESTHUIZEN, 2004). Poder, nesse sentido, não diz respeito à capacidade bélica, puramente econômica ou de se impor como protagonista nas tomadas de decisão e formulação da política internacional, mas encontra-se relacionado com formas de prestígio, atratividade, capital e influência. Nas palavras deles,

(...) thinking about power in this way reveals a fundamental motivation for the need to host hallmark events: namely, the expectation that the social capital gained in terms of exposure and place promotion ('putting our country on the world map') is convertible to economic capital over the short term (the immediate economic benefits of the event), as well as to social and economic capital over the long term. We refer to these initiatives as the pursuit of 'marketing power' to denote the extent to which international projection constitutes a form of power for small and/or developing countries seeking to participate in the 'global beauty contest' in reaction to the 'ideology of competitiveness' (BLACK e VAN DER WESTHUIZEN, 2004, p. 1203)

Por uma ou outra razão, o fato é que, ao longo do século XX e no início do século corrente, cada vez mais Estados e cidades se dispuseram a se submeter a um processo de disputa e competição com outros Estados e cidades para receber esse tipo de espetáculo esportivo. Assim, faz-se necessário, então, de modo a compreender o processo em si, abordar como eles funcionam na prática. Quais são as etapas desse processo? Quais são os procedimentos? Que tipo de documento Estados e cidades têm de assinar para disputar o megaevento? Perguntando de outra forma, qual o rito do processo de candidatura e seleção dos lugares que sediaram o espetáculo?

Uma vez que os megaeventos são propriedades controladas por organizações específicas, tais organizações, autodeclaradas autoridade sobre os assuntos relacionados à determinadas modalidades esportivas, têm autonomia de decidir todo o rito pelo qual Estados e cidades têm de passar para competir com outros Estados e cidades pela organização do espetáculo em seu próprio território e espaços. Assim, cada megaevento tem seu próprio rito. Dado que a Copa do Mundo da FIFA e os Jogos Olímpicos do COI são os dois principais e mais emblemáticos megaeventos esportivos da atualidade, com grande capacidade de atrair países e cidades de todos os lugares do mundo em pleitos bastante disputados, abordarei os ritos de candidatura desses dois eventos, a começar pelo dos Jogos Olímpicos.

Em 2014, o Comitê Olímpico Internacional, conforme informado pelo site Olympic.org, alterou o processo de candidatura das cidades, de modo a unificar e criar um padrão único de candidatura que leva, no total, 3 anos, sendo que o início do processo se dá 10 anos antes da edição a ser realizada (IOC, 2014). A primeira cidade a ser selecionada por esse novo processo, ainda não decidida, será a sede da 33^a edição dos Jogos Olímpicos de Verão, a ser realizado em 2024. Antes desse novo rito, o processo inteiro levava pouco mais de dois anos para se completar e se iniciava 9 anos antes da edição.

Fase do Requerimento	13 de Setembro de 2007	Prazo para Comitês Nacionais apresentarem o nome da cidade requerente;
	1o de Outubro de 2007	Prazo para o pagamento da taxa não-reembolsável de USD150.000 e assinatura do <i>Candidature Acceptance Procedure</i> ;
	15 a 19 de Outubro de 2007	COI organiza seminário para as cidades requerentes;
	Outubro de 2007 à 14 de Janeiro 2008	Período que as cidades têm para responder ao <i>IOC Questionnaire</i> ;
	14 de Janeiro de 2008	Prazo para cidades requerentes entregarem o questionário respondido;
	Janeiro à Junho de 2008	As cidades candidatas são examinadas pelo <i>IOC Candidature Acceptance Working Group</i> ;
	4 de Junho de 2008	Apresentação do relatório do <i>IOC Candidature Acceptance Working Group</i> ao <i>IOC Executive Board</i> , que declara quais cidades requerentes foram aceitas para se tornarem candidatas;
Fase da Candidatura	4 de Junho de 2008	O <i>IOC Executive Board</i> aceita o requerimento de Chicago, Tóquio, Rio de Janeiro e Madrid como cidades candidatas;
	Junho de 2008 à 12 de Fevereiro de 2009	Período para as cidades candidatas prepararem o dossiê de candidatura;
	3 Junho de 2008	Prazo para a assinatura do <i>Candidature Procedure Document</i> por cada cidade candidata e seu respectivo Comitê Olímpico Nacional; Pagamento da taxa não-reembolsável de USD500.000 ao COI
	Agosto de 2008: 29a edição dos Jogos Olímpicos	Participação das cidades candidatas no Observer Programme organizado pelo COI e pelo Comitê Organizador Local de Pequim;
	20 à 27 de Novembro de 2008	Representantes das cidades candidatas participam do debrief dos Jogos de Pequim, organizado em Londres;
	12 de Fevereiro de 2009	Prazo para cidades candidatas assinarem o termo de compromisso, assumindo que assumirão a responsabilidade de assegurar todos os padrões e imperativos do modelo de negócio dos Jogos Olímpicos, de modo a assegurar legalmente todas as associações e virtualidades;
	Março à Maio de 2009	Período no qual o Evaluation Commission faz uma visita de quatro dias em cada uma das cidades candidatas;
	17 e 18 de Junho de 2009	Cada cidade apresenta os aspectos técnicos de sua candidatura para os membros do COI;
	2 de Setembro de 2009	Publicação do <i>Report of the 2016 IOC Evaluation Commission: Games of the XXXI Olympiad</i>
	2 de Outubro de 2009	Apresentações finais de cada cidade e seleção da cidade vencedora.

Tabela 3 - Timeline e passos da seleção da cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

Fonte: (IOC, 2010)

Na tabela 3, temos sistematizado a sequência de eventos e os passos exatos que a cidade do Rio de Janeiro teve de se submeter para ser selecionada como sede do 31o Jogos Olímpicos de Verão, a ser realizado em 2016. O rito como um todo iniciou-se em setembro de 2007, sendo concluído pouco mais de dois anos depois, em outubro de 2009. Percebe-se que o processo se divide em duas fases: a do *requerimento*, na qual as cidades interessadas em se tornarem candidatas apresentam, por intermédio dos Comitês Olímpicos de seus próprios países, a intenção de se candidatar; e a da *candidatura*, na qual as cidades previamente selecionadas de fato de engajam em um pleito.

É importante notar que quem procura o COI são as próprias cidades, não o contrário. Na fase do requerimento, a cidade paga uma taxa de USD150.000 e responde um questionário (IOC, 2008), no qual a cidade requerente detalha todo o planejamento logístico e quantidade de recursos que pretende despende na organização e realização do espetáculo. Ao fim, o IOC Candidature Acceptance Working Group decide quais cidades avançarão para a fase seguinte. No pleito para os jogos de 2016, entre as dezessete cidades requerentes, quatro avançaram para a próxima fase: Rio de Janeiro, Chicago, Tóquio e Madrid.

Na fase seguinte, da candidatura, as cidades preparam dossiês nos quais apresentam detalhadamente todo seu plano para a organização e realização dos jogos. O dossiê é um documento importante desse processo, pois é nele que as cidades, além de apresentarem seu plano, apresentam de que maneira os Jogos Olímpicos podem servir como legado positivo para a cidade em si. No dossiê apresentado pela cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, percebe-se que boa parte da noção de legado, pelo menos da maneira que o documento manifesta, passa pela modernização da capacidade de mobilidade da cidade. Além disso, o dossiê ressalta o alinhamento entre as três esferas de poder do Estado brasileiro – federal, estadual e municipal – na organização conjunta do evento. Na carta ao presidente do COI daquele momento, Jacques Rogge, que compõe o dossiê, é dito o seguinte:

Esta carta reafirma o apoio total e firme do Governo do Brasil, do Estado do Rio de Janeiro e da cidade do Rio de Janeiro, junto com o Comitê Olímpico Brasileiro, à candidatura do Rio para sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

(...)Nosso compromisso é evitar qualquer risco em relação à realização dos Jogos e para tanto temos desenvolvido uma modelagem econômica robusta de seus investimentos, os quais irão beneficiar-se dos recursos de US\$ 240 bilhões já aprovados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal. Todos os investimentos servirão para gerar legados substanciais, tangíveis e significativos para a população do Rio e do Brasil e são alinhados com nossos planos de desenvolvimento a longo prazo.

Temos também a intenção de mostrar todo o caráter do povo brasileiro nestes Jogos. A celebração é uma marca registrada do Rio e os brasileiros estão entre os povos mais calorosos da Terra. Nosso comprometimento com a excelência e a precisão tem sido um fator preponderante em nossos preparativos. Nossa meta é igualar a determinação e a concentração dos grandes Atletas Olímpicos e Paraolímpicos que irão disputar os Jogos de 2016. E é este comprometimento que mostra por que o Rio e o Brasil estão prontos. Já esboçamos todas as novas estruturas legais necessárias para os Jogos, que originarão uma Autoridade Pública Olímpica (APO), central e atuante, junto com suas organizações subsidiárias – a Divisão de Trânsito e Transporte Olímpico e a Divisão Olímpica para a Sustentabilidade. De modo a complementar uma abrangente legislação existente para a execução dos Jogos, Decretos Municipais, Estaduais e Federais irão fornecer as capacidades legais para que o Governo, a APO e o Comitê Organizador possam assumir todas as responsabilidades relacionadas aos Jogos. (RIO DE JANEIRO, 2009, p. n/c)

Após apresentado o dossiê, as cidades assinam um *termo de referência* (IOC, 2008), no qual assumem a responsabilidade de garantir todos os imperativos e padrões técnicos e comerciais pautados pelo modelo de negócio que possibilitou a associação entre os múltiplos parceiros privados, conforme detalhado nas seções anteriores desse mesmo capítulo. Além disso, pagam uma taxa não-reembolsável de USD500.000. Nas etapas finais do rito, o COI publicou o *Report of the 2016 IOC Evaluation Commission: Games of the XXXI Olympiad*. Nesse documento a comissão avaliadora detalha o plano de candidatura de cada cidade candidata, de modo a ressaltar os principais prós e contras de cada cidade para a realização dos jogos a partir dos interesses do próprio COI, centrados na tradição do movimento olímpico em sua relação com interesses econômicos e comerciais. O processo se encerrou com as cidades apresentando as bases de sua candidatura na 121st IOC Session, na qual as cidades receberam votos dos delegados do COI. A cidade do Rio de Janeiro foi eleita com 66 votos, sendo que a segunda colocada, Madrid, recebeu 32 votos.

Friso novamente que são as cidades, alinhadas com seus respectivos Estados e Comitês Olímpicos nacionais, que procuram e se submetem ao processo controlado pelo COI para poderem receber e organizar competições olímpicas. Cabe às cidades convencer o COI que são espaços propícios e apropriados para receber a honra desse tipo de espetáculo. Para tal, as cidades ressaltam de que forma competições olímpicas são vetor para algum tipo de melhoria e desenvolvimento, de modo a deixar claro o quão benéfico é receber esse tipo de modelo de negócios. Às cidades e Estados cabe oferecer todas as garantias jurídicas, sociais e infraestruturais que absolutamente todos os imperativos e contratos que sustentam e possibilitam o modelo de negócios serão respeitados por completo.

No entanto, o que era um dos principais aspectos desse processo de candidatura e seleção, o fato de que as cidades iam até o COI para se candidatarem, está ruindo. Cada vez mais, por intermédio e militância de organizações da sociedade civil de todo o mundo, além de acadêmicos e especialistas, que conduzem estudos complexos e sofisticados sobre o real legado desses eventos, megaeventos esportivos como as competições olímpicas estão caindo em descrédito. Por meio desses atores, a retórica do legado está sendo combatida por contra-narrativas capazes de evidenciar que a noção mais adequada para explicar os efeitos de sediar um evento desse tipo e magnitude não é legado, mas sim impacto. Em contraste com a retórica do legado, que busca apontar aquilo que é positivo na organização desses eventos, a noção de impacto resalta os efeitos transformadores e destruidores que esse tipo de espetáculo têm no cotidiano rotineiro e institucional dos espaços que o recebe.

No que diz respeito à cidade do Rio de Janeiro, que se encontra inserida em uma esteira de megaeventos, esportivos ou não, há uma série de estudos que apresentam estatísticas e análises de políticas públicas e privadas que possibilitam megaeventos. Em sua maioria, esses estudos e análises foram conduzidos pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas e por acadêmicos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da UFRJ, além de acadêmicos de outros lugares da extensa rede de instituições acadêmicas do Rio de Janeiro e de representantes de organizações da sociedade civil organizada, como a FASE, IBASE, entre outras. De modo geral, esses estudos evidenciam a relação direta da

estratégia de organizar tantos megaeventos com um plano de fortalecimento de um mercado imobiliário pautado na especulação e na gentrificação de novas centralidades da cidade, principalmente nas regiões oeste e central. O impacto dessa relação é a consolidação de um novo ciclo de remoções na cidade do Rio de Janeiro⁶². Voltarei a esse tópico com mais calma nas seções finais desse capítulo.

Além do Rio de Janeiro, diversas outras cidades do mundo estão se convencendo de que sediar competições olímpicas não são, necessariamente, um bom negócio para a maior parte da população. Nos últimos anos, como informa matéria do inglês *The Guardian*⁶³ de julho de 2015, a população de cidades como Boston, Oslo, Cracóvia e Estocolmo se organizaram para dizer bem claramente que se recusam a receber competições olímpicas. Como informa a reportagem, na percepção dessas cidades, *“Hosting an Olympics is a corporate sinkhole sucking billions of dollars and a city’s future into a bottomless abyss of excess”*.

⁶² Segundo o IBASE: A cidade do Rio de Janeiro vive hoje uma dramática política de remoções de comunidades, inaugurada pelos dois megaeventos esportivos que o município receberá, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, e as transformações urbanísticas que eles impõem à cidade. O grande agravante é que essas remoções têm sido feitas de forma sistêmica e integrada nas 12 cidades-sede da Copa no Brasil. (...)

De 200 anos para cá, a cidade do Rio de Janeiro assistiu ao final dos seus cortiços; ao nascimento das favelas e da ocupação dos morros cariocas; a reforma Pereira Passos, maior transformação no espaço carioca até então; o primeiro Plano diretor da cidade, o Plano Agache; a construção de Parques Proletários; a remoção de mais 175 mil pessoas de 1963 a 1975 e a construção de 35.517 unidades habitacionais em conjuntos na Zona Norte e Oeste; o Plano Diretor de 1992, no qual se consolida a ideia de integração das favelas a cidade. Essas mudanças ao longo do tempo nos mostram que esse modelo de cidade que encontramos hoje é fruto de uma longa construção histórica.

Com os megaeventos que serão realizados no Rio de Janeiro, já foram, estão sendo e irão ser realizadas remoções de comunidades de diversos lugares da cidade, mas de forma mais intensa em locais de alta valorização imobiliária, como a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes. São obras para construção de equipamentos esportivos, mobilidade e reestruturação urbana. Hoje, as casas que serão removidas são marcadas com as letras SMH, de Secretaria Municipal de Habitação, que a criatividade popular também não deixou escapar e chama de ‘Sai do Morro Hoje’.” <http://www.canalibase.org.br/rio-vive-novo-ciclo-de-politica-de-remocoes/> (última visita 07/12/2015)

⁶³ <http://www.theguardian.com/sport/2015/jul/28/the-olympics-are-dead-why-should-anyone-want-be-a-host-city-anymore> (última visita 07/12/2015)

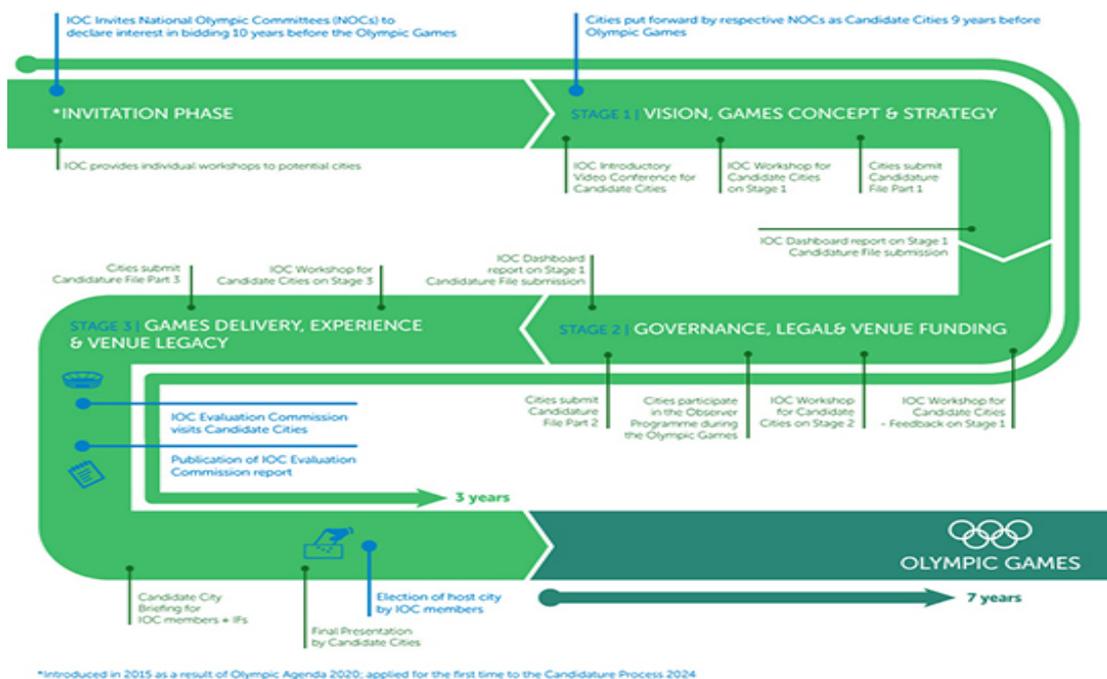


Figura 8 - Processo de Candidatura e Seleção para Competições Olímpicas pós-2020.

Fonte: (IOC, 2014)

O processo de candidatura e seleção para a Copa do Mundo da FIFA não é tão diferente daquele do COI. Cidades e Estados têm de se submeter a um processo do qual não têm qualquer controle, assim como são elas quem têm que ir à FIFA para disputar a organização e realização do espetáculo. Uma das principais diferenças entre o rito proposto pelo COI e FIFA está na transparência como o processo é conduzido. O COI, movido por princípios olímpicos autodeclarados, tem como política tornar público todos os documentos e procedimentos de cada etapa do rito de candidatura e seleção. A publicação do documento sobre a agenda pós 2020, detalhando todo o novo rito, além da facilidade com que se encontra online todos os documentos relacionados ao processo, com exceção dos contratos entre as partes – sendo que esses foram feitos públicos, pelo menos da edição de 2012 em Londres, por intermédio da ONG inglesa Games Monitor – demonstram certo comprometimento do COI com alguma transparência.

Em contraste, ainda que se pesquise em vários bancos de dados e mecanismos de busca, tanto na internet convencional quanto na deepweb, com seus mecanismos próprios e capazes de encontrar praticamente qualquer coisa perdida em qualquer rincão esquecido da internet, o processo de candidatura e

seleção da FIFA permanece obscuro⁶⁴. Foi possível encontrar somente as diretrizes e etapas mais gerais, conforme informado seu site oficial. Tal dificuldade não deve causar surpresa, uma vez que, como fica cada vez mais claro com todos os escândalos e processos envolvendo a entidade, a FIFA conduz seus negócios no mundo todo de modo obscuro e corrupto, o que faz com que seja frequentemente caracterizada como uma entidade mafiosa (JENNINGS, 2008).

Há, todavia, uma quantidade considerável de documentos feitos públicos pelo site oficial da FIFA⁶⁵. No entanto, em sua maioria absoluta, esses documentos versam sobre as regras e regulamentos que se deve seguir dentro de campo. A FIFA, conforme vimos no capítulo anterior, autodeclara-se, a partir de seu estatuto (FIFA, 2012), autoridade suprema sobre todo e qualquer assunto relacionado ao mundo do futebol, dentro e fora de campo. Do ponto de vista de um pesquisador mais interessado pelo que acontece fora de campo, devo somente lamentar o fato de que a transparência conferida para os regulamentos do jogo em si não se aplicam para as dinâmicas, padrões e contratos de fora de campo.

Entretanto, de modo geral, percebe-se que a lógica do processo não se difere muito do que se viu no processo controlado pelo COI. São os Estados que procuram a FIFA e expressam seu interesse em sediar tal evento. Diferente do processo do COI, a Copa do Mundo não se resume a uma só cidade, sendo o requerente não uma ou outra cidade, como no caso de competições olímpicas, mas o Estado. Uma vez decidido qual Estado sediará o evento, inicia-se uma negociação, igualmente obscura, entre FIFA e Estado para decidir quais cidades sediarão os jogos. No caso do Brasil, dada a centralidade que as cidades desempenham na motivação desenvolvimentista que levou o país a se engajar na estratégia de receber tal evento, observou-se uma ampliação no número de cidades-sede. Do que, normalmente, são oito, passou-se a doze. Retornaremos na

⁶⁴ A obscuridade do processo de candidatura e seleção das sedes das Copas da Fifa é reconhecida e reafirmada enquanto um problema central e definidor das dinâmicas que regulam o futebol global por uma série de jornalistas especializados em esporte, em diversos jornais do mundo todo. Há, inclusive, um abaixo assinado promovido pelo *Lewes Football Club* para que a FIFA confira ao processo de seleção das sedes da Copa do Mundo mais transparência. O abaixo assinado, todavia, não foi bem sucedido, contando com apenas 162 apoiadores, conforme pode ser visto no seguinte link: <https://www.change.org/p/fifa-make-the-world-cup-bidding-process-transparent-and-fair> (último acesso 07/12/2015).

⁶⁵ Há uma série de documentos organizados no site oficial da FIFA sob a categoria *Laws and Regulations*, todos, sem exceção, sobre as regras que devem vigorar dentro de campo. Os documentos podem ser encontrados no seguinte link: <http://www.fifa.com/about-fifa/official-documents/law-regulations/index.html> (última visita 07/12/2015).

seção seguinte a motivação desenvolvimentista que levou o Brasil a sediar a Copa e as Olimpíadas.

Ainda de forma convergente com o que se viu no processo do COI, uma vez assegurada sua participação no pleito, os Estados submetem-se a um conjunto de atividades cujo objetivo é assegurar que o Estado reconhecerá e garantirá todos os padrões e imperativos presentes no modelo de negócios. A preponderância vital da exclusividade, um dos aspectos mais fundamentais do modelo de negócios que possibilita a organização e realização de uma Copa do Mundo, tem de ser assegurada por completo pelo Estado que sedia o evento. Como demonstram Carlos Vainer e Nelma Gusmão (2014), dada a centralidade vital que a exclusividade como padrão de exploração da sinergia e potencialidade comercial e econômica desempenha na organização e realização de megaeventos, os lugares, principalmente as cidades, que recebem e sediam esses eventos têm de estar não só ajustados infraestruturalmente aos imperativos do espetáculo em si, mas também têm de ser controlados:

Em síntese, acionando táticas distintas e percorrendo caminhos diferentes, o COI e a FIFA, sujeitos hegemônicos na produção do espetáculo esportivo, caminham na direção a uma única meta: manter a grandiosidade do espetáculo que produzem e satisfazer os clientes que as sustentam, os patrocinadores e as redes de transmissão. Para atingir tal meta, uma estratégia: controle sobre as cidades que financiam o espetáculo a ser vendido. Se a FIFA se apresenta mais agressiva no controle das cidades, o COI tem organizado e preparado o campo para que esse controle possa ser exercido. (VAINER e GUSMÃO DE OLIVEIRA, 2014, p. 94)

Não se pode argumentar, todavia, que o Estado brasileiro foi obrigado ou coagido a operar tais rupturas, ou mesmo que estava inconsciente delas no momento em que as operou. Pois, como fica claro no próprio processo de seleção da FIFA, do pouco que a FIFA nos permite conhecer desse processo, é o próprio Estado quem expressa sua vontade de sediar o evento. Além disso, ao longo de todo o processo, o Estado é feito ciente dos imperativos e conformidades às quais deve se submeter, firmando sua ciência em contrato assinado, como evidenciado pela etapa quinta do processo de seleção sistematizado na tabela 4 abaixo.

Etapa	Marcos importantes
1 ^a	FIFA anuncia a abertura do processo para seleção da sede da Copa do Mundo;
2 ^a	Estados manifestam formalmente, a partir de suas Confederações Nacionais associadas à FIFA, o interesse em sediar o evento;
3 ^a	FIFA publica informações sobre o processo, incluindo o Bidding Manual e documentos de ordem técnica como o Hosting Agreement;
4 ^a	FIFA organiza workshop para os Estados interessados;
5 ^a	Estados confirmam aceitação dos padrões presentes no Hosting Agreement;
6 ^a	Estados submetem, através de suas Confederações Nacionais associadas à FIFA, os documentos necessários para formalizar sua candidatura;
7 ^a	FIFA avalia as inscrições e identificam as candidatas que, na etapa final, concorrerão para aprovação final;
8 ^a	FIFA anuncia as candidatas;
9 ^a	FIFA anuncia o Estado sede.

Tabela 4 - Principais marcos do processo de candidatura e seleção da Copa do Mundo da FIFA.

Fonte: <http://www.fifa.com/governance/competition-organisation/bidding-process.html> (último acesso 07/12/2015)

Em suma, a etapa da candidatura e seleção nos informa um pouco sobre a distribuição de poder e autoridade na produção de um megaevento. Ainda que Estados sejam entidades soberanas sobre uma porção delimitada de espaço, seu território, no que diz respeito a megaeventos esportivos, sua autoridade soberana é, de certa forma, subjugada pela autoridade suprema de organizações esportivas como COI e FIFA, soberanias efetivas pelo menos no que diz respeito direta ou indiretamente à exploração, organização e realização de seus megaeventos. Isso não quer dizer, todavia, que os Estados percam soberania ao decidirem se submeter a processos controlados por outras entidades. Pelo contrário, é somente devido à soberania da qual gozam que Estados podem escolher sediar tais eventos. Sua escolha é consciente e estratégica, não imposta por meio de coação.

Não há também qualquer tipo de concessão de soberania ou autoridade. O Estado, por mais que tenha que entrar, conscientemente, em conformidade com os padrões e imperativos dos contratos e modelo de negócios regidos pela FIFA ou COI, permanece com suas atribuições tradicionais de contenção e controle sobre um território definido. Ele não despende de sua soberania territorial. É exatamente das atribuições e poderes que emanam de sua soberania territorial que COI e FIFA precisam, pois a partir delas abre-se a oportunidade de transformar aquilo que era pura virtualidade, que era somente possibilidade, em realidade concreta, em atualidade. COI e FIFA precisam de Estados com forte capacidade de fazer valer sua autoridade soberana. Pois sem a soberania dos Estados, sem a capacidade dos

Estados de se impor como autoridade sobre seu território, megaeventos esportivos não passam de uma boa ideia, uma potência latente, com grande possibilidade de gerar benefícios múltiplos para partes interessadas igualmente múltiplas.

Não é possível retirar a soberania territorial da equação complexa de produção espacial de megaeventos, pois megaeventos precisam, invariavelmente, de território para consolidarem sua existência concreta. No entanto, isso não quer dizer que Estados sejam a maior autoridade, ou que sejam a única autoridade sobre a organização do evento. Pelo contrário, a autoridade suprema, aquela que define todos os padrões e imperativos contratuais, inclusive no que diz respeito a relação com Estados, são as organizações esportivas. No reino do intangível e supraterritorial do futebol, a FIFA é a autoridade suprema, assim como no reino intangível e supraterritorial das competições olímpicas, a autoridade suprema é o COI. Se Estados têm interesse em atrair esses reinos para seu espaço territorial, eles têm de se associar e se submeter aos mesmos princípios e imperativos comerciais que qualquer outra parte interessada. Associados ao complexo, Estados devem respeitar as marcas e todas as outras propriedades de organizações como FIFA e COI, utilizando de seu poder soberano para protegerem por completo enquanto elas estiverem estacionadas em seu território.

Como veremos a seguir, é nessa imbricação entre a virtualidade supraterritorial do modelo de negócios da Copa e das Olimpíadas e a autoridade territorial de Estados que megaeventos esportivos têm seu processo de produção espacial completado e passam a existir enquanto realidade concreta, enquanto atualidade. Na etapa da imbricação, o que era virtual se atualiza por completo na materialidade espacial de Estados e cidades, tornando-se elemento impactante e transformador de cotidianos rotineiros das cidades e institucionais dos estados.

Mas, antes de nos movermos para a próxima etapa da atualização, peço licença para uma (não tão) curta digressão sobre a razão pela qual o Brasil se submeteu aos processos de disputa para trazer a Copa e os Jogos Olímpicos quase que ao mesmo tempo. Esse tese, é importante frisar, não é especificamente sobre a esteira de megaeventos que atravessou o Brasil. Ela é mais um esforço de compreender a complexidade socioespacial desses eventos a partir de uma discussão teórica-conceitual sobre a problemática da globalização. No entanto, o fato do Brasil ter trazido os dois principais megaeventos esportivos em um espaço

de tempo tão curto entre eles justifica essa digressão, cujo objetivo é pensar os megaeventos dentro de um contexto mais amplo do desenvolvimentismo na história do Brasil. Além disso, de alguma forma, essa digressão explica a razão pela qual a plataforma fluida megaeventos encontrou um cenário favorável que possibilitou imbricar-se no espaço territorial brasileiro.

5.2.2. Megaeventos e a tradição desenvolvimentista brasileira

Fernando Henrique Cardoso, na sua despedida do Senado, em dezembro de 1994, discursou o seguinte:

O caminho para o futuro desejado ainda passa, a meu ver, por um acerto de contas com o passado. Eu acredito firmemente que o autoritarismo é uma página virada na história do Brasil. Resta, contudo, um pedaço do nosso passado político que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas. (CARDOSO, 1995)

Já eleito para o seu primeiro mandato como Presidente da República, FHC declarava o fim da Era Vargas como uma diretriz para seu governo. A Era Vargas, ou Estado Novo, foi um momento de ruptura na história do país: nele processou-se a construção do moderno Estado brasileiro cuja faceta definidora era sua vocação desenvolvimentista. Sob Vargas, o Estado brasileiro teve seu foco de ação redefinido para a consolidação de sua própria capacidade industrial como estratégia de desenvolvimento nacional. Para tal, Vargas criou novas instituições, entre elas nota-se o Código de Leis Trabalhistas, que, até os dias de hoje, é o arcabouço geral de regulação das relações de trabalho; o salário mínimo, garantia de certa estabilidade e previsibilidade econômica e financeira para boa parte da população; e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), importante instrumento de investimento produtivo na indústria e infraestrutura nacional. Além disso, foi nesse período que importantes empresas estatais foram criadas, como a Petrobrás, em 1954, e a Companhia Siderúrgica Nacional e a Vale do Rio Doce, em 1942 (BRESSER-PEREIRA, 2012; FONSECA, 2012)

Decretar o fim da Era Vargas, período fortemente caracterizado por uma inflexão nas atribuições e funções do aparato estatal, transformando-o em

importante agente de desenvolvimento socioeconômico, seria, de uma maneira ou de outra, decretar, portanto, o fim do Estado brasileiro enquanto agente desenvolvimentista. De certa forma, foi exatamente isso que FHC fez. Todavia, não o fez de forma destruidora em definitivo, ou seja, não destruiu por completo a capacidade do Estado de agir como gerador e promotor de desenvolvimento. Pode-se dizer que FHC promoveu uma inflexão na inflexão, mudou o caráter e a estratégia do desenvolvimentismo nacional, quebrando com a tradição varguista, mas não com o desenvolvimentismo, pelo menos não por completo.

Sob FHC, o Brasil não deixou de ser um Estado desenvolvimentista, mas de acordo com a *teoria da dependência*, formulada pelo próprio FHC (1984) e que serviu como espécie de marco teórico para seus governos, não caberia ao Estado a função de fomentar e investir no desenvolvimento nacional por meio do fortalecimento da burguesia industrial nacional, exatamente o que promoveu Vargas⁶⁶. Assim, nos governos de FHC ao longo da década de 1990, processou-se um realinhamento estratégico centrado nas atribuições e funções do Estado, sumarizado pelo sociólogo paulista Brasília Sallum Jr. da seguinte maneira:

(...) Salvo engano, o núcleo dessa perspectiva pode ser resumido neste pequeno conjunto de proposições: o Estado não cumpriria funções empresariais, que seriam transferidas para a iniciativa privada; suas finanças deveriam ser equilibradas e os estímulos diretos dados às empresas privadas seriam parcimoniosos; não poderia mais sustentar privilégios para categorias de funcionários; em lugar das funções empresariais, deveria desenvolver mais intensamente políticas sociais; e o país teria que ampliar sua integração com o exterior, mas com prioridade para o aprofundamento e expansão do Mercosul. (SALLUM JR., 1999, p. 31)

Para entender a lógica e razão de tamanha reestruturação das funcionalidades e atribuições do Estado brasileiro e, portanto, o novo tipo de

⁶⁶ Em coluna para a revista Carta Maior, José Luís Fiori (2012) explica que a escola da dependência de Fernando Henrique Cardoso abalou os fundamentos teóricos do desenvolvimentismo de esquerda dos anos 1950 por meio de quatro ideias seminais. A primeira diz respeito à lógica de funcionamento e expansão do capital, que, segundo a teoria da dependência, não aponta para o pleno desenvolvimento da indústria e da centralização do capital como processos fundamentais para a intensificação das capacidades de acumulação e produção nacional. A segunda diz que a burguesia industrial nacional não contém em si interesse estratégico para um projeto de desenvolvimento pleno das forças capitalistas. A terceira versa novamente sobre a burguesia industrial, sustentando que não basta civilizá-la ou conscientizá-la para que ela passe a desempenhar a função de operador do desenvolvimento nacional. Por fim, temos que a simples expansão do Estado não é capaz de sustentar e intensificar o desenvolvimento da atividade capitalista.

desenvolvimentismo inaugurado na década de 1990 no Brasil, é preciso entender a leitura que FHC fez da conjuntura mundial naquele período e sua percepção de como o Brasil deveria se comportar no cenário econômico global. Enquanto Presidente da República, FHC identificava que a globalização – definida por ele mesmo como conjunto de processos transformadores das dinâmicas socioeconômicas, cujas principais consequências são a dispersão dos interesses e a fragmentação do capital e do trabalho (CARDOSO, 2010, p. 32) – impunha novas restrições ao mesmo tempo em que abria novas oportunidades para o desenvolvimento nacional, fazendo com que estratégias desenvolvimentistas tradicionais, como as que imperavam no Estado Novo, tivessem de ser descartadas em prol de novas, mais orientadas para a integração da capacidade produtiva e competitividade nacional à global. Em discurso na Cidade do México em 1996, já como Presidente da República, FHC explicou o seguinte:

A globalização, em suas diversas expressões, tornou-se um componente incontornável das decisões de Governo, condicionando escolhas no plano nacional e no de ações externas. (...)

A globalização também tem contribuído para alterar o papel do Estado: a ênfase da ação governamental está agora dirigida para a criação e a sustentação de condições estruturais de competitividade em escala global. Isso envolve canalizar investimentos para a infraestrutura e para os serviços públicos básicos, entre os quais educação e saúde, retirando o Estado da função de produtor de bens, de repositor principal do sistema produtivo. (CARDOSO, 2010, p. 24 - 32),

É importante ressaltar que globalização, no sentido atribuído por FHC (2010), é sinônimo de capitalismo global. Assim, movimento fundamental para aprofundar a integração competitiva do Brasil às dinâmicas e fluxos globais de capital era abrir o território nacional como mercado a ser explorado por atores da iniciativa privada nacional e internacional. O Estado devia reescalonar a si mesmo, de modo a tornar possível e otimizada a convivência interdependente entre o público e o privado, sendo este último não limitado pelas fronteiras territoriais brasileiras.

O Brasil sob FHC foi marcado por amplos processos de privatização de sua capacidade industrial que se consolidaram através do *Programa Nacional de*

Desestatização (PND)⁶⁷. O PND já existia desde 1990, mas, a partir de 1995, iniciou-se uma nova e intensa fase de privatizações, na qual os serviços públicos passaram a ser transferidos para o setor privado e a economia nacional inundada pelo capital privado nacional e internacional⁶⁸, que, associado ao Estado, promoveria o desenvolvimento do país (BNDES, 2002). Se durante o Estado Novo, Getúlio Vargas se esforçou para consolidar uma mobília industrial pública, capaz de assentar sob o controle do Estado o processo de desenvolvimento nacional, FHC se livra dessa mobília e assim abre mão de parte do controle nacional.

No bojo do PND, FHC promove o que pode ser compreendido, nos termos de Saskia Sassen (2010), como uma *desnacionalização parcial das atribuições tradicionais do Estado*, na qual o Estado abre mão conscientemente de parte de seus poderes de controle e contenção, concentrando sua capacidade institucional em atividades de regulamentação e atração. Livre de suas funções empresariais, o Estado pôde concentrar seus recursos e capacidades gerenciais e administrativas para funcionar como uma espécie de *agência de promoção de investimentos* capaz de aglutinar investimentos públicos e privados e financiamentos de instituições financeiras internacionais.

O ponto nerval dessa nova estratégia é olhar para fora, para os fluxos que não são, necessariamente, nacionais, mas que podem ser atraídos para o interior do território nacional. FHC instala no território nacional a atração de capital privado como lógica hegemônica para a construção de uma agenda de desenvolvimento nacional mais integrada aos imperativos do capitalismo global. Parece razoável argumentar que essa lógica privatista, pautada pelo imperativo da integração competitiva do Brasil à dinâmicas globais, é o principal legado do desenvolvimentismo de FHC.

Em convergência com essa lógica privatista, iniciou-se um processo de fortalecimento das *Parcerias Público-Privadas* (PPP) como modelo de desenvolvimento (SUNDFELD, 2007). É importante frisar que ao longo da

⁶⁷ O Programa Nacional de Desestatização foi criado por meio da Lei 8031 (BRASIL, 1990), em 1990, sendo revogado e alterado em 1997 pela Lei 9491 (BRASIL, 1997).

⁶⁸ Segundo relatório de 2002 preparado pela Área de Desestatização e Reestruturação do BNDES, 53% de todo o processo de privatização, em todas as áreas envolvidas, foi realizada a partir de investimentos estrangeiros, enquanto que empresas nacionais ficaram com 26% desse novo mercado que se abria.

década de 1990, as PPPs ainda eram bastante incipientes e não eram amparadas e regulamentadas por aparatos jurídicos desenhados especificamente para esse fim. A consolidação do modelo de PPP, como veremos logo adiante, se completa somente em 2004, quando, já sob Lula, cria-se a Lei Federal 11.079, ou a Lei das PPPs (BRASIL, 2004). No entanto, foi em 1995, quando é aprovada a Lei Federal 8.987, a chamada Lei das Concessões (BRASIL, 1995), que começa-se a desenhar um marco jurídico institucional que regulamenta as Parcerias Público-Privadas.

É por meio da Lei 8.987 (BRASIL, 1995) que a iniciativa privada passa a poder administrar empreendimentos públicos de maneira regulamentada pelo Estado e de forma lucrativa. Das mais diversas maneiras, a Lei das Concessões (BRASIL, 1995) garante e legitima o uso privado do bem e do espaço público, possibilitando a expansão da lógica da atração de capital privado como estratégia de desenvolvimento. A partir desse momento, o Estado passa a dividir, de forma sistemática e regulamentada, seu espaço público com diversos novos atores privados, que passam a ocupar espaços de mercado outrora ocupados e controlados pelo próprio Estado.

Por meio das concessões ao capital privado, o governo encontrava uma forma de destravar e reorientar investimentos públicos para setores mais estratégicos. Pois, uma vez facilitada a aproximação entre governo e iniciativa privada, o Estado poderia prescindir de investir recursos próprios em determinados setores, transformando-os em mercados para o capital nacional e internacional privado. Dessa forma, o Estado via-se livre para concentrar sua capacidade de investimento em setores menos estratégicos para o capital privado, mas ainda assim fundamentais e estratégicos para seu próprio desenvolvimento.

Esse tipo de desenvolvimentismo inaugurado por FHC é interpretado por alguns como a primeira experiência neoliberal em território nacional (SALLUM JR., 1999; DRAIBE, 2003; BRANDÃO, 2013). A lógica do privatismo, que guia a reorientação das atribuições e funções tradicionais do Estado, marcando uma separação interdependente e associada entre público e privado, no qual o Estado regulamenta e investe, mas não atua como empresa, é a principal característica que faz com que seja possível compreender o desenvolvimentismo dos anos 1990 como a instalação do neoliberalismo.

Há, todavia, outro aspecto fundamental do desenvolvimentismo de FHC: a dependência ao capital financeiro internacional, principalmente àquele oriundo de instituições financeiras internacionais, como o BID, BIRD ou FMI. Com profundas restrições orçamentárias e de recursos, o Estado tinha pouca capacidade de investimento produtivo, por isso, recorrer ao capital privado e financeiro internacional parecia uma boa estratégia. Assim, o Estado brasileiro, além de livrar-se de sua mobília industrial e abrir novos espaços de mercados para o capital privado, acirrava sua dependência às instituições internacionais que, ao emprestar ou financiar projetos e programas, impunha condicionalidades políticas e econômicas que impactavam profundamente na capacidade de controle, contenção e regulação do próprio Estado. Somados, a *expansão da lógica privatista* e a *dependência ao capital financeiro internacional* dão o tom e o nome do tipo de desenvolvimentismo inaugurado por FHC em seus governos, mas já formulados por ele mesmo enquanto acadêmico: *desenvolvimentismo dependente-associado* (CARDOSO e FALLETO, 1984)

Essa combinação entre Estado, capital privado e instituições internacionais pode ser visualizada na tabela 5, que detalha a origem e o tamanho dos investimentos no *Programa Brasil em Ação*. Lançado em 1996 como opção estratégica para o desenvolvimento da infraestrutura como vetor de atração de capital e modernização das capacidades de produção e acumulação nacional, de modo a integrar os setores produtivos da economia brasileira às dinâmicas e fluxos regionais e globais, o Brasil em Ação combina investimentos de atores públicos das três esferas governamentais – federal, estadual e municipal – com concessões ao capital privado, nacional e internacional, e financiamentos de instituições financeiras internacionais⁶⁹.

⁶⁹ No coração do Programa estava a percepção de que fazia-se necessário uma nova orientação espacial das vocações produtivas do território nacional de modo a integrá-las às capacidades produtivas externas. O próprio Fernando Henrique Cardoso sublinha esse imperativo ao frisar a necessidade de conceber o território nacional como uma plataforma para projeção global de modo a gerar desenvolvimento: “A definição de uma clara política regional tende a ser um tema básico na agenda das políticas públicas para os próximos anos. O país não conseguirá se integrar ao resto do mundo se não usar como plataforma de crescimento sua própria integração. Ao usá-la, ficará mais forte, atrairá novos capitais externos e deverá expandir sua participação nos mercados internacionais. (...) É importante, pois, conjugar esforços e recursos dos governos estaduais, municipais e federal, da iniciativa privada e dos financiamentos externos, para aproveitar as vantagens competitivas das diferentes regiões e, desse modo, atender às demandas da sociedade. (...) Os investimentos em infraestrutura destacam-se, certamente, como um vetor decisivo de qualquer estratégia de desenvolvimento – e é impensável, no Brasil de hoje, conceber políticas

Em suma, o modelo desenvolvimentista de FHC, estava ancorado em três dimensões, que atravessam e aglutinam o público e o privado, assim como nacional e o internacional, como demonstra a tabela 5:

- i. investimentos públicos estatais, ora oriundos do Orçamento Geral da União, ora de bancos públicos, como BNDES e Caixa Econômica Federal, ora de fundos setoriais, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador;
- ii. concessões à iniciativa privada, destravada, facilitada e regulamentada por meio da Lei das Concessões de 1995;
- iii. financiamento por parte de instituições financeiras internacionais, principalmente por parte do BID, BIRD e FMI, acirrando a dependência nacional ao capital internacional.

Setores	Investimento (R\$ bilhões)	Origem Investimento
Saúde	2,373	FGTS / BID-BIRD/ UNIÃO
Habitação	7,636	FGTS / estados e municípios/ Iniciativa Privada
Saneamento	4,97	FGTS/ estados e municípios/ União/ BID
Emprego	12,264	FAT / BNDES/ Banco do Nordeste
Água	2,4	União / BID/ estados
Agricultura	10	União / FAT
Educação	1,417	União
Turismo	800	União / BID / estados
Comunicações	18,587	Iniciativa Privada / Prefeitura do Rio
Transportes	32,663	União / CAF/ estados/ BID / Eximbank
Energia	4,531	Petrobras/ Eletrobrás / BNDES / iniciativa privada / BID / Eximbank / CAF / BEI / BIRD

Tabela 5 - Programa Brasil em Ação (1996-98), Áreas e origens de investimento.

Fonte: Elaborado a partir de (BRASIL, 1998)

relevantes de investimentos em infraestrutura sem incorporar a dimensão espacial. Conferir um sentido econômico racional para a distribuição desses investimentos pelo território, transcendendo a geografia política formal, é certamente uma preocupação prioritária.” (CARDOSO, 2008, p. 162)

Com o fim da era FHC, que não obteve sucesso em eleger José Serra como seu sucessor, derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva na eleição de 2002, inicia-se uma nova era na história brasileira. É possível sublinhar alguns pontos de continuidade entre FHC e Lula, principalmente no que diz respeito à centralidade da estratégia da atração de capital e das PPPs como forma de investimento. Mas há inflexões importantes, principalmente no que diz respeito à função do Estado e de mecanismos públicos nacionais de investimento como vetores promotores do desenvolvimento. É nesse conjunto de continuidade e ruptura que a organização de um megaevento como a Copa do Mundo entra como escolha desenvolvimentista estratégica. Para compreender tal escolha, há de se compreender antes as continuidades e rupturas entre os governos FHC e Lula.

Marcando essas diferenças e inflexões, convencionou-se denominar o período dos governos do PT, principalmente a partir do segundo governo Lula, de *Novo Desenvolvimentismo* (ND) (BRESSER-PEREIRA, 2004; 2010; SICSÚ, PAULA e MICHEL, 2005; 2007; GONÇALVES, 2012). Como demonstram João Sicsú *et al* (2005; 2007), o ND ancora-se na complementaridade entre Estado e mercado, além de amparar-se também na visão neoestruturalista, conforme formulada pela CEPAL, que defende a adoção, por parte do Estado, de uma estratégia de transformação e modernização da capacidade produtiva de modo a assegurar equidade social. O ponto chave do ND seria compatibilizar, como objetivos basilares para a atuação do Estado, crescimento econômico sustentável com distribuição de renda. O objetivo não é, todavia, a construção de uma economia centralizada, sob controle direto e total do Estado e com um mercado fraco e aprisionado. Não se trata tampouco do inverso, no qual o Estado se apequena frente a um mercado agigantado. O cerne do ND encontra-se entre os dois extremos: um Estado forte que estimula e avaliza o crescimento de um mercado forte e acessível a maior parte da população.

Na busca por um Estado mais participativo, capaz de atuar para o florescimento das atividades de mercado, observa-se o que talvez seja a principal inflexão se comparados o *desenvolvimentismo dependente-associado* dos anos FHC ao *novo desenvolvimentismo* de Lula: a importância que o princípio da soberania desempenha nos discursos, estratégias de atuação e políticas públicas de

investimento. De certo, é importante frisar, sob a égide de FHC o Estado, enxuto de suas atribuições empresariais, converteu-se em investidor no seu próprio crescimento, principalmente no que diz respeito a sua malha infraestrutural, algo que durante os governos do PT não se transformaria tanto. Essa talvez seja a principal continuidade entre ambos governos. No entanto, o nexos da atuação estatal sob FHC estava em se associar ao capital internacional de forma dependente, o que fica claro com a centralidade que instituições financeiras internacionais desempenhavam nos planos de investimentos nacionais. Em sua grande maioria, os programas e projetos de desenvolvimento ancoravam-se em pesados financiamentos internacionais, como mostra a tabela 5.

No período Lula essa inflexão se manifesta pela substituição de instituições financeiras internacionais por instituições nacionais, principalmente pelo BNDES e Caixa Econômica Federal, como podemos ver na tabela 6, sobre a divisão de investimentos no Programa de Aceleração de Crescimento 2, também chamado PAC da Copa, o qual analisarei com mais calma logo adiante. Os Programas de Aceleração de Crescimento seguem modelo bastante similar ao Programa Brasil em Ação de FHC. Ambos programas podem ser compreendidos como iniciativas de *ajustes espaciais* (HARVEY, 2001; 2005), cujo efeito é a potencialização das capacidades de produção e acumulação por meio de construção de uma malha infraestrutural mais moderna e integrada. Se comparadas, as **tabelas 1 e 2** demonstram com certa precisão o ponto de inflexão entre um governo e outro: a lógica e o objetivo do investimento se mantém, mas sua origem não. Sob Lula, a estratégia desenvolvimentista é financiada por mecanismos nacionais, em detrimento da forte presença de instituições financeiras internacionais, marca d'água dos governos de FHC.

Projeto	Investimento (R\$ bilhões)	Origem recursos (R\$ bilhões)	Tamanho
Mobilidade Grandes Cidades	22,43	R\$12,16 FIN R\$10,27 OGU	50,31%
Mobilidade Cidades Médias	7,00	FIN	15,60
Copa 2014	18,98	6,95 FIN 11,95 OGU	15,60%
Pavimentação 1 ^a etapa	2,40	FIN	13,01%
Pavimentação 2 ^a etapa	5,80	FIN	5,38
Total	44		

Tabela 6 - Carteira de Projetos PAC e Copa, Valor de Financiamento e OGU.

Fonte: (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2012)

Se sob Lula é possível perceber um fortalecimento da capacidade nacional de investimentos em desenvolvimento, o que pode ser caracterizado como uma inflexão em comparação com os governos de FHC. Concomitantemente, a lógica privatista, que, já era central sob FHC, se aprofunda ainda mais nos governos do PT. Em 2004, como já mencionado acima, foi aprovada a Lei 11.079, também chamada de *Lei das Parcerias Público-Privadas* (BRASIL, 2004), que avança e atualiza a Lei das Concessões de 1995 (BRASIL, 1995) ao estabelecer modalidades específicas de concessões que passam a configurar Parceria Público-Privada⁷⁰. Conforme consta no texto da Lei, a Parceria Público-Privada é um

⁷⁰ A Lei das PPPs estabelece duas modalidades de concessões que configuram Parceria Público Privada: Concessão patrocinada e concessão administrativa. A primeira, conforme informa o site do Ministério do Planejamento, “é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado. (Lei 11.079/04, art. 2.º, §1.º)”. Já a segunda, também segundo o Ministério do Planejamento, “é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens. (Lei 11.079/04, art. 2.º, §2.º)”. Além disso, como informa o *Portal Brasil*, a lei de 2004 atualiza a de 1995 também ao estabelecer uma nova forma de remuneração do parceiro privado, que passa a ser remunerado exclusivamente pelo governo ou numa combinação de tarifas cobrados dos usuários que usufruem dos serviços

contrato de prestação de obras ou serviços não inferior a 20 milhões de Reais, com duração mínima de 5 e no máximo de 35 anos, firmado entre empresa privada e o governo federal, estadual ou municipal. Além disso, o contrato deve ser firmado por meio de licitações (BRASIL, 2004).

No *Novo Desenvolvimentismo* a lógica estratégica da atração de capital privado e sua conversão em vetor para o desenvolvimento nacional ganha força e consolida-se como a grande opção governamental. Ao consolidar a opção pela atração de capital e pela utilização de mecanismos nacionais de investimento, como BNDES e Caixa, o governo vê-se, por um lado, livre da dependência de instituições internacionais, como FMI e BID, mas, por outro, aprofunda ainda mais a lógica privatista ancorada na associação interdependente entre público e privado. É justamente por esse ponto que se explica a opção estratégica de organizar uma Copa do Mundo, evento de propriedade de uma organização privada supraterritorial como a FIFA. Muda-se o eixo e a maneira, mas, em Lula, assim como em FHC, o ponto nerval da estratégia permanece sendo a integração competitiva e atraente da capacidade socioeconômica nacional à dinâmicas e fluxos globais. *Atração de capital* permanece sendo expressão chave para compreensão da era Lula, assim como foi da era FHC.

Ambos os governos, de uma maneira ou de outra, reconhecem que não há alternativa à expansão hegemônica do capitalismo global, restando, somente, entrar da melhor forma possível no seu jogo. A diferença entre ambos, todavia, encontra-se na maneira como se entende que essa integração deve ocorrer. Enquanto FHC conduziu uma integração pautada no acirramento da dependência do país à instituições financeiras internacionais, aumentando a dívida externa e abrindo o país para as condicionalidades impostas por essas instituições, Lula optou por outro caminho. Baseado numa percepção de que o Brasil não deveria somente se integrar de forma competitiva e atraente à dinâmicas globais, mas devia desempenhar protagonismos nas arenas internacionais, romper com o ciclo de dependência e endividamento internacional era ponto de partida. Por isso era fundamental conquistar uma nova forma de se relacionar com instituições e atores

prestados pelo ente privado.
<http://antigo.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=114&ler=s1107> (última visita 29/09/2015); <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/04/parceria-publico-privada-ppp> (última visita 29/09/2015)

internacionais. Nas palavras do Presidente Lula (2008), o Brasil deveria se projetar como um “ator global”:

O título do colóquio “Brasil: ator global” aponta para um problema central: qual o sentido e as possibilidades da presença e ação de meu país no cenário internacional?

A expressão “ator global” pode provocar malentendidos. O primeiro é o de acreditar que o Brasil, um país com problemas sociais e sem meios importantes de projeção de poder militar no plano internacional, não poderia aspirar a ser globalmente um ator pleno. Somente países ricos, socialmente mais desenvolvidos e dotados de meios militares mais expressivos teriam capacidade de atuar de forma independente e eficaz na cena mundial. É evidente que riqueza e força militar são expressões de poder. Elas não esgotam, no entanto, a capacidade de ação e de influência de que pode dispor um país. O segundo equívoco é o de pensar que o Brasil, somente por possuir vasto território, abundantes recursos naturais e população numerosa, terá automaticamente papel de relevo na esfera internacional. O Brasil está, felizmente, longe dessas duas perspectivas extremas. (LULA DA SILVA, 2008, p. 41, 42)

Se a dependência não era mais uma opção, a associação interdependente, na qual o Estado associa o seu protagonismo ao de entidades privadas internacionais, como a FIFA e o COI, de modo a consolidar um cenário temporário de alta sinergia capaz de atrair investimentos estrangeiros diretos, além de destravar investimentos públicos, pareceu uma saída mais interessante. Na sua essência associativa e interdependente, que articula interesses públicos – o desenvolvimento nacional – com interesses privados – a obtenção de lucros por parte da FIFA e de seus parceiros e patrocinadores – a Copa talvez tenha sido a maior parceria público-privada de toda história nacional. Ainda que a Copa em si não se configure exatamente como uma PPP nos moldes ditados pela Lei 11.079 (BRASIL, 2004), a lógica estratégica do Estado em organizar a realizar a Copa de 2014 passa pelo aprofundamento da associação interdependente entre público e privado.

Nessa sociedade temporária, que dura o tempo exato para se organizar e realizar o evento, que acaba logo depois, a FIFA entra com o modelo de negócio e com a força do futebol, completamente sob seu controle, poder e autoridade, enquanto o Estado entra com o território e com seu aparato institucional capaz de afiançar a estabilidade e previsibilidade legal necessária para que todos os atores envolvidos oficialmente na organização do evento tenham seus interesses e

investimentos protegidos e garantidos. Dito de outra forma, nessa parceria, o Estado entra com recursos (investimentos públicos), soberania (aparato institucional) e território (espaço). A Fifa, por sua vez, entra com o modelo de negócio e todos os direitos, e os patrocinadores e parceiros oficiais com recursos e marcas que agregam e as corporações midiáticas com a capacidade fundamental de propagar o evento para todo o globo.

Do ponto de vista do Estado, a organização da Copa – assim como de outros megaeventos, esportivos ou não, como os Jogos Olímpicos e a Jornada Mundial da Juventude – apresenta-se como uma oportunidade de ouro para atrair investimentos privados que não seriam atraídos em outro contexto. Pois, uma vez que a organização de um evento desse tipo e magnitude demanda uma extensa e moderna infraestrutura de mobilidade, virtual e física, fazem-se necessários investimentos em uma escala que, fora do contexto do megaevento, não seriam possíveis.

Essa função estratégica da Copa como elemento desenvolvimentista fica claro em texto publicado por Luís Fernandes (2014), Secretário Executivo do Ministério dos Esportes no período da organização e realização da Copa e coordenador dos Grupos Executivos do Governo Brasileiro para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. O que motivou o Brasil a se engajar na organização de megaeventos esportivos, diz Fernandes (2014, p. 57), “foi identificar neles uma chance única, uma janela singular e histórica de oportunidades, para fortalecer e acelerar seu desenvolvimento”.

Luís Fernandes (2014), de forma bastante clara e didática, caracteriza explicitamente a opção pela organização e realização da Copa de 2014 como um movimento central para o que ele denomina de *Novo Programa Nacional de Desenvolvimento* (NPND). Termo análogo ao *Novo Desenvolvimentismo*, o NPND aparece devidamente explicado em documento intitulado *Programa Socialista para o Brasil* (PCDOB, 2009), do Partido Comunista do Brasil, que ocupou o Ministério dos Esportes durante todo o processo de organização e realização da Copa de 2014. Nesse documento, ficam explicitas as diretrizes que, segundo Fernandes (2014), estão no centro da motivação que levou o governo a sediar a Copa. A mais principal delas é a reversão “da condição de nação

subjugada, periférica” (PCDOB, 2009), que, segundo consta no documento, foi aprofundada durante a experiência neoliberal sob FHC, uma vez que acirrou-se a dependência e o endividamento externo brasileiro.

Na lógica do NPND, conforme formulado pelo PCdoB (2009), o movimento estratégico mais correto seria atrair o capital e os negócios transnacionais de modo a nacionalizá-lo enquanto instrumento doméstico de desenvolvimento. No artigo de Luís Fernandes (2014), esse movimento de *nacionalização do transnacional*, encontra-se diluído dentro da ideia de legado da Copa:

Nas condições enfrentadas pelo Brasil, o esforço de estruturação de um Novo Programa Nacional de Desenvolvimento se confronta com pesadas heranças do período neoliberal anterior, que procurou amarrar o país aos circuitos globais de acumulação financeira – *a aceleração e a intensificação dos investimentos em infraestrutura no contexto da organização dos megaeventos fortalece o polo dentro do governo, da economia e da sociedade brasileira, de forma a destravar os investimentos públicos e privados para inaugurar um novo e duradouro ciclo de desenvolvimento nacional*. Nesse contexto, realizar os jogos do Mundial nas cinco regiões do país foi uma decisão estratégica, tomada em consonância com o objetivo de implantar um programa de desenvolvimento que irá transformar não apenas as doze cidades-sede, mas o país como um todo. *É essa a compreensão que consubstancia o conceito de nacionalização dos grandes eventos: propiciar a irradiação de investimentos para além do Rio de Janeiro – no caso dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos – e das doze capitais, no caso da Copa do Mundo*. (FERNANDES, 2014, p. 58) (meus itálicos)

Nas dois itálicos da citação acima é possível perceber dois aspectos centrais da opção desenvolvimentista estratégica de sediar a Copa. Em primeiro lugar, como fica implícito na primeira parte destacada, a Copa possibilitou o fortalecimento de um polo dentro do governo que defendia a utilização de mecanismos nacionais e públicos de investimento. Na argumentação de Luís Fernandes (2014), que assinou o texto na condição de representante de Estado, a Copa foi utilizada como vetor de inflexão na lógica desenvolvimentista, possibilitando o destravamento de investimentos públicos por meio da utilização de instituições nacionais, como o BNDES, sendo esse um de seus principais legados. Em segundo lugar, como aparece explícito no segundo itálico, aspecto central da estratégia desenvolvimentista é a concentração de investimentos no desenvolvimento urbano. As cidades caracterizaram-se como centralidades

fundamentais para os planos do governo, que, certa maneira, entendia que o investimento concentrado nas cidades irradiariam para outras partes do território.

Em suma, o que levou o Brasil a sediar a Copa de 2014 foi sua necessidade desenvolvimentista: a Copa foi interpretada pelo governo como um vetor de desenvolvimento capaz de atrair diversos investimentos privados, assim como destravar investimentos públicos. A ideia de que o evento deixaria um legado de desenvolvimento centrado nas cidades, mas irradiado para outras porções do território nacional, levou o Brasil a abrir seu território para a instalação de um modelo de negócio de uma organização privada de cunho supraterritorial.

Do ponto de vista do Brasil, o desenvolvimentismo foi o principal aspecto que permitiu o encaixe entre os interesses da FIFA e de seus parceiros e os do Estado, fazendo com que a plataforma megaeventos se estacionasse sobre o Brasil e o global se imbricasse no não-global brasileiro. No entanto, para que o encaixe se configurasse, foi necessário mais do que a motivação desenvolvimentista por parte do Estado: o governo teve de oferecer garantias que todos os interesses da FIFA e seus parceiros fossem devidamente respeitados. Afinal de contas, todo processo de atração de capital demanda ajustes espaciais e institucionais capazes de preparar o território para as atividades privadas atraídas. A Copa, na essência de associação interdependente entre Estado e FIFA, é também um grande processo de atração de capital, talvez o maior deles.

5.3. Ajuste Espacial

A associação entre o *complexo esportivo-midiático-comercial* – que se apresenta como uma plataforma supraterritorial capaz de se mover por todo o Mundo e de se projetar em variados mundos – e atores públicos como cidades e Estados – que somam suas estruturas e capacidades institucionais e tecnológicas ao complexo – resulta em um amplo e concreto processo de transformação física dos lugares que sediam o evento. Nessa grande parceria público-privada, o que era puramente virtual se atualiza na materialidade dos lugares, atualizando a si mesmo – deixando de ser puramente virtual – ao mesmo tempo em que atualiza o lugar a partir de si mesmo – transformando-os física e socialmente. Nenhum lugar sai

impune depois da passagem da plataforma megaevento, tanto do ponto de vista espacial concreto quanto social.

Como vimos, David Harvey (2001; 2005) formula o conceito de *ajuste espacial* para ressaltar o processo de adequação socioespacial concreto imposto pela expansão da lógica do capital. A própria noção de *acumulação primitiva*, conforme formulada por Marx (1990), remete a um tipo de ajuste espacial. Ao impor uma mudança na lógica de propriedade da terra, que passou do uso público e comum ao uso privado, a relação que as pessoas mantinham com o lugar muda drasticamente. Na lógica privada, a terra deixa de ser espaço coletivo de subsistência e se transforma em espaço individualizado e privado de produtividade visando lucro. Se pensando nos termos de um tipo de *ajuste espacial*, o processo da *acumulação primitiva* (MARX, 1990) diz respeito a transformação da função que se estabelece a um determinado lugar, no qual uma função original é desconstruída e reconstruída nos termos e moldes impostos pela lógica socioprodutiva capitalista.

Quando a plataforma virtual megaeventos se estaciona em uma determinada cidade – no caso dos Jogos Olímpicos do COI – ou conjunto de cidades – no caso da Copa do Mundo da FIFA –, ela traz consigo um conjunto de atores associados em torno de um modelo de negócios que tem como objetivo a organização e realização de um espetáculo que explora comercial e economicamente alguma modalidade esportiva, de modo a transformá-la em um vetor para a produção de receitas e lucros para todos os associados. As *laws of motion* (WOODS, 1996) do capital que informam o modelo de negócios, projetam-se, através da força e capacidade institucional e tecnológica dos atores que operam a realização concreta do espetáculo, como forças hegemônicas capazes de ajustar espaços tanto em sua dimensão social, quanto física. Independente da função que caracteriza os lugares previamente, quando a plataforma se estaciona só há uma função possível: gerar receita e lucro. Assim, a lógica do capital não deixa brecha para que nada que fuja de seus imperativos possa coexistir com as atividades pautadas pelo modelo de negócios. Afinal de contas, o alma do negócio é a exclusividade (VAINER e GUSMÃO DE OLIVEIRA, 2014).

Todos os espaços concebidos produzidos a partir do modelo de negócios do megaevento devem, de uma forma ou de outra, ser ajustados para que atividades

comerciais e econômicas corram da forma mais otimizada, maximizada, controlada e assegurada possível. Pois a exclusividade que caracteriza e salvaguarda as associações que constituem o *complexo esportivo-midiático-comercial* demanda a criação de espaços que são de uso exclusivo dos parceiros oficiais do evento. Dentro dos espaços do megaevento, ninguém, absolutamente ninguém que não seja parceiro oficial ou que não esteja trabalhando para os parceiros oficiais ou para a organização esportiva em si pode exercer qualquer atividade econômica ou comercial.

Com a exclusividade como finalidade absoluta, o estacionamento da plataforma megaevento implica a criação de *zonas de exclusividade* a serem explorados unicamente pelos associados ao evento. Tais zonas são literalmente perímetros no interior das quais somente pessoas com autorização prévia podem circular. Na Copa do Mundo do Brasil, por exemplo, em dias de jogos, eram criadas *zonas de exclusividade* ao redor dos estádios e somente os que portavam ingressos para assistir os jogos ou pessoas autorizadas podiam entrar⁷¹. Não importava se esses espaços eram públicos, como ruas ou estações de metrô e ônibus, durante os dias de jogos eles eram temporariamente privatizados para o usufruto exclusivo daqueles que estavam oficialmente envolvidos com o espetáculo, seja na condição de espectador ou na condição de associado ao complexo.

⁷¹ A possibilidade de criação de áreas de exploração comercial exclusiva da Fifa, não apenas dentro dos estádios, mas em seus entornos e principais vias de acesso, foi garantida pelo Estado brasileiro por meio da Lei Geral da Copa (BRASIL, 2012). No texto da lei consta que “a União colaborará com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que sediarão os Eventos e com as demais autoridades competentes para assegurar à Fifa e às pessoas por ela indicadas a autorização para, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nos locais oficiais de competição, nas suas imediações e principais vias de acesso”. Além disso, afirma que os “os limites das áreas de exclusividade relacionadas aos locais oficiais de competição serão tempestivamente estabelecidos pela autoridade competente, considerados os requerimentos da Fifa ou de terceiros por ela indicados, atendidos os requisitos desta Lei e observado o perímetro máximo de 2 Km (dois quilômetros) ao redor dos referidos locais oficiais de competição”.

Uma vez que essas zonas preveem uso exclusivo de determinados espaços da cidade, a sobreposição de operações comerciais e econômicas foram proibidas, pois somente a FIFA e seus parceiros oficiais poderiam exercer atividades econômicas e comerciais. Isso impactou de forma destruidora sobre vários daqueles que exerciam suas atividades nessa região, fechando comércios locais e feiras ou forçando-os a se transferirem de lugar, como informa matéria da *Agência Brasil*, que pode ser acessada neste link: <http://economia.ig.com.br/2014-05-03/fifa-ganha-exclusividade-de-venda-e-deixa-feirantes-sem-emprego-na-copa-do-mundo.html> (último acesso 01/02/2016)

A criação dessas *zonas de exclusividade* é um dos principais *ajustes espaciais* decorrentes do estacionamento da plataforma megaevento nas cidades brasileiras. No período em que essas zonas existiam, o que era parte do território brasileiro era cedido para usufruto direto da FIFA e seus parceiros. Aponto essa cessão de espaço territorial como um dos principais *ajustes espaciais* da Copa de 2014, pois ao observá-la fica bastante claro o que significa para a prática cotidiana dos lugares que recebem esses eventos a imbricação entre o supraterritorial e o territorial. Ao se associar à entidades públicas territoriais como o Estado em todas suas escalas – que, no caso do Brasil, pode ser organizada em três: municipal, estatal e federal – a FIFA e seus parceiros ganham espaço territorial, ainda que somente por tempo determinado, mas suficiente para a concretização de seus objetivos.

Imbricada no espaço territorial, a própria plataforma megaevento se territorializa e suas virtualidades intangíveis e fluidas se fixam nos lugares, impondo-se como forças hegemônicas – para não dizer totalitárias – sobre o cotidiano e as funções que já existiam previamente a sua chegada. Diante da força da plataforma megaevento, as relações, ritmos e dinâmicas rotineiras dos lugares, transformados em estacionamento de plataforma, são ajustadas de modo a adequarem-se por completo aos padrões e imperativos inerentes ao modelo de negócios que tem de ser replicado com exatidão. Esse é um processo extremamente desigual, assimétrico e que traz consigo a necessidade de questionar até que ponto vai o poder cedido pela população ao seu Estado. Será mesmo que a soberania de um Estado deve ser tão grande a ponto dele poder escolher conscientemente ceder parte de seu território já ocupado e funcionalizado por seus cidadãos para o usufruto de um complexo constituído por agentes privado?

No contexto desse *ajuste espacial* específico, entre o cotidiano das centenas de milhares de pessoas que habitam os lugares que recebem o megaevento e os imperativos do megaevento em si, o Estado escolhe os imperativos, até porque esses imperativos são também seus, já que o próprio Estado se associa ao complexo quando se submete ao processo de seleção, conforme analisado na seção anterior. O Estado, por meio de seu aparato institucional que o confere poder e autoridade soberana territorial, garante e assegura aos seus parceiros o

respeito total aos contratos de exclusividade que emanam do modelo de negócios. Para garantir esses *ajustes espaciais* que privatizam áreas públicas e limitam a circulação e atividades de seus cidadãos, os Estados promovem determinados *ajustes legais*, o que Carlos Vainer e Nelma Gusmão (2014) denominam como *rupturas político-institucionais*. Como nos ensinam os autores, para compreender tais rupturas, faz-se necessário abordar “o modo como acontecem essas rupturas em cada lugar” (VAINER e GUSMÃO DE OLIVEIRA, 2014, p. 109).

A partir da percepção de que as rupturas devem ser analisadas a partir da forma como acontecem nos lugares e de uma abordagem transescalar, a partir da qual cada escala é compreendida como *arenas de confronto* (VAINER e GUSMÃO DE OLIVEIRA, 2014, p. 84), os autores analisam os processos de rupturas conforme conduzidos no Brasil e apontam diversas adaptações legais desenhadas especificamente para ajustar os espaços aos imperativos e padrões da FIFA para a Copa do Mundo de 2014. No que diz respeito ao Estado brasileiro, são três escalas: federal, estatal e municipal. Carlos Vainer e Nelma Gusmão demonstram que foram processadas *rupturas políticos-institucionais* em cada uma dessas escalas.

Na escala federal, as rupturas foram processadas principalmente por meio de cinco alterações ou criações de novas leis: por meio da Lei 12.462 estabeleceu-se o *Regime Diferenciado de Contratações* (BRASIL, 2011), cujo objetivo é acelerar e facilitar processos de contratações públicas para obras e processos de transformações espaciais concretas; por meio da Lei 12.350 (BRASIL, 2010), objetivou-se aliviar a FIFA e seus parceiros do peso tributário do Estado brasileiro; por meio da Lei 12.348 (BRASIL, 2010a), os municípios foram autorizados a se endividarem acima da Renda Líquida Real; por meio do Decreto 7.538 (BRASIL, 2011a), foram criadas estruturas especiais do exercício de poder, de modo a auxiliar o Ministro de Estado da Justiça a “planejar, definir, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as ações de segurança” (VAINER e GUSMÃO DE OLIVEIRA, 2014, p. 102); e, por fim, temos a Lei 12.663, ou *Lei Geral da Copa* (BRASIL, 2012), por meio da qual criaram novos tipos penais para o fortalecimento das instituições de repressão do Estado de atuarem, além de assegurar a exclusividade dos parceiros oficiais em explorar comercial e economicamente o evento.

Já na escala estatal, as rupturas se concentraram no Decreto 44.082 (RIO DE JANEIRO (ESTADO), 2013), de fevereiro de 2013, que inclui a administração, operação e manutenção do complexo esportivo do Maracanã – que envolve tanto o Estádio Mário Filho como o Ginásio Gilberto Cardoso, também chamado de Maracanzinho – no *Plano Estadual de Parcerias Público-Privadas*. Na prática, esse Decreto prevê a privatização, por meio de concessão, do Maracanã como um todo.

É na escala municipal, todavia, que vê-se com mais clareza a totalidade dos impactos das *rupturas político-institucionais* (VAINER e GUSMÃO DE OLIVEIRA, 2014). No que diz respeito às rupturas processadas especificamente na escala da cidade, Vainer e Nelma Gusmão (2014) apontam x medidas essenciais para a viabilização tanto da Copa, já ocorrida, e das Olimpíadas, que, no momento em que essa tese está sendo escrita, ainda está para acontecer, são elas: Decreto 30.379 (RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2009), de janeiro de 2009, que tem impacto multidimensional no cotidiano da cidade, uma vez que restringe liberdade de manifestação e atividade comercial de ambulantes, além de colocar imóveis públicos à disposição dos organizadores da Olimpíadas, autorizar a concessão de benefícios fiscais e garantir proteção para todas marcas olímpicas; Lei Complementar 33 (RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2009d), cujo efeito foi alterar parâmetros urbanísticos na Barra da Tijuca, principal espaço da cidade para a expansão da lógica especulativa que acompanha a organização dos Jogos Olímpicos; as Leis Complementares 101, 102 e 5128 (RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2009a; 2009b; 2009c), e que, no seu conjunto, estruturam juridicamente a engenharia financeira necessária para a PPP que viabiliza a revitalização da região portuária do Rio; Leis Complementares 44, 716 e 715 (RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2010; 2010a; 2010b), que concedem benefícios fiscais à indústria hoteleira da cidade. De modo a possibilitar melhor visualização desse conjunto complexo de *rupturas político-institucionais*, organizo-as abaixo na tabela 7.

Carlos Vainer e Nelma Gusmão (2014) fecham a listagem das *rupturas político-institucionais* necessárias para a viabilização das várias plataformas megaeventos que se estacionaram no Brasil e no Rio, e que aqui busco apresentar como *ajustes institucionais* que condicionam e possibilitam *ajustes espaciais*,

chamando atenção para o que talvez seja o *ajuste espacial* mais perverso, autoritário, totalitário e impactante desse contexto continuado de megaeventos, as remoções:

(...) há que dar destaque especial à incontável lista de decretos de desapropriação por utilidade pública, nunca claramente justificados, que estão na base política sistemática de remoção e limpeza étnica e social operada pela prefeitura do Rio de Janeiro. (VAINER e GUSMÃO DE OLIVEIRA, 2014, p. 105, 106)

Escala	Lei	Detalhamento
Federal	Lei 12.462	<i>Regime Diferenciado de Contratações</i> : “(...) as obras sob esse regime podem ser contratadas antes mesmo que haja um projeto, e o julgamento se dá com base apenas em técnica e preço, apresentados de acordo com anteprojeto descritivo das principais diretrizes para o empreendimento.
	Lei 12.350	<i>Regime Especial de Tributação</i> : “(...) isenta de quase todos tributos federais: a FIFA, seus membros, parceiros, difusores, prestadores de serviço e todas as transações relativas aos eventos organizados, chancelados, patrocinados ou apoiados pela instituição ou seus associados”.
	Lei 12.348	“(...) autoriza os municípios a se endividarem acima da Renda Líquida Real em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016”
	Decreto 7.538	“assessorar o Ministro de Estado da Justiça nos atos de: planejar, definir, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as ações de segurança; elaborar propostas de legislação e regulamentação nos assuntos de sua competência; promover a integração entre órgãos de segurança pública federais, estaduais, distritais e municipais envolvidos com a segurança dos eventos e articular-se com os órgãos e entidades, governamentais e não-governamentais envolvidos com a segurança dos eventos.”
	Lei 12.663	<i>Lei Geral da Copa</i> : “(...) trata de estabelecer exceções à ordem jurídica vigente para quatro situações especiais relacionadas à Copa do Mundo de 2014 e à Copa das Confederações 2013: proteção e exploração dos direitos comerciais relacionados ao evento; flexibilidade na concessão dos vistos de entrada e permissão de trabalho no país; responsabilidade civil da União sobre danos causados à FIFA ou a terceiros durante a preparação; e, finalmente, realização do evento e a venda de ingressos.

Estadual	Decreto 44.082	“(…) inclui no Plano Estadual de Parcerias Público-Privadas o projeto para concessão administrativa de gestão, operação e manutenção do Estádio Mário Filho (Maracanã) e do Ginásio Gilberto Cardoso (Maracanãzinho).”
Municipal	Decreto 30.379	“(…) coloca à disposição da organização dos Jogos Olímpicos imóveis públicos e espaços publicitários da cidade, restringe o comércio ambulante e a atividade comercial em áreas de interesse olímpico; restringe a liberdade de manifestação; autoriza a concessão de benefícios fiscais e estabelece proteção especial para marcas e expressões [olímpicas].”
	Lei Complementar 33	<i>Plano de Estruturação Urbana das Vargens</i> : “(…) alterou parâmetros urbanísticos na Barra da Tijuca e bairros adjacentes.”
	Leis Complementares 101, 102 e 5128	<i>Projeto Porto Maravilha</i> : “(…) estabelece a Operação Urbana Consorciada e Parceria Público-Privada na área Portuária do Rio de Janeiro, envolvendo a privatização dos serviços públicos e benefícios fiscais para as indústrias dos serviços e da construção civil atuantes na área.”
	Leis Complementares 44, 716 e 715	“(…) tratam de mudanças de parâmetros urbanísticos e benefícios fiscais destinados à indústria hoteleira da cidade.”

Tabela 7 - Rupturas Político-Institucionais oriundos de megaeventos no Brasil;

Fonte: (VAINER e GUSMÃO DE OLIVEIRA, 2014)

Entendo que todas essas *rupturas político-institucionais* esquematizadas e analisadas por Carlos Vainer e Nelma Gusmão (2014) proporcionam *ajustes institucionais* que, por sua vez, possibilitam *ajustes espaciais* que transformam os espaços nas suas dimensões física e social, impactando frontalmente nos cotidianos e colocando em cheque direitos civis e humanos garantidos pela Constituição Cidadã de 1988. Nesses termos, as rupturas seriam mecanismos de imbricação entre o global – no caso do megaevento, representado pela plataforma constituída pelo *complexo esportivo-midiático-comercial* – e o não-global – representado pelo Estado e sua estrutura de poder e autoridade institucional. É devido a essas rupturas que a plataforma encontra um espaço otimizado, seguro e preparado para estacionar-se, processando a realização concreta de seu modelo de negócios.

Ainda que sejam processadas nas três escalas da estrutura institucional do Estado brasileiro, os efeitos e impactos socioespaciais dessas rupturas e dos ajustes condicionados por elas são sentidos com mais clareza e força na escala

urbana, ou seja, nas cidades. Pois é nas cidades que a plataforma estaciona de fato. É nela que se processam os efeitos e imperativos concretos e tangíveis da organização e realização de megaeventos. Dito de outra forma, as *cidades são espaços de atualização e realização*. Por serem espaços onde as diferenças de fato se encontram, se esbarram, se cheiram, sendo impossível não reconhecer a existência do outro, cidades são espaços de *confluência* e, portanto, de *confrontos, conflitos, disputas e relações de força*.

Isso se dá pelo fato de cidades serem espaços inerentemente humanos. Estão para nós assim como as colmeias estão para as abelhas ou os formigueiros para as formigas. Sua complexidade deriva da nossa própria complexidade. Cada uma das pessoas que vive nas cidades, movimenta-se pela cidade, deseja a cidade, imagina a cidade. A multiplicidade das pessoas que habitam as cidades implica multiplicidade de imaginários. Por isso a cidade é sempre o resultado mais evidente da soma complexa entre absolutamente todas as pessoas que imaginam. É na cidade que os *imaginários individuais* confluem em um *imaginário social*, coletivo e individual ao mesmo tempo. A cidade é, na sua essência diversa e múltipla, *imaginário social* atualizado em formas espaciais concretas e tangíveis. Ruas, prédios, monumentos e equipamentos urbanos variados são, todos, a atualização de algo que antes existiu enquanto virtualidade.

Se pensarmos a cidade como um *espaço representacional*, talvez não haja outra conclusão a chegar de que esse *espaço representacional* seja, em si, o *imaginário social*, o conjunto complexo e contingente a todas as pessoas que habitam a cidade. Ao mesmo tempo, a cidade como *espaço concebido* remete exatamente ao processo de atualização de todos os elementos que existem no *espaço representacional*. E é exatamente por isso que cidades são também *espaços de confronto*. Pois a finitude inerente aos *espaços concebidos* é insuficiente para a infinidade de virtualidades que emanam do *imaginário social*.

Uma vez que uma das maneiras das infinitas virtualidades do *imaginário social* se atualizarem é através de operações que projetam no espaço, de modo concreto, agendas constituídas por interesses e objetivos bem definidos e por um conjunto de agentes que atuam coletivamente em prol da realização desses objetivos, a cidade pode vir a ser atravessado por múltiplas agendas que invariavelmente vão disputar a finitude de seu espaço. Assim, uma vez que

múltiplas agendas confluem no espaço finito das cidades, é inevitável o confronto entre tantas elas.

Cidades são mundos, talvez o tipo de mundo mais fundamental e essencial para a continuidade da vida humana. Pode-se pensar que os seres humanos podem viver sem o Estado, de fato de já viveram, durante a maior parte de sua existência. Mas é impensável que seres humanos vivam fora de qualquer forma de espaço urbano, independente de seu tamanho ou extensão. Cidades são os mundos nos quais os emaranhados de tudo que se move e se espacializa fica mais evidente e mais superficial, sendo sentido e experimentado cotidianamente. Na cidade estamos sempre no emaranhado, sempre atravessado pelos burburinhos da reverberação dos sons aleatórios produzidos por todos que vivem circunscritos naquele espaço.

Na cidade o emaranhado encontra-se concentrado e adensado, o que faz com que o espaço urbano seja dinâmico e possível de ser centralmente controlado e guiado, o que, por sua vez, possibilita a amplificação e aceleração das mais diversas atividades e fluxos. Na perspectiva da plataforma megaeventos, com todos seus imperativos e objetivos comerciais e econômicos, e que se move sempre na lógica capitalista, cidades significam oportunidade. Não há nenhum outro lugar capaz de oferecer de modo concentrado, otimizado e governado o mesmo conjunto de elementos físicos e sociais necessário para a realização concreta de seu espetáculo.

Em uma cidade como o Rio de Janeiro, por exemplo, tão populada por agentes e agências variadas, assimétricas, antagônicas e desiguais das mais diversas formas possíveis, a chegada continuadas de plataformas megaeventos produz um conjunto de impactos que talvez não tenha produzido em nenhuma outra cidade em qualquer lugar do Mundo. Pois as disputas no e pelo espaço da cidade já eram frenéticas e assimétricas mesmo antes da chegada da plataforma, além de serem absurdamente violentas e agressivas. No emaranhado das confluências do Rio tudo parece estar mais amplificado e acelerado: os barulhos são mais constantes e intensos, às vezes atravessados por melodias que vem de longe, sem contar o fato maravilhoso da proliferação recente de bandas e artistas de rua; os cheiros são mais perceptíveis e nem sempre agradáveis; quando chove fica bastante claro o quanto a água é necessária, mas também pode ser bastante

desagradável. No Rio, o emaranhado complexo que é a cidade se apresenta visível e grotescamente a cada esquina.

Além disso, talvez não haja nenhum outro lugar do Brasil no qual a desigualdade social, nas suas mais diversas dimensões, seja tão visível. O Rio também conta com uma infraestrutura urbana sucateada e cheias de gargalhos, além de ser atravancada por incontáveis congestionamentos. No fim das contas, o Rio é, perdoe-me a informalidade, uma grande bagunça. E talvez seja exatamente por tudo isso que o Rio de Janeiro emergiu como a cidade estratégica para os planos desenvolvimentistas que marcaram a era Lula. Na chave do *Novo Programa Nacional de Desenvolvimento*, conforme explicado por Fernandes (2014) e discutido na seção anterior, a estratégia consistia em trazer esses eventos como forma de atrair investimentos estrangeiros e destravar a capacidade de investimentos pública nacional, de modo a ampliar os investimentos públicos para o desenvolvimento das cidades que receberiam os megaeventos. Nenhuma outra cidade foi tão central a esse cenário do que o Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro, por ter servido quase que simultaneamente como estacionamento para as plataformas Copa e Olimpíadas, aparece como o carro chefe dessa estratégia e por isso os impactos desses ajustes podem ser sentidos com mais força aqui do que em qualquer outra cidade brasileira que tenha passado por algum megaevento. Mas dado a força com a qual essa cidade é disputada, há conflitos até mesmo na definição do que é impacto. A sociedade civil carioca⁷² foi capaz de evidenciar sistematicamente que impacto diz respeito à violação sistemática de direitos e à transformações que afetam diretamente o cotidiano dos milhões de habitantes da cidade. Mas, por outro lado, o poder público apresenta a retórica de que, na verdade, não há impacto, mas sim *legado*.

Se para a iniciativa privada megaeventos são oportunidades de gerar novos negócios e lucros, para o poder público as oportunidades oferecidas por megaeventos se expressam principalmente – mas não só – pela palavra-chave *legado*. Do ponto de vista de atores públicos, como, por exemplo, o Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, sediar megaeventos esportivos é uma oportunidade de ouro para transformar a cidade em espaço mais desenvolvido e

⁷² Também um traço marcante e definidor da cidade, uma vez que o Rio é munido de uma sociedade civil organizada forte e já consolidada, capaz de disputar o espaço urbano em suas mais diversas dimensões.

modernizado nos mais diversos sentidos⁷³. Pelo menos na dimensão discursiva, esse parece ser o maior legado de megaeventos: desenvolvimento. Em entrevista para o jornal *A Voz da Cidade*⁷⁴, o Prefeito Eduardo Paes frisou o quão importante é sediar os Jogos Olímpicos do ponto de vista do desenvolvimento educacional:

Com a notícia de que iríamos sediar as Olimpíadas, estabelecemos algumas metas que já são realidade para educação. Uma delas é que as crianças da rede municipal de ensino passaram a estudar inglês agora desde a iniciação escolar até o último ano. Antigamente, elas tinham aula de inglês apenas em um determinado ano. Outra realidade foi a ampliação da educação física em toda rede. O terceiro objetivo e que é a meta mais ousada que queremos alcançar é chegar no ano que vem com 40% de toda rede municipal de ensino em tempo integral. As Olimpíadas são inspiradoras para educação e, mesmo antes de começar, já estão deixando um legado intangível no que diz respeito a valores como amizade, o respeito e o intercâmbio entre diferentes povos e culturas - disse o prefeito. (como citar jornal?)

Como frisa Jean-Loup Chappellet (2012), o termo legado é impreciso, sendo mais interessante pensar em *legados*, no plural ao invés de singular, uma vez que essa noção diz respeito às consequência e efeitos gerais de megaeventos sobre os lugares nos quais eles são sediados. Tais efeitos seriam positivos ou negativos, tangíveis ou intangíveis e sua pluralidade deriva também do fato de que parcelas distintas da população perceberiam tais efeitos de forma distinta.

No entanto, na perspectiva do poder público, a noção de legado aparece de forma mais simplificada e adequada aos seus próprios interesses. Da perspectiva da Prefeitura do Rio, legado diz respeito exclusivamente a certos *efeitos positivos que esses eventos deixam para as cidades que os sediam*. Todavia, noção repetida inúmeras vezes por autoridades públicas para reafirmar e legitimar a escolha por

⁷³ Talvez em um momento de grandiloquência despropositada, Felipe Góes (2011), Secretário Municipal de Desenvolvimento na Prefeitura do Rio de 2009 a 2012, afirma que, em uma perspectiva histórica, os Jogos Olímpicos de 2016 se assemelham, enquanto vetor de transformação da cidade, à vinda da Coroa Portuguesa para o Brasil no início do Século XIX. Nas suas palavras: “Mais do que a realização dos eventos, a oportunidade está em construir um legado de transformação da cidade. Sob a justificativa desse calendário, recursos humanos e financeiros serão destinados à construção de legados tangíveis e intangíveis, que compõem o plano de legado, chamado na prefeitura de Plano Pós-2016. Numa perspectiva histórica, se bem-sucedido, o plano de legado dos grandes eventos desta década poderá ser comparado à magnitude dos impactos da vida da Corte Portuguesa no início do século XIX ou das transformações urbanísticas de Pereira Passos do início do século XX”. Talvez o secretário não esteja de todo errado, uma vez que a gestão de Eduardo Paes é responsável por uma das mais violentas ondas de remoções que a cidade do Rio de Janeiro já vivenciou, comparando-se somente àquela operada por Pereira Passos.

⁷⁴ <http://economia.ig.com.br/2014-05-03/fifa-ganha-exclusividade-de-venda-e-deixa-feirantes-sem-emprego-na-copa-do-mundo.html>

sediar esse tipo de evento, a retórica do legado, por mais que busque indicar efeitos positivos, camufla os efeitos reais da imbricação que caracteriza a chegada da plataforma megaevento, assim como impõe certas inflexões ao *Novo Programa Nacional de Desenvolvimento*, que, como argumentado na seção anterior, pode ser compreendido na chave do *Programa Socialista* formulado pelo PCdoB (2009).

De modo geral, a motivação brasileira de sediar tantos megaeventos foi desenvolvimentista (FERNANDES, 2014). Ou seja, a possibilidade de gerar desenvolvimento seria o principal legado, sendo um grande motivador para autoridades públicas se disporem a organizar esse tipo de evento. Todavia, no que diz respeito ao desenvolvimento das cidades na lógica estratégica da realização de megaeventos, percebe-se que o desenvolvimentismo – conforme reformulado pelo governo de Lula e também apontado como estratégia central pelo PCdoB (2009) – caracteriza-se fundamentalmente por uma escolha estratégica pela adequação do espaço urbano à lógica neoliberal, pautada no empreendedorismo, no fortalecimento do capital especulativo e na adequação das práticas de governanças urbanas à preceitos e imperativos que se assemelham a governança de empresas privadas (HACKWORTH, 2007). Ou seja, estamos diante de uma complexidade que reúne em um mesmo contexto socialismo e neoliberalismo.

Orlando Santos Junior (2015), pesquisador do Observatório das Metrópoles e integrante do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio, denomina esse tipo de governança urbana de *governança empreendedorista corporativa empresarial*, ou de *governança empreendedorista neoliberal*. Na percepção do autor, pode-se compreender que a consolidação desse tipo específico de governança urbana seria parte constitutiva e central do legado deixado pelos megaeventos que passaram pelo Rio. No entanto, esse legado em nada se assemelha aos objetivos transformadores e aos efeitos pretendidos, que assegurariam maior qualidade de vida para a população da cidade ou que assegurariam e ampliariam direitos, como defende o PCdoB (2009) em seu programa e apontou Luís Fernandes (2014) no artigo em que explica a motivação desenvolvimentista do Estado brasileiro. No centro da *governança empreendedorista neoliberal* (SANTOS JUNIOR, 2015), ainda que implícito e camuflado por uma lógica de desenvolvimento, apresentada como melhoria e modernização das condições de vida na cidade, está o objetivo

de transformar a cidade em um *ambiente de negócios mais otimizado*⁷⁵, capaz de fazer da cidade mais atraente para diversos tipos de fluxos e investimentos.

Quando o *NPND* chega no espaço urbano, ele é atualizado para um plano que já não pode ser compreendido como socialista. Mesmo substanciado pela retórica do legado e do desenvolvimentismo, os objetivos públicos, na prática, não se diferenciam tanto assim dos privados. Ambos buscam o fortalecimento e aquecimento das atividades econômicas e comerciais. Do perspectiva do setor privado, a busca por grandes receitas é objetivo legítimo para o dispêndio de empenho e recursos na organização de um megaevento. Se há qualquer ideia de legado que anima o setor privado é o crescimento de suas receitas.

A Prefeitura do Rio, entretanto, se esforça para passar a ideia de que o fortalecimento desse ambiente de negócios é elemento fundamental para assegurar o desenvolvimento da cidade e, de alguma forma, oferecer melhores condições de vida para a população. Essa relação direta entre um ambiente de negócios aquecido e a capacidade de gerar desenvolvimento aparece claramente em texto assinado pelo Prefeito Eduardo Paes, que prefacia a publicação *Rio: A hora da virada*:

(...) a realização de dois grandes eventos esportivos ao longo da década – a Copa do Mundo de 2014, cujo encerramento se dará no Maracanã e as Olimpíadas de 2016 – além de colocar o Rio sob os holofotes do mundo, abre excelentes perspectivas de aproveitamento dessas oportunidades para revigorar a economia local, projetar a marca “Rio” no mundo e atrair novos fluxos de turistas, entre outras possibilidades. (PAES, 2011, p. ix)

⁷⁵ Segundo ensina José Luiz Alquéres, “O ambiente de negócios na visão empresarial envolve a visão conjunta de algumas características do contexto: a) a cultura, a educação e o estágio de formação do povo, sua atitude em relação à vida e aos negócios, sua eventual propensão à informalidade ou à dependência patrimonialista; b) os governos municipais e estadual: sua visão administrativa e prospectiva, a sua qualidade de gestão, sua modernidade, suas atitudes frente à privatização, taxação, burocracia, corrupção e qualidade dos serviços que administra (educação, saúde, segurança e outros); c) a inserção política do estado no plano federal, sua capacidade de defender seus interesses por ação conjunta de governadores e legislativos; d) as condições naturais e geoeconômicas, incluindo recursos naturais; e) a infraestrutura social, incluindo tanto os equipamentos como o material humano; f) a infraestrutura física (estradas, portos, aeroportos, energia, telecomunicações, saneamento, habitação, etc.); g) o quadro de incentivos e suporte oficial à concretização de oportunidades de atração de negócios.” (ALQUÉRES, 2011, pp. 60, 61)

Parece razoável, portanto, argumentar que a plataforma megaeventos, do ponto de vista das cidades, se apresenta como uma espécie de *central de oportunidades* que serve para engatilhar novos negócios e intensificar o volume de capital circulando pelo espaço urbano. Como argumenta Fernanda Sanchez,

Efetivamente, não podemos compreender aspectos cruciais das formas contemporâneas de gestão das grandes cidades sem levar em consideração o lugar e o papel dos megaeventos esportivos, pela ampla coalizão de atores que possibilitam e pelo formidável volume de recursos que são capazes de acionar, bem como pelos seus efeitos de ruptura nas diversas dimensões do espaço social. (SÁNCHEZ, 2014, p. 47)

A lógica privatista da *governança empreendedorista neoliberal* (SANTOS JUNIOR, 2015) está no centro de um planejamento estratégico para o espaço urbano que revela a existência de um *modelo de cidade* que combina perfeitamente com o *modelo de negócios* que possibilita megaeventos. O poder do nexos capitalista como caminho para o desenvolvimento e como gerador de ganhos comerciais e econômicos é o elemento que possibilita essa combinação entre cidade e megaevento, na qual percebe-se um duplo processo de comodificação: por um lado comodificar-se a modalidade esportiva a ser praticada no evento; por outro comodificar-se a própria cidade. Nesse processo, as características, poderes e apelos originais dos espaços urbanos – sua pujança, dinamismo, diversidade e capacidade concentração e acumulação – são convertidas em capacidades comerciais, fazendo do espaço da cidade um espaço de negócios.

Uma vez que o plano desenvolvimentista tinha como objetivo, como ensina Fernandes (2014), o destravamento da capacidade pública de investimentos para a modernização infraestrutural das cidades nas quais as plataformas se estacionariam, os *ajustes espaciais* também se evidenciam por um vasto conjunto de obras e construções. No Rio de Janeiro, cidade modelo dessa estratégia, talvez não haja nenhuma grande obra que se insira no cenário de megaeventos tão emblemática quanto o projeto Porto Maravilha, que diz respeito à revitalização da zona portuária e seu entorno. Isso se dá por duas razões. Em primeiro lugar, o Porto Maravilha foi, em um primeiro momento, apresentado como um projeto olímpico. Em outras palavras, foi apresentado como um dos principais legados

que os Jogos Olímpicos deixariam pra cidade: a revitalização de uma zona degradada e esquecida, ainda que central para a cidade como um todo. Em segundo lugar, o Porto Maravilha foi viabilizado pela montagem do que talvez seja uma das maiores PPPs da história de todo o país, contando com um aporte de R\$8bi gerenciado pelo Concessionária Porto Novo⁷⁶, composta pelas empreiteiras Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia.

Tudo que diz respeito a revitalização do projeto Porto Maravilha é negócio que visa especulação. Isso fica evidente pela maneira como se buscou viabilizar o projeto financeiramente: criar um mercado virtual de direitos adicionais de construção, que seriam vendidos por meio das CEPACs, sigla que significa *Certificados de Potencial de Construção Adicional*. A engenharia financeira necessária para o projeto se baseia diretamente na consolidação de um mercado de CEPACs, por meio do qual o investidor interessado em explorar a região compraria direitos de construir para além do gabarito original da região. Entendo que esse é uma espécie de mercado virtual justamente por essa razão, pois o que se imaginou foi a construção de torres de dezenas de andares em um lugar onde as construções eram, em sua grande maioria, prédios baixos ou galpões. O mercado das CEPACs vendeu espaço no ar, viabilizando, assim, o *ajuste espacial* de toda zona portuária.

As CEPACs são peça chave na consolidação da PPP do Porto Maravilha. Sem elas não haveria possibilidade de atrair investidores privados e especuladores

⁷⁶ No site oficial da Cidade do Rio para as Olimpíadas, o projeto Porto Maravilha é descrito da seguinte forma: “Uma nova Região Portuária para um novo Rio. O Programa Porto Maravilha devolve aos cariocas uma das áreas mais importantes da cidade.

Devolver a Região Portuária à população, com ruas revitalizadas, novos equipamentos culturais, maior integração entre meios de transporte e espaços para o pedestre. Um dos maiores projetos da cidade, a operação Porto Maravilha vem, desde 2009, requalificando uma das mais importantes áreas da cidade.

As transformações vão desde a demolição do Elevado da Perimetral, um dos maiores símbolos de uma cidade voltada para carros e que durante anos contribuiu para a degradação da região, passando pelo surgimento de novos pilares culturais, como o Museu do Amanhã e Museu de Arte do Rio (MAR), até a construção de um *boulevard* para pedestres em plena Avenida Rodrigues Alves.

A abertura de novas casas noturnas, bares e restaurantes também é o reflexo dessa retomada, que permitiu que o Rio voltasse a reencontrar, novamente, o mar.” <http://www.portonovosa.com/pt-br/porto-maravilha> (último acesso 26/05/2016)

imobiliários para a revitalização da região. Ao vender direitos adicionais, a Prefeitura do Rio, por meio da CDURP - Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro, empresa pública gestora da Operação Consorciada Porto Maravilha – teve como finalidade criar um cenário propício e atraente para novos investimentos privados, o que possibilitaria a revitalização da região sem abrir os cofres públicos. Essa estratégia se enquadra no modelo básico de uma PPP, no qual o parceiro público entra com os riscos jurídicos e o parceiro privado assume os riscos financeiros da empreitada conjunta.

Como vimos, pelo estudo de Vainer e Gusmão de Oliveira (2014), a Prefeitura assumiu esses riscos jurídicos por meio das Leis Complementares 101, 102 e 5128 (RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2009a; 2009b; 2009c). Entre elas, a Lei Complementar 101 (RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2009a) é especialmente importante, pois é o mecanismo legal que permite a alteração do Plano Diretor vigente desde 1992, de modo a possibilitar o aumento do gabarito de construção na região do porto e legitimando a criação de um mercado virtual de direitos de construção adicional. Para conquistar esse direito, o interessado em construir acima do gabarito deve comprar CEPACs.

Ao fazer esse movimento de ruptura jurídica, a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro assume os riscos jurídicos e até mesmo políticos da empreitada ao mesmo tempo em que nos passa certa ilusão de que os riscos financeiros ficariam com a iniciativa privada, uma vez que os parceiros privados consumiriam esse direito ao comprar CEPACs. No entanto, o que se observa é que ambos os riscos – jurídico e financeiro – ficam por conta do parceiro público, ou, mais precisamente, dos parceiros públicos. Todas as 6,4 milhões de CEPACs foram arrematadas por um único comprador em um único leilão, realizado no Pier Mauá, no dia 13/06/2011. A Caixa Econômica Federal, banco público federal, por meio de recursos oriundos do FGTS, foi a única compradora de todas as CEPACs e para tal repassou um valor de aproximadamente R\$8 bilhões para a CDURP, que, por sua vez, repassou quase que a totalidade do valor recebido para a Concessionária Porto Novo, parceiro privado responsável pela revitalização e

prestação de serviços para a região portuária do Rio⁷⁷. Toda essa engenharia jurídica, política e financeira foi celebrada pelo Prefeito Eduardo Paes, que se vangloria abertamente do fato de ter realizado a maior PPP do Brasil:

A partir de agora, serão cinco anos de obras, de uma transformação nunca vista nesta cidade, com serviços de infraestrutura urbana e manutenção das ruas e avenidas da região, independente de quem será o governante. Além de ser uma conquista da cidade, trata-se de uma operação que garante uma economia de cerca de 7,6 bilhões de reais de recursos públicos. A partir de agora, o consórcio assume coleta de lixo, tapa-buraco, troca de lâmpada e operação de toda a região. Trata-se de algo inovador - disse Eduardo Paes, referindo-se à maior PPP (Parceria Público-Privada) do Brasil, avaliada em R\$ 7,6 bilhões.⁷⁸

Conclui-se que, na verdade, o modelo de Parceria Público-Privado para a revitalização da região do Porto Maravilha, um dos *ajustes espaciais* mais emblemáticos da estratégia de trazer megaeventos como vetor desenvolvimentista, não pode é realmente uma PPP. Há de se inserir mais “P” nessa expressão. Antes de se consolidar realmente a parceria entre a Prefeitura do Rio e a concessionária privada que executariam as obras, foi necessário que se estabelecesse uma parceria entre atores públicos de escalas distintas do aparato institucional do Estado brasileiro como um todo. Pois é na parceria estabelecida entre um banco público federal, a Caixa, e a Prefeitura da cidade do Rio que possibilitou, de fato, a existência de recursos financeiros para a execução do projeto. Foi somente depois de concretizada essa parceria entre atores públicos que o parceiro privado entra no jogo. Concluo então, que o mais correto seria chamar o Porto Maravilha de uma *PPPP*: Parceria Público-Público-Privada.

Nesse novo modelo de parcerias, os parceiros públicos ficam tanto com o risco jurídico, quanto com o financeiro. Cabendo ao parceiro privado somente gerenciar um aporte de recursos que nunca foi dele e revitalizar um espaço que também nunca tinha sido dele. No fim das contas, a grande PPP do Porto Maravilha, inserida no grande cenário dos megaeventos no Brasil, acarreta na

⁷⁷ As informações mencionadas aqui podem ser encontradas no site oficial do Porto Maravilha e da própria Caixa Econômica Federal, conforme links abaixo: http://www1.caixa.gov.br/imprensa/noticias/asp/popup_box.asp?codigo=6611320 <http://www.portomaravilha.com.br/artigosdetalhes/cod/10> (último acesso 13/04/2014)

⁷⁸ <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=1847504> (último acesso 13/04/2014)

privatização de uma porção espacial da cidade do Rio de Janeiro e na cessão das responsabilidades da Prefeitura, uma vez que, como disse o próprio prefeito na citação acima, “o consórcio assume coleta de lixo, tapa-buraco, troca de lâmpada e operação de toda a região”. Trata-se, de fato, de algo inovador na história da cidade, pois estamos diante de um *ajuste espacial* que trouxe uma nova modalidade de privatização: a privatização espacial.

6. Considerações Finais

Essa tese foi um esforço de análise e compreensão de um tipo de evento concreto e que impacta de forma altamente transformadora os lugares no qual se realiza a partir de uma discussão teórica a respeito do processo e conceito da globalização. Partindo da percepção de que megaeventos são eventos globais com impactos locais e, portanto, emblemáticos de um processo que convencionou-se confundir com capitalismo, a ideia central da tese foi buscar romper com determinados limites impostos ao conceito da globalização para então buscar entender megaeventos. Na prática, o que essa tese fez foi desenvolver um vocabulário instrumental teórico com alguns conceitos e noções que buscam radicalizar a noção da globalização tanto no que diz respeito a sua existência enquanto conceito e processo.

O movimento de quase abandono do conceito da globalização em função de seu primo-irmão mundialização foi inevitável. Globalização é conceito tão debatido e desgastado que já não é possível encontrar força somente nas discussões, na sua maioria travadas na língua inglesa, que se limitam a rodar em um círculo viciado pela força centrípeta exercida pelo capital. De fato, o conceito da globalização foi não só reduzido ao capitalismo global, mas foi também colonizado pelo capital. Para inverter a maldição que Ellen Meiksins Woods (1996) notou, era preciso romper com o círculo vicioso dos debates sobre *globalization*.

Formulada em uma época não tão dominada pela expansão do capital e em círculos intelectuais mais próximos da filosofia e da sociologia do que da economia política, o conceito de mundialização abriu as portas para repensar não somente o conceito da globalização, mas também o processo como um todo. A partir desse conceito e em diálogo com os autores que o formularam, foi possível pensar megaeventos como processo de realização espacial que imbrica o global no não-global. Um complexo processo de espacialização dotado de várias fases e etapas distintas, porém complementares.

Por essa perspectiva, impactos como violações de direitos e intensificação das assimetrias e desigualdades socioespaciais aparecem como efeitos inerentes

ao processo de realização de um megaevento, pois são efeitos inerentes à imbricação entre do global no não-global, uma vez que territorialidade e supraterritorialidade dizem respeito a formas e modos e estratégicos de exercer poder e autoridade. As tensões e rupturas produzidas pela organização desse tipo de evento produzem inflexões na maneira como o Estado exerce seu poder soberano. Ao utilizar sua soberania para se associar a uma plataforma global que traz consigo atores com grande poder e capacidade de se impor, o Estado abre mão de cumprir com responsabilidades básicas e tradicionais que tem em relação a seus cidadãos. De certa forma, abandona a política pela economia.

No fim das contas, diante do estacionamento da plataforma megaeventos, a cidadania sai de cena e abre-se o espaço para a lógica do consumo e para a hegemonia do mercado. O resultado são *ajustes espaciais* que, como busquei argumentar a partir de uma curta análise do caso do Porto Maravilha, acarretam em uma nova modalidade de privatização, pelo menos da perspectiva brasileira: a privatização dos espaços. Se na era FHC o Brasil foi tomado de assalto por uma onda de privatizações que levou boa parte da mobília industrial dos Estados, na chave do *Novo Desenvolvimentismo* da era Lula o Estado se dispôs, ainda que em uma escala menor do que nos governos tucano, a privatizar seus espaços e abrir suas cidades para a instalação do neoliberalismo como estratégia para condução de seu desenvolvimento. Formulado na chave de um *Novo Programa Nacional de Desenvolvimento* (FERNANDES, 2014), os megaeventos acarretaram na consolidação de *governança empreendedorista neoliberal* (SANTOS JUNIOR, 2015). A complexidade desse cenário é tanta que pode-se passar do socialismo ao neoliberalismo na mesma frase.

Em suma, a discussão teórico-conceitual sobre os limites e a maldição da globalização e a virada para a mundialização possibilitou um vocabulário teórico que desvenda determinados elementos e constâncias socioespaciais de um tipo de evento global como megaeventos esportivos. A força desse tipo de evento está na sua capacidade de fluir, como uma plataforma, uma espécie de nau da modernidade tardia, com seus atores poderosos e dispostos a se impor como força colonizadora e conformadora sobre as mais diversas partes do Mundo. Por meio do vocabulário da mundialização, essa tese foi capaz de perceber, analisar e

compreender determinados processos e características definidoras e inerentes a realização de um megaevento.

Mas essa tese deixa uma lacuna. De certa forma, foi devidamente abordado, por meio de uma análise da realização espacial do megaevento, de que maneira esse tipo de evento impacta sobre os lugares no qual se estaciona. Mas e os impactos que os lugares causaram na plataforma? Uma vez estacionada em uma cidade com o Rio de Janeiro, a plataforma Copa do Mundo da FIFA saiu ileso? É bastante claro o tanto que a cidade não sai ileso desse processo, mas e a FIFA ou o COI? Para tapar essa lacuna, o estudo deveria focar não exclusivamente na realização concreta da plataforma e seus impactos no lugar, mas sim nas forças de resistência que ocuparam os espaços – virtuais e atuais – criados pela plataforma. Essa tese, para tapar essa lacuna, deveria ser não sobre o processo de realização de megaeventos, mas sim sobre os múltiplos processos de resistência ao processo de realização de megaeventos. No caso específico do Brasil, essa tese deveria ser, então, sobre 2013.

Às vésperas da Copa das Confederações, o principal evento teste da Copa do Mundo de 2014, o Brasil foi inundado por um conjunto de manifestações que levou para as ruas toda sorte de gente e reivindicações. Naquele momento, nas ruas, ouvia-se de tudo. As *jornadas de junho* – como foi chamado o período de manifestações continuadas que se iniciou em junho, mas perdurou até o final do ano – foi um acontecimento ímpar na história do país no qual não se via, pelo menos não tão concretamente, a polarização que marca a crise em que nos encontramos no exato momento em que essa tese está sendo escrita. No entanto, em meio à tanta diversidade de gritos e reivindicações, havia um refrão que se ouvia quase que ininterruptamente e que pode ser resumida pela expressão “fora FIFA”, ou, no vocabulário virtual, #forafifa.

Um ano antes do início da Copa do Mundo da FIFA, as ruas brasileiras foram inundadas por multidões que gritavam pela não realização da Copa. Eram vários os motivos e razões que animavam as pessoas a gritarem tanto. Entre elas, repetia-se em todos os tons e semitons que o Brasil precisava era de escolas e hospitais padrão FIFA, não estádios. Confesso que nunca entendi direito o que vem a ser uma escola padrão FIFA. Seria uma escola esteticamente preparada para terem as aulas transmitidas para todo o Mundo ou uma escola no qual pode-

se vender somente os produtos oficiais dos parceiros oficiais da FIFA? Além disso, ainda que os gastos com estádios e estruturas para a Copa tenham sido superfaturados, não há indício claro que o orçamento federal para educação e saúde tenham sido sacrificados devido à organização do campeonato. Ainda assim, em 2013, no calor das ruas, ficou claro que havia uma insatisfação generalizada contra a Copa.

Em meio aos que demonstravam sua indignação gritando motes um tanto desconectados da realidade e complexidade orçamentária do país, estavam grupos organizados e capazes de expor sua indignação de modo contundente e muito bem articulada. Esses grupos foram capazes de dissecar os pormenores do grande processo de comodificação da cidade do Rio de Janeiro possibilitado diretamente pela organização continuada de vários megaeventos. Como busquei argumentar no capítulo 5, o modelo de negócios dos megaeventos casou perfeitamente com o modelo de cidade mercadoria implantado pelo Prefeito Eduardo Paes e seus associados. Em meio a cidade mercadoria, haviam os rebeldes disputando cada centímetro do Rio.

Entre tantos grupos, o que mais se destacou foi o Comitê Popular da Copa, que hoje atualizou-se para Comitê Popular da Copa e Olimpíadas. Pode-se dizer que o comitê é um emblema da força e capacidade de articulação e incidência da sociedade civil carioca. Como dito no capítulo 5, o Rio é uma cidade clara e violentamente em disputa. Toda sorte de agentes da cidade do Rio buscam consolidar suas agendas, desejos e visões para a cidade, algo que mostra a vocação consolidada da cidade para a democracia como sistema político. Ainda que continuadas gestões públicas tenham buscado construir a ideia de que o Rio é uma cidade mercadoria, otimizada para todos os tipos de negócios de qualquer lugar do Mundo, o Rio é, na realidade, uma cidade rebelde. Em sua história, grandes estratégias de desenvolvimento ou conformação social foram resistidas com força e determinação por pessoas que simplesmente não aceitavam ser submetidas a planos que não passava pelo seu crivo.

O comitê, no que diz respeito à organização continuada de megaeventos que fez com que variadas e repetidas plataformas supraterritoriais estacionassem e se atualizassem no espaço da cidade, ajustando-o a seu bel prazer, foi e ainda é o grande emblema dessa cidade rebelde. Formado por rebeldes das mais variadas

partes da sociedade civil carioca – que se expande pela vasta rede de universidades e centros de pesquisa da cidade, passando pela também vasta e variada rede de ONGs que tratam dos mais variados assuntos referentes à realidade da cidade, do país e do Mundo – o comitê é o principal agente de resistência contra os megaeventos realizados na cidade, sendo capazes de expor cuidadosa e sofisticadamente o caráter inerentemente corrupto da organização desses eventos. Por meios de dossiês e ações direta nas ruas, o comitê foi capaz de deixar claro que essa imbricação entre o supraterritorial e o territorial é atravessada profundamente por práticas corruptas, violentas e autoritárias que atravessam todos os limites do caráter híbrido desses eventos.

Caso essa tese fosse sobre a dissolução dos megaeventos no emaranhado dos mundos que eles se realizam, a tese deveria ser fundamentalmente sobre a atuação direta do comitê e das pessoas que militam nele e a partir dele. À princípio, arrisco-me a admitir, essa tese seria exatamente sobre isso. A ideia original era mapear os múltiplos agentes de resistência que tomaram a plataforma megaeventos e fizeram dela seu espaço virtual de militância e ativismo. A ideia original era fazer uma tese que possibilitasse analisar e compreender 2013. E, de fato, assim começou o projeto. Entre março e maio de 2015, fiz aproximadamente 20 entrevistas com diversas pessoas que militaram direta ou indiretamente no comitê ou em outros grupos que desempenharam protagonismo em 2013⁷⁹ e cujo

⁷⁹ Além do Comitê, entrevistei integrantes da Frente Independente Popular – FIP, além de ter participado de algumas de suas reuniões e assembleias e ter acompanhado o processo contra alguns de seus integrantes. Em determinado momento da pesquisa, o processo contra os 23 passou a me interessar mais do que as estratégias e táticas de resistência. Diante desse interesse, aproximei-me do advogado Marino D'Icarahy, que me concedeu duas entrevistas e fez requisição para que eu pudesse participar das audiências com o Juiz Flávio Itabaiana, que negou a participação de todos que não fossem os processados diretamente. O interesse pela FIP e pelo processo se deu, todavia, pelo interesse prévio pelo comitê. Lembrando de uma assembleia que ocorreu no IFCS em algum momento de 2013, que deveria ser conjunta entre os vários grupos que militavam nas ruas naquela ocasião, mas acabou se dividindo em duas, percebi que as diferenças discursivas e propositivas dos dois grupos poderiam ser ricas do ponto de vista analítico. Daí que busquei me engajar com a FIP para compreender o quão diferente eles eram do comitê. Percebi que, para além dos lugares nos quais se reuniam – o comitê variava entre lugares no centro e na Cinelândia, na sua maioria auditórios ou espaços de sindicatos, enquanto a FIP se reunia na UERJ e às vezes no escritório do CEBRASPO, também na Cinelândia – as diferenças discursivas entre ambos grupos não eram não gritantes. Ambos tinham como ponto de partida a noção do direito à cidade, mas, e é aí que as diferenças se tornam mais agudas, quando o ponto era como alcançar o direito à cidade cada grupo ia para um canto. Mais combativos e radicais em seus princípios e ações, a FIP se propunha a fazer ações que incidiam de forma mais radical e agressiva sobre os espaços da plataforma megaeventos. Já o comitê ocupava esses espaços com seus dossiês sofisticados, complexos e empiricamente absurdamente bem embasados. Suas ações diretas nas ruas eram milimetricamente planejadas e, nas discussões nas assembleias, ainda que houvesse

protagonismos se relacionava, de uma forma ou de outra, com a realização continuada de megaeventos no espaço da cidade.

A mudança no projeto da tese começou quando me engajei de fato com as entrevistas. Meu plano original era buscar padrões discursivos e espaciais (de certa forma, parecia-me relevante onde na cidade as entrevistas aconteciam) que me possibilitassem compreender com maior profundidade acadêmica a atuação desses grupos e pessoas. Foi então que percebi que me faltavam instrumentais teóricos para ser capaz de realmente dizer alguma coisa a partir das entrevistas. Diante desse obstáculo que derivou de certa limitação teórica, tomei a difícil decisão de dar um passo atrás e deixar as entrevistas de lado para se engajar na produção de um estudo que me possibilitasse retornar com maior propriedade e maturidade intelectual e acadêmica à análise desse material. Terminei essa tese assumindo o que, pelo menos na minha percepção, é sua principal lacuna, mas reiterando que a tese serve como um primeiro passo para compreensão das dinâmicas de realização e dissolução que se apresentam como possibilidade analítica a partir do conceito de mundialização.

bastante espaço para vozes mais aguerridas, o conjunto dos atores traziam o planejamento de suas ações mais para o campo do pensamento estratégico do que do ímpeto da vontade. No fim das contas, ambos grupos eram faces distintas da rebeldia característica e admirável com que a cidade do Rio lidou com a organização continuada de tantos megaeventos, que impactou de forma destruidora em várias partes do espaços urbanos, violando sistematicamente direitos conquistados e garantidos pela Constituição de 88.

7. Referências bibliográficas

ABRAHÃO, B. O. L.; SOARES, A. J. G. O Espetáculo Esportivo na Construção das Representações sobre a Identidade Brasileira: Uma análise da abertura dos Jogos Pan-Americanos de 2007. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, 2015.

AGNEW, J. The Territorial Trap: The geographical assumptions of international relations theory. **Review of International Political Economy**, v. 1, n. 1, p. 53-80, 1994.

AGNEW, J. Sovereignty Regimes: Territoriality and State authority in contemporary world politics. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 2, n. 95, p. 437-461, 2005.

AGNEW, J. **Globalization and Sovereignty**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2009.

ALQUÉRES, L. A Evolução do Ambiente de Negócios no Rio de Janeiro. In: URANI, A.; GIAMBIAGI, F. **Rio: A hora da virada**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 60-72.

AL-RODHAN, N. R. F.; STAUDMANN, G. Definitions of Globalization: A comprehensive overview and a proposed definition. **Geneva Centre for Security Policy**, Geneva, 19 June 2006.

ANDRADE, O. D. A Crise da Filosofia Messiânica. In: ANDRADE, O. D. **A Utopia Antropofágica**. São Paulo: Editora Globo, 2001.

ANDRANOVICH, G.; BURBANK, M. J.; HEYING, C. H. Olympic Cities: Lessons learned from mega-event politics. **Journal of Urban Affairs**, v. 23, p. 113-131, 2001.

AXELOS, K. The World: Being becoming totality. **Environmental and Planning D: Society and Space**, 24, (1984) 2006. 643 - 651.

AXELOS, K. Planetary Interlude. **Yale French Studies**, n. 41, p. 6 - 18, 1968.

AXELOS, K. **Le Jeu du Monde**. Paris: Édition de Minuit, 1969.

AXELOS, K. Play as the System of Systems. **SubStance**, v. 8, n. 25, p. 20 - 24, 1979.

AXELOS, K. Mondialisation without the world: interview by Stuart Elden. **Radical Philosophy**, v. 130, n. 27, 2005.

BAUDELAIRE, C. The Painter of Modern Life. In: BAUDELAIRE, C. **The Painter of Modern Life and other Essays**. London: Phaidin, 1964.

BELLAMY JR., R. V. Sports Media: a modern institution. In: RANEY, A. A.; BRYANT, J. **Handbook of Sports and Media**. London: Routledge, 2006. p. 66 - 79.

BERRY, C. **Cultural Studies and Cultural Industries in Northeast Asia: What a difference a region makes**. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2009.

BLACK, D.; VAN DER WESTHUIZEN, J. Going Global: the promises and pitfalls of hosting global games. **Third World Quarterly**, p. 1215-1232, 2004.

BNDES. Privatização no Brasil: 1990-1994, 1995-2002, Julho 2002. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/pnd/Priv_Gov.PDF>. Acesso em: 26 Setembro 2015.

BRANDÃO, R. V. D. M. **Ajuste Neoliberal no Brasil: Desnacionalização e privatização do Sistema Bancário no governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002)**. Niterói: Tese Doutorado, 2013.

BRASIL. Lei Nº 8.031. **Programa Nacional de Desestatização**, 12 Abril 1990.

BRASIL. Lei Nº 8.987. **Lei das Concessões**, 13 Fevereiro 1995.

BRASIL. Lei Nº 9.491. **Altera o Programa Nacional de Desestatização**, 9 Setembro 1997.

BRASIL. **Programa Brasil em Ação, dois anos**. Presidência da República. Brasília. 1998.

BRASIL. Lei Nº 11.079. **Lei das Parcerias Público-Privadas**, 30 Dezembro 2004.

BRASIL. Lei Nº 12.348. **Limite de Endividamento de Municípios**, 15 Dezembro 2010.

BRASIL. Lei Nº 12.350. **Isenções Fiscais**, 20 Dezembro 2010.

- BRASIL. Lei Nº 12.348. **Limite de Endividamento de Municípios**, 15 Dezembro 2010a.
- BRASIL. Lei Nº 12.462. **Regime Diferenciado de Contratações**, 4 Agosto 2011.
- BRASIL. LEI Nº 12.527. **Lei da Transparência**, 18 Novembro 2011.
- BRASIL. Decreto 7.538, 2011a.
- BRASIL. Lei 12.663. **Lei Geral da Copa**, 2012.
- BRASIL. LEI Nº 12.965. **Marco Civil da Internet**, 23 Abril 2014.
- BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: o tempo do mundo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, v. 3, 2009.
- BRENNER, N.; ELDEN, S. Introduction: State, Space, World. In: LEFEBVRE, H. **State, Space, World: Selected Essays / Henri Lefebvre**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009. p. 1 - 48.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Novo-Desenvolvimentismo. **Folha de São Paulo**, 19 setembro 2004.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Do Antigo ao Novo Desenvolvimentismo na América Latina. **Texto para Discussão n.274**, Novembro 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Getúlio Vargas: o Estadista, a Nação e a Democracia. In: FONSECA, P. C. **A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- BRETON, A. Manifesto do Surrealismo. In: BRETON, A. **Manifestos do Surrealismo**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2001. p. 13, 65.
- BRYANT, J.; HOLT, A. M. A Historical Overview of Sports and Media in the United States. In: RANEY, A. A.; BRYANT, J. **HANDBOOK OF SPORTS AND MEDIA**. London: Routledge, 2006. p. 22-46.
- BUCHWALTER, A. Hegel, Marx and the concept of immanent critique. **Journal of the History of Philosophy**, v. 29, n. 2, p. 253-279, April 1991.
- CÂMARA JR., M. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Padrão, 1985.
- CARDOSO, F. H. **Discurso de despedida do Senado Federal: Filosofia e diretrizes de governo**. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Subsecretaria de Imprensa e Divulgação, 1995.

CARDOSO, F. H. **Avança, Brasil: Proposta de Governo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

CARDOSO, F. H. Conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sob o título "O impacto da globalização nos países em desenvolvimento", realizada no Colégio do México - Cidade do México, 20 de fevereiro de 1996. In: OLIVEIRA, M. D. D. **Discursos Selecionados do Presidente Fernando Henrique Cardoso**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

CARDOSO, F. H.; FALLETO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica**. 7a edição. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CEPAL. **O Regionalismo Aberto na América Latina e no Caribe**. Organização das Nações Unidas. Santiago de Chile. 1994.

CHAPPELET, J.-L. Mega Sporting Events Legacies: A multifaceted concept. **Papeles de Europa**, v. 25, p. 76-86, 2012.

COATES, D. Not-so-mega events. In: ZIMBALIST, A.; MAENNIG, W. **International Handbook on the Economics of Mega Sporting Events**. Cheltenham: Elgar, 2012. p. 401-433.

COOMBE, R. J. **The Cultural Life of Intellectual Properties: Authorship, appropriation and the Law**. Durham: Duke University Press, 1998.

CORAZZA, G. O "regionalismo aberto" da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 135-142, maio 2006.

COX, R. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millenium - Journal of International Studies**, v. 10, n. 2, p. 126 - 155, 1981.

COX, R. **Multilateralism and the Democratization of World Order**. International Symposium on Sources on Innovation in Multilateralism. Lausanne: [s.n.]. 1994. p. 26-28.

CURI, M. A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil. **Horizontes Antropológicos**, v. 19, n. 40, Julho/Dezembro 2013.

DAYAN, D.; KATZ, E. Performing Media Events. In: CURRAN, J.; ET AL. **Impacts and Influences: Essays on Media Power in the Twentieth Century**. London: Methuen, 1987.

DICKEN, P. **Global Shift: The Internationalization of Economic Activity**. London: Guilford Press, 1992.

DRAIBE, S. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo Social**, v. 15, n. 2, Novembro 2003.

ELDEN, S. **Understanding Henri Lefebvre**. New York: Continuum, 2004.

ELDEN, S. Mondialisation before Globalization: Lefebvre and Axelos. In: GOONEWARDENA, K.; ET AL. **Space, Difference, Everyday Life: Reading Henri Lefebvre**. London: Routledge, 2008. p. 80 - 93.

ENGLER, M. Anti-Globalization Movement. In: ANDERSON, G. L.; HERR, K. G. **Encyclopedia of Activism and Social Justice**. [S.l.]: SAGE Publications, 2007. p. 150 - 55.

FERNANDES, L. M. Para Além dos Jogos: Os grandes eventos esportivos e a agenda do desenvolvimento nacional. In: JENNINGS, A.; ROLNIK, R.; LASSANCE, A. **Brasil em Jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo & Carta Maior, 2014.

FIFA. **Estatuto da FIFA**. [S.l.]: [s.n.], 2012.

FIORI, J. L. Desenvolvimentismo e "Dependência". **Carta Maior**, 29 March 2012. <http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Desenvolvimentismo-e-dependencia-/26563>.

FONSECA, P. C. Gênese e Precursores do Desenvolvimentismo no Brasil. In: FONSECA, P. C. **A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

FORD, H.; SAMUEL, C. **My Life and Work**. New York: Garden City Publishing Company, 1922.

FOUGEYROLLAS, P. Thèses sur la mondialisation. **Argument**, n. 15, 1959.

FREITAS, J. V. D. M. Ações de enfermagem direcionadas à globalização da assistência ao deficiente mental - ensaio da aplicabilidade dessas ações. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 40, n. 2-3, Abril/Setembro 1987.

FRIEDMAN, T. L. **The World is Flat**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2005.

FUKUYAMA, F. **The End of History and the Last Man**. New York: Avon Books, 1992.

GÓES, F. Os Grandes Eventos de 2011 e 2016 e seus legados para a cidade. In: URANI, A.; GIAMBIAGI, F. **Rio: A hora da virada**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 51-59.

GILL, S. The Constitution of Global Capitalism. **The Global Site**, 2000. Disponível em: <<http://www.theglobalsite.ac.uk/press/010gill.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

GILPIN, R. **Global Political Economy**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

GIULIANOTTI, R.; ROBERTSON, R. The Globalization of Football: a study in the glocalization of the 'serious life'. **The British Journal of Sociology**, London, 55, n. 4, 2004. 545 - 568.

GONÇALVES, R. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

GRANT, A.; GRAEME, R. Does Television Crowd Out Spectators?: New evidence from the Scottish Premier League. **Journal of Sports Economics**, v. 9, p. 592-605, 2008.

GUTZMER, A. **Brand-Driven City Building and the Virtualizing of Space**. London: Routledge, 2014.

HACKWORTH, J. **The Neoliberal City**: Governance, ideology and development in American urbanism. New York: Cornell University Press, 2007.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, D. Globalization and the 'spatial fix'. **Geographische Revue**, v. 2, p. 23 - 30, 2001.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. 4a edição. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

- HARVEY, D. O Ajuste Espacial: Hegel, Von Thünen e Marx. In: HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. p. 97 - 126.
- HARVEY, D. A Geopolítica do Capitalismo. In: HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a. p. 127 - 162.
- HARVEY, D. Space as a Keyword. In: HARVEY, D. **Spaces of Global Capitalism. Towards a theory of uneven geographical development**. London: Verso, 2006. p. 119-148.
- HARVEY, D. The Right to the City. **New Left Review**, 53, 2008. 23 - 40.
- HARVEY, D. **The Enigma of Capital**. London: Profile Books, 2010.
- HARVEY, D. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. 2a edição. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- HARVEY, D. **Rebel Cities: From the rights to the city to the city revolution**. London: Verso, 2012.
- HEIDEGGER, M. On the Essence of Ground. In: HEIDEGGER, M. **Pathmarks**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 97 - 135.
- HILLER, H. Toward an Urban Sociology of Mega-Events. **Research in Urban Sociology**, v. 5, p. 181-205, 2000.
- HILLER, H. H. Conventions as Mega-events: A new model for convention-host city relationships. **Tourism Management**, v. 16, p. 375-379, 1995.
- HORNE, J. The Four "Knowns" of Sports Mega-Events. **Leisure Studies**, v. 26, p. 81-96, 2007.
- HORNE, J. Sports, Mega-events, Knowledge and Power. **East Asian Sports Thought**, 2, December 2011. 19 - 39.
- HORNE, J.; MANZENREITER, W. An Introduction to the Sociology of Sports Mega-Events. In: HORNE, J.; MANZENREITER, W. **Sports mega-events: social scientific analyses of a global phenomenon**. Malden: Blackwell, 2006. p. 1-24.
- HUIZINGA, J. **Homo Ludens: A study of the play element in culture**. London: Routledge, 1955.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. Meeting the Challenges of Globalization in the Advanced Economies. **World Economy and Financial Surveys**, 1997.

- INTERNATIONAL MONETARY FUND. Globalization: A Framework for IMF Involvement. **Internationa Monetrary Fund** , March 2002.
- IOC. Technical Manual on Brand Protection, July 2005.
- IOC. Technical Manual on Communications, November 2005.
- IOC. 2016 Candidature Procedure and Questionnaire: Games of the XXXI Olympiad, June 2008.
- IOC. Bid Procedure for the Games of the Olympiad of 2016: Reference Document, 1 April 2010.
- IOC. **IOC Marketing**: Media Guide London 2012. London: [s.n.], 2012.
- IOC. IOC Marketing: Media Guide Sochi 2014, 2014. Disponível em: <http://www.olympic.org/Documents/IOC_Marketing/Sochi_2014/IOC_MEDIA_GUIDE_2014.pdf>.
- http://www.olympic.org/Documents/IOC_Marketing/Sochi_2014/IOC_MEDIA_GUIDE_2014.pdf.
- IOC. Olympic Agenda 2020, 8 December 2014.
- IOC. The Olympic Movement, April 2015.
- JAMES, P.; STEGER, M. B. Globalization: The Career of a Concept. **Globalizations**, v. 11, n. 4, p. 417 - 434, 2014.
- JAMESON, F. Five Theses on Actually Existing Marxism. **Monthly Review**, v. 47, n. 11, May 1996.
- JENNINGS, A. **Foul!**: The Secret World of Fifa: Bribes, Vote Rigging and Ticket Scandals. New York: HarperCollins Publishers, 2008.
- JHALLY, S. Cultural Studies and the Sports/Media Complex. In: WENNER, L. **Media, Sports and Society**. London: SAGE, 1989. p. 70-97.
- KEOHANE, R. **Power and Governance in a Partially Globalized World**. London: Routledge, 2002.
- KIDD, B. The Olympic Movement and the Sports-Media Complex. **Sport in Society**, v. 16, n. 4, p. 439-448, 2013.
- LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell Publishers, (1974) 1991.
- LEFEBVRE, H. The Right to the City. In: LEFEBVRE, H. **Writings on Cities**. Cambridge, Mass.: Blackwell, 1996. p. 63 - 184.

LEFEBVRE, H. **Everyday Life in the Modern World**. London: The Athlone Press, 2000.

LEFEBVRE, H. **The Urban Revolution**. Tradução de R. Bononno. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

LEFEBVRE, H. The Worldwide Experience (from *De L'etat*, Vol IV, 1978). In: ELDEN, S.; LEBAS, E.; KOFMAN, E. **Henri Lefebvre: Key Writings**. New York: Continuum, 2003. p. 199 - 205.

LEFEBVRE, H. Reflections on the Politics of Space. In: LEFEBVRE, H. **State, Space, World: Selected Essays / Henri Lefebvre**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

LEFEBVRE, H. The Worldwide and the Planetary. In: LEFEBVRE, H. **State, Space, World: Selected Essays**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009a.

LEFEBVRE, H. Review of Kostas Axelos's *Toward Planetary Thought*. In: LEFEBVRE, H. **State, Space, World: Selected Essays**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009b.

LEFEBVRE, H. Space: social product and use value. In: LEFEBVRE, H. **State, Space, World: Selected Essays / Henri Lefebvre**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009c. p. 185, 196.

LEFEVER, K. **New Media and Sport**. The Hague: ASSER Press, 2012.

LEVITT, T. The Globalization of Markets. **Harvard Business Review**, v. 61, n. 3, p. 92, 1983.

LULA DA SILVA, I. **Discursos Selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. 80p p.

MÜLLER, M. What Makes an Event a Mega-event? Definitions and sizes. **Leisure Studies**, p. 1-16, 2015.

MAGUIRE, J. The global media sports complex: key issues and concerns. **Sport in Society**, 14, n. 7/8, September-October 2011. 965-977.

MANN, M. **States, War and Capitalism: studies in political sociology**. Oxford: Blackwell, 1994.

MARX, K. Doctoral Thesis. In: MARX, K. **Selected Writings**. Oxford: Oxford University Press, (1841) 2000. p. 15 - 22.

MARX, K. **Teses sobre Feuerbach**. n/c: Rocket edition, (1845) 1991.

MARX, K. **Writings of the Young Marx on Philosophy and Society**. New York: Doubleday, 1967.

MARX, K. **Capital: A critique of political economy Vol.1**. London: Penguin books, 1990.

MARX, K. **Grundrisse**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MASCARENHAS, G. **GLOBALIZAÇÃO E GOVERNO URBANO NOS MEGAEVENTOS OLÍMPICOS: OS JOGOS PANAMERICANOS DE SANTO DOMINGO-2003**. X Coloquio Internacional de Geocrítica. [S.I.]: Universidad de Barcelona. 2008.

MASCARENHAS, G. 2014 e o Desenhar Conflituoso de uma Nova Geografia do Futebol. In: SÁNCHEZ, F., et al. **A Copa do Mundo e as Cidades: Políticas, Projetos e Resistências**. Niterói: Editora da UFF, 2014. p. 61 - 80.

MERRIFIELD, A. Place and Space: A Lefebvorean reconciliation. **Transactions of the British Institute of Geographers**, v. 18, n. 4, p. 516-31, 1993.

MEZZARROBA, C.; PIRES, G. D. L. O agendamento midiático-esportivo: considerações a partir dos Jogos Pan-americanos Rio/2007. **Logos 33 Comunicação e Esporte**, 17, n. 2, 2010. 124-136.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Mobilidade Urbana nas Cidades Sedes da Copa do Mundo Projetos, investimentos e realizações**. XIII Conferência das Cidades. [S.I.]: [s.n.]. 2012.

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdu/arquivos/xiii-conferencia-das-cidades/apresentacoes/mobilidade-urbana-nas-cidades-da-copa>.

MOOR, L. Sport and Commodification. **Journal of Sports and Social Issues**, v. 31, n. 2, p. 128-142, May 2007.

MOSS KANTER, R. **World Class: Thriving Locally in the Global Economy**. New York: Simon and Schuster, 1995.

NEERAJ, J. **Globalisation or Recolonisation**. Pune: Elgar, 2001.

NOLL, R. G. The Organization of Sports Leagues. **Oxford Review of Economic Policy**, v. 19, p. 530-31, 2003.

- OHMAE, K. **The End of the Nation-State: the Rise of Regional Economies.** New York: Simon and Schuster Inc., 1995. 214 p.
- PAES, E. Apresentação. In: URANI, A.; GIAMBIAGI, F. **Rio: A hora da virada.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. vii - ix.
- PCDOB. Programa Socialista para o Brasil, 8 Novembro 2009. Disponível em: <http://www.pcdob.org.br/documento.php?id_documento_arquivo=1>. Acesso em: 10 Setembro 2015.
- PIAGET, J. **The Moral Judgment of the Child.** New York: Free Press, 1932.
- PIETH, M.; HELLER, D.; HANDSCHIN, L. **Governing FIFA.** University of Basel. [S.l.], p. 1 - 39. 2011.
- POLANYI, K. **A Grande Transformação: As origens da nossa época.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- REAL, M. Mediasport: Technology and the commodification of postmodern sport. In: WENNER, L. **Media Sport.** London: Routledge, 1998.
- REAL, M. Sports Online: The Newest Player in Mediasport. In: RANEY, A. A.; BRYANT, J. **HANDBOOK OF SPORTS AND MEDIA.** London: Routledge, 2006. p. 183-197.
- RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. Governança Empreendedorista e Megaeventos Esportivos. In: SANTOS JUNIOR, O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. D. Q. **Brasi: Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016.** Rio de Janeiro: E-papers, 2015. p. 41-56.
- RIO DE JANEIRO (CIDADE). Decreto 30.379, 2009.
- RIO DE JANEIRO (CIDADE). Lei Complementar 101, 2009a.
- RIO DE JANEIRO (CIDADE). Lei Complementar 102, 2009b.
- RIO DE JANEIRO (CIDADE). Lei Complementar 5128, 2009c.
- RIO DE JANEIRO (CIDADE). Lei Complementar 33, 2009d.
- RIO DE JANEIRO (CIDADE). Lei Complementar 44, 2010.
- RIO DE JANEIRO (CIDADE). Lei Complementar 716, 2010a.
- RIO DE JANEIRO (CIDADE). Lei Complementar 715, 2010b.
- RIO DE JANEIRO (ESTADO). Decreto 44.082. **Plano Estadual de Parcerias Público-Privadas,** 2013.

RIO DE JANEIRO. DOSSIÊ DE CANDIDATURA DO RIO DE JANEIRO A SEDE DOS JO G OS OLÍMPIC OS E PARAOLÍMPIC OS DE 2016, Janeiro 2009.

RITCHIE, J. R. B.; YANGZHOU, J. **The Role and Impact of Mega-events and Attractions on National and Regional Tourism**: A conceptual and methodological overview. Proceedings of the 37th Annual Congress of International Association of Scientific Experts in Tourism (AIEST). St. Gallen: AIEST. 1987. p. 17-58.

ROBERTS, K. **The Leisure Industries**. London: Palgrave, 2004.

ROBINSON, W. I. **Transnational Conflicts**: Central America, Social Change and Globalization. London: Verso, 2003.

ROBINSON, W. I. **A Theory of Global Capitalism**: production, class, and state in a transnational world. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2004.

ROCHE, M. Mega-Events and Urban Policy. **Annals of Tourism Research**, v. 21, n. 1-19, 1994.

ROCHE, M. **Mega-Events and Modernity**: Olympics and Expos in the Growth of Global Culture. London: Routledge, 2000.

ROSE, A.; SPIEGEL, M. M. The Olympic Effect. **The Economic Journal**, v. 121, p. 652-677, 2011.

ROWE, D. **Sport, Culture and the Media**: The Unruly Trinity. Maidenhead: Open University Press, 2004.

SÁNCHEZ, F. Copa do Mundo, Megaevento e Projeto de Cidade: Atores, escalas de ação e conflitos no Rio de Janeiro. In: SÁNCHEZ, F., et al. **A Copa do Mundo e as Cidades**: Políticas, projetos e resistência. Niterói: Editora da UFF, 2014. p. 45-60.

SALLUM JR., B. O Brasil sob Cardoso: Neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 2, outubro 1999.

SANTOS JUNIOR, O. A. Metropolização e Megaeventos: proposições gerais em torno da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 no Brasil. In: SANTOS JUNIOR, O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, C. D. Q.

Brasil: Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: E-Papers, 2015. p. 21-40.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 6a ed. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SASSEN, S. **The Global City.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001.

SASSEN, S. The Many Scales of the Global: implications for theory and for politics. In: KRISHNASWAMY, R.; HAWLEY, J. C. **The postcolonial and the global.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

SASSEN, S. **Sociologia da Globalização.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

SCHMID, C. Henri Lefebvre's theory of the production of space: towards a three-dimensional dialectic. In: GOONEWARDENA, K., et al. **Space, Difference, Every Day:** Reading Henri Lefebvre. London: Routledge, 2008. p. 27 - 45.

SCHOLTE, A. Global Capitalism and the State. **International Affairs**, v. 73, n. 3, p. 427-452, 1997.

SCHOLTE, J. A. What is globalization? The defitional issue - again. **CSGR Working Paper Series**, december 2002. 1 - 34.

SCHOLTE, J. A. **Globalization:** a critical introduction. London: Palgrave , 2005.

SCHOLTE, J. A. The Sources of Neoliberal Globalisation. **UNRISD Overarching Concerns**, Geneva, October 2005a. 1 - 38.

SCOTT, J. **Sociologia:** Conceitos-chave. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SEWART, J. J. The Commodification of Sport. **International Review of Sports Sociology**, v. 22, p. 171-192, 1987.

SHIELDS, R. **Places on the Margin:** Alternative geographies of modernity. London: Routledge, 1991.

SHIELDS, R. **Lefebvre, Love and Struggle:** Spatial dialectics. London: Routledge, 1999.

SHIELDS, R. **The Virtual.** London: Routledge, 2003.

SHIELDS, R. **Spatial Questions:** cultural topologies and social spatialisations. London: SAGE Publications, 2013.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F. D.; MICHEL, R. **Novo-Desenvolvimentismo: Um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

SIMMEL, G. **Sociology: Inquiries into the Construction of Social Forms**. Leiden and Boston: Brill, 2009.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F. D.; MICHEL, R. Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 4, Out./Dez. 2007.

SIVANANDAN, A.; WOODS, E. M. Capitalism, Globalization, and Epochal Shifts: an exchange. **Monthly Review**, v. 48, n. 9, p. 19 - 32, Feb 1997.

SLOTEDIJK, P. **In the World Interior of Capital**. Cambridge: Polity Press, 2013.

STRANGE, S. **The Retreat of the State**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SUNDFELD, C. A. **Parcerias Público Privadas. Guia jurídico das Parcerias Público-Privadas**. São Paulo: Malheiros, 2007.

TAYLOR, A. J. **The Struggle for Mastery in Europe 1848–1918**. Oxford: Oxford University Press, 1954.

TOMILSON, A. **Oxford Dictionary of Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

VAINER, C. B. Pátria, Empresa e Mercadoria. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A Cidade do Pensamento Único**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. p. 74 - 104.

VAINER, C.; GUSMÃO DE OLIVEIRA, N. Megaeventos no Brasil e no Rio de Janeiro: uma articulação transescalar na produção da cidade de exceção. In: SÁNCHEZ, F., et al. **A Copa do Mundo e as Cidades: Políticas, projetos e resistências**. Niterói: Editora da UFF, 2014.

WALLERSTEIN, I. **The Modern World System: Capitalis Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. New York: Academic Press, 1974.

WEISS, P. **Sport: A philosophic Inquiry**. Urbana: Southern Illinois University Press, 1969.

WOODS, E. M. Modernity, Postmodernity, or Capitalism? **Monthly Review**, v. 48, n. 3, p. 21, Jul/Aug 1996.

ZIMBALIST, A.; MAENNIG, W. What is a mega sporting event? In: ZIMBALIST, A.; MAENNIG, W. **International Handbook on the Economics of Mega Sporting Events**. Cheltenham: Elgar, 2012.